



1150093120



FE

UNICAMP

T/UNICAMP M27m

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MARIA DAS GRAÇAS SANDI MAGALHÃES

**MEDOS, MIMOS E CUIDADOS.
LEITURAS ÚTEIS PARA EDUCAR AS MÃES:
OS GUIAS MATERNOS BRASILEIROS
(1919-1957)**

TESE DE DOUTORADO

Tese de Doutorado apresentada à Comissão de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação, na

Área de concentração: Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte
Orientadora: PROF.^a DR.^a HELOÍSA HELENA PIMENTA ROCHA

**CAMPINAS
2011**

Unidade FE
T/UNICAMP

Cutter M27m
V. Ed.
Tombo BC 92/20
Proc. 16.136-204
C D
Preço R\$ 11,93
Data 24/02/2011
Cód. tit. 82 + 653

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP
ROSEMARY PASSOS – CRB-8ª/5751

M27m

~~B456c~~

Magalhães, Maria das Graças Sandi, 1961-
Medos, mimos e cuidados. Leituras úteis para educar as
mães: os guias maternos brasileiros (1919-1957) / Maria das
Graças Sandi Magalhães. -- Campinas, SP: [s.n.], 2011.

Orientador: Heloísa Helena Pimenta Rocha.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Maternidade – Manuais, guias, etc. 2. Mães – Livros e
leitura. 3. Higiene. 4. Infância. 5. História da educação. 6.
Mulheres. 7. Leitura. I. Rocha, Heloísa Helena Pimenta. II.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação.
III. Título.

11-158/BFE

Informações para a Biblioteca Digital

Título em inglês: Fears, caresses, and care. Useful literature to educate mothers:
brazilian mother guidebooks (1919-1957)

Palavras-chave em inglês:

Motherhood – Handbooks, manuals, etc.
Mothers – Books and reading
Hygiene
Childhood
History of education
Women
Reading

Área de concentração: Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte

Titulação: Doutor em Educação

Banca examinadora:

Heloísa Helena Pimenta Rocha (Orientador)
Bernardo Jefferson de Oliveira
Moysés Kuhlmann Júnior
Norma Sandra de Almeida Ferreira
André Luiz Paulino

Data da defesa: 28-07-2011

Programa de pós-graduação: Educação

e-mail: sandimagalhaes@yahoo.com.br

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

**Título: MEDOS, MIMOS E CUIDADOS.
LEITURAS ÚTEIS PARA EDUCAR AS MÃES:
OS GUIAS MATERNS BRASILEIROS
(1919-1957)**

Autora: MARIA DAS GRAÇAS SANDI MAGALHÃES
Orientadora: PROF.^a DR.^a HELOÍSA HELENA PIMENTA ROCHA

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Maria das Graças Sandi Magalhães e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 28 de julho de 2011.

Assinatura: *Heloise Helena Pimenta Rocha*

Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:

[Handwritten signatures]

André Luiz Paes

[Handwritten signature]

Heloise Helena Pimenta Rocha

CAMPINAS
2011

DEDICATÓRIA

Ao meu companheiro, Mario, e à minha mãe, Maria Helena, pela presença constante nas dificuldades e alegrias deste trabalho. À minha tia, Maria Aparecida Lacerda, por ter compartilhado comigo seu amor pelos livros e sua trajetória de leitora autodidata.

AGRADECIMENTOS

Refletir sobre as relações que se deram neste percurso intelectual, a partir dos debates, da troca e do aprender com a trajetória do outro, permite compreender que nenhum texto acadêmico é propriamente autoral. Por essa razão é que considero que esta tese foi construída a partir de um conjunto de contribuições, principalmente por meio das ponderações da orientadora, dos professores que atuaram como membros da banca e dos colegas do grupo de pesquisa. Nesse sentido, meus agradecimentos se dirigem a todos que, de alguma forma, colaboraram para que a pesquisa fosse concluída.

Em primeiro lugar, minha profunda gratidão à Prof^ª. Dr^ª. Heloísa Helena Pimenta Rocha, pela orientação atenta e firme, pelas inúmeras leituras e correções do texto, até a versão final, e pela paciência com minhas dúvidas e demoras. Foi um privilégio ter sido sua aluna, não só pelo exemplo como professora e pesquisadora competente e ética, por sua atuação no campo da história da educação e da higiene da infância, mas, sobretudo, por poder compartilhar da sua gentileza e bom humor.

À minha amiga Vera Ribeiro dos Santos, companheira de estudo e de trabalho, mais uma vez agradeço o incentivo durante o mestrado e o doutorado. Devo também agradecimentos ao Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Jr., meu orientador no mestrado, e aos professores do programa de pós-graduação da Universidade São Francisco, entre os anos de 2003 e 2005, pelo estímulo no processo de retomada da minha trajetória acadêmica.

Trajetória compartilhada com os colegas do grupo de orientação do mestrado, José Fernando Teles da Rocha e Ana Cristina do Canto Lopes Bastos. A continuidade dessa parceria durante o doutorado deve-se à generosidade da Prof^ª. Dr^ª. Heloísa, que aceitou nos orientar em 2006. São anos de contato, nos quais nos ajudamos com críticas e sugestões aos trabalhos uns dos outros e que criaram laços que vão além dos temas relacionados à história da infância e da educação. Ao Fernando, em especial, minha amizade e gratidão não só pelas sugestões em relação aos títulos, as críticas e propostas no processo de finalização da tese, como pela gentileza e atenção durante esses anos de convívio.

Aos professores do doutorado, Maria do Carmo Martins, Ernesta Zamboni, Norma Sandra de Almeida Ferreira e Lilian Lopes Martin da Silva, meu obrigado pelas leituras, por todas as

aulas inspiradas e pelo incentivo que me foi dado. Da mesma forma agradeço a generosidade e as colaborações dos professores doutores que participaram das bancas de qualificação e defesa desta tese: André Luiz Paulilo, Bernardo Jefferson de Oliveira, Moysés Kuhlmann Jr., Norma Sandra de Almeida Ferreira, e, como suplentes, Claudia Castellanos Pfeiffer, Dagmar E. Estermann Meyer e Maria do Carmo Martins.

Também gostaria de deixar registrada minha gratidão ao Centro Internacional de la Cultura Escolar (CEINCE), em Berlanga de Duero, Soria, España, pela concessão da bolsa-estadia em setembro de 2010, que possibilitou a consulta aos guias maternos espanhóis. Agradeço ao Prof. Dr. Agustín Escolano Benito, diretor do CEINCE, pela atenção e generosidade em discutir o tema da minha pesquisa, durante os dias da minha permanência no centro, e à Yovana, que tão prontamente me auxiliou na consulta ao acervo.

Aos colegas do grupo de orientação – João, Edvilson, Patrícia, Carol, Marisa e Laura – agradeço pelas sugestões e apoio durante esse percurso. Assim como agradeço a atenção dos funcionários da Faculdade de Educação da UNICAMP, em especial à Nadir e Rita, da pós-graduação.

Não poderia deixar de lembrar os colegas e alunos da Escola Estadual Prof^a. Ayr Picanço Barbosa de Almeida e da Escola Municipal Prof^a. Maria de Melo, em São José dos Campos, onde trabalho, pela compreensão durante os períodos de mestrado e doutorado, nos quais dividi meus esforços entre as aulas e os compromissos acadêmicos. Finalmente, quero manifestar minha gratidão aos profissionais e amigos que, nesses anos de estudo, em vários momentos de fragilidade física e emocional, me auxiliaram a recuperar e manter o equilíbrio: Camila Medina, Carlos Alberto Gonçalves, Carlos Siqueira, Charles Lima, Elisabete Castro, Fábio Reis, Gilmar Miranda, José Malcun Cury, Laura Ferreira, Lucilene Fernandes, Mariza Calixto, Rosa Costa, Rosana Carvalho, Silvana Alvim e Valério da Rosa.

À minha família e ao Mario, todo o meu afeto.

RESUMO

O mercado editorial brasileiro, em expansão nas primeiras décadas do século XX, incorporou, à sua maneira, os discursos produzidos tanto pelo movimento higienista como pelos que compreendiam a educação como forma de regenerar a nação e encaminhá-la em direção ao progresso e à modernidade. Escritos em sua maioria por pediatras, os guias maternos fizeram parte de coleções que se destinavam à educação da população. Apesar das referências nesses impressos aos procedimentos científicos em relação à criação dos filhos, a identificação dessas publicações como leituras úteis permitiu analisá-las enquanto uma das práticas médicas dirigidas às mulheres, para difundir modelos de comportamento familiar que garantissem a geração, o desenvolvimento saudável e a educação das crianças brasileiras. Este texto adota como principal referencial teórico as contribuições de Roger Chartier, em torno da história do livro e da leitura, e de Michel Foucault, no que se refere à compreensão dos mecanismos de poder sobre a população, definidos pelo autor como *biopolítica*. Os processos de produção e os indícios da circulação dos guias maternos foram considerados como elementos fundamentais para a compreensão da difusão das representações sobre as mulheres, as crianças e sua educação, nos moldes propostos pela medicina, como parte de um processo mais amplo de intervenção na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, a análise das prescrições de leitura, presentes nas características textuais e tipográficas desses impressos, permite uma aproximação das práticas propostas às mães. Por essa razão, os guias maternos que integram o corpus desta pesquisa, publicados entre 1919 e 1957, foram compreendidos tanto como objeto quanto como fonte de estudo. Entre as questões suscitadas, a principal interrogação refere-se ao espaço que esses impressos teriam ocupado no processo de difusão de práticas higiênicas que abrangiam tanto o cuidado com o corpo infantil como a educação da criança, com base nas recomendações médicas. O tratamento privilegiado dado à mulher leitora, a partir desse redimensionamento das funções maternas, em acordo com os princípios científicos, também permitiu indagar sobre as representações que teriam sido produzidas em torno da leitura feminina, veiculadas por autores e editores dos guias maternos estudados, a partir da inserção de diferentes dispositivos textuais e gráficos.

Palavras-chave: Guias maternos – Higiene da Infância – História da Educação – Leitura feminina – Leituras úteis

FEARS, CARESSES, AND CARE. USEFUL LITERATURE TO EDUCATE MOTHERS: BRAZILIAN MOTHER GUIDEBOOKS (1919-1957)

ABSTRACT

The Brazilian publishing market in expansion since the first decades of the XX Century has incorporated at its own manner the speeches produced either by the hygienist movement as well as by those who understood upbringing as a way to regenerate a nation, leading it into progress and modernity. Written mostly by pediatricians, mother guidebooks were part of a collection that was intended for the education of the population. Despite the references contained in such publications regarding the scientific procedures related to children upbringing, identifying such publications as useful reading material allowed for analyzing them as one of the medical practices directed to women, in order to spread familial behavioral models that would guarantee the generation, the healthy development and upbringing of the Brazilian children. This work adopts, as its main theoretical reference, Roger Chartier's contributions about the history of books and reading, and Michel Foucault's contributions to the understanding of power mechanisms over the populations, defined by the author as *biopolitics*. Production processes and indications of circulation of mother guidebooks were regarded to as fundamental elements to the understanding of the diffusion of representations over the women, the children and their upbringing, according to models proposed by medicine, as part of a bigger process of intervention in the Brazilian society. At the same time, the analysis of the reading prescriptions contained in the text and graphic characteristics of such printings allows for the approaching of the practices proposed to mothers. Due to this reason, mother guidebooks that form the corpus of this survey, published between 1919 and 1957, have been taken both as subject and as source of study. Among the raised issues, the main inquiry is concerned with how much space such printings might have taken in the process of diffusion of hygienic practices regarding either the care with the child's body as well as the child's upbringing based on medical recommendations. The privileged treatment given to woman readers beginning with the redesigning of maternal functions, according to scientific principles, also allowed for questioning the representations that might have been produced about the women's reading, published by authors and publishers of such guidebooks that have been studied, based on the insertion of different text and graphic devices.

Key words: Mother guidebooks – Hygiene in Childhood – History of Education – Women's Reading – Useful Reading

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Guias maternos – relação das edições consultadas	5
---	---

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa do livro <i>Gravidez e Parto</i> (SCHATF, [192?])	43
Figura 2 - Folha de rosto da primeira edição de <i>Consultas Práticas de Higiene Infantil</i> (FIGUEIRA, 1919)	73
Figura 3 – Organização gráfica e textual das <i>Consultas Práticas de Higiene Infantil</i> (FIGUEIRA, 1919, p. 48)	75
Figura 4 - Capa da segunda edição do guia materno <i>Escola de Mães Saúde de Filhos</i> (GONZAGA e SANT’ANNA, 1931)	77
Figura 5 - Organização gráfica e textual do guia materno <i>Escola de Mães Saúde de Filhos</i> (GONZAGA e SANT’ANNA, 1931, p. 280-281)	79
Figura 6 - Propaganda constante do anexo de anúncios do guia materno <i>Escola de Mães Saúde de Filhos</i> (GONZAGA e SANT’ANNA, 1931)	79
Figura 7 – Organização gráfica e textual da <i>Cartilha das Mães</i> (ROCHA, 1937, p. 13)	83
Figura 8 - Organização gráfica e textual do guia materno <i>Como devo cuidar meu filho?</i> (ASSIS BRASIL, 1940, p. 66-67)	87
Figura 9 - Ilustrações de Belmonte. <i>Conselhos às Mães</i> (LONG, 1926, p. 106)	91
Figura 10 - Depoimento presente no Almanaque Capivarol (1942, p.10)	95
Figura 11 - Depoimentos que constam da sexta edição de <i>Guia das Mães</i> (apud WITTROCK, 1939, apêndice)	87
Figura 12 - Propaganda da Farinha Wittrock - <i>Guia das Mães</i> (WITTROCK, 1947, p. 227)	101
Figura 13 - Temas e depoimentos dos <i>Conselhos do Glaxo para mãe e filho</i> (192[?], p. 32-33)	109
Figura 14 - “Alguns lindos bebês Nestlé”. <i>Para as Mães</i> (NESTLÉ, 1940)	111
Figura 15 – Peso e altura do bebê. <i>Para as Mães</i> (NESTLÉ, 195[?])	113
Figura 16 - Capa do guia materno português <i>A saúde dos nossos filhos</i> (CORIVEAUD, 191[?])	121
Figura 17 - Organização gráfica e textual do guia materno português <i>A saúde dos nossos filhos</i> (CORIVEAUD, 191[?], p. 17).	123
Figura 18 - Capa do guia espanhol <i>Arte de criar a los niños</i> (ULECIA Y CARDONA, 1906)	125
Figura 19 - <i>Cuidado da criança na primeira infância</i> , capa da tradução portuguesa do guia norte-americano <i>Infant Care</i>	127
Figura 20 - Organização gráfica e textual do guia materno <i>Cuidado da criança na primeira infância</i> (EUA, 1942, p.12).	129
Figura 21 - Imagem de leitora. <i>Panóplia</i> , São Paulo, 1923, n.3 (apud MARTINS, 2001, p.380).	133
Figura 22 - Folha de rosto. <i>Cartilha das Mães</i> (ROCHA, 1937)	135
Figura 23 - Escola de Mães. Ilustração de Otto Büngner (GONZAGA e SANT’ANNA, 1931, p. 23)	139

Figura 24 – Organização gráfica e textual. <i>Cartilha das Mães</i> (ROCHA, 1937, p. 118)	145
Figura 25 - Espaço para o registro dos dados do bebê. <i>Livro das Mãezinhas</i> (PIZA, 1939, p. 94)	147
Figura 26 - Fotografia de Eula Long e sua família – <i>Conselhos às mães</i> (LONG,1926)	165
Figura 27 - Ilustração da mãe amamentando. Capa d’ <i>O Livro das Mamães</i> (ALMEIDA JR. e MURSA, 1933)	173
Figura 28 - Técnica para segurar a criança durante a amamentação. Detalhe da capa (GONZAGA e SANT’ANNA, 1931)	175
Figura 29 - Fotografia sobre técnica de amamentação - <i>Guia das Mães</i> (WITTROCK, 1939, p.40)	179
Figura 30 - Bomba tira- leite. <i>Escola de Mães Saude de Filhos</i> (GONZAGA e SANT’ANNA, 1931, p.216)	181
Figura 31 - Capa do guia <i>Para as Mães</i> (NESTLÉ, 195[?])	193
Figura 32 - Capa da 1ª edição do guia materno <i>Para as Mães</i> (Nestlé, 1940)	195
Figura 33 - Capa da 6ª edição do guia materno <i>Guia das Mães</i> (WITTROCK, 1939)	197
Figura 34 - Orientação sobre o uso da mamadeira. Ilustração de Belmonte. <i>Conselhos às mães</i> (LONG, 1926, p. 38)	201
Figura 35 - Procedimentos para a esterilização do leite. Ilustração. <i>Escola de Mães Saúde de Filhos</i> (GONZAGA e SANT’ANNA, 1931, p. 263)	203
Figura 36 - Imagens de enfermeiras e mães (NESTLÉ, 1940, encarte entre as páginas 24 e 25)	207
Figura 37 – “Enfermeira e mãe”, ilustração de J. Carlos. <i>Cartilha das Mães</i> (ROCHA, 1937, p. 159)	209
Figura 38 – Mãe pesando a criança. Ilustração de J. Carlos (ROCHA, 1937, p. 179)	211
Figura 39 – Castigo. Ilustração de J. Carlos (Rocha, 1937, p. 240)	213
Figura 40 - Fotografia de criança normal - <i>Consultas praticas de hygiene infantil</i> (FIGUEIRA, 1919, encartada entre as páginas 98 e 99)	219
Figura 41 - Fotografia de criança obesa - <i>Consultas praticas de hygiene infantil</i> (FIGUEIRA, 1919, encartada entre as páginas 98 e 99)	219
Figura 42 - Anotações em tabela de estatura e peso. <i>Cartilha das Mães</i> (ROCHA, 1937, p. 24)	221
Figura 43 - Uso do termômetro para o banho do recém-nascido. <i>Cartilha das Mães</i> . Ilustração de J. Carlos (ROCHA, 1937, p. 130)	235
Figura 44 - Orientação sobre como segurar a criança durante o banho. Ilustração de Otto Büngner. <i>Escola de Mães Saúde de Filhos</i> (GONZAGA e SANT’ANNA, 1931, p. 161)	237
Figura 45 - O bebê no cercado. Ilustração de J. Carlos. <i>Cartilha das Mães</i> (ROCHA, 1937, p. 9).	245
Figura 46 - Fotografia de bebê ao ar livre. <i>Guia das Mães</i> (1939, p. 99)	247
Figura 47 - Modelo de criança criada segundo a “escola allemã”. <i>Guias das Mães</i> (WITTROCK, 1939, p. 192)	249
Figura 48 - Fotografia do filho de Germano Wittrock. <i>Guia das Mães</i> (1939, apêndice)	251
Figura 49 - Funções motoras do bebê. Ilustrações de J. Carlos. <i>Cartilha das Mães</i> (ROCHA, 1937, p. 119)	253

- Figura 51** - “O filho do pobre”. Ilustração de J. Carlos.
Cartilha das Mães (ROCHA, 1937, p. 253) p. 202
- Figura 52** - “Os gurys ficaram entregues á criada”. Ilustração de J. Carlos.
Cartilha das Mães (ROCHA, 1937, p. 238). p. 203

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
<i>Indispensáveis em todos os lares!</i>	21
<i>Uma instrução variada a todas as classes de cidadãos</i>	21
O mercado editorial brasileiro e as leituras úteis	29
<i>A Bibliotheca da Mulher</i>	37
CAPÍTULO 2	
A medicina de crianças: de “cadeira facultativa” a prioridade nacional	47
<i>Médicos e educadores</i>	49
<i>Árduo sacerdócio</i>	57
CAPÍTULO 3	
<i>Às minhas leitoras</i>	67
Editando guias maternos	71
A disseminação de um modelo	116
<i>À cabeceira das mães</i>	131
CAPÍTULO 4	
<i>Ouvir os conselhos da hygiene é conservar a saúde dos filhos</i>	151
Mortalidade infantil e <i>maternidade científica</i>	152
A “mãe moderna” amamenta o filho de acordo com a “boa técnica”	171
<i>Enfermeira e mãe</i>	205
CAPÍTULO 5	
<i>A criança perfectível</i>	227
O corpo infantil: “grande porta escancarada aos germes”	232
<i>O espírito da creança é muito malleavel</i>	241
CONSIDERAÇÕES FINAIS	263
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	267

INTRODUÇÃO

O estudo de impressos destinados a orientar as mães em relação aos cuidados com a saúde infantil, como objeto de uma pesquisa vinculada à história da educação, poderia causar estranhamento há algumas décadas. Entretanto, um balanço das pesquisas recentes nesse campo permite observar que as discussões historiográficas sobre a educação se estenderam para além das fronteiras da instituição escolar (CATANI e FARIA FILHO, 2001). Segundo Cortés, “certamente as escolas representam um componente poderoso no processo educacional. No entanto, elas não monopolizam a educação e não poderiam fazê-lo, mesmo se desejassem” (apud PALLARES-BURKE, 1998, p. 145). É a partir dessa compreensão de educação, que abrange outros elementos além da escolarização, que os guias maternos foram considerados neste texto como parte de ações educativas dirigidas à população brasileira.

As relações entre médicos, serviços de propaganda sanitária e o mercado editorial brasileiro tiveram como resultado inúmeras publicações, séries e coleções sobre saúde infantil, durante a primeira metade do século XX. Esses impressos se dirigiam não só aos estudantes de medicina e clínicos, mas aos leitores em geral, com destaque para as mães. A principal justificativa para a publicação desses impressos ancorava-se na necessidade de educar uma população considerada ignorante, que deveria adotar os procedimentos preconizados pela ciência, em relação aos cuidados com a infância.

Luciana Viviani, ao estudar a conformação da Biologia Escolar, enquanto disciplina das escolas normais paulistas, trata desse processo como parte de uma “grande movimentação [...] a partir da década de 1920, no sentido de popularizar e propagandear os preceitos de higiene junto à população, com o estabelecimento de campanhas, palestras, distribuição de folhetos, livros, etc...” (2003, p. 103). As contribuições dos estudos sobre esses impressos para a história da educação são significativas, à medida que auxiliam na compreensão dos vínculos entre saúde e educação, como parte de um projeto de regeneração da população, na perspectiva de inserção do Brasil nos padrões de modernidade difundidos desde o final do século XIX.

O tratamento dado às publicações sobre a saúde da infância tem partido principalmente da análise das formações discursivas e das representações presentes nesses impressos, considerando-os como fontes primárias importantes para a compreensão do processo de medicalização da

sociedade brasileira (MARQUES, 1994). Entretanto, as perspectivas abertas pela história cultural possibilitam ampliar essa discussão, a partir da análise de seus suportes e das práticas de leitura que estes propiciam. Segundo Chartier,

contra a representação, elaborada pela própria literatura, do texto ideal, abstrato, estável porque desligado de qualquer materialidade, é necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega a seu leitor (1990, p. 126-127).

Neste texto, os processos de produção e os indícios da circulação dos guias maternos foram considerados como elementos fundamentais para a compreensão da difusão das representações sobre as mulheres, as crianças e sua educação, nos moldes propostos pela medicina, como parte de um processo mais amplo de intervenção na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, a análise das prescrições de leitura, presentes nas características textuais e tipográficas desses impressos, permite uma aproximação das práticas propostas às mães. Por essa razão, os guias maternos foram compreendidos tanto como objeto quanto como fonte de estudo.

Desenvolvido junto ao grupo Memória, História e Educação da Faculdade de Educação da Unicamp, o projeto que deu origem a esta tese se identifica com o conjunto das pesquisas que têm se dedicado a investigar as propostas médicas para a educação da população brasileira, inseridas em uma perspectiva civilizatória. A proposta de análise de um acervo de 12 guias maternos brasileiros, publicados na primeira metade do século XX¹, apoiou-se, inicialmente, nas reflexões desenvolvidas em um trabalho anterior sobre as representações da infância e de sua educação, presentes em almanaques de farmácia publicados entre 1920 e 1940². Guias e manuais pediátricos foram abordados como fontes complementares ao estudo dos almanaques. Entretanto, algumas questões sobre os guias maternos permaneceram em aberto ao final do mestrado e resultaram no desenvolvimento da atual pesquisa de doutorado.

¹ Os exemplares analisados foram adquiridos em vários sebos, da região sudeste e sul do Brasil, conformando um acervo particular, que será disponibilizado para digitalização no projeto *Biblioteca de Higiene*, sob coordenação da Profª. Dra. Heloísa Helena Pimenta Rocha, orientadora da presente tese.

² A pesquisa anterior, intitulada *A infância nos almanaques de farmácia. 1920 a 1940*, dissertação de mestrado desenvolvida sob orientação do Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Jr., USF (Universidade São Francisco), foi defendida em 2005. Embora não se destinassem diretamente às instituições escolares, os almanaques de farmácia foram considerados nessa pesquisa como elementos integrantes de processos educacionais, atingindo setores expressivos da população brasileira.

Entre as questões suscitadas, a principal interrogação refere-se ao espaço que esses impressos teriam ocupado no processo de difusão de práticas higiênicas que abrangiam tanto o cuidado com o corpo infantil como a educação da criança, com base nas recomendações médicas, configurando um conjunto de representações em torno da maternidade e da infância. O tratamento privilegiado dado à mulher leitora, a partir desse redimensionamento das funções maternas, em acordo com os princípios científicos, também permitiu indagar sobre as representações que teriam sido produzidas em torno da leitura feminina, veiculadas por autores e editores dos guias maternos estudados, a partir da inserção de diferentes dispositivos textuais e gráficos.

Alguns trabalhos recentes, produzidos nas áreas de história da educação ou história da medicina, têm adotado diferentes denominações para as publicações tomadas como objeto de estudo nesta tese. No projeto de pesquisa *Conhecimentos especializados sobre bebês e o governo das mães e das famílias: um estudo histórico de manuais de puericultura publicados no Brasil*, desenvolvido junto à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, Ana Laura Godinho Lima destaca que “dentre os 16 manuais [analisados], doze deles foram escritos com o propósito de constituírem guias maternos”³.

Apesar de definir as publicações estudadas como manuais de puericultura, Lima (2008) indica uma diferenciação entre elas, vinculada à finalidade do impresso, o que permite distinguir os guias maternos do restante das publicações identificadas no projeto coordenado pela autora. O uso indiscriminado dos dois termos – manual e guia – pode ser observado em diversos textos que analisaram impressos sobre saúde infantil. Maria Martha de Luna Freire (2008), por exemplo, utiliza a expressão *manual* referindo-se ao *Guia das Mães* publicado pelo médico Germano Wittrock em 1927. Em artigo, que trata do acervo do Museu Iconográfico da Saúde Pública de São Paulo, Adilson José Gonçalves (2004), apresenta uma proposta de diferenciação entre os dois tipos de impressos:

Entendemos por Guias Médicos a categoria de material produzida para atingir um público mais amplo do que a categoria profissional dos seus elaboradores. Por Manuais, o registro com intuito de participar da formação do próprio médico enquanto categoria, normatizando e tentando homogeneizar suas concepções e

³ Conforme comunicação apresentada no 7º Colóquio do Lepsu IP/FE-USP em 2008, intitulada *A recepção higiênica do bebê: um estudo a partir de manuais de puericultura publicados no Brasil entre 1918 e 1968*. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032008000100015&lng=pt&nr m=abn>. Acesso em 30/3/ 2011.

práticas. [...] Podemos distinguir os Guias e Manuais em termos de objetivo e de público a serem atingidos. Apesar do pouco contato que tivemos com o material, percebemos que muitas vezes se confundiam. Os Guias apresentavam-se, grosso modo, para atender um fim imediato, suprir a ausência do médico, aconselhar formas de tratamento, responder a demandas de surtos epidêmicos. Enquanto os Manuais constituíram-se como tratados que denotavam uma preocupação com a especialização e a formação dos médicos⁴.

O critério, proposto por Gonçalves, não garante uma diferenciação rigorosa entre guias e manuais, na medida em que o leitor idealizado por autores e editores nem sempre condiz com os usos e apropriações que se fazem dos impressos. Sem desconsiderar essa questão, adotou-se, na seleção do conjunto de livros consultados para esta pesquisa, a definição de “guia” proposta pelo autor, no sentido de se dirigir aos leitores leigos, no caso às mães. Algumas publicações do mesmo período anunciavam uma dupla intencionalidade – a formação dos estudantes de medicina ou dos clínicos e também o diálogo com as mulheres, donas-de-casa ou normalistas – e, por esse motivo, apresentavam uma abordagem dos assuntos, organização textual e das ilustrações diferenciadas dos guias maternos. Apesar de consultados como referência, não integram o corpus dessa pesquisa.

Os guias maternos tomados como objeto de estudo neste trabalho, publicados entre 1919 e 1957, foram produzidos em conjunturas bastante diferenciadas no que concerne às políticas adotadas para a saúde e educação dos brasileiros. Um primeiro momento foi marcado pela organização federalista, definida pela primeira constituição republicana, que perdurou até 1930. Durante o governo de Getúlio Vargas, o processo de centralização política foi responsável pela criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, que se manteve até 1953, quando as duas pastas foram separadas em ministérios próprios (LIMA e PINTO, 2003).

A definição por um recorte temporal relativamente longo se deve, em parte, à própria constituição do acervo, delimitada entre o exemplar mais antigo e o mais recente. Impressos destinados a orientar as mães em relação à saúde e educação da infância já circulavam no Brasil desde a segunda metade do século XIX, embora em número restrito⁵. Entretanto, interessa a esta

⁴ Artigo disponível no seguinte endereço: <http://www.misp/puc.br/museu/artigos.html>. Acesso em 23/1/2008.

⁵ Alguns exemplos podem ser encontrados em acervos de faculdades de medicina, como *O médico das crianças: ou, conselhos às mães sobre a hygiene e tratamento homeopático das moléstias de seus filhos*, escrito por Américo Hyppolito Ewerton de Almeida e Maximiano Antonio de Lemos, publicado pela Editora Laemmert do Rio de Janeiro em 1868, ou o livro *Mortalidade das crianças em São Paulo: conselhos as mães de família*, de João Teixeira Alves, publicado em 1894, presentes no acervo da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. No acervo da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais há, por exemplo, o guia materno *Às mães de família*. O

pesquisa investigar o processo de disseminação desse tipo de impresso, que se tornou mais intenso a partir da expansão do mercado editorial brasileiro, durante a década de 1920.

A possibilidade de investigar os elementos de permanência e mudança em relação à divulgação de representações em torno da maternidade, bem como da saúde e educação da infância, de acordo com princípios médicos e higiênicos, foi responsável pela inclusão dos guias maternos que foram publicados até a década de 1950. Os impressos estudados foram organizados segundo a data de publicação da edição consultada, conforme descrito na tabela a seguir.

Tabela 1 - GUIAS MATERNOS (*)

Data	Autor	Título	Ed.	Cidade/ Editora	Nº de páginas	Observações
1919	FIGUEIRA, Fernandes	<i>Consultas Praticas de Hygiene Infantil</i>	1 ^a	Rio de Janeiro: Editores Leite Ribeiro & Maurillo	323	Na segunda edição em 1920, o nome <i>Livro das Mães</i> passou a anteceder o primeiro título. As duas edições foram consultadas. O livro contém algumas fotografias, que se modificam entre a 1 ^a e a 2 ^a edição e um diagrama de peso para ser preenchido pelas leitoras.
1926	LONG, Eula Lee Kennedy	<i>Conselhos às Mães</i>	1 ^a	São Paulo: Livraria Liberdade	130	Ilustrações de Belmonte.
[192 -?]		<i>Conselhos do Glaxo para mãe e filho</i>	[?]	Rio de Janeiro: Glaxo	79	Não há informação sobre o autor. Foi impresso na Inglaterra, segundo informações da contracapa. Traz referência a um concurso londrino de beleza infantil em 1923. Contém fotografias.

médico das crianças: hygiene, moléstias mais frequentes da infancia e seus tratamentos, de autoria de Luiz Caminha Sampaio, publicado em Juiz de Fora, em 1916.

Data	Autor	Título	Ed.	Cidade/ Editora	Nº de páginas	Observações
1931	SANT'ANNA, Jorge e GONZAGA, Leonel	<i>Escola de Mães Saúde de Filhos</i>	2ª	Rio de Janeiro, Casa Leuzinger	366	A 1ª edição é de 1926. A segunda edição, de 1931, informava que o livro entrava no 5º milheiro. O livro traz em destaque, na página de rosto, a referência à menção honrosa concedida pela Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Ilustrações de Otto Büngner.
1933	ALMEIDA JR., A. e MURSA, M.	<i>O livro das mães. Noções de Puericultura</i>	2ª	São Paulo: Cia. Editora Nacional	234	A 1ª edição é de 1927. Foi consultada a segunda edição, de 1933. Trata-se de uma edição revista e ampliada. Indicação no prefácio do uso nas escolas, em especial, no curso normal na cidade de São Paulo. A propaganda da editora, de 1935, refere-se à mesma obra como o <i>Livro das Mães</i> . Não contém ilustrações, a não ser a da capa.
1937	PIZA, Wladimir	<i>O Livro das Mãezinhas</i>	1ª	São Paulo: Rotary; Secção de Propaganda e Educação Sanitária; Departamento de Saúde do Estado	101	Foram consultadas a 1ª edição de 1937 (13 mil exemplares); a 2ª edição de 1939, (50 mil); a 5ª edição de 1953 (30 mil exemplares, com informação de mais 30 mil na 3ª e 4ª edições cada uma); a 6ª edição de 1956/1957 (50 mil exemplares) e a 7ª edição de 1962 (600 mil exemplares). O Rotary Club publicou a 1ª e 6ª edições; as demais foram de responsabilidade do Departamento de Saúde do Estado de São Paulo (Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social em 1962), somando entre 1937 e 1962, 823 mil exemplares editados.

Data	Autor	Título	Ed.	Cidade/ Editora	Nº de páginas	Observações
1937	ROCHA, Martinho da	<i>Cartilha das Mães</i>	3ª	Rio de Janeiro: Civilização Brasileira	275	A 1ª edição é de 1935. Foram consultadas a 3ª edição, de 1937, e a 8ª edição, sem data, que informava que a tiragem atingida era de 40 mil exemplares nas oito edições. Ilustrações de J. Carlos além de fotografias e pranchas médicas.
1939	WITTROCK, Germano	<i>Guia das Mães</i>	6ª	Rio de Janeiro: Officinas Grahphicas de Vida Doméstica; Livraria Francisco Alves; Editora Borsoi (a partir de 1955)	199	A 1ª edição é de 1927. Além da 6ª edição, também foram consultadas a 7ª, de 1941; a 9ª edição, de 1945; a 10ª e a 11ª, ambas de 1947 e a 15ª, de 1958, publicada pela Editora Borsoi do Rio de Janeiro, responsável pela edição do <i>Guia das Mães</i> desde a 12ª edição, em 1955. Na folha de rosto das edições consultadas, abaixo do nome do autor, incluiu-se a expressão “dos hospitais de Berlim”. Contém fotografias e pranchas médicas.
1940	ASSIS BRASIL, Mario de	<i>Como devo cuidar meu filho? Princípios Fundamen- tais de Puericultu- ra</i>	1ª	Porto Alegre, RS: Livraria do Globo	209	Com várias ilustrações, sem identificação do autor, adota o formato de perguntas e respostas. O exemplar analisado não contém a capa, apenas a folha de rosto.
1940		<i>Para as mães</i>	1ª	Rio de Janeiro: Companhia Nestlé; Tipografia Barthel	29	Não há informação sobre o autor. Foi consultada também uma edição posterior, sem data, provavelmente do final da década de 1950. Contém ilustrações e fotografias nas duas edições.

Data	Autor	Título	Ed.	Cidade/ Editora	Nº de páginas	Observações
1957	VASCONCELOS, J. Freire e LOPES, Carlos Augusto	<i>Livro das Mães</i>	3ª	Rio de Janeiro: Depto. Nacional da Criança	158	Os nomes dos autores não aparecem na capa e sim no prefácio. Eram médicos puericultores do Departamento Nacional de Criança. Não foi possível apurar a data da primeira edição. Contém fotografias.
[195-?]	TELLES, Walter	<i>...e agora, Mamãe? Cartas sobre a criação do bebê</i>	1ª	Rio de Janeiro: Livraria Victor Editora	282	O autor era assistente da Faculdade Nacional de Medicina e Pediatra da Policlínica Geral do Rio de Janeiro. Não contém ilustrações.

(*) **Tabela 1** – elaborada pela autora a partir das informações constantes das edições consultadas.

A representatividade do material reunido, em relação à prática médica e ao próprio mercado editorial, foi um dos primeiros questionamentos feitos durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa. Trata-se da construção de uma coleção particular, que embora tenha ocorrido de forma aleatória – uma vez que a aquisição das obras em questão dependeu de uma série de circunstâncias casuais – partiu de uma intenção forjada nas referências obtidas durante o mestrado, por meio da leitura dos almanaques de farmácia e de uma bibliografia sobre a higiene da infância, que fazia menção a alguns dos autores dos guias maternos analisados.

Parcela dos guias maternos desse acervo foi tomada como fonte de pesquisa em produções recentes sobre temas como a maternidade científica ou a higiene infantil⁶. Alguns desses guias constam dos catálogos de bibliotecas especializadas como as da Faculdade de Saúde Pública de São Paulo, das Faculdades de Medicina da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal de Minas Gerais, além do acervo do Centro de Apoio à Pesquisa em História da Educação da Universidade São Francisco (CDAPH), em Bragança Paulista. A presença desses materiais no acervo das instituições mencionadas, a análise do porte das editoras que produziram os impressos, além do número de edições, poderiam ser considerados como critérios para avaliar a representatividade desse conjunto de publicações.

⁶ Entre as obras mais recentes podemos citar os trabalhos de Pereira (2009), Lima (2008, 2009), Freire (2008), Stephanou (2007).

Segundo Revel, “... tudo nos faz lembrar que um objeto cultural não tem, muito frequentemente, atribuição simples, mas que ele pode ser objeto, sucessiva e simultaneamente, de formas de apropriação, múltiplas, concorrentes e, eventualmente, contraditórias” (2009, p.179-180). É a partir dessa concepção que as dúvidas sobre a representatividade do acervo analisado foram superadas, na medida em que se procurou compreender os guias maternos como portadores de múltiplos significados, que adquirem sentido apenas a partir das interrogações que lhes são feitas, processo que permite inúmeras abordagens, “respostas individuais a questões individuais, com tantas respostas diferentes quanto haja questões, e tantas questões diferentes quanto haja interrogadores” (SKINNER apud REVEL, 2009, p.134).

Nesse sentido, procurou-se analisar essas publicações partindo de sua inserção em um contexto de ampliação do mercado editorial brasileiro, considerando os guias maternos como parte de um conjunto de leituras denominadas como úteis à educação da população. As contribuições de Roger Chartier (1990, 1996, 1999, 2003) em torno da história do livro e da leitura foram essenciais a esse texto, no que se refere à materialidade dos impressos e sobre as leituras passíveis de serem feitas, a partir das prescrições dos autores e das características gráficas adotadas pelos editores. A tensão entre a leitura idealizada pelos autores e editores e os vestígios de outros usos que as mulheres poderiam ter feito dos guias maternos também foi considerada, a partir das reflexões do autor sobre as diferentes formas de apropriação que os leitores podem fazer dos textos.

Da mesma forma, o conceito de representação, na perspectiva apresentada por Chartier (1990), foi empregado na análise dos padrões que os médicos procuraram estabelecer, considerados adequados pela ciência médica, para o exercício da maternidade. Padrões que se defrontavam com outras práticas em torno da criação dos filhos, adotadas pelas mulheres na primeira metade do século XX.

Os guias maternos circularam em diferentes segmentos sociais, na medida em que foram distribuídos gratuitamente, como evidenciam alguns exemplares estudados, indício de que o acesso a esse tipo de publicação não se restringiu às camadas sociais com maior poder aquisitivo. Classificá-los como “leituras úteis” foi o fio condutor de uma abordagem que busca compreender essas publicações não só como portadoras de representações sobre a maternidade e a infância,

mas também como parte de um conjunto de estratégias adotadas para a educação da população, em especial das mulheres, no período em questão.

A idéia da utilidade do conhecimento, disseminada em finais do século XIX e na primeira metade do século XX, associava-se a uma concepção de “controle social pela via da educação” (PALLARES-BURKE, 2000, p. 65), herdeira do pensamento iluminista, que assumiu contornos próprios a partir da expansão da industrialização e da escolarização. A correspondência entre ciência, progresso e modernidade é um atributo de discursos veiculados em diferentes tipos de impressos desde o final do século XIX.

Segundo Moreira e Massarani (2001), desde o final do século XIX, iniciativas como a publicação da *Revista Brasileira - Jornal de Ciências, Letras e Artes* (1857) e da revista *Sciencia para o Povo* (1881) demonstram o interesse pela divulgação científica no país. Movimento que se intensificou a partir da década de 1920, por meio da realização de conferências, uso do rádio e aumento da oferta de jornais, revistas e livros com conteúdos científicos e educativos, conformando o que Bernardo Jefferson Oliveira identifica como “processo de cientificização da cultura brasileira da primeira metade do século XX” (2009). Apesar das referências nos guias maternos aos procedimentos científicos em relação à criação dos filhos, a identificação dessas publicações como leituras úteis permitiu analisá-las enquanto uma das práticas médicas dirigidas às mulheres, para difundir modelos de comportamento familiar que garantissem a geração, o desenvolvimento saudável e a educação das crianças brasileiras.

A compreensão desses impressos como parte das estratégias de educação da população brasileira, considerada então necessária à inserção do país nos critérios de modernidade, não poderia omitir as contribuições de Michel Foucault, em especial no que concerne ao conceito de normalização disciplinar e de constituição do que o autor denominou como dispositivos de segurança.

A veiculação do ideário higienista por meio de impressos fez parte de um conjunto de medidas adotadas ao longo do século XIX e que promoveram a educação e saúde à condição de prioridades nacionais. As políticas que se desenvolveram nesse século na Europa, destinadas ao controle das populações, podem ser inseridas na perspectiva de uma razão de Estado calcada na economia, conformando o que Foucault (2008) denominaria de *biopolítica*. A atenção aos dados sobre mortalidade e degenerescência, nesse período, incentivou a adoção de medidas que

visavam à promoção das condições de saúde, como um dos indicadores de prosperidade e progresso nacionais.

Esse novo ordenamento do Estado em relação ao saneamento e aos comportamentos coletivos foi favorecido pelas descobertas da chamada “era bacteriológica” (ROSEN, 1994), a partir da segunda metade do Oitocentos. O desenvolvimento da teoria viral, das vacinas, dos procedimentos de esterilização e da pasteurização do leite, e principalmente o questionamento da teoria dos miasmas, aos quais se atribuía anteriormente a disseminação de doenças, como a febre amarela, propiciaram condições para o movimento de saneamento das cidades em crescimento, como forma de combate às doenças endêmicas e à mortalidade infantil.

Como resultado desse processo, a higiene ganhou espaço enquanto disciplina específica da medicina, a partir da criação da cátedra de higiene em Paris, ocupada na faculdade de Medicina “por Hallé até 1822 e por Royer-Collard de 1838 até 1850”. Adquiriu, dessa forma, um status até então inédito, como uma série de dispositivos e saberes que favoreceriam a manutenção da saúde, não só individual, mas do conjunto da população, aproximando-se das questões políticas, ao dedicar-se também ao espaço público (VIGARELLO, 1996, p. 186-187).

Os modelos de reformas sanitárias que se sucederam nos grandes centros urbanos europeus, e que repercutiram no Brasil na entrada do século XX, ancoravam-se nesse processo de descobertas que uniu medicina, engenharia e educação na elaboração das idéias higienistas. Produziria também a eugenia e sua defesa da melhoria da raça, associando a adoção de hábitos higiênicos à prosperidade da nação (MAGALHÃES, 2005). Desde o final do século XIX, para os adeptos da eugenia, o estabelecimento dos padrões de degenerescência, em oposição aos critérios de normalidade, procuraria justificar, com argumentos científicos, “as desigualdades sociais e explicar o progresso e [...] o atraso dos povos pela existência de determinações inscritas na natureza dos homens” (CARVALHO, 1997, p.278)

Entretanto, sob o impacto dos dados das expedições sanitárias comandadas por Arthur Neiva e Belisário Penna, para o interior do Brasil em 1912, e da divulgação de *Os sertões*, obra de Euclides da Cunha sobre a Guerra de Canudos, publicada em 1902, questões como a subnutrição, ignorância, pobreza e herança escravista foram argumentos que se incorporaram na explicação sobre a decadência física e moral do brasileiro (SANTOS e FARIA, 2003), disputando

espaço com as concepções eugênicas que atribuíam as mazelas do país à degeneração de uma raça miscigenada.

Entre os intelectuais nacionalistas, as teorias racistas foram perdendo espaço ao final da década de 1910, juntamente com as propostas que objetivavam o branqueamento da raça, como por exemplo, o incentivo à imigração européia ao Brasil. Para Marta Carvalho,

Constituir a saúde (e a educação) como problema nacional funcionou como espécie de exorcismo de angústias alimentadas por doutrinas deterministas que, postulando efeitos nocivos da miscigenação racial e do clima, tornavam infundadas as esperanças de progresso para o Brasil, país de mestiços sob o trópico. Para os novos intérpretes do Brasil que entram em cena nos anos 20, as teorias racistas que desde o século anterior, constituíam a linguagem pela qual era formulada a questão nacional, são assim, relativizadas por uma nova crença: a de que saúde e educação eram fatores capazes de operar a “regeneração” das populações brasileiras (1997, p. 283).

O vínculo entre saúde e educação foi responsável pela adoção de tónicas distintas, porém complementares, que ecoaram nos discursos nacionalistas das primeiras décadas do século XX. Tanto a criação do Serviço de Profilaxia Rural, como do Departamento Nacional de Higiene, durante o governo de Wenceslau Brás (1914-1918) são iniciativas que partiram da compreensão de que as endemias seriam responsáveis pela diminuição do trabalho produtivo no campo. O combate ao impaludismo, às verminoses, à sífilis e ao alcoolismo fazia parte do conjunto de estratégias defendidas pelos adeptos do higienismo rural, medidas que, na concepção de intelectuais como Monteiro Lobato, levariam ao aperfeiçoamento da raça.

Já as preocupações da Sociedade Brasileira de Higiene, fundada na década de 1920, detinham-se sobre temáticas vinculadas à vida nas cidades, como os problemas de saúde dos operários nas fábricas, a organização de um espaço urbano saudável, além de questões relativas à puericultura (SANTOS e FARIA, 2003). No Brasil, segundo Chalhoub (1996), a representação dos setores mais pobres da população como *classes perigosas*, se devia não só aos problemas ligados à organização do trabalho e manutenção da ordem pública, mas ao perigo do contágio. Assim, o desafio de organizar a cidade de forma salubre tornava-se um problema que abrangia toda a sociedade. Para o autor, a ligação entre civilização, ciência e higiene, permitiu que as medidas saneadoras assumissem uma forma científica “neutra”, acima dos interesses e conflitos sociais, para gerir a cidade.

Para Heloísa Helena Pimenta Rocha, tanto médicos-higienistas, como sanitaristas e engenheiros, produziram propostas de intervenção sobre as cidades, a partir dessa concepção de ciência:

Auto-representando-se como porta-vozes da razão, do progresso e da modernidade, esses *homens de ciência* reclamam para si a responsabilidade pelos destinos da cidade e de seus habitantes, procurando impor-lhes um conjunto de preceitos que deveria guiar as suas vidas. Investindo sobre o espaço urbano, buscam organizar cientificamente a cidade, produzindo um espaço classificado, geometrizado, onde tudo pudesse ser ordenado, controlado (2003, p. 32).

A ação saneadora, transformada em questão nacional, exigia não somente a readequação dos espaços públicos, mas também o controle das práticas individuais. Segundo Marques, a “higiene era, antes de mais nada, ‘a prática da saúde’, o beneficiar-se cientificamente de conhecimentos que proporcionariam ‘vida saudável’, ao mesmo tempo em que se cultivaria a vontade, elevando o caráter para tornar o cidadão apto para construir a grande nação” (1994, p. 108). O que, do ponto de vista da eugenia, qualificava “a higiene como impositora de normas para regular a vida social das populações urbanas, ampliando consideravelmente aquele campo de atuação” (1994, p. 27).

Para Margareth Rago, durante a Primeira República, “o esquadramento ‘científico’ rigoroso da população trabalhadora” teria facilitado o processo de saneamento urbano, permitindo “exercer um controle científico-político do meio” (1985, p. 165). Os defensores da eugenia no Brasil, a exemplo das sociedades européias, se preocupavam com a educação moral, higiênica e sexual. Entretanto, ao contrário da Europa, o saneamento adquiriu também um caráter importante na difusão desse ideário no Brasil e provocou divisões entre os membros da Sociedade Eugênica. A partir da análise das propostas do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, Vera Marques identificou diferentes posições acerca das concepções e aplicações da ciência eugênica à realidade brasileira, divergências “quase que restritas ao fator racial, motivo maior de todas as controvérsias” (1994, p. 67).

Embora fossem mínimas, essas divergências impediram o apoio a políticas “negativas” de esterilização, como ocorreu, por exemplo, nos Estados Unidos. Fizeram vingar, entretanto, a propaganda eugênica, através de recomendações do exame pré-nupcial, das orientações da

higiene mental, da ênfase na higiene escolar e no papel dos educadores sanitários, além da defesa do saneamento do país (MAGALHÃES, 2005).

As reformas sanitárias, nessa perspectiva, seriam insuficientes para garantir a marcha rumo à civilização, a partir da compreensão de que as “classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais” (CHALHOUB, 1996, p. 29).

Tanto na Europa como no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, a ameaça da degenerescência foi responsável pela ampliação do projeto higiênico. O argumento degenerativo deslocou o olhar do controle das epidemias para o controle do indivíduo, para suas práticas pessoais e hábitos considerados perniciosos – alcoolismo, prostituição – e que exigiam uma atuação higiênica no campo da prevenção e “da conversão das práticas de manutenção do corpo” (VIGARELLO, 2001, p. 181).

A partir dessa atenção ao indivíduo, médicos-higienistas, eugenistas e educadores passaram a compartilhar da compreensão de que o principal alvo das práticas de regeneração da nação deveria ser a infância. A representação dessa etapa da vida como um momento de fragilidade e, ao mesmo tempo, passível de intervenção e moldagem, transformou a discussão sobre a saúde e educação das crianças em um problema que escapava ao âmbito privado, para se tornar “uma questão de ordem pública, que atingia a Economia e a Sociedade no Brasil” (BRITES, 1999, p. 87). Embora as representações sobre a infância não possam ser tratadas de forma homogênea, um aspecto comum que se destaca, no período estudado, é a correspondência entre os cuidados higiênicos nessa etapa da vida e o fortalecimento da nação.

A análise da representação da natureza infantil como “matéria plástica e plasmável”, disseminada, a partir da década de 1920, tanto por médicos-higienistas, como por setores da intelectualidade brasileira que defendiam uma renovação educacional no país, é uma das contribuições importantes das pesquisas desenvolvidas por Marta Maria Chagas de Carvalho (2004, 2000, 1998, 1997). Os trabalhos de Carvalho têm sido tomados como referência para os pesquisadores da história da educação que se dedicam à análise das relações entre o movimento higienista e o movimento educacional nas primeiras décadas do século XX.

A atuação do movimento higienista em relação à escola primária paulista foi significativa nesse período. Investigando a constituição do Instituto de Hygiene de São Paulo, entre 1918 e

1925, Heloísa Helena Pimenta Rocha, a partir dos conceitos desenvolvidos por Carvalho, buscou compreender o espaço que a educação adquiriu nesse processo de reforma sanitária.

Em que residiria o poder dessa instituição? Como se justificariam os intentos de alçá-la ao lugar de eixo da educação sanitária? Além de congregar todas as crianças, o que justificaria essa crença na capacidade redentora da escola primária? Essas questões põem em cena o elemento central sobre o qual se alicerça a tese do Dr. Almeida Jr, aquele sobre o qual repousam desde as justificativas para o apelo à escola, por parte dos médicos-higienistas, até os métodos, procedimentos e recursos a adotar na educação sanitária – a teoria do hábito, fundada no suposto da plasticidade infantil. (2003, p. 181)

Para a autora, “os médicos higienistas elegeriam a infância, concebida como matéria maleável e moldável, como alvo prioritário, sem se descuidar, entretanto, da obra de instrução dos adultos” (2003 b, p. 54). O papel da escola como “centro irradiador de práticas higiênicas moralizantes”, transformando-se em “um instrumento cívico, de constituição e conformação do sujeito nacional” (MARQUES, 1994, p. 102), foi se tornando cada vez mais acentuado ao longo das primeiras décadas do século XX.

No âmbito da educação brasileira, a introdução, na escola normal, e, em alguns casos na escola primária, de noções sobre puericultura, apoiava-se na concepção de que as mulheres seriam naturalmente responsáveis pelos cuidados infantis, antes até do nascimento e da concepção (VIVIANI, 2003). Processo que associou a figura do médico a do educador nos impressos que se dirigiam não só às mães e professoras, mas também, em alguns casos, aos alunos das escolas primárias. Associação divulgada tanto por editores particulares, como pelos serviços de propaganda e educação sanitária, e que procurava destacar a necessidade da educação das mulheres para o desempenho das tarefas maternas, de acordo com os princípios científicos. Tarefas representadas como uma responsabilidade cívica das mães.

A representação da infância como uma etapa específica da vida, que demandaria cuidados diferentes dos dispensados no tratamento das doenças dos adultos, também foi um dos mecanismos empregados pelos pediatras no processo de afirmação dessa especialidade médica no Brasil (PEREIRA, 2008). Nos textos dos guias maternos, essa representação se fez presente, a partir da ênfase na adoção, pelas mães, dos critérios propostos por esses especialistas. Reforçando a autoridade desses profissionais em relação à criação dos filhos, os conselhos pediátricos,

veiculados nesses impressos, deveriam ser observados rigorosamente, como garantia do desenvolvimento físico e mental da criança.

As representações produzidas pelos médicos sobre o exercício da maternidade, em diferentes tipos de impresso, a partir do século XVIII, foram discutidas por Elisabeth Badinter, na pesquisa sobre a constituição do “mito do amor materno”, referência para vários estudos sobre esse tema. O questionamento do emprego de um modelo universal de maternidade tem sido um dos aportes das análises vinculadas à história das mulheres nas últimas décadas do século XX (SCOTT, 1992). A partir da década de 1980, a introdução do conceito de gênero e as abordagens propostas pela história cultural, trouxeram novas contribuições a essa discussão, permitindo análises diferenciadas das que se apoiavam na idéia de vitimização feminina (SOHIET, 1997).

Nos guias maternos estudados, a análise das representações sobre a maternidade procurou considerar os processos de apropriação e resistência, a partir das questões propostas por Chartier sobre a história das mulheres:

Desta forma, reconhecer os mecanismos, os limites e, sobretudo os usos do consentimento é uma boa estratégia para corrigir o privilégio amplamente concedido pela história das mulheres às “vítimas ou rebeldes”, “ativas ou atrizes do seu destino”, em detrimento “das mulheres passivas, vistas muito facilmente como consentidoras de suas situações, embora justamente a questão do consentimento seja o ponto central no funcionamento de um sistema de poder, seja ele social e/ou sexual”. Nem todas as fissuras que corroem as formas de dominação masculina tomam a forma de dilacerações espetaculares, nem se exprimem sempre pela irrupção singular de um discurso de recusa ou de rejeição. Elas nascem com frequência no interior do próprio consentimento, quando a incorporação da linguagem da dominação se encontra reempregada para marcar uma resistência (1995, p. 42).

Nesse sentido, as referências, nos guias maternos, à presença de diferentes formas de organização familiar nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, que destoavam do modelo de família de acordo com os padrões burgueses (FONSECA, 2000) não podem ser ignoradas, como indícios de resistência ao modelo de maternidade proposto pelos médicos. Recomendações médicas que conformariam o que Maria Martha de Luna Freire (2008) denominou como *maternidade científica*.

A reflexão sobre o impacto que teria produzido a inserção de discursos “científicos” na leitura feminina é um dos aspectos que também se destaca ao se considerar os guias maternos enquanto objeto de estudo. Interrogar esses impressos, buscando identificar tanto aspectos

relativos à produção, quanto à distribuição e circulação dos mesmos, é uma proposta que pretende colocar como centro da pesquisa “os processos pelos quais, face a um texto, é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma significação” (CHARTIER, 1990, p.122).

As representações sobre a leitura feminina discutidas neste texto tiveram como referência as pesquisas de Louro (2000), Martins (2001), Heller (2001) e Dumont e Espírito Santo (2007), na perspectiva de questionar a restrição da leitura feminina a determinado gênero literário ou as limitações impostas pela menor escolarização das mulheres em parte do período estudado. A partir do levantamento das publicações destinadas às mulheres, do questionamento dos índices de alfabetização divulgados e dos processos que permitiriam o aprendizado da leitura pelas mulheres tanto no ambiente escolar como fora dele, as análises efetuadas por essas autoras auxiliaram a reflexão sobre os processos de circulação dos guias maternos em diferentes camadas sociais.

Ao considerar essas publicações como propositoras de práticas relativas ao cuidado e educação dos filhos, procurou-se também investigar os indícios de apropriação, a partir da compreensão de que em relação aos textos, “as práticas que dele se apoderam são sempre criadoras de usos ou de representações que não são de forma alguma redutíveis à vontade dos produtores de discursos e normas” (CHARTIER, 1990, p.136).

A partir de vestígios, como os depoimentos de leitoras do *Guia das Mães*, de autoria do médico Germano Wittrock (1937), ou das consultas que deram formato ao livro de Fernandes Figueira (1919), um dos pioneiros da pediatria no Brasil, pode-se indagar sobre outros usos, não previstos pelos autores e editores dos guias maternos. Proposta que procura aproximar a análise do que Certeau (1994) definiu como “astúcias” e “táticas” - indicadoras de apropriações e resistências.

As questões relativas às leituras úteis, com destaque para a leitura feminina, foram contempladas no primeiro capítulo, intitulado *Indispensáveis em todos os lares*, frase que iniciava a propaganda de dois guias maternos que faziam parte do catálogo da Companhia Editora Nacional, na década de 1930. Além da discussão sobre as representações das leituras úteis como parte de um processo mais amplo de educação popular no Brasil, a partir da expansão da escolarização e do mercado editorial brasileiro, esse capítulo apresenta uma discussão sobre a disseminação dos livros de puericultura e higiene da infância, incluindo-os no contexto de

popularização da leitura no Brasil. No primeiro capítulo ainda são apresentadas as estratégias dos editores brasileiros que, na busca de novos leitores, se apropriaram de temas relacionados à higiene, dirigindo-se em especial ao público leitor feminino, conformando uma “biblioteca da mulher”

O segundo capítulo, A medicina de crianças: de “cadeira facultativa” a prioridade nacional, inicia com a análise do processo de consolidação da especialidade pediátrica no Brasil, sob influência teórica da medicina alemã e francesa. A partir dessa discussão, o texto se propõe averiguar o papel do higienismo na associação entre a figura do médico e a do educador. Associação que ocorreu em torno do que se concebia como responsabilidade da mulher em relação à saúde infantil, tanto em seu papel maternal quanto no de professora. As trajetórias dos autores também compõem esse segundo capítulo, como um dos elementos a serem considerados em relação à escrita dos textos, a partir dos conceitos desenvolvidos por Bourdieu (1999) sobre o mercado de bens simbólicos.

O processo editorial, que compreende tanto a análise da inserção das editoras no mercado livreiro como os aspectos vinculados à materialidade dos textos, é o tema do terceiro capítulo, *Às minhas leitoras*, título da dedicatória da *Cartilha das Mães* (ROCHA, 1935). Identificando a disseminação de um modelo editorial que constituiu os guias maternos brasileiros, a partir da disseminação dos manuais franceses de higiene e puericultura, esse capítulo trata dos dispositivos textuais e gráficos, presentes nos livros analisados, que procuravam produzir determinadas práticas de leitura, a partir das representações de autores e editores sobre as capacidades leitoras femininas. São questões que permitem abordar as representações sobre a maternidade e a infância, na perspectiva proposta por Chartier, de “reconstituir trajetórias complexas, da palavra proferida ao texto escrito, da escrita ligada aos gestos feitos, do livro impresso à palavra leitora” (1990, p. 136).

Ouvir os conselhos da hygiene é conservar a saúde dos filhos, título do quarto capítulo, é a advertência feita às leitoras de Fernandes Figueira, no livro *Consultas Práticas de Hygiene Infantil* (1919). Tratando das representações sobre a maternidade, esse capítulo parte da análise do emprego dos índices de mortalidade infantil, veiculados nos guias maternos, como justificativa para que as mulheres adotassem as recomendações médicas no que concerne à saúde e educação dos filhos. Os argumentos médicos, que associavam, à época, a mortalidade infantil à

ignorância propunham como solução para esse problema a adoção de práticas maternas baseadas na ciência e não na tradição. A apresentação às mães de uma série de procedimentos, disseminados nos guias, tanto pelos conselhos médicos como pelas ilustrações, exigiam uma leitora obediente, além de habilidosa. Amamentação e higiene, fatores considerados pelos pediatras como essenciais para fazer baixar o número de óbitos antes do primeiro ano de vida, conformaram os dois aspectos principais das representações sobre a maternidade: a mãe que amamenta e a mãe enfermeira.

No último capítulo, *A criança perfectível*, as representações sobre a infância presentes nos guias maternos foram tratadas a partir das concepções médicas sobre o corpo infantil, concebido como incompleto, frágil, sujeito às doenças. Dividindo a infância em função dessa representação, os guias maternos propunham cuidados diferenciados com o recém-nascido, que se assemelhavam aos que deveriam ser ministrados à criança enferma. Após essa etapa, para o lactente e o pré-escolar, a família deveria garantir a aquisição da robustez e da disciplina, a partir da representação do sistema nervoso da criança como “plástico”, “moldável como cera”, nos dizeres dos pediatras Almeida Jr. e Mario Mursa (1933).

Os guias maternos brasileiros reproduziram um ideário médico em torno da educação da mulher e da criança, a partir de um conjunto de representações que desqualificavam outros procedimentos que não se adequassem às recomendações médicas. Entretanto, ao mesmo tempo, acrescentaram um novo repertório às leituras femininas, com prescrições que traziam como exigência a ampliação da educação da mulher, além de possibilitarem, em virtude de diferentes dispositivos editoriais, outros usos não previstos por autores e editores, mas que representavam marcas de resistência.

CAPÍTULO 1 – *Indispensáveis em todos os lares*⁷

*Uma instrução variada a todas as classes de cidadãos*⁸

Uma das estratégias editoriais, empregada na promoção de diversos catálogos de livrarias e editoras brasileiras, na primeira metade do século XX, foi classificar como *úteis* publicações que se destinavam a diferentes setores da população. A utilidade, nesses casos, poderia se referir a práticas bastante distintas, como o aprendizado de ofícios ou a escrita de cartas⁹. No caso específico de impressos sobre maternidade e saúde da infância, sua inclusão na categoria de leituras úteis se relaciona ao papel que esses impressos tiveram na vulgarização de conhecimentos científicos, vinculados ao ideário médico-higienista.

O emprego do conceito de utilidade em relação a essas publicações necessita, portanto, ser compreendido em relação ao contexto específico de disseminação desse ideário no Brasil. Entretanto, analisar as representações, em diferentes conjunturas históricas, empregadas para definir o *conhecimento útil*, pode auxiliar na análise dos motivos que levaram à promoção de determinados tipos de textos como fundamentais para a organização de ações cotidianas de trabalhadores, mães e donas de casa.

O emprego desse conceito assumiu lugares distintos, em diferentes períodos históricos. De acordo com Peter Burke, entre o final da Idade Média e o início da Idade Moderna, o *conhecimento útil* se distinguia do *liberal* por se apresentar associado às atividades comerciais e artesanais, pouco valorizadas. O conhecimento dos clássicos gregos e latinos era considerado como mais elevado e atributo das classes sociais privilegiadas. Da mesma forma, a distinção

⁷ Expressão empregada na contracapa do livro *Como desenvolver o apetite da criança* (ALDRICH, 1935), para promover os guias maternos *Livro das Mães* e a *Cartilha das Mães*, de autoria, respectivamente, dos médicos Almeida Jr. e Mario Mursa (1933) e Martinho da Rocha (1937).

⁸ Excerto do artigo de apresentação de *O Museu Portuense Jornal de Historia, Arte, Sciencias Industriaes e Bellas Letras*, nº1, de 1/8/1838. Exemplar digitalizado e disponível para consulta no seguinte endereço eletrônico: <http://books.google.com.br/books>, acesso em 29/4/2011.

⁹ Pode ser citado como exemplo dessa categoria de leitura o catálogo da *Bibliotheca de livros uteis e scientificos*, da Livraria Popular de Francisco Franco, de Lisboa, que incluía publicações como o *Manual Prático do Licorista* ou o livro *Tudo que o homem e a mulher devem saber aos 45 annos (idade critica para os 2 sexos)*, vendido, na década de 1910, a 300 réis cada volume – “pelo correio 325 réis” (apud STALL, 191[?], quarta capa). No caso do Brasil, o livro *Bôas Maneiras (manual de civilidade)*, publicado pela Companhia Editora Nacional na década de 193, era anunciado como parte da coleção dessa editora, que reunia obras sobre “educação sexual, moral physica, saude e optimismo” (apud ALMEIDA JR. e MURSA, 1933, quarta capa).

entre conhecimento teórico (*scientia*) e prático (*ars*) predominou na Europa Moderna. O autor afirma que “os artesãos eram vistos pelas classes altas como praticantes das sete ‘artes mecânicas’, tradicionalmente especificadas como a confecção de roupas, a construção de navios, a navegação, a agricultura, a caça, a cura e a interpretação teatral” (2003, p. 81).

Entretanto, a Ilustração introduziu mudanças em relação à compreensão dessa distinção. A idéia de *conhecimento útil* seria retomada, de outra forma, no século XVIII, vinculada à tecnologia, principalmente em relação à engenharia e à ciência aplicada. De acordo com Peter Burke, na transição entre o Renascimento e o Iluminismo, “o conhecimento útil se tornara respeitável”, a ponto de merecer a atenção do *Gentleman’s Magazine* de maio de 1731, que afirmava que “nosso conhecimento deveria ser, em primeiro lugar, do que é mais útil e, depois, daquilo que está na moda e do que se deve fazer para se tornar um cavalheiro” (2003, p.104).

Contrapondo o entretenimento inútil ao bom emprego do tempo, Rousseau definiu, no século XVIII, o que seria uma sociedade ideal:

Lembro-me de ter visto em minha juventude, nas cercanias de Neuchâtel, um espetáculo bastante agradável e talvez único na terra [...] Esses felizes camponeses, todos abastados, isentos de taxas, de impostos, de subdelegados, de corvéias, cultivam, com todo o empenho possível, bens cujo produto vai para eles mesmos, e empregam o lazer que essa cultura lhes deixa em fazer mil trabalhos manuais e em aproveitar o gênio inventivo que a Natureza lhes deu. [...] Isso não é tudo: eles têm livros úteis e são razoavelmente cultos [...] Todos sabem desenhar, pintar e calcular um pouco; a maioria toca flauta, muitos sabem um pouco de música e cantam afinados (1993, p. 76-77).

Os *livros úteis*, para Rousseau, surgem associados ao tipo de conhecimento considerado adequado pelo autor às camadas populares: o aprendizado dos trabalhos manuais e a aquisição de habilidades que permitiriam apreciar a pintura e a música. Estudando os aspectos educacionais do ideário iluminista no século XVIII, Carlota Boto destaca alguns pensadores, como Diderot e, especialmente, Condorcet, que compreendiam a instrução “por seu papel de esclarecimento, como privilegiada estratégia formadora de códigos de civilidade e, principalmente, de registros de civilização” (2003, p. 741). Nas sociedades ocidentais contemporâneas, o ideário iluminista em torno do conhecimento, embora não compartilhado da mesma forma pelos pensadores a ele identificados, propunha considerar a educação como valor nacional. O acesso ao conhecimento surge, nessa perspectiva, associado à concepção de progresso e civilização, a partir de uma interpretação moral, vinculada à idéia de Estado Nacional.

Esse debate teve uma implicação direta na produção de impressos que se destinavam a setores mais amplos da população, considerando-se que as propostas relativas à educação extrapolaram a instrução ministrada nas instituições de ensino que se disseminaram no século XIX (VEIGA, 2005). O conceito de *utilidade*, aplicado ao conhecimento e, dentro desse aspecto, à classificação de leituras não é, portanto, homogêneo ou relativo apenas à educação realizada nas escolas. Aplica-se a outras estratégias para educar a população, entre as quais se inclui a publicação de impressos dirigidos às camadas mais pobres, prática que se disseminou da Europa para a América.

Em Portugal, as idéias que associavam educação, modernidade e progresso se difundiram a partir das mudanças liberais ocorridas no século XVIII, durante a administração do Marquês de Pombal (1750 a 1777). A representação sobre o atraso da nação portuguesa, no século XIX, em relação aos países mais desenvolvidos da Europa (FERREIRA, 2003), foi responsável por algumas iniciativas como a criação da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis.

Uma das atividades dessa sociedade foi a edição do periódico semanal português intitulado *O Panorama, jornal litterario e instructivo*, cujo primeiro número data de maio de 1837. A rainha de Portugal à época, D. Maria II, participava como *acionista* dessa sociedade, a quem os autores dedicaram o primeiro exemplar do jornal. Nesse número, justificava-se a criação da sociedade e do jornal, a partir do que seria um descompasso entre Portugal e os demais países europeus:

A nação portugueza, cumpre confessa-lo, é uma das que menos tem seguido este movimento progressivo da humanidade. O nosso povo ignora immensas coisas que muito lhe importava conhecer, e esta falta de instrucção sente-se até nas classes, que, pela sua posição social, deviam ser illustradas. Entre os mesmos homens dados ás letras, se acha falharem repetidas vezes, as noçoens elementares de tudo o que não é objecto do seu especial estudo, e a sciencia em Portugal está ainda longe de ter aquelle character de unidade, que ganha diariamente no meio das outras naçoens.

Assim a Sociedade Propagadora dos conhecimentos úteis julgou dever seguir o exemplo dos paizes mais illustrados, fazendo publicar um jornal que derramasse uma instrucção variada, e que podesse aproveitar a todas as classes de cidadãos, accomodando-o ao estado de atrazo, em que ainda nos achamos. Esta nobre empresa será por certo louvada e protegida por todos aquelles, que amam deveras a civilisação de sua pátria (*O panorama*, 6/5/1837, p. 2).

Os debates em torno da necessidade de oferecer uma “instrucção variada a todas as classes de cidadãos” foram responsáveis por algumas iniciativas por parte de setores da imprensa

e de editores portugueses, que divulgavam “aquelles conhecimentos úteis, que admittindo serem tratados sem a especialidade dos princípios scientificos, estão ao alcance de todas as intelligencias” (*O Museu Portuense Jornal de Historia, Arte, Sciencias Industriaes e Bellas Letras*, nº1, de 1/8/1838, p. 1).

Nesse caso, a diferenciação entre os conhecimentos úteis e os princípios *scientificos* é fundamental na compreensão das representações sobre a educação das camadas populares. Retomando as propostas do ideário iluminista, apesar do processo de expansão da escolarização iniciado na segunda metade do século XIX, percebe-se que

no século XIX, seguindo a mesma tendência que se observa no fim do século anterior, a idéia de exercer controle social pela via da ignorância se arrefece e é substituída pela idéia de controle social pela via da educação, tal como fora a explícita intenção dos primeiros introdutores do ensino compulsório e universal na Prússia e na Áustria do século XVIII. Mais do que a defesa da ignorância das massas, o que se ouve, então, são debates sobre quanta educação e que tipo de educação as classes desfavorecidas devem receber, para que a ordem e a harmonia social sejam mantidas (PALLARES-BURKE, 2000, p. 65).

Tratando dos discursos de divulgação científica, Grillo, Dobransky e Laplane destacam a importância de se considerar, na análise da relação entre o discurso científico e o da divulgação científica,

o modo de contato entre duas esferas de circulação do saber e da linguagem: a esfera científica e a esfera da mídia (na qual se insere a divulgação científica). Pensamos que o modo de funcionamento desta, apesar de sujeito a regras próprias (a necessidade de vender um produto, a diversidade do público alvo, a editoração do texto etc.), necessita da legitimidade do discurso científico para a sua eficácia (2004, p. 219).

A tensão entre essas duas esferas pode ser identificada em algumas obras editadas em Portugal entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Alguns editores portugueses publicaram uma série de coleções que associavam ciência e conhecimento útil, como os exemplares da Livraria Popular de Francisco Franco, fundada em 1890, em Lisboa. Reunidos na *Bibliotheca de Livros Úteis e Scientificos*, os livros em questão abrangiam temas como o casamento, a virilidade, o envelhecimento e a higiene da primeira infância. Essa coleção procurava também abarcar as questões práticas do cotidiano, por meio de livros como o *Manual prático de correspondência familiar* (apud CORIVEAUD, 191[?]).

Para a historiadora portuguesa Maria de Fátima Nunes,

tematicamente, a divulgação dos conhecimentos considerados úteis abrange quatro grandes domínios da sociedade e, simultaneamente, áreas caras e importantes ao imaginário liberal e às preocupações concretas e prosaicas de regenerar as forças vitais da Nação – a agricultura, as artes e a indústria, o comércio e a medicina (1990, p. 321).

No que concerne à medicina, trabalhos sobre saúde e educação da família também faziam parte da coleção citada, publicada em Portugal pela Livraria Popular de Francisco Franco, que incluía a tradução do livro do médico francês A. Coriveaud, *A saúde dos nossos filhos. Hygiene da primeira infância* (191?). Havia também alguns títulos traduzidos do inglês, como a obra não datada do médico Sylvanus Stall – *Tudo que o homem casado deve saber. Livro pratico e scientifico da vida conjugal* - anunciada como “Curiosíssimo livro de grande sucesso de livraria em Inglaterra e que todo homem casado não deve deixar de possuir por representar o guia da felicidade conjugal”.

A propaganda dos exemplares traduzidos dessa coleção mencionava o sucesso das edições em outros países europeus, como no caso da apresentação dos volumes três e onze da coleção:

Nº 3 Sylvanus Stall e Madame Emma F. Drake.
(Doutores em Medicina)

Tudo que o homem e a mulher devem saber aos 45 annos (idade critica para os 2 sexos). [...] Conta esse livro em Inglaterra 51 edições e em França 66!

[...]

Nº 11 - Dr. Kauchffaman

Como se póde prolongar a vida

Livro indispensável a toda humanidade e que conta na Allemanha 36 edições seguidas, contendo as tabellas comparativas da mortandade nas diversas edades e como praticamente e seguindo as regras hygienicas tanto no alimento como no vestuário se póde conseguir a longevidade (In CORIVEAUD, [191?]).

Editados em brochura, os dois números consultados dessa coleção apresentam a primeira capa com ilustração em cores e o catálogo da editora na segunda, terceira e quarta capas¹⁰. Provavelmente para baratear as edições, nesses exemplares, a ilustração se restringe à capa, no caso da obra de Stall (191?), e a poucas ilustrações em branco e preto ao longo do texto, no livro de Coriveaud (191?). Chama a atenção, na obra de Stall, a presença de um sumário comentado, descrevendo em detalhes trechos do próprio texto do capítulo, como um facilitador para a

¹⁰ Os exemplares consultados foram encontrados em sebos de São Paulo. São os números 7 e 19 da *Bibliotheca de livros uteis e scientificos*, respectivamente *Tudo que o homem casado deve saber* (STALL, 191?) e *A Saúde dos nossos filhos* (CORIVEAUD, 191?).

consulta do leitor, como no exemplo abaixo, que se dedica aos princípios higiênicos aplicados à educação das crianças.

Capítulo XIV Infância: cuidados e educação

Possibilidade de reformar o filho pela educação – Livros e jornaes que podem auxiliar os paes a educarem os seus filhos – Importância dos primeiros annos – Perigo dos beijos – Importância das influencias dos quartos dos filhos – Deve proteger-se os filhos dos vícios dos criados – Perigo do vicio solitário – A’s perguntas honestas dos filhos, é necessário que os paes dêem respostas justas e scientificas – Prevenirão assim as más informações que os seus filhos receberiam de companheiros viciosos. O dever dos paes no momento da puberdade – Educação phisica e moral. Conclusão. (STALL, [191?], p. 147).

No conteúdo desse capítulo, o autor incluiu algumas orientações, que também comparecem nos guias maternos brasileiros, editados na primeira metade do século XX, como a importância da disciplina na primeira infância: “a questão das horas das refeições, da duração do somno, a de saber se o filho deve ser embalado ou trazido ao colo quando chora, ou deixado no seu berço, tudo isso tem uma muito grande importância desde o começo” (STALL, [191?], p. 134).

A ciência, nessas coleções, é representada como forma de prolongar a vida, a partir de conhecimentos úteis para viver bem. Nesse sentido, esses impressos se constituem como parte das estratégias do Estado Moderno, propondo práticas que visavam garantir o desenvolvimento saudável das crianças e prevenir as doenças, com o objetivo de diminuir as taxas de morbidade na população (FOUCAULT, 1999). Embora escritos, na maioria dos casos, por “homens de ciência” (ROCHA, 2003), configuram o que Chartier (1994) definiu como a produção de textos com a intenção de anularem-se como discursos, no sentido de se tornarem propositores de práticas, adaptando e transformando, nesse caso, o discurso científico. É o caso, por exemplo, dos editores do jornal *O Museu Portuense Jornal de Historia, Arte, Sciencias Industriaes e Bellas Letras* (1838), que propunham divulgar os conhecimentos úteis à população “sem a especialidade dos princípios scientificos”.

Semelhante às edições da Livraria Popular de Francisco Franco, a *Colleccção do Povo Scientifica Artística* era apresentada pela Livraria Editora Guimarães, Libanio & C., na primeira década do século XX. Além dessa editora, a Empresa Literária Universal, também sediada em Lisboa, oferecia aos leitores a *Coleção Scientifica*, da qual se analisa neste capítulo o primeiro exemplar, *Gravidez e parto, leitura scientifica privada* (SCHAFT, [191?]). A associação nesses

impressos entre utilidade, ciência e a sua identificação com o que seriam leituras populares demanda uma reflexão que não se restringe à questão dos processos que permitiriam um barateamento das publicações. As definições em torno da cultura popular têm sido objeto de polêmica no campo da história, pelo menos desde a década de 1960. Em relação à história da leitura, essas discussões têm se encaminhado para um questionamento da diferenciação entre cultura popular e cultura erudita. Segundo Roger Chartier,

a cultura popular é uma categoria erudita. [...] Produzido como uma categoria erudita que visa a definir e a descrever produções e comportamentos situados fora da cultura erudita, o conceito de cultura popular traduziu, em suas múltiplas e contraditórias acepções, as relações entre os intelectuais ocidentais com uma alteridade cultural ainda mais difícil de pensar que a encontrada nos mundos “exóticos” (2003, p. 141).

Natalie Davis considera que o uso das palavras povo e popular eram “tão ambíguas no uso letrado do século XVI como o são no nosso”. Designando todos os *nativos do reino* ou limitando-se a uma parcela como os cidadãos comuns, *os não letrados*, a palavra povo também foi empregada no século XVI para referir-se aos “que trabalhavam com a terra e que se ocupavam das tarefas e serviços menores” (1990, p. 158).

Para Geneviève Bollème, pesquisadora que estuda os almanaques franceses dos séculos XVII e XVIII, o termo *popular* refere-se “a um modo de enunciar o que concerne ao povo e que é, com efeito, objeto de toda uma política implícita nesse enunciado e que diz respeito à língua que falamos” (1988, p. 1). O interesse em observar as proposições desses autores reside, justamente, em refletir sobre o caráter político contido na classificação de determinadas obras como populares – entre as quais estão incluídos os impressos objeto desta pesquisa¹¹. Da associação com a ignorância e desqualificação social no século XVII, o termo popular teria passado por uma resignificação, a partir da disseminação das idéias iluministas, em um movimento que propunha uma pedagogia, vinculada à incorporação do “povo” ao projeto coletivo de formação de nação (REVEL, 2009, p. 160-161).

¹¹ Diversos autores, interessados na discussão sobre a produção e circulação de livros populares, analisaram os impressos da cidade francesa de Troyes no início do século XVII e que receberam o nome de *Bibliothèque Bleue*. Entre eles, podemos citar Chartier (1990); Bollème (1988); Mandrou (1964); Davis (1990); Hébrard (2002). Segundo Chartier, a política dos inventores dessa fórmula editorial “consiste em retirar do repertório dos textos já editados aqueles que lhes parecem convir às expectativas e competências do vasto público que pretendem atingir”. Dessa forma, segundo o autor, “esses textos passavam a confrontar o leitor, por meio de um conjunto de novos constrangimentos e regras, criados não só pelos autores, mas também por editores” (1990, p. 129).

Em relação à organização textual, os impressos considerados populares apresentam em comum “representações implícitas das competências e das expectativas dos leitores menos hábeis”. Essa representação da leitura popular seria responsável pela disposição do texto “em sequências breves, desconjuntas, fechadas sobre elas mesmas, repetitivas, [...] ajustada a uma leitura entrecortada, sem memória, retida por fragmentos textuais” (CHARTIER, 2003, p. 160-163). Dispositivos que demonstravam a distinção feita entre esse tipo de publicação e obras de cunho acadêmico e literário, a partir da configuração do texto e das ilustrações, como também em relação à encadernação, papel empregado, tiragem e tipo de publicidade.

Entretanto, quanto aos textos considerados populares, de acordo com Natalie Davis (1990), é fundamental considerar a diferenciação em relação ao *público* – aqueles a quem os autores e editores destinavam seus trabalhos e a *audiência* – os que efetivamente liam os livros. Procurando aproximar-se dos leitores “reais” e dos processos de circulação de impressos, o emprego de depoimentos e de textos literários tem se tornado um dos recursos acionados pelos historiadores. Os estudos desenvolvidos por Ginzburg, Darton e Jean Hébrard são exemplos que tratam das diferentes formas de leitura e de apropriação pelos leitores¹².

Considerando essas questões, é preciso esclarecer que, nesse texto, foram tomadas como ponto de partida as definições empregadas por autores e editores, que classificaram uma série de obras como populares no período estudado. Os dispositivos textuais e tipográficos presentes nas obras estudadas são os elementos que possibilitam uma análise das representações dos que atuavam no setor editorial acerca das preferências, limitações e necessidades de setores sociais menos favorecidos.

¹² As reflexões de Ginzburg (1987) em torno das leituras feitas pelo moleiro Menocchio no século XVI são um exemplo dessa discussão sobre as relações entre leituras eruditas e populares e os vestígios das formas de apropriação dos textos, diferenciadas das intenções de autores e editores. Da mesma maneira, Hébrard (2009) investiga, por meio das memórias de Jamerey-Duval, um camponês do século XVIII, os processos de autodidatismo em relação ao aprendizado da leitura e apropriação de textos. Investigando um acervo de cartas da Sociedade Tipográfica de Neuchâtel do século XVIII, Robert Darton (2009) também se aproxima das relações entre leitor e autor, no caso o comerciante Jean Ranson e o escritor iluminista Jean Jacques Rousseau.

O mercado editorial brasileiro e as “leituras úteis”

No caso do mercado editorial brasileiro, a presença dos livros franceses, desde a vinda da corte portuguesa para o Brasil, tem sido bastante estudada por vários autores, entre eles, Márcia Abreu. Referindo-se aos pedidos feitos à Mesa do Desembargo do Paço do Rio de Janeiro, a autora destaca que

entre 1808 e 1824, oitenta e quatro pessoas dirigiram-se à Mesa com o intuito de obter a liberação de 1190 títulos de Belas Letras, vindos da Europa - considerando-se os múltiplos pedidos para uma mesma obra, chega-se ao total de 1956 livros. A maioria dos autores dos pedidos não se preocupava em indicar a procedência dos impressos, mas dentre os que o fizeram, a maioria aponta a França como local de onde partiam as obras, seguida de perto pela Inglaterra (2000, p. 189).

Entretanto, a partir da segunda metade do século XIX, a expansão da urbanização e o crescimento do número de alfabetizados no Brasil fizeram com que se ampliasse o número de leitores para os textos em português. Na pesquisa realizada sobre literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro, entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, Alessandra El Far afirma que o aumento da circulação de livros portugueses no país, no final do século XIX, ocorreu em virtude da facilidade de acesso ao idioma e da superioridade técnica de impressão dos editores portugueses.

Certamente, a língua comum aos dois povos facilitava a aceitação dessas obras. No entanto, um outro fator foi tão decisivo quanto esse: os avançados procedimentos de produção e divulgação do livro português, em especial daquele com feições populares, direcionado ao grande público. Esses volumes não só chamaram a atenção dos leitores brasileiros como tiveram grande influência nos processos de impressão e vulgarização do livro no Brasil (2004, p. 50).

Evidências de que livros como esses circularam no Brasil e influenciaram nosso mercado editorial foram identificadas por intermédio, por exemplo, dos documentos da Real Mesa Censória (ABREU, 2000), de inventários pessoais ou de livrarias, ou por meio do levantamento de propagandas em periódicos da época, como no estudo de Maria Lucília Viveiros Araújo (2008), sobre a circulação de livros em São Paulo no século XIX. Algumas editoras portuguesas publicaram edições comuns aos dois países, como é o caso, por exemplo, do *Almanaque Bertrand*, com a primeira edição datada de 1899, e que foi distribuído no Brasil até pelo menos a década de 1950 (PARK, 1999, p. 68).

Tanto em Portugal quanto no Brasil, parte das publicações mais baratas associava o adjetivo útil às leituras denominadas ao mesmo tempo como científicas e populares. A idealização de um público leitor para um segmento de impressos, classificado por editores como “leitura para todos”, “collecção do povo” ou “livros úteis”¹³, a partir das representações sobre o que compunha o interesse popular, e as estratégias que autores e editores empregaram para atingir o maior número possível de leitores, são parte importante das indagações deste capítulo.

Um exemplo que trata dos leitores do Rio de Janeiro, do começo do século XX, encontra-se na obra do jornalista Paulo Barreto, mais conhecido como João do Rio. O trecho do livro *A alma encantadora das ruas* revela aspectos do que se considerava como o “gosto popular”:

Exatamente na esquina do teatro São Pedro, há dez anos, Arcanjo, italiano, analfabeto, vende jornais e livros. É gordo, desconfiado e pançudo. Ao parar outro dia ali, tive curiosidade de ver os volumes dessa biblioteca popular. Havia algumas patriotadas, a *Questão da Bandeira*, o *Holocausto*, a *D. Carmem de B. Lopes*, a *Vida do Mercador e de Antônio de Pádua*, o *Evangelho de um Triste* e os *Desafogos Líricos*. Estavam em exposição, cheios de pó, com as capas entornadas pelo sol.

- Vende-se tudo isso?

- Oh! Não. Há quase um ano que os tenho. Os outros sim: modinhas, orações, livros de sonhos, a *História da princesa Magalona*, o *Carlos Magno*, os testamentos dos bichos...

Levantei as mãos para o céu, como pedindo testemunho do alto. As obras vendáveis ao povo deste começo de século eram as mesmas devoradas pelo povo dos meados do século passado! (1997, p. 136-137).

Também tratando do mesmo período, Luiz Edmundo acrescenta, no livro *O Rio de Janeiro do meu tempo*, um apanhado das obras vendidas nas ruas da então capital federal:

Também vende, o preto, folheto de cordel: A História da princeza Magalona, o João de Calais, a Vida de S. Francisco de Assis, o Testamento do gallo, bem como as “últimas vontades” de todos os animaes e ainda aquella literatura que o Quaresma então espalha, pelas portas de engraxates e que se vende a cavallo, num barbante, ao lado do Livro de S. Cypriano e do Diccionario das flores, das fructas ou linguagem dos namorados (1938, p.134).

¹³ São expressões que constam em algumas revistas e obras das primeiras décadas do século XX. Por exemplo, na capa do livro *O poderio da Inglaterra* (MACEDO, [191?]) havia a referência à *Collecção do Povo*, organizada pela Livraria Editora Guimarães, Libanio & C., em Lisboa. No Brasil, temos o exemplo da revista *Leitura para todos*, que foi publicada por Luís Bartolomeu de Sousa e Silva – fundador de *O Tico-Tico* – a partir de 1905 (LIMA, 1963, vol.3, p.1179). No caso das editoras, a Livraria Teixeira promovia os itens do seu catálogo em anúncio que iniciava com a frase “Livros úteis e novidades literárias” (apud ARROYO, 1990).

Podemos encontrar nessa citação a referência a Pedro Quaresma, que fundou em 1879 a Livraria do Povo. Dominando o mercado de publicações de baixo custo, a livraria editou além da *Folhinha do Povo*, bastante requisitada durante décadas, inúmeros títulos que circulavam, inclusive, no mercado informal das ruas do Rio de Janeiro, de acordo com o relato de Edmundo. Na *Bibliotheca da Livraria do Povo* constavam livros como o *Trovador de Esquina*. Apresentado, na capa do livro, como “repertório do capadocio contendo canções populares, fandangos, sambas fadinhos (sic), desafios, cantigas que prendem as raparigas, cantatas que deleitam as mulatas, modinhas que chocam as crioulinhas” (CONEGUNDES, 1901), a relação do conteúdo indica uma estratégia do editor para promover a obra, a partir da descrição detalhada de diferentes itens que poderiam atrair a atenção do público que consumia esse tipo de impresso.

Segundo alguns cronistas, entre as obras que detinham a preferência popular, podiam-se encontrar histórias picarescas, previsões astrológicas, os feitiços, indicações para o jogo do bicho, canções, frases e orientações curtas para diferentes situações do cotidiano, como o namoro e o casamento, guias de profissões ou para atividades domésticas e agrícolas. Algumas dessas crônicas da época, a partir da descrição do cotidiano das cidades, também traziam consigo uma visão depreciativa sobre essas leituras. As críticas à ingenuidade, a uma moral menos rígida e à superstição presentes nas obras populares surgem nos relatos, como se pode observar no excerto da obra de João do Rio.

Ao mesmo tempo, os detalhes de um comércio livreiro, do qual podiam participar imigrantes analfabetos, e a menção a uma “biblioteca popular” que rejeita assuntos mais “sérios” são indicações de que, fora do ambiente mais sofisticado das livrarias e salões de leitura, outras práticas e outros leitores se organizavam. A própria relação de “patriotadas”, epíteto de João do Rio para obras cívicas ou mais eruditas, também suscita reflexões sobre os conflitos entre as obras que setores da intelectualidade brasileira consideravam adequadas à educação popular e as preferências dos que conseguiam reservar alguns trocados para a compra de um livro usado.

Os indícios, observados nas crônicas mencionadas, remetem à concepção de *audiência*, no sentido empregado por Natalie Davis (1990), mas não permitem aprofundar outras questões sobre as diferentes formas de apropriação dessas leituras populares. Entretanto, a análise das representações dos leitores, a partir da conformação editorial dessas publicações, pode contribuir para a compreensão do processo de disseminação de impressos sobre os cuidados com a saúde e a

educação da infância, tratando-os como parte do conjunto de coleções e bibliotecas populares que se propagaram na primeira metade do século XX.

Para tanto, é preciso, em primeiro lugar, investigar as relações entre a ampliação do público leitor brasileiro, a partir do final do século XIX, e a produção dos impressos “populares”. Para Ana Luiza Martins, nesse período, o “tripé indispensável à sustentação da grande empresa editorial se erguia. Configurava-o, basicamente, [...] a evolução técnica do impresso, o investimento na alfabetização, os incentivos à aquisição e/ou fabricação de papel” (2001, p. 166).

Os editores procuravam atrair a atenção desses novos leitores por meio de diferentes estratégias: ilustrações na capa e no início dos capítulos, letras maiores, além do preço baixo. Segundo Alessandra El Far, “diante de um anúncio intitulado ‘livros para o povo’ as pessoas sabiam tratar-se de volumes baratos, de leitura fácil e, em muitos casos, ilustrados com várias estampas” (2004, p. 12).

O formato desse tipo de impresso era, normalmente, o *in quarto* ou *in oitavo* e o preço variava para a brochura entre cem réis e dois mil réis, no final do século XIX, o que correspondia a, aproximadamente, um terço da diária de um trabalhador urbano assalariado. Além dos romances, os manuais de utilidade prática, os livros infantis e as histórias em folhetos foram gêneros que conquistaram leitores. Nenhum desses gêneros surgiu especificamente como leitura popular. Circulavam em edições encadernadas e caras e se tornaram “mais acessíveis com as modificações textuais, gráficas e materiais empregados pelos editores a fim de facilitar a leitura e baratear o custo da impressão” (EL FAR, 2004, p. 97).

A gradual consolidação de um mercado editorial, no Brasil, em concomitância com o processo de urbanização que se intensificou durante a Primeira República, especialmente no Sudeste, permitiu a produção de revistas de diferentes estilos. Para Martins (2001), com a instalação de fábricas de papel no país, na última década do século XIX, essa produção foi facilitada, a partir do crescimento da demanda, associado pela autora ao aumento dos índices de alfabetização.

Em relação à impressão de livros, além da Livraria do Povo, já mencionada, outros editores, como a E. & H. Laemmert, estabelecida no Rio de Janeiro desde 1833, disputaram os leitores brasileiros. Segundo Arroyo, em 1906, os irmãos Laemmert já haviam editado “1440

obras de autores nacionais e tinham traduzido cerca de 400 obras de autores franceses, ingleses, alemães e italianos” (1990, p. 21).

Em São Paulo, na década de 1920, mais de uma dezena de editores publicavam anualmente cerca de 200 títulos, com tiragem aproximada de 1,9 milhões de exemplares, o que indica um crescimento do mercado editorial na cidade. Um dos exemplos de uma política comercial mais agressiva é a experiência de Monteiro Lobato como editor. Nas cartas endereçadas ao escritor e amigo Godofredo Rangel, é possível identificar elementos de uma estratégia editorial destinada a um público mais amplo: “Ponha de preferência um nome feminino, [...] porque, em cheirando mulher lá dentro, os leitores concupiscentes comprem por ver. Editar é fazer psicologia comercial”¹⁴.

Nas décadas de 1930 e 1940, alguns indícios nos aproximam do que seria a distinção feita pelo mercado editorial entre publicações populares e as diferentes obras voltadas para um público mais elitizado. Diversas editoras organizaram, nas primeiras décadas do século XX, bibliotecas médicas ou jurídicas, segmentação que buscava um público com formação acadêmica, como foi o caso da *Bibliotheca Médica Brasileira*, publicada na década de 1930 pela Companhia Editora Nacional. A coleção se dividia em cinco séries: *Manuaes Práticos*; *Monographias*; *Compendios e Tratados*; *Cursos e Lições* e *Cultura Médica*.

Sob a direção de Fernando de Azevedo, a mesma editora organizou a Biblioteca Pedagógica Brasileira, destinada à formação de professores (CARVALHO e TOLEDO, 2004; TOLEDO, 2001). Na década de 1940, o catálogo dessa coleção contava com 45 títulos, entre livros de psicologia, biologia educacional, história da educação e problemas educacionais, de acordo com a propaganda da quarta capa do livro *Educação e seus problemas* (AZEVEDO, 1946).

A disputa editorial, que se tornou mais acentuada nas primeiras décadas do século XX, foi responsável por uma constante adequação dos editores ao mercado. A ampliação da escolarização e a atuação dos serviços de propaganda sanitária contribuíram para que a atenção dos editores se voltasse para temas vinculados à educação da população em relação à saúde, incluindo-os no rol dessas publicações de interesse mais amplo. A divulgação, no Brasil, de coleções como as das livrarias portuguesas, mencionadas anteriormente, também pode ser considerada como um dos

¹⁴ As referências foram obtidas na edição comemorativa *Momentos do livro*, da Editora Ática (1996, p. 46 e p. 67).

indícios da circulação de modelos, que repercutiu no mercado de livros brasileiro. O caso da *Biblioteca do Povo e das Escolas*, editada em Portugal, e que foi comercializada também no Brasil, é um desses exemplos, bastante estudado por vários pesquisadores¹⁵.

Segundo Carvalho e Toledo (2004), o “estudo do impresso como produto de estratégias pedagógicas e editoriais”, tem se afirmado como um importante campo de investigação. Coleções como a *Biblioteca da Educação*, organizada por Lourenço Filho, conformaram, segundo as autoras, um corpus de saberes pedagógicos, produto de uma estratégia editorial. Estratégia essa que apresentava uma dupla inserção em um lugar de poder: “de um lado, a de um interesse econômico de uma casa de edição, [...] de outro, a de uma política cultural que deposita no livro uma missão” (2004, p. 1). Os padrões criados para essas coleções, a partir dos dispositivos gráficos e textuais, foram responsáveis pela produção de suas identidades, bem como pela produção dos destinatários idealizados por autores e editores, por meio de mecanismos de uniformização.

Investigar esses padrões em relação às publicações que são objeto deste trabalho permite ampliar a análise, a partir das estratégias de um mercado editorial em expansão. A disseminação de publicações dos mais diferentes formatos - de “conselhos ao povo” a “guias práticos” - apoiava-se em uma concepção de conhecimento que associava utilidade, conhecimento prático e educação em uma proposta de difusão e vulgarização de informações científicas para amplas camadas da população. No Brasil, iniciativas semelhantes à da *Biblioteca do Povo e das Escolas* ou das obras editadas pela Livraria Popular de Francisco Franco proliferaram.

Tratando desse tema, ao investigar as inter-relações entre a divulgação e a educação científicas no Brasil ao longo do século XX, Bernardo Jefferson de Oliveira identificou “quatro tipos de publicação, autores e públicos”. Em todos eles,

como tendência comum, pode-se observar a representação da ciência com um ar modernizador que se estende aos seus porta-vozes. Eles anunciam o avanço, o progresso e a civilização. Há também em comum a perspectiva generosa de compartilhar conhecimentos importantes, e a edificante crença que a difusão científica tem algo de libertador e construtivo. Além disso, se vê uma tendência geral de expor a utilidade do conhecimento (2004, p. 5).

¹⁵ Um dos trabalhos recentes sobre essa coleção é o de Jorge Carvalho do Nascimento, *História de Portugal para estudantes brasileiros: a biblioteca do povo e das escolas*, apresentado no Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação em 2006.

Disponível em www.faced.ufu.br/colubhe06/.../251JorgeCarvalhoNascimento.pdf, acesso em 12/4/2010.

Dialogando com diferentes públicos, os impressos mencionados fizeram parte de um mesmo processo de valorização da ciência nas sociedades portuguesa e brasileira, que incluía as edições populares. Considerar como “livros úteis e científicos” um conjunto de obras classificado como “popular” indica uma política editorial que trazia como permanência elementos de concepções do início da difusão da imprensa e que foram posteriormente reelaboradas pelo Iluminismo. Nas publicações do século XX, o *conhecimento útil* surge associado à vulgarização do conceito de ciência, termo empregado cada vez com maior frequência em diferentes tipos de discursos no Brasil desde o final do século anterior.

Na década de 1930, por exemplo, a Companhia Editora Nacional de São Paulo anunciava um conjunto de “obras sobre educação sexual, moral, physica, saúde e optimismo”¹⁶. Do catálogo dessa série, constavam as traduções dos livros da médica inglesa Maria Carmichael Stopes, *Amor e casamento*; *Procreação racional*; *Radiante maternidade*. O eugenista brasileiro Renato Kehl também contribuiu para esse catálogo com o livro *A cura da fealdade*.

Além das orientações sobre saúde, o leitor podia escolher, entre as obras sobre “otimismo”, títulos como *O caminho da felicidade* ou *Conservae a mocidade*, do médico Victor Pauchet. Os preços variavam entre quatro e doze mil réis, para os volumes em brochura, e entre seis e quinze mil réis, para os volumes encadernados. No caso específico dessa série, diversos volumes foram publicados em conjunto com a editora Civilização Brasileira do Rio de Janeiro, como parte da sua coleção de obras educativas¹⁷.

A oferta de diferentes coleções, por parte da Companhia Editora Nacional, demonstra ser parte de uma estratégia agressiva de disputa pelo mercado de livros, por meio da qual a editora procurava abarcar uma gama de interesses dos leitores, a partir das concepções de setores da intelectualidade brasileira, entre eles os médicos. Nesse campo de disputa, a saúde da família ganhou destaque nas propostas editoriais, atribuindo aos médicos um papel relacionado à vulgarização de conhecimentos científicos e à educação popular.

Sobre essa temática, a Companhia Editora Nacional organizou a *Biblioteca de Medicina e Higiene para Todos*, da qual o volume um, *Como desenvolver o appetite da creança*, de autoria

¹⁶ Conforme consta na quarta capa de *O Livro das Mamães* (ALMEIDA JR. e MURSA, 1933).

¹⁷ Um exemplo é o livro *Boas Maneiras. Manual de Civilidade*, de Carmen D’Avila. Em sua terceira edição, publicada em 1939, a contracapa apresentava o catálogo da Civilização Brasileira, mas a folha de rosto indicava a edição conjunta com a Cia. Editora Nacional.

do médico Charles Anderson Aldrich, teve sua primeira edição publicada em 1935. O volume brochura custava cerca de seis mil réis, preço que na época seria acessível a trabalhadores urbanos especializados (MONARCHA, 2001), como era o caso de professores e normalistas, aos quais também se destinava a obra *O Livro das Mamães* (ALMEIDA JR. e MURSA, 1933).

A Edições Melhoramentos, de São Paulo, também na década de 1930, apresentava aos leitores a *Bibliotheca Popular de Higiene*, cujo volume 17 tratava da higiene mental, com o sugestivo título *Vícios e doenças que as crianças apanham umas das outras*, do médico Sebastião Barroso. Nas décadas de 1940 e 1950, a mesma editora publicava a série *Saúde para Todos*, que incluía títulos como *Saúde para meu Bebê*; *Como devo criar o meu filho?*; *Ginástica para môças* e “*Doutor, meu filho não come*”, indicativos da disseminação das orientações médicas. A publicação dessas coleções e séries estava vinculada às possibilidades comerciais percebidas pelos editores, mas também se constituía em espaço de interesse intelectual e financeiro para autores que tinham atuação no campo da literatura médica, como é o caso de Martinho da Rocha ou de Pedro de Alcântara, médicos, professores e também tradutores.

Sobretudo no que concerne à educação da população, a divulgação de preceitos científicos aplicava-se à saúde moral e física, tanto das crianças como dos adultos. As relações familiares e de trabalho deveriam incorporar os hábitos higiênicos. De acordo com Heloísa Rocha e José Gondra:

A doutrina da higiene, forjada nos ambientes de formação e de articulação político-científica da ordem médica, não ficou a eles circunscrita, pois a aquisição da legitimidade desejada só foi possível pelo emprego eficaz de estratégias de difusão de seus princípios, o que foi feito com o recurso à imprensa, folhetos, literatura, parlamento, círculos mais ou menos privados e também à escola, ao longo do século XIX e princípios do XX (2002, p. 504).

Numa cadeia de mútua influência entre os interesses dos editores e a recepção dos leitores, a produção desses impressos, no período, indica que o discurso médico-higienista repercutiu para além das fronteiras acadêmicas e político-científicas. Embora quase não se tenha dados sobre a circulação desses títulos, o que chama a atenção são as diferentes estratégias para atingir camadas que se incorporavam ao universo de leitores brasileiros. A averiguação do teor das obras que constavam de alguns catálogos de livrarias e editoras portuguesas e brasileiras do século XIX permitiu identificar que a inclusão de impressos sobre maternidade, saúde e higiene

infantil – como parte das coleções classificadas pelos editores como populares – foi um fenômeno comum aos dois países.

Ampliando a reflexão sobre esse processo de expansão da produção e comercialização de “livros populares”, cabe questionar os significados do aumento de títulos que propagavam discursos higienistas, por meio dos quais se buscava atingir novos leitores e, ao mesmo tempo, acrescentar às leituras “úteis” um novo repertório. Indagar sobre os vestígios do impacto produzido pela divulgação desses impressos é um desafio de investigação que busca uma análise menos uniforme do processo de medicalização da população brasileira.

A Bibliotheca da Mulher

Os dados sobre a alfabetização dos brasileiros nas primeiras décadas do século XX indicam que os índices variavam bastante, acentuando as diferenças entre as capitais, com maior número de alfabetizados, e cidades interioranas. Entretanto, em relação às mulheres, há um aspecto comum a todo o país no que concerne ao crescimento da alfabetização. Segundo Ana Luiza Martins, enquanto que em relação ao conjunto dos paulistas, os alfabetizados passaram de 24% para 29% entre as décadas de 1900 e 1920, “para cada grupo de mil mulheres o número de alfabetizadas mais do que dobrou entre 1872 e 1920” (2001, p. 200).

Segundo Guacira Lopes Louro (2000), a lei de instrução pública no Brasil, de 1827, já propunha a questão da educação feminina, a partir da representação de que a mulher seria a responsável por ministrar a “primeira educação aos seus filhos”. Para a autora, duas visões sobre essa questão disputaram espaço na sociedade brasileira do século XIX e princípios do século XX.

A primeira delas associava a educação feminina à moral cristã, o que implicava na promoção de comportamentos que demonstrassem recato, pudor e a busca pela perfeição moral. Em outro sentido, os princípios positivistas e cientificistas propunham, em relação à educação das mulheres, a incorporação dos conhecimentos científicos, como forma de banir as superstições. Entretanto, a introdução de novas disciplinas como puericultura, psicologia, economia doméstica, identificadas com os “novos conceitos científicos” esbarravam no limite das “velhas concepções relativas à essência do que se entendia como feminino” (LOURO, 2000, p. 448).

O aumento do número de mulheres alfabetizadas, entre o final do século XIX e o início do século XX, está vinculado, em boa parte, à expansão da escola primária e dos cursos de formação

de professores, cujos reflexos se fizeram sentir também em relação à oferta de publicações dirigidas às mulheres. Parcela das revistas paulistas dessa época, por exemplo, compunha-se de um “elenco razoável de títulos com escopos precisos, trazendo a marca da educação da mulher com ênfase na higiene, na atividade filantrópica, no comportamento moralizante, fazendo incursões pela moda, decoração, ensaiando a literatura e atrevendo-se a arroubos de criatividade técnica” (MARTINS, 2004, p. 374).

Ampliando a reflexão sobre esse processo de expansão da escolarização feminina para o universo dos livros, cabe questionar os significados do aumento de títulos que buscavam atingir as leitoras. Intensificando-se na década de 1920, um novo repertório seria acrescido às leituras “úteis”, associado aos discursos higiênicos e moralizadores. Os termos *ciência*, *educação* e *cultura* se revezavam em publicações de baixo custo, as quais definiam o público alvo com expressões como “indispensáveis em todos os lares”¹⁸.

Um novo elemento que se observa nesse processo é o aumento de títulos sobre saúde e educação dos filhos dirigidos ao público feminino, acrescentando aos folhetins, romances e leituras religiosas – gêneros tradicionalmente considerados como leitura feminina – outro repertório, em consonância com os novos papéis que o higienismo atribuía às mulheres.

As orientações em relação à saúde familiar, à organização do ambiente doméstico de acordo com os padrões higiênicos foram temas incluídos nos programas curriculares da escola primária ou do Ensino Normal. Tratando do Código de Educação paulista, proposto por Fernando de Azevedo, e aprovado pelo Decreto 5.884, de 1933, Heloísa Rocha identificou que:

O lugar que mereceram as questões de higiene e saúde nas iniciativas de renovação educacional capitaneadas por Azevedo podem ser evidenciados, ainda, na reorganização curricular do curso de formação de professores e no tratamento conferido à educação doméstica. Em relação ao currículo da escola normal, o *Código de Educação* instituiu a seção de *Biologia Aplicada à Educação*, a qual abrangia estudos sobre a fisiologia, crescimento e higiene infantis, higiene escolar. Para o aprendizado desses conteúdos no Instituto de Educação “Caetano de Campos”, eram previstas aplicações práticas em espaços

¹⁸ Conforme mencionado anteriormente, a expressão faz parte da propaganda que consta da contracapa do volume 1 da *Bibliotheca de Medicina e Higiene para todos*, da Companhia Editora Nacional: “2 livros indispensáveis em todos os lares”. Os editores se referiam ao *Livro das Mães* e à *Cartilha das Mães*, de autoria, respectivamente, dos médicos Almeida Jr. (1933) e Martinho da Rocha (1937). O livro de Almeida Jr., na segunda edição em 1933, tinha como título *O livro das mães*, mas a propaganda de 1935 se refere à mesma obra como *Livro das Mães*.

como o Laboratório de Biologia Educacional e o Centro de Puericultura, criado naquele mesmo ano, conforme destaca Viviani (2007, p. 114).

Quanto à educação doméstica, voltada para os propósitos de preparar a mulher para os trabalhos manuais, afazeres domésticos e atuação na defesa higiênica da criança, contribuindo para a diminuição da mortalidade infantil, o texto legal previa que ela se articulava em torno dos conhecimentos de dietética e puericultura (ROCHA, 2007, p. 8).

Temas presentes também em diferentes “coleções populares”, que se dirigiam, além das professoras, às noivas e às mães de família, na primeira metade do século XX. Segundo Martins, “ao contrário dos segmentos de leitores que se inauguraram com a República – do leitor de esporte ao público infantil – a mulher leitora, desde o Império, fora presença assídua no contexto do impresso” (2001, p. 371). A expansão da leitura feminina, que no século XIX era bastante limitada e marcada por determinados gêneros literários, não pode ser atribuída apenas à criação dos grupos escolares e das escolas normais. Como afirma Bárbara Heller:

Apesar dos baixos índices oficiais de alfabetização feminina no Brasil, a imprensa paulistana da época feita por mulheres e dirigida às mulheres é bastante fértil: além de títulos que nasceram e morreram em pouco tempo, como *Álbum das Meninas* (1898/1900), outros periódicos sobreviveram por bastante tempo, como a *Revista Feminina* (1914-1926), *A Cigarra* (1914-1930), entre outros. A simples variedade de títulos já é bastante sugestiva: como se pode explicar a proliferação de periódicos femininos se praticamente não havia público leitor feminino? Mais ainda: como se pode explicar a longevidade de certos títulos, como *A cigarra*, se a alfabetização feminina aumentava tão lentamente? (2001, p. 4).

A autora discute as diferentes formas de aprendizado da leitura, que não necessariamente passariam pela educação formal, nem constavam dos registros oficiais sobre os índices de alfabetização. Embora a publicação não permita inferir dados sobre a circulação ou mesmo sobre a apropriação dos livros aqui referidos, pode-se, no mesmo caminho de Heller, refletir sobre o significado das várias edições dessas obras e da proliferação de títulos similares em catálogos de editoras brasileiras e portuguesas durante as décadas estudadas.

A partir dessas considerações, surgem algumas indagações sobre os efeitos da disseminação do ideário proposto por pediatras e higienistas, por meio de publicações destinadas ao público feminino, como os guias maternos. As diferentes formas de aprendizado da leitura teriam resultado em distintas maneiras de apropriar-se das propostas desses impressos? Uma

leitura que privilegiava as ilustrações e os títulos em destaque, feita de forma extensiva¹⁹, e não do conjunto da obra, poderia proporcionar outros tipos de usos, não previstos pelos autores?

Portanto, a intenção de reforçar a perspectiva médica sobre o que seria a missão da mulher – gerar, cuidar e educar crianças saudáveis e disciplinadas (FERREIRA, 2003) – não pode ser o único pressuposto na análise dessas publicações destinadas a diferentes públicos femininos. Um olhar mais detido sobre alguns exemplos desse tipo de impresso pode acrescentar alguns elementos a essa interpretação.

O ideário higienista apresentava às leitoras a necessidade dos conhecimentos científicos, por intermédio dos conselhos médicos, tanto em relação à gestação como aos cuidados com os bebês e à organização do ambiente doméstico. Exemplar, nesse sentido, é a iniciativa da Livraria Francisco Alves, do Rio de Janeiro, que, em 1912, em conjunto com as Livrarias Aillaud e Bertrand de Lisboa, apresentava a *Bibliotheca da Mulher*, com os seguintes volumes: *Como nos devemos alimentar; Regras e receitas de uma cozinha higienica; O lar feliz; Os nossos filhos; A arte da Belleza; A Arte da Saúde*. Tratava-se de uma impressão sem ilustrações, em brochura, no formato 18 cm x 10 cm, praticamente uma edição de bolso.

A autora de *Como nos devemos alimentar*, Selda Potocka, foi apresentada no prefácio como “polyglota, escriptora, dramaturga, mulher de letras e mulher de sciencia”, além de representar “a mulher que attrahe” (1912, p. 6), alusão à beleza da autora, comentada pelos editores. Diretora do Instituto Electro Therapeutico de Lisboa, Potocka também era conhecida no Brasil a partir dos tratamentos oferecidos, principalmente às mulheres, no instituto que levava o seu nome, sediado no Rio de Janeiro, conforme o reclame de agosto de 1914, na *Revista da Semana*, anunciando “tratamentos de pelle e do cabelo pela electricidade e pela luz; massagens eléctricas e vibratórias; extracção radical dos pêlos do rosto por um novo processo sem dôr, banhos sulfurosos (doenças da pelle), banhos hydro-electricos”²⁰.

A representação da autora, ao mesmo tempo, como *mulher de sciencia e mulher que attrae* permite indagar sobre os limites impostos ao acesso das mulheres à ciência, domínio

¹⁹ O termo leitura extensiva foi utilizado no sentido empregado por Peter Burke (2003). O autor propõe uma discussão sobre leitura e recepção, mencionando o debate sobre o surgimento da leitura extensiva (“folhear, passar os olhos, consultar”). Para ele, esse tipo de leitura, embora usado desde a Antigüidade, tornou-se comum a partir da proliferação dos livros impressos e da adoção da ordem alfabética, da divisão em capítulos, formas que incentivavam esse tipo de leitura.

²⁰ A reprodução do reclame, sem indicação do dia e da página da Revista da Semana consta no seguinte endereço eletrônico: www.fotolog.terra.com.br/reclames_antigos:84, acesso em 27/4/2011.

masculino por excelência nesse período. Vinculada aos cuidados com o lar, os filhos e a beleza, a *Bibliotheca da Mulher*, organizada pela Livraria Francisco Alves na década de 1910 mantinha os limites da educação feminina nos moldes propostos pelo higienismo, ou seja, a aquisição de conhecimentos destinados à organização do lar e ao cuidado das crianças.

Introduzida como uma estratégia editorial de validação das capacidades da autora para o aconselhamento feminino, ao mesmo tempo, a apresentação de Selda Potocka, no primeiro volume da coleção, divulga um exemplo oposto ao da mãe capaz de organizar o lar de forma eficiente, higiênica, dedicando-se inteiramente aos cuidados com a saúde familiar. Intelectual, dona de seu próprio negócio, capaz de apropriar-se de técnicas científicas, Selda poderia inspirar outro modelo de comportamento feminino.

Além da *Bibliotheca da Mulher*, que definia como público exclusivo as donas de casa, parcela das coleções populares mencionadas anteriormente dirigia-se também às professoras. Um exemplo dessa circulação nos dois ambientes é a já citada obra de autoria dos médicos Almeida Jr. e Mario Mursa, *O Livro das Mamães (Noções de Puericultura)*, cuja primeira edição data de 1927. Em 1933, a Companhia Editora Nacional lançava a segunda edição, iniciativa justificada no prefácio pelo autor:

Os lares e as escolas receberam bem a primeira edição das Noções de Puericultura, que lhe dedicamos. A crítica se manifestou de maneira desvanecedora. Mesmo os nossos colegas médicos, que se dignaram ler o livrinho, testemunharam cordialmente a sua simpatia. Tudo isso nos impeliu a publicar essa segunda edição, retocada e com alguns acréscimos. O nosso maior desejo é que ela traga benefícios á infância brasileira (1933, p. 8).

Cabe registrar que, segundo Viviani (2003), o livro foi adotado nas Escolas Normais de São Paulo, na década de 1920, tornando-se, na década seguinte, referência nas aulas de Biologia Escolar. Em relação às alunas do curso primário, Almeida Jr. faz referência à política pioneira do estado de São Paulo, ao relatar, no prefácio da primeira edição de seu livro, publicada no ano de 1927, a extensão do ensino de puericultura, por iniciativa da Inspeção da Educação Sanitária de São Paulo, às meninas do curso primário paulista, já em 1926. Medida que pode ter servido de exemplo para que no Código de Educação de 1933, se introduzisse a puericultura no currículo, a partir da criação da Escola de Mãezinhas (ROCHA, 2007).

Outro indício de que essas orientações foram tratadas no âmbito da instituição escolar, por meio de impressos que tinham o formato de guia maternal, é a recomendação apresentada no prefácio do *Guia das Mães*, de autoria do médico Germano Wittrock. No prefácio da segunda edição, em 1928, o autor fez questão de destacar o recebimento de comentário do ministro uruguaio, afirmando que “Guia das Mães es un gran libro que no deberia faltar en los hogares y en las esucleas normales y superiores femininas” (MONTERO apud WITTROCK 1939).

Sob diferentes denominações – cartilha; guia; livro – os exemplos tratados nesse capítulo indicam que editoras de grande porte, principalmente as de São Paulo e do Rio de Janeiro, fizeram constar em seus catálogos, entre as décadas de 1920 e 1950, publicações com formato semelhante, dirigidas ao público feminino, sendo que algumas delas continuaram sendo editadas por um longo período.

As referências relativas à circulação desse tipo de impresso são bastante reduzidas, mas permitem algumas reflexões em torno da disseminação dos conselhos médicos às mulheres. Segundo Luciana Viviani (2003), esses conselhos eram dirigidos a um grupo específico, ou seja, “mães brancas, escolarizadas e economicamente favorecidas” (p.185). Entretanto, alguns dados, analisados a seguir, sobre as edições desses guias maternos e o seu processo de distribuição indicam que havia possibilidade de acesso a esses materiais por um setor mais amplo de leitoras.

As publicações de diferentes editoras brasileiras, na primeira metade do século XX, podem ser consideradas apenas como parte do conjunto de impressos sobre a saúde da infância. Parcela considerável desses materiais foi produzida pelos departamentos de propaganda e educação sanitária, tanto em nível estadual como nacional, e distribuída em postos de saúde, consultórios, igrejas, cartórios e escolas²¹.

Além dos indícios sobre a circulação dos livros que tratavam da maternidade e cuidados com a saúde da infância, cabe também uma reflexão circunscrita às apropriações desse tipo de material impresso, pelas leitoras da época, que a ele tiveram acesso. Considerando os dados apresentados anteriormente sobre a circulação das coleções “populares” de livros portugueses no Brasil, desde o final do século XIX, foi tomado como exemplo o número um da *Coleção*

²¹ É o caso, por exemplo, do *Livro das Mãezinhas*, distribuído pela Seção de Propaganda e Educação Sanitária do Estado de São Paulo, (PIZA, 1937) e do *Livro das Mães*, editado pelo Departamento Nacional da Criança (BRASIL, 1953).

Scientifica, publicada pela Empresa Literária Universal de Lisboa. O livro, intitulado *Gravidez e Parto* (SCHATF, [192?]), chama inicialmente a atenção pela capa, reproduzida a seguir:



Figura 1 - Capa do livro *Gravidez e Parto* (SCHATF, [192?]).

Publicado provavelmente na década de 1920, em sua sétima edição, o livro também circulou no Brasil²². A indicação “leitura científica privada”, presente na capa, aparentemente serve como atenuante para o desconforto que as imagens poderiam produzir frente à moral da época. O prefácio também procurava suavizar o impacto que o tema poderia causar, informando aos leitores que o livro prestava “um relevante serviço a toda a mulher e em especial á casada”.

O caráter didático da obra é ressaltado pelos editores: “Nesta obra verdadeiramente útil e instrutiva, encontrará, pois a mulher a explicação de todos os mistérios desde a fecundação até a explicação do dia em que deve ter a sua *délivrance*” (SCHATF, [192?], p. 6). Com muitas ilustrações em preto e branco, vinculadas ao texto, dividido em subtítulos curtos, o livro alterna conceitos científicos com exemplos do cotidiano e orientações higiênicas, propondo uma leitura a ser feita no espaço reservado da casa.

Ao apresentar os “órgãos da fecundação”, lançava mão de termos próprios da anatomia e da biologia, reproduzindo imagens dos órgãos femininos, do óvulo e do embrião acrescidas de explicações como “a cabeça do espermatozóide que penetrou no ovulo, forma o núcleo espermático, enquanto que a cauda é absorvida” (SCHATF, [192?], p. 21). No tratamento das recomendações para o período de gestação, são reproduzidos exemplos como o da jovem de 20 anos que, por trabalhar em um escritório, escondia a gravidez com o auxílio do espartilho; ou da esposa de um trabalhador rural, em sua quinta gestação, cuja “vida anti-higienica” comprometia o desenvolvimento da criança.

Para além das intenções de autores e editores, que podem ser identificadas nas estratégias de organização do livro, reconhecer o funcionamento do próprio corpo, desmistificar os atos de geração e nascimento, são conhecimentos que poderiam produzir outras reflexões e apropriações, além daquelas que o ideário higiênico e eugênico propunha. Da mesma maneira, o contato com tabelas, gráficos e alguns procedimentos científicos, presentes nos guias maternos, não pode ser encarado apenas como medida de controle médico sobre as ações do cotidiano, permitindo às leitoras outros usos, inclusive a substituição ao atendimento médico para leitores com menor poder aquisitivo, quando da inexistência ou precariedade dos serviços de saúde pública.

²² O exemplar foi adquirido em um sebo de Pelotas, no Rio Grande do Sul, indício de sua presença no Brasil, embora não haja outros dados mais significativos.

Entretanto, não se pode ignorar que as formas dos livros comandam “os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis” (CHARTIER, 1999, p.8). Por essa razão, antes de analisar essas questões, buscou-se identificar, no segundo capítulo, as características que compuseram os guias maternos, em seus aspectos autorais e editoriais, como uma publicação específica vinculada às estratégias de afirmação da pediatria como disciplina e de um modelo de maternidade em acordo com as propostas da ciência.

CAPÍTULO 2 – A medicina de crianças: de “cadeira facultativa” a prioridade nacional

As publicações sobre a saúde da infância – entre elas os guias maternos – constam em alguns dos relatos sobre a história da pediatria brasileira, como primeiras iniciativas em relação à divulgação dos preceitos médicos voltados para os cuidados com a saúde das crianças. Emblemática desse tipo de narrativa, a obra *Introdução à História da Puericultura e Pediatria no Brasil (1500/1882)*, escrita pelo Prof. José Martinho da Rocha (1947), sob o patrocínio da Companhia Nestlé, traça um perfil nacionalista dos primórdios da pediatria.

O texto de Martinho da Rocha insere-se em um conjunto de narrativas precursoras de uma historiografia da pediatria no Brasil, apresentando a constituição dessa especialidade “como oriunda de um processo de ruptura com os saberes tradicionais e de afirmação legítima da pediatria como ciência de iluminados, num país ignorante, pouco afeito ao rigor científico e às práticas de higiene e ao sanitarismo” (PEREIRA, 2008, p. 33). Além disso, a produção do livro, pela principal empresa de alimentos infantis do país, certamente levanta alguns questionamentos quanto aos cerceamentos advindos de tal relação de patrocínio. A apresentação do livro pela Companhia Nestlé buscava justificar essa relação a partir do esforço para diminuir as mortes prematuras na infância, representado como interesse comum entre pediatras e a empresa.

Nessa obra, os guias maternos são apresentados como um componente importante das práticas médicas no combate à mortalidade infantil. Martinho da Rocha cita o *Tratado da Educação Física dos Meninos*, de Francisco de Mello Franco, médico português, publicado em 1790, como o primeiro “manual de puericultura” a circular no Brasil. No século seguinte, o autor relaciona como publicações significativas o *Guia Médico das Mães de Família*, de J. B. A. Imbert, de 1843, e *O Médico da Primeira Infância, ou o Conselheiro da Mulher Grávida e Higiene da Primeira Infância*, de Antonio Ferreira Pinto, editado em 1860. Rocha (1947) menciona também o que chama de “primeiro jornal de puericultura”, dirigido por Carlos Costa, *A Mãe de Família*, fundado em 1879 e que teria durado até 1888²³.

²³ Poderia ser acrescido à lista de Martinho da Rocha o livro do monsenhor alemão, Sebastião Kneipp, *O cuidado das crianças quando sãs e quando doentes ou avisos e conselhos a respeito da higiene e medicina da infância*, em sua 4ª edição brasileira em 1897, editado por João Mayer Junior & Comp., livreiros e editores de Porto Alegre. A obra possuía uma organização dos capítulos semelhante aos guias maternais de períodos posteriores: “avisos e conselhos para os Paes”; “cuidados que se devem dispensar às crianças quando gozam de saúde”, dividido em três períodos –

Ao elaborar um discurso sobre as origens da pediatria no Brasil, Martinho da Rocha classifica, como elementos fundadores da especialidade, a publicação de orientações específicas para leigos, em especial as mães, e as ações de pediatras pioneiros, como Moncorvo de Figueiredo. Essas ações referem-se, no texto de Rocha, tanto à criação de instituições exclusivas para o tratamento de doenças infantis, quanto à implantação, nas faculdades de medicina, de cadeiras específicas, voltadas para o ensino da pediatria. O tom “épico”, empregado pelo autor, nesse texto, não invalida a percepção de que os primeiros pediatras atuaram em diferentes espaços, nesse processo de legitimação da “medicina de crianças”.

Publicações, atendimento clínico e atuação acadêmica configurariam, portanto, um mesmo processo de consolidação da pediatria entre o final do século XIX e o início do século XX. A análise da produção dos guias maternos busca compreendê-los como parte desse múltiplo processo de intervenções em torno da saúde da infância, vinculada a contextos históricos diferenciados, mas que apresentam como continuidade um ideário nacionalista e higienista.

A inclusão da publicação de guias maternos entre as atividades médicas no período estudado implica em uma reflexão sobre a atuação desse setor em relação à divulgação de conhecimentos científicos. As trajetórias dos autores, como elemento de análise que ilumina aspectos relativos ao processo da produção do texto, e as características editoriais dos guias maternos, conformam os outros dois tópicos desse capítulo, buscando situar os impressos em relação às suas condições de produção. O primeiro deles trata da associação entre a figura do médico e a do educador, a partir da representação dos problemas de saúde como fruto da ignorância da população.

do nascimento à dentição; da dentição até o período escolar; os anos escolares. Além disso, a terceira parte do livro informa sobre os sintomas de doenças infantis e orienta o tratamento, com base nos princípios da hidroterapia. Finalizando o livro, há um capítulo sobre a “maneira de preparar os alimentos para as creanças” e um índice alfabético dos assuntos.

“Médicos educadores”

Clementino Fraga publicou, na década de 1940, o livro *Médicos Educadores*, título tomado de empréstimo para nomear este tópico. Abordando as biografias de Carneiro Ribeiro, Francisco de Castro, Osvaldo Cruz, Pacífico Pereira, Azevedo Sodré e Miguel Couto, o autor, também médico, definia os personagens como “grandes vidas que a profissão médica e as letras humanas fizeram educadores” (prefácio, 1941[?]). Tratando dessa associação entre as duas profissões, Fraga afirmava que

ao certo, no tumulto da vida social, cabe ao médico boa parte de atividade útil, que pode ser farta de benefícios dispensados à comunhão. Seu papel de educador é, as mais vezes (sic), exercido sem os percalços da função pública, e, tanto melhor se apoiado nos créditos da autoridade pessoal (prefácio, 1941[?]).

Educador fora da instituição escolar, o médico, na opinião do autor, superava, em alguns aspectos, os atributos dos professores públicos. Investigando as atividades desses médicos, alguns deles responsáveis por significativas medidas sanitárias, como Osvaldo Cruz e Miguel Couto, o autor trata o aspecto educativo das atividades desses profissionais, a partir de suas práticas, principalmente no âmbito das ações governamentais das quais tomaram parte.

Segundo José Gondra, ao longo do século XIX, “a explicação para a doença – individual e social – foi ganhando cunho e tratamento racionais, constituindo passo decisivo para que a medicina se estabelecesse, assumindo um estatuto de um campo autônomo de conhecimento” (2004, p. 40). Como parte da construção desse campo, o autor identifica três dispositivos complementares que, no Brasil, teriam sido empregados pela corporação médica para legitimar-se:

No caso do Brasil, mais precisamente da Corte, é possível reconhecer três dispositivos complementares ativados pelos médicos no sentido de construir o campo da ciência médica ou da vida de forma cada vez mais autônoma: a instituição de formação (a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – FMRJ), a organização da corporação (a Academia Imperial de Medicina – AIM) e a produção escrita dos médicos, com seus respectivos suportes materiais e modalidades narrativas (teses, livros, jornais, periódicos e literatura, dentre outros). Em conjunto, a Faculdade, a Academia e o impresso médico concorreram para criar, identificar e combater o charlatanismo e o ocultismo, ao mesmo tempo que procuravam apresentar alternativas ao modo de intervenção dos cirurgiões, curiosos e feiticeiros existentes, representados pela ordem médica como charlatães (2004, p. 44).

O processo de consolidação da autoridade médica, no país, que é parte de um movimento mais amplo nos países ocidentais desde o século XIX, pode ser observado também na atividade editorial da primeira metade do século XX. No catálogo da Companhia Editora Nacional, divulgado em 1933 na contracapa de *O Livro das Mamães* (ALMEIDA JR e MURSA), dos 20 autores anunciados, 14 eram médicos. Embora se tratasse de uma das coleções da editora, sobre temas como educação sexual, moral e física, além de “saúde e optimismo”, a predominância de autores médicos nesse catálogo é um indício da crescente influência da medicina em relação às publicações “populares”.

A presença de autores médicos em diversas coleções dirigidas a um público mais amplo, na primeira metade do século XX, é um dos elementos desse movimento que atribuía à ciência a capacidade de solucionar os problemas nacionais. Os cuidados com a infância, associada ao futuro e ao progresso, ganhariam destaque nesses impressos.

Junia Sales Pereira, em pesquisa sobre a constituição da pediatria como especialidade médica, afirma que, nesse período, ocorreu um processo de transformação em relação às representações sobre a infância. Na perspectiva médica, as crianças assumiram a condição de “sujeitos a serem cuidados”. A pediatria desenvolveu, a partir daí, um conjunto de “representações sociais a respeito da mãe, da criança e, em última instância, da sociedade que se projeta” (2008, p. 20 e p. 22). Segundo a autora,

narrado como um país de ignorantes, o Brasil estaria carente de cuidados médicos, pouco afeito ao exercício de racionalidade no cuidado com crianças, “essas desamparadas e desvalidas” (Moncorvo Filho, 1926). Nesse percurso narrativo e, mesmo, no próprio percurso como campo de saber, a pediatria veicularia uma imagem social da mãe como sujeito a ser tutelado pelo médico (2008, p. 45).

A pediatria foi se delineando como especialidade a partir da ampliação da capacidade de resposta em relação às doenças infantis. Esse processo, segundo Pereira, também teria sido fortemente marcado por um ideal civilizatório, que legitimava a intervenção médica no âmbito da organização familiar. Nesse sentido, os discursos fundacionais desse campo da medicina produziram representações a respeito “do que é ser criança e do que é ser adulto, leigo ou profissional de ciência” (PEREIRA, 2008, p. 45).

O vínculo entre as atividades práticas e o exercício da docência, voltado para a formação de pediatras, é uma característica da atuação dos primeiros médicos de crianças, como Moncorvo de Figueiredo, Moncorvo Filho, Martinho da Rocha, Leôncio de Queiroz e Fernandes Figueira, entre outros. A pediatria se afirmou, no Brasil, a partir da atuação clínica de alguns médicos que, de forma pioneira, também criaram cadeiras específicas relacionadas à saúde da infância, exercendo o papel de professores dessas disciplinas nas faculdades de medicina. A publicação de manuais sobre a saúde da infância é uma das facetas dessa atuação acadêmica.

O livro *Hygiene da Primeira Infância* (ALCANTARA, 1936), editado pela Companhia Editora Nacional, como parte da *Bibliotheca Médica Brasileira*, é um exemplo da atividade editorial que derivava da atuação em cursos sobre higiene e saúde da infância. Apresentado pelo autor como uma reprodução dos conteúdos da disciplina Higiene Infantil, no Curso de Educadores Sanitários, ministrado pelo pediatra Pedro de Alcântara junto ao Instituto de Hygiene de São Paulo, o livro se dividia em 21 capítulos, trazendo, no prefácio, uma indicação de como diferentes leituras poderiam ser feitas da obra, tanto por parte dos clínicos e estudantes de medicina como por leigos:

Este livro se destina a médicos não especializados que queiram iniciar-se no assumpto, a educadores sanitários, a estudantes de medicina e, em geral, aos que profissionalmente se dedicam á assistência á creança. Acredito, entretanto, que possa ser lido com proveito pelas Mães que quizerem collaborar com intelligencia e comprehensão na obra de criação de seus filhos; a ellas recommendo sobretudo os capítulos III, IV, VI, VIII, XVIII, XIX e XX e especialmente a affirmação contida no primeiro desses capítulos: “os Paes devem ser collaboradores do medico, attentos, esclarecidos, dedicados, mas apenas collaboradores”; e recommendo-a para que não pretendam realizar sosinhas uma tarefa bastante complexa cujas falhas recairão sobre seu próprio filho (ALCANTARA, p.XII-XIII, 1936).

Nessa perspectiva, no que se refere à “medicina de crianças”, as ações educativas por parte de setores médicos se delineiam em torno de três aspectos. Primeiramente, nota-se um movimento em direção à categoria médica, voltado para a formação dos especialistas nos cuidados com a infância, que resultou tanto na criação de cursos, como na publicação de manuais relacionados à saúde da infância²⁴.

²⁴ Além do já citado *Hygiene da Infância*, entre os manuais médicos publicados entre as décadas de 1920 e 1930, havia uma boa parte que se ocupava da dietética infantil, relacionando as complicações gastrointestinais aos altos

Em segundo lugar, uma preocupação com a formação de outros profissionais – educadores sanitários, professores – e, em alguns casos, de estudantes dos cursos secundários e das escolas primárias. A conhecida obra de Afrânio Peixoto, *Noções de Higiene*, por exemplo, se identifica com esse aspecto. Destinada inicialmente às escolas primárias, a segunda edição, de 1921, foi revista e adaptada, destinando-se às “Escolas Normaes, aos cursos de Farmacia e Odontologia, ás Escolas Profissionaes, aos Ginasios e Liceus”²⁵. Segundo Heloísa Helena Pimenta Rocha, no prefácio da primeira edição, o diálogo estabelecido com os leitores procurava produzir “a articulação entre Higiene e educação popular, como elementos indissociáveis na preservação da saúde” (2000, p. 58).

Outro movimento efetuado, como parte do processo de consolidação da pediatria, refere-se à educação das mães. Entre as estratégias médicas adotadas, a publicação de guias maternos insere-se nesse conjunto de iniciativas que buscavam afirmar a importância da “medicina de crianças”, no que concerne aos cuidados com a saúde e à aquisição de hábitos higiênicos nas diferentes etapas da infância.

Em relação à formação e atuação acadêmica, o esforço para consolidar cursos de pediatria, que se instalaram de forma precária, principalmente na capital federal, pode ser identificado em iniciativas que ocorriam desde o final do século XIX. Moncorvo de Figueiredo, médico que inaugurou a Policlínica Geral do Rio de Janeiro, já ministrava, desde 1882, um curso de “Clínica de Moléstias de Crianças” nesse hospital (ROCHA, 1947)²⁶.

índices de mortalidade dos bebês. Entre esses manuais, podemos citar o *Formulario e Therapeutica Infantil* (MOREIRA, 1920); a tradução do alemão para o português do livro *Formulario Pratico de Therapeutica Infantil* (KLEINSCHMIDT, 1925); o livro *Elementos de Dietetica Infantil* (SILVA, 1927).

²⁵ Conforme citação na folha de rosto da sexta edição, publicada pela Livraria Francisco Alves (PEIXOTO, 1935). Com o título *Noções de Hygiene: Livro de Leitura para as escolas*, na primeira edição, em 1914, o livro foi escrito em co-autoria com o médico Graça Couto e destinado às escolas primárias. A partir da segunda edição, em 1921, passou a intitular-se apenas *Noções de higiene*, excluindo-se a co-autoria, para adaptá-lo, segundo Afrânio Peixoto, à demanda dos alunos “do curso médio de Higiene, que o procuraram” (PEIXOTO apud ROCHA, 2000, p.59). Segundo Heloísa Helena Pimenta Rocha, a segunda edição, ao considerar um novo público leitor, ampliou a “discussão acerca da constituição do campo da Higiene”, pautando-se na “polarização entre saúde e doença” (ROCHA, 2000, p. 60).

²⁶ Moncorvo de Figueiredo é considerado o “pai da pediatria brasileira” por ter criado, em 1882, o primeiro curso regular de pediatria no Brasil, que, após sua regulamentação, passou a funcionar na residência do médico até o seu falecimento em 1901. Teve participação na elaboração do Regulamento para as amas de leite, em 1880. Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria, “ao longo de sua vida profissional publicou mais de 80 títulos, muitos em francês, espanhol, inglês ou italiano. Foi colaborador de 12 jornais e revistas médicas, 2 espanholas, 2 italianas, 1 argentina, 2 americanas, 1 alemã e várias brasileiras”. Informações disponíveis em www.sbp.com.br/show_item.cfm?id...74, acesso em 28/4/2011.

Ainda no Rio de Janeiro, no século seguinte, o médico Fernandes Figueira, chefe da Inspetoria de Higiene Infantil durante a gestão de Carlos Chagas no departamento de Saúde Pública do Distrito Federal, criou, em 1924, o Abrigo-Hospital Artur Bernardes, que se destinava “à assistência à criança, à gestante e ao Ensino da Puericultura”²⁷.

Em São Paulo, a implantação da Faculdade de Medicina, em 1913, foi antecedida por uma série de medidas governamentais, como a criação do Instituto Bacteriológico, fundado em 1892 e dirigido por Adolfo Lutz; a instituição do Serviço Sanitário Estadual no mesmo ano e do Instituto Butantã em 1901, destinadas ao atendimento da população (FARIA, 2002). Segundo Maria Alice Rosa Ribeiro, em estudo sobre a organização do Instituto Pasteur de São Paulo em 1903,

a forma de regime republicano e, em especial, o federalismo trouxeram para São Paulo a autonomia e a maturidade administrativa de que tanto precisava como principal produtor da riqueza nacional. Uma série de instituições estatais e privadas, de cunho científico, foram criadas no período: o Serviço Sanitário, a Sociedade de Medicina e Cirurgia, publicações médicas, como, por exemplo, os Anais da Sociedade de Medicina e Cirurgia e a Revista Médica de São Paulo; ou seja, havia um movimento de aglutinação dos interesses científicos ligados à medicina e à saúde pública estimulado, possivelmente, pela nova ciência (1997, p. 470-471).

Antes mesmo da fundação da faculdade de medicina em São Paulo, a clínica pediátrica, a partir do 5º ano, já havia sido prevista num dos projetos de plano de ensino, em 1896 (MOACYR apud NADAI, 1987, p. 174). Como parte do acordo entre a Fundação Rockefeller, a faculdade de medicina e o governo paulista, iniciaram-se, em 1918, as atividades do Departamento de Higiene, transformado em Instituto de Higiene de São Paulo em 1925²⁸. No âmbito desse instituto, o programa do curso de higiene para estudantes de medicina, previa, em 1921, entre os temas estudados, a higiene infantil e a higiene pré-natal (ROCHA, 2003, p. 257).

Apesar das iniciativas citadas, declarações sobre a falta de atenção a essa especialidade médica ainda eram recorrentes na década de 1920. O testemunho do pediatra Vicente Baptista Silva é emblemático em relação à precariedade do curso de pediatria nesse período:

²⁷ Atualmente Instituto Fernandes Figueira, essa instituição é considerada o primeiro hospital pediátrico do Brasil. Sobre o histórico dessa instituição estão disponíveis informações nos seguintes endereços eletrônicos - <http://www.fiocruz.br> e www.sbp.com.br/show_item2.cfm?id...s, acesso em 28/4/2011.

²⁸ O Instituto de Higiene passou “por sucessivas alterações estruturais, que foram consolidando sua autonomia”. De Instituto de Higiene de São Paulo, em 1925, passou a ser denominado como Escola de Higiene e Saúde Pública (1931); Escola de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo (1938); Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo (1945) e finalmente, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, em 1969 (ROCHA, 2003).

Basta lembrar que, no Rio de Janeiro, não havia, por assim dizer, ao menos até a minha formatura, em 1920, ensino de pediatria! Cadeira facultativa, sem hospital para interessar os estudantes, apenas com um miserável ambulatório na Misericórdia, quase em ruínas, onde ecoava, sómente para meia duzia de alumnos dedicados, a palavra ponderada de Leonel Gonzaga, que lutava, denodadamente, contra a falta de estímulo oficial... de dinheiro! (SILVA, 1927, p. 7-8).

Paralelamente à instalação dos cursos de pediatria nas primeiras décadas do século XX, editou-se um número significativo de manuais pediátricos e guias maternos. Entre eles, há alguns títulos publicados pelos próprios autores. Outros foram financiados por instituições ou empresas, como o *Rotary* ou a *Companhia Nestlé*²⁹. Havia ainda publicações de editoras como a Melhoramentos, a Companhia Editora Nacional ou Civilização Brasileira, entre outras. Por fim, os serviços públicos de saúde foram responsáveis também pela edição e distribuição gratuita de alguns guias maternos³⁰.

A partir da década de 1920, uma grande diversidade de publicações, entre manuais e guias maternos, destinadas a um público leigo, tematizavam os cuidados relativos à infância. Alguns títulos tiveram várias edições, como o *Guia das Mães*, do Dr. Wittrock, publicado pela primeira vez em 1927 e que em 1947 chegava à 11ª edição. No caso dos manuais pediátricos, o livro *Higiene da primeira infância*, de autoria do médico Pedro de Alcantara, cuja primeira edição data de 1936, encontrava-se em sua 4ª edição em 1955.

Nesses materiais, é possível notar a difusão de diferentes “escolas” pediátricas. Até o início do século XX, além da tradicional influência francesa, os pediatras alemães foram citados em diferentes guias maternos como referência, no que concerne ao tratamento de doenças digestivas e à dietética infantil no Brasil, como se pode constatar, por exemplo, na tradução feita pelo Dr. Martinho da Rocha Jr., em 1925, do *Formulario Pratico de Therapeutica Infantil* do Prof. Dr. H. Kleinschmidt, da Universidade de Hamburgo. O próprio tradutor havia se formado

²⁹ A partir da década de 1920, a Companhia Nestlé publicou uma série de impressos destinados às famílias, ofertados como brindes da empresa, como parte das estratégias de divulgação de seus produtos. Podemos citar, entre eles, o *ABC Ilustrado* da Farinha Láctea Nestlé (1928), o *ABC de João e Maria* (REBELO, 1935) e os guias maternos *Para as Mães* (195?) e *A maior das Maravilhas* (196?), além das fichas pedagógicas denominadas *A alimentação do lactente* (196?).

³⁰ Como os já citados guias maternos publicados pela Seção de Propaganda e Educação Sanitária de São Paulo (PIZA, 1937) e pelo Departamento Nacional da Criança (BRASIL, 1953).

em medicina pela Universidade de Berlim. O Dr. Wittrock, autor do já citado *Guia das Mães*, empregava a expressão “dos hospitais de Berlim” para se identificar, numa clara alusão ao seu período de estudos na capital alemã, indício de que essa referência servia como um elemento de valorização profissional. Também ao apresentar *Elementos de Dietética Infantil*, o Dr. Nascimento Gurgel afirmava:

Está nessas condições o livro do Dr. Vicente Baptista, que ainda jovem, é um perseverante no trabalho, forcejando sempre por difundir no nosso meio os melhores princípios de Hygiene infantil.

Esposa convencido as idéas propagadas pelos pediatras allemães, notadamente as de Czerny e seus discipulos, no que faz bem. (...) Aceitando a doutrina, como fazemos perante nossos alumnos do quinto anno medico, não quer dizer que possamos empregar e adoptar na criança do Brasil todas as idéas e prescripções, apresentadas e feitas para as crianças allemãs (In SILVA, 1927).

A partir do estudo de artigos, periódicos e teses médicas entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, Pereira (2008) define como principal referência para a organização das clínicas infantis no Brasil o modelo estabelecido pela pediatria francesa. As práticas laboratoriais e as questões dietéticas seriam respaldadas pela literatura pediátrica alemã, disseminada no Brasil pelo menos desde a década de 1920, em virtude da presença de estudantes brasileiros nos cursos de pediatria ministrados na Alemanha. Tal intercâmbio poderia ter facilitado as traduções de obras de especialistas em dietética infantil à época, como era o caso dos médicos pediatras Czerny, Filkeinstein e de Kleinschmidt, professor da Universidade de Hamburgo.

A influência norte-americana, como parte do processo de atuação da Fundação Rockfeller no Brasil, se fez notar no campo da medicina por meio das campanhas sanitárias promovidas pela Junta Internacional de Saúde, em conjunto com o governo brasileiro. Além disso, em São Paulo, a formação médica ganharia destaque, a partir da concessão de bolsas de estudos em Higiene e Saúde Pública junto à Universidade de Johns Hopkins para os médicos do Instituto de Hygiene, nas décadas de 1920 e 1930 (ROCHA, 2003).

Entretanto, especificamente em relação à pediatria, a presença de referências norte-americanas, por meio de anúncios de produtos similares à *Nestlé*, se faz notar nas publicações a partir dos anos 1940. Medicamentos e alimentos da *Mead Johnson & Co.*, anunciados como “produtos científicos para transtornos nutritivos das crianças”, eram recomendados nas páginas

de revistas especializadas como a *Pediatria Prática*, nessa década. Também a *The Borden Company*, de Nova York, anunciava o leite *Dryco* como uma “solução prática para quasi todos os problemas que se apresentam na alimentação infantil” (*Pediatria Prática*, 1949, p. 3 e p. 53).

Na mesma década, o Departamento da Criança, vinculado à Secretaria do Trabalho dos Estados Unidos traduziria para o português o guia materno *Infant Care*, com o título *Cuidado da criança na primeira infância*. Publicado pela primeira vez em inglês em 1915, o prólogo da edição brasileira de 1942 informava que até aquela data 13 milhões de exemplares “foram remetidos a mães nos Estados Unidos e em outras partes do mundo”. Sem identificação de autor, a chefe do Departamento da Criança à época - Katharine F. Lenroot - informava que a publicação foi revista “tempos a tempos, sob a direção de um comitê de pediatras” (EUA, 1942).

O crescimento das publicações médicas voltadas à educação da população se insere no conjunto de estratégias adotadas pelos Estados Modernos, analisadas por Foucault (2008). Para o autor, a partir do século XVIII,

o médico se torna o grande conselheiro e o grande perito, se não na arte de governar, pelo menos na de observar, corrigir, melhorar o "corpo" social e mantê-lo em um permanente estado de saúde. E é sua função de higienista, mais que seus prestígios de terapeuta, que lhe assegura esta posição politicamente privilegiada no século XVIII, antes de sê-la econômica e socialmente no século XIX (1979, p. 112).

O desenvolvimento da medicina social, como parte das estratégias de controle da população, produziu, a partir do século XIX, um deslocamento da “ênfase dos já conhecidos métodos de policiamento sanitário para os modernos métodos de persuasão” (ROCHA, 2003, p.45), em relação aos hábitos higiênicos da população. Métodos que objetivavam modificar os comportamentos dos pais, no sentido de priorizar a saúde, em especial das crianças, que, nessa nova razão de Estado, se tornaria “um dos objetivos mais obrigatórios da família” (FOUCAULT, 1979, p. 110).

Nos impressos estudados, o tempo da infância é o tempo de ser cuidado, de brincar e de aprender, mas também da aquisição de hábitos higiênicos, indispensáveis não só para a erradicação da mortalidade infantil, como para a garantia de um “futuro promissor” para o país. Esses objetivos justificariam a intervenção médica, que deveria se sobrepor à autoridade dos pais, a partir de uma posição privilegiada em relação à família, como explicita o médico Martinho da Rocha:

ninguém penetra mais intimamente no convívio familiar, suprehendendo as relações entre pais e filhos; ninguém mais sereno, porque estranho, nem mais apto, porque na doença, que remove dissimulações, afim de criticar e corrigir os erros de disciplina e educação infantis” (ROCHA in CZERNY, 1934, prefácio).

Procurando consolidar esse espaço junto às famílias, por meio do diálogo com as mulheres, vários médicos, especialmente pediatras, em associação com editores, criaram um novo “nicho” editorial em relação às leituras femininas. Investigar as trajetórias dos autores dos guias maternos analisados auxilia na compreensão dos processos de produção e de circulação desses impressos, a partir da inserção social dos mesmos, em suas relações com as universidades, as editoras e os meios de comunicação, dados que também ajudaram a configurar o formato adquirido pelos guias maternos, analisado no terceiro capítulo.

“Árduo sacerdócio”³¹

A maioria dos autores dos livros consultados exerceu a medicina, tanto atuando em clínicas pediátricas particulares ou nos serviços públicos, em hospitais ou seções de propaganda sanitária. Alguns também exerceram atividades acadêmicas, como professores nas Faculdades de Medicina. As exceções se referem aos guias maternos *Conselhos às Mães* (LONG, 1926), *Conselhos do Glaxo para mãe e filho* (GLAXO, 192[?]) e *Para as Mães* (NESTLÉ, 1940).

Única mulher a escrever um guia materno, entre os exemplares consultados, Eula Lee Kennedy Long representa também uma exceção em relação à inserção profissional dos autores dos guias maternos. Escritora norte-americana radicada no Brasil, formada em artes nos Estados Unidos e membro da comunidade metodista no Rio Grande do Sul, Long publicou em 1926 o guia materno *Conselhos às Mães*. Além do livro de Eula Long, os dois guias maternos publicados no Brasil pela indústria de alimentos infantis foram incluídos no conjunto de impressos analisados, na medida em que podem indicar outros modelos de apropriação do ideário médico, no que concerne aos cuidados com a saúde das crianças.

Ao apresentar uma análise dos autores a partir de suas trajetórias profissionais como um dos aspectos importantes para a compreensão dos contextos de produção dos guias maternos já citados, é preciso esclarecer que se toma emprestado do sociólogo Pierre Bourdieu a idéia de

³¹ Expressão empregada por Bastos Tigre em depoimento manuscrito sobre Germano Wittrock, inserido junto à fotografia do médico, entre a capa e a folha de rosto da sexta edição do *Guia das Mães*, publicada um ano após a morte do médico (WITTROCK, 1939).

trajetória social, a partir da compreensão de que “a posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático...” (1999, p. 7). Dessa forma, o que se busca, ao averiguar os aspectos da inserção profissional e social desses autores, são indícios que permitam averiguar de que forma as diferentes relações estabelecidas por eles no âmbito da corporação médica e do setor editorial configuraram as intenções e mesmo a escrita dos guias maternos. Em acordo com esse critério, o que foi priorizado nos dados biográficos levantados remonta ao foco de atuação desses médicos nas diferentes atividades ligadas à pediatria, seja em relação ao atendimento clínico, à docência, à pesquisa ou ao exercício de funções públicas.

Entre as obras consultadas, escritas por médicos, a mais antiga (1919) é a de autoria de Antonio Fernandes Figueira (1863-1928), fundador da Sociedade Brasileira de Pediatria em 1910, tendo sido seu presidente até 1927. Considerado como um dos pioneiros da pediatria brasileira, alguns elementos de sua biografia são emblemáticos da trajetória de médicos que transitavam entre a clínica, o ensino, a carreira literária e as atividades políticas.

Figueira foi indicado por Oswaldo Cruz, em 1903, para dirigir a enfermaria de doenças infecciosas de crianças do Hospital São Sebastião, no Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano publicou, em francês, *Elementos de Semiologia Infantil*, livro que se tornou referência no estudo da pediatria à época. Foi presidente da Academia Nacional de Medicina entre 1907 e 1908. A partir de 1909 dirigiu a Policlínica de Crianças da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, que também se tornou um dos espaços de formação dos estudantes de medicina. Em 1921, chefiou a Inspeção de Higiene Infantil, vinculada ao Departamento Nacional de Saúde, sob a direção de Carlos Chagas. Em 1924 inaugurou o Abrigo-Hospital Artur Bernardes, atual Instituto Fernandes Figueira, mencionado no item anterior.

No caso do médico Fernandes Figueira, o único exemplar não acadêmico da sua bibliografia até 1919, *Consultas Práticas de Higiene Infantil* em suas duas edições (1919 e 1920)³², parece ser uma exceção entre uma série de artigos, publicados em revistas, e comunicações feitas em congressos, além de sua mais famosa obra, o já mencionado *Eléments de semiologie infantile* (1903), publicado em Paris. São trabalhos que revelam um pesquisador de

³² Os dados desses médicos, com exceção de Wittrock, Vasconcelos e Lopes, estão disponíveis na página eletrônica da Sociedade Brasileira de Pediatria (www.sbp.com.br - acesso em 25/1/2010). Sobre os dois últimos, a única informação obtida foi a fornecida pelo próprio impresso do DNCr, o *Livro das Mães* (BRASIL, 1957, prefácio).

questões tão diversas que iam de assuntos como histeria, câncer e verminose - no início da carreira - a vários aspectos da saúde infantil; publicações que, entre 1887 e 1919, somavam 57 textos, sendo 46 em português, seis em francês, três em inglês, um em alemão e um em italiano³³.

Segundo Bourdieu, cada classe social possui propriedades de posição independentes de propriedades intrínsecas – prática profissional, condições materiais de existência, vinculadas às distinções simbólicas. Para o autor,

o jogo das distinções simbólicas se realiza, portanto, no interior dos limites estreitos definidos pelas coerções econômicas e, por este motivo, permanece um jogo de privilegiados das sociedades privilegiadas, que podem se dar ao luxo de dissimular as oposições de fato, isto é, de força, sob as oposições de sentido (1999, p. 25).

Considerando que se está tratando de setores sociais considerados privilegiados, a instituição de instâncias de consagração e difusão, em relação à produção de bens simbólicos, produz, de acordo com Bourdieu, uma diferenciação entre o valor do bem como mercadoria e como significação. Nesse sentido, a publicação de livros, mais que propriamente uma atividade econômica, representaria, para a corporação médica, uma forma de reconhecimento e de distinção entre os pares.

Entretanto, o que poderia explicar a inclusão de Figueira em um grupo de autores médicos que procuraram alcançar os leitores leigos? No final da década de 1910, ainda eram raros os exemplos de médicos brasileiros contemporâneos que haviam publicado livros que se dirigissem às mães³⁴. Provavelmente, contou para a proposta de publicação, o tirocínio de um editor importante à época, como Leite Ribeiro, para que Figueira, um dos ícones da pediatria brasileira, constasse entre os seus autores, buscando ocupar uma fatia do mercado pouco explorada.

Um dos indícios desse processo é a inclusão do título *Livro das Mães* na segunda edição da obra, em 1920, obviamente para reforçar que o conteúdo do livro dirigia-se a um público mais amplo, indicação já anunciada no uso da expressão “consultas práticas” da primeira edição. O

³³ Todas listadas no final das edições consultadas do seu guia materno (FIGUEIRA, 1919 e 1920).

³⁴ Em consulta a acervos de bibliotecas médicas, como o do Centro de Memória da Faculdade de Medicina da UFMG ou da Faculdade de Medicina da USP, foi possível constatar a existência, até o final da década de 1920, de muitos manuais sobre puericultura e pediatria em francês, mas poucas obras nacionais, como o livro de Moncorvo Filho, *Higiene infantil (higiene privada da infância)*, de 1918. Informações disponíveis em www.medicina.ufmg.br/cememor/.../OrdemCronologica-Pediatria.PDF, acesso em 7/2/2010.

interesse de Figueira em abrir espaço para outras obras suas, mais cotadas no âmbito acadêmico, como *Hygiene alimentar da primeira infância*, anunciada como *em preparação* em 1919, também poderia se combinar aos apelos do editor.

Além de Fernandes Figueira, atuaram como médicos na capital federal: Germano Wittrock, Jorge Sant'Anna, Leonel Gonzaga, Martinho da Rocha, J. Freire Vasconcelos, Carlos Augusto Lopes e Walter Telles³⁵. Entre eles, Martinho da Rocha foi eleito presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), em 1937; Leonel Gonzaga e Jorge Sant'Anna ocuparam a vice-presidência, respectivamente em 1935 e 1938. O médico Walter Telles, nascido em 1913, ocupou a presidência da SBP entre 1968 e 1969, tendo sido também diretor da Policlínica Geral do Rio de Janeiro.

Vários autores também exerceram cargos públicos, em serviços e departamentos relacionados à saúde infantil. Os médicos J. Freire Vasconcelos e Carlos Augusto Lopes, autores do *Livro das Mães* (1953), eram funcionários do Departamento Nacional da Criança, na década de 1940. Martinho da Rocha foi chefe da seção de Pediatria do Hospital São Sebastião, vinculado ao Departamento Nacional de Saúde Pública, na década de 1930. Atuou também como diretor do Serviço de Puericultura e Pediatria da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, na década de 1940. Wladimir Piza, autor do *Livro das Mãezinhas*, foi diretor da Seção de Propaganda e Educação Sanitária de São Paulo, em 1939.

Ocupando posições de destaque em relação às associações médicas e ao exercício de cargos públicos, a maioria dos autores citados também se dedicou à formação dos futuros pediatras. Em alguns casos, de forma pioneira, como Fernandes Figueira e Leonel Gonzaga, que orientavam os estudantes nas enfermarias infantis da Santa Casa de Misericórdia, nas duas primeiras décadas do século XX. Após a consolidação da disciplina nas faculdades de medicina, Martinho da Rocha, na década de 1940, tornou-se, por concurso, catedrático da cadeira de Clínica Pediátrica Médica da Faculdade Nacional de Medicina. Assim como Rocha, o médico Walter Telles, seu aluno, foi professor da mesma faculdade e um dos idealizadores dos Cursos Nestlé de Atualização em Pediatria”, iniciado em 1943³⁶.

³⁵ O Rio de Janeiro foi o primeiro palco da criação de clínicas especializadas no tratamento infantil e da primeira cadeira da disciplina, medidas que ganharam impulso com a preocupação em relação aos altos índices de mortalidade infantil e com a expansão das idéias higienistas.

³⁶ Conforme informação obtida junto à SBP, que em 2008 anunciava a 65ª edição do curso. (www.sbp.com.br/show_item2.cfm?id...s – acesso em 29/1/2008).

No caso de Leonel Gonzaga, como médico escolar ainda na década de 1920, suas preocupações incluíam também o ensino elementar. Na Primeira Conferência Nacional de Educação, em 1927, apresentou o texto *Como se pode fazer a assistência médica aos alunos pobres das escolas primárias* (INEP, 1997). Segundo Lopes (2009), quando ocupou a direção do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, Gonzaga se opôs ao trabalho das normalistas em escolas afastadas do centro no último ano do curso, uma vez que muitas adoeciam pelo acúmulo de tarefas.

Trajetória semelhante à de Leonel Gonzaga, no que concerne às relações com a instituição escolar, o professor e médico Antonio de Almeida Jr. foi bolsista da Fundação Rockefeller no Instituto de Higiene de São Paulo, responsável a partir de 1922 pelo “departamento” de higiene escolar dessa instituição, “cabendo a ele, ainda, monitorar as visitas à Escola Normal e orientar os exercícios práticos de inspeção escolar, incluídos no programa de 1923” (ROCHA, 2003, p. 129). Tendo sido professor em duas escolas normais na cidade de São Paulo, Almeida Jr. destacou-se em cargos públicos na área da educação paulista, como chefe do Serviço Médico-Escolar, em 1933, e como diretor geral do Ensino (1935-1938), além de ter exercido a cátedra de Medicina Legal da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1941 (VIVIANI, 2010).

A dupla atuação, como médico e professor, refletiu-se no guia materno editado em São Paulo, o *Livro das Mamães, Noções de Puericultura*. O prefácio da segunda edição indicava a intenção de dialogar com as mães e, ao mesmo tempo, com as alunas do curso normal: “os lares e as escolas receberam bem a primeira edição das Noções de Puericultura, que lhes dedicamos” (ALMEIDA JR. e MURSA, 1933, p. 8).

Fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, o médico Mário de Assis Brasil iniciou sua carreira como pediatra na cidade de Alegrete, no Rio Grande do Sul, para onde retornou depois de concluir o curso na Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro. Na propaganda veiculada na cidade em 1917, observam-se as dificuldades de um médico em início de carreira: “Dr. Mário de Assis Brasil - Consultório na Farmácia Popular. Residência na Rua dos Andradas. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Tem prática no Hospital de

Misericórdia, Hospital São Azacarias (sic) e Maternidade do Rio de Janeiro” (apud SANTOS, 2007)³⁷.

Estabelecido em Porto Alegre, na década de 1930, o autor publicou mais de uma dezena de trabalhos científicos, entre a tese de doutoramento, artigos e comunicações em congressos. Entretanto, seu primeiro livro foi o guia materno *Como devo cuidar meu filho?*, publicado em 1940 pela Editora do Globo. O espaço junto à editora da capital gaúcha deve-se, provavelmente, ao destaque adquirido como um dos sócios fundadores da Sociedade de Pediatria do Rio Grande do Sul, criada em 1936.

O que se pode notar em comum em relação à maioria dos autores pesquisados é o posicionamento social de distinção em relação à categoria médica. Considerados como pioneiros da pediatria, atuando no meio acadêmico, nas Sociedades de Pediatria ou em cargos públicos, provavelmente obtiveram espaço junto às editoras e setores de propaganda sanitária em virtude de sua atuação, que não se restringia apenas à clínica. As relações profissionais, políticas e mesmo pessoais desses médicos permitiram que se tornassem referência, o que lhes possibilitou extrapolar o meio médico e acadêmico, atingindo um universo mais amplo, representado pelos leitores dos seus guias maternos.

Destacando-se das demais, as trajetórias de Germano Wittrock e Wladimir Piza podem ser consideradas uma exceção à regra, uma vez que esses médicos não exerceram atividades vinculadas à docência ou à pesquisa acadêmica, mas foram responsáveis pelos dois guias maternos consultados que mereceram maior número de edições e tiragem.

Wladimir de Toledo Piza, que se formou médico em 1928, pela Universidade do Brasil, assumiu em 1939 a direção da Seção de Propaganda e Educação Sanitária, do Departamento de Saúde do estado de São Paulo. Como membro do PRP, deixou de exercer a medicina na década de 1940 para dedicar-se à política, tendo sido prefeito da cidade de São Paulo entre 1956 e 1957³⁸. Suas relações com o Rotary Club e com o governo paulista foram responsáveis por edições sucessivas do guia materno de sua autoria, que alcançaram tiragens superiores às das

³⁷ As publicações mencionadas constam no início do seu guia materno (ASSIS BRASIL, 1940). As poucas menções obtidas sobre o pediatra referem-se à sua carreira médica em Alegrete, RS e à citação de sua atuação na criação da Sociedade de Pediatria daquele estado (SANTOS, 2007).

³⁸ Conforme informações disponíveis em portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/.../emef%20w.pdf, acesso em 30/1/2010.

outras publicações estudadas. O *Livro das Mãezinhas* (1937) chegou a sua sétima edição, em 1962, com o total de 832 mil exemplares impressos, distribuídos gratuitamente tanto pelo Rotary (na primeira e sexta edições) como pelo Departamento de Saúde do estado de São Paulo, por meio dos cartórios de registro civil e dos postos de puericultura da cidade.

Germano Wittrock, até onde foi possível averiguar, priorizava o atendimento aos pacientes, tanto em sua clínica médica particular, como nos hospitais do Rio de Janeiro, e a colaboração na imprensa, em especial na revista *Vida Doméstica* e em *O Jornal*, diário carioca. Há uma referência no *Almanaque da Saúde para 1930*, publicado pelo Departamento Nacional de Saúde Pública, que cita o médico como membro da *Inspectoria de Hygiene Infantil*. O seu trabalho junto ao Hospital Arthur Bernardes, no serviço de raios ultra-violeta, ganhou destaque no capítulo dedicado aos cuidados com os lactentes, no guia materno de sua autoria (1939, p. 104).

As sucessivas edições de seu *Guia das Mães* reforçavam uma carreira bem sucedida como pediatra e também um vínculo com diferentes laboratórios, cujos medicamentos eram indicados tanto nas orientações presentes nos capítulos, como em forma de tabela com os “medicamentos indicados pelo Dr. Wittrock” ou, ainda, de propaganda do produto ao final do livro (9ª e 11ª edições, respectivamente). O testemunho de Bastos Tigre, jornalista e escritor, sobre o médico é um indício de que Wittrock havia estabelecido um amplo círculo de relações com os membros da imprensa carioca:

Dr. Germano Wittrock

Fez da sua vida profissional um árduo sacerdócio, dedicado á saúde eugênica das creanças. Tombando esgotado, em plena luta, deixou elle, em os seus ensinamentos ás Mães, um ensinamento ainda mais amplo: o da necessidade de amparo e assistência especiaes á infância brasileira, para a formação de uma grande pátria futura, rica de homens fortes, bellos e sadios.

Como pioneiro da moderna pediatria no Brasil e pela sua dedicação sem limites aos pequeninos, o nome de Germano Wittrock permanece no coração de milhares de mães ás quaes poupou cuidados e amarguras, transformando muita lagrima de dor em sorrisos de felicidade. Bastos Tigre. (In WITTRÖCK, 1939).

Diferentemente dos outros autores aqui apresentados, que cursaram medicina no Rio de Janeiro, Germano Wittrock formou-se na Faculdade de Medicina do Rio Grande do Sul, em 1919, especializando-se na Alemanha. Radicado no Rio de Janeiro, o pediatra “montou prestigiada clínica na rua Uruguaiana na década de 1920” (FREIRE, 2008, p. 162) . Faleceu em

1938, mas, tratando-se de um sucesso editorial, a publicação do guia de sua autoria prosseguiu pelo menos até 1958, última edição consultada.

Para Piza e Wittrock, as sucessivas edições de seus guias maternos produziram um retorno distinto da ascensão acadêmica. No caso de Piza, a ampla divulgação de seu nome, por meio da distribuição gratuita de seu guia materno anos a fio na cidade de São Paulo, provavelmente complementou a definição de seu perfil político, podendo ter rendido “dividendos” em votos obtidos na década de 1950, quando foi eleito vice-prefeito.

Quanto a Germano Wittrock, pode-se pensar na relação entre a divulgação das orientações do médico na imprensa, a procura por sua clínica pediátrica e a venda de medicamentos recomendados no guia de sua autoria. Além disso, a continuidade da publicação do *Guia das Mães*, prefaciado por Eunice Pimentel Wittrock, viúva do médico, a partir da 7ª edição, de 1941, dois anos após sua morte, pode indicar um mecanismo de continuidade do que se poderia denominar como um “negócio de família”. No tocante à divulgação dos medicamentos, as edições posteriores a 1939, recomendavam não só aqueles cuja fórmula havia sido idealizada pelo autor, como medicamentos de outros laboratórios e mesmo outros tipos de produtos infantis, de enxovais a berços³⁹.

Embora escrevendo e publicando em contextos diferentes, os autores apresentados compartilhavam um discurso comum a um grupo de intelectuais, não só médicos, que defendia que o combate à mortalidade infantil deveria incluir ações que levassem à incorporação dos seus conselhos pelas famílias e, principalmente pelas mães, consideradas despreparadas para o cuidado e educação das crianças de acordo com as recomendações higiênicas.

Entretanto, apesar desse campo comum, pode-se identificar nuances em relação às “motivações” que levaram os autores à produção dos guias maternos, a partir das referências obtidas nos prefácios das obras, do número de edições e do próprio impresso em relação a outras publicações desses autores. Alguns desses autores tornaram-se sucessos editoriais, com repetidas edições dos guias maternos, criando outro espaço de atuação, que poderia render tanto retorno financeiro como promoção pessoal. Questões que poderiam interferir, por exemplo, em relação à divulgação de medicamentos e mesmo de indicações de doses a serem administradas pelas mães aos filhos, como no caso do livro de Germano Wittrock.

³⁹ O principal produto elaborado pelo médico era a *Farinha Wittrock*, fabricada pela Drogaria Granado e distribuída por Araújo Freitas & Companhia (WITTROCK, 1947).

O perfil profissional traçado dos autores, relacionando a publicação dos guias maternos a suas atividades públicas, responde apenas parcialmente às questões propostas para a análise desse tipo de impresso. Pensar a articulação entre texto, formatação e inclusão de ilustrações coloca o estudo desses guias em outro patamar, aproximando-se do que Chartier (1990, 1999) definiu como materialidade do livro, compreensão que torna indissociáveis a análise dos discursos e de seus suportes.

CAPÍTULO 3 - *ÁS MINHAS LEITORAS*⁴⁰

Um dos aspectos que se destaca no estudo dos guias maternos é a constatação de que a iniciativa das editoras antecedeu a dos serviços públicos em relação a impressos do gênero, embora em relação às políticas sanitárias no Brasil, o Estado já atuasse de forma mais institucionalizada antes mesmo dos anos 1930. A presença da Fundação Rockefeller no Brasil, desde a década de 1910, colaborou com esse processo⁴¹. De acordo com Luiz Antonio de Castro Santos:

O pensamento nacionalista brasileiro, em cujas fileiras militavam higienistas e médicos pesquisadores de renome, acabou paradoxalmente por unir esforços em torno dos objetivos da Missão Rockefeller [...] O movimento sanitário, em sua vertente nacionalista, exigiu uma intensa campanha pela redenção do caboclo brasileiro, pela melhoria “eugênica” do homem e da “raça” (2003, p. 12).

O autor, que analisou a reforma sanitária durante a Primeira República, afirma que o Estado teve que se aparelhar para acompanhar as atividades da missão norte-americana no interior do país e para isso criou, em 1920, o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), o que antecipou esse processo de institucionalização e centralização da saúde. Nessa mesma década, o debate promovido pela Associação Brasileira de Educação propunha que a educação assumisse um caráter de causa cívico-nacional. Segundo Carvalho, a disputa entre os setores católicos e os que se identificavam com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, não deve obscurecer a zona de consenso que a ABE protagonizou em torno de um “programa de organização da nacionalidade”. Para a autora, “obra de moldagem, a educação era o instrumento com que contavam tais “elites” para unificar, disciplinar, moralizar, homogeneizar e hierarquizar as populações brasileiras, com vistas à efetivação de um particular projeto de sociedade” (CARVALHO, 2000, p. 17). Do ponto de vista da elaboração do ideário nacionalista, a questão da melhoria da raça é um dos elementos presentes tanto nos debates que envolveram tanto educadores como médicos-higienistas, nas duas primeiras décadas do século XX.

⁴⁰ Dedicatória, prefácio da *Cartilha das Mães* (ROCHA, 1935).

⁴¹ Sobre a participação da Fundação Rockefeller em relação às políticas de saúde pública no Brasil, ver os trabalhos de Marinho (2001) e Rocha (2003) sobre a relação dessa instituição norte-americana com a fundação da Faculdade de Medicina de São Paulo e a criação do Instituto de Higiene de São Paulo.

Se o nacionalismo ganhou impulso nesse momento, profundamente ligado à noção de civilidade e de urbanização, fortaleceram-se também as idéias que legitimavam as diferenças sociais, a partir da concepção de superioridade racial. O discurso sobre progresso e modernidade reproduziu, como uma de suas vertentes, as idéias eugênicas no Brasil, numa época em que a população negra recentemente deixara de ser escravizada. Segundo Vera Beltrão Marques, “a eugenia vinha assim qualificar a higiene como impositora de normas para regular a vida social das populações urbanas, ampliando consideravelmente aquele campo de atuação” (1994, p. 27).

As discussões em torno da miscigenação racial foram analisadas, entre outros autores, por Gilberto Hochman, que identifica o movimento sanitarista como elemento de mediação entre os defensores das políticas de branqueamento da raça brasileira e os que exaltavam as virtudes do sertanejo:

O esforço do movimento sanitarista em (re)conhecer o país buscava descartar tanto a visão ufanista (Oliveira, 1990, pp. 95-109), quanto o pessimismo derivado dos determinismos climático, físico e racial que condenavam o país à barbárie e que levavam ao debate sobre miscigenação e imigração (Castro Santos, 1987; Skidmore, 1990; 1989, pp. 192-226). O diagnóstico de um povo doente significava que, em lugar da resignação, da condenação ao atraso eterno, seria possível recuperá-lo através de ações de higiene e saneamento, fundadas no conhecimento médico e implementadas pelas autoridades públicas. Não bastava ter encontrado este “povo que ainda há de vir” (Penna e Neiva, 1916, p. 198), era urgente transformar esses “estranhos habitantes” do Brasil em brasileiros. A medicina, aliada ao poder público, era fundamental para operar essa transformação. A ciência, em especial a medicina, propiciaria um alívio para intelectuais que até então não enxergavam alternativas para um país que parecia condenado dada sua composição racial (HOCHMAN, 1998, p. 231).

O foco da ação dos serviços públicos de saúde, nas duas primeiras décadas do século XX, centrou-se nas campanhas sanitárias contra as doenças endêmicas que assolavam o país, como a ancilostomíase, a sífilis e a tuberculose⁴². A questão da mortalidade infantil também seria abordada a partir de iniciativas que buscavam a educação das mães e das alunas, tanto do curso primário como normalistas.

⁴² Segundo Hochman (1998), o combate à ancilostomíase, também chamada de opilação, foi objeto de campanha em escala mundial, promovida pela Fundação Rockefeller que atuou no Brasil tanto no combate a essa doença como à febre amarela.

O debate sobre as questões propostas pelo movimento sanitarista, pela Sociedade Eugênica e pela Associação Brasileira de Educação, no qual se envolveram diferentes grupos de intelectuais repercutiu no mercado editorial brasileiro. A atuação de Monteiro Lobato como editor é emblemática nesse sentido, especialmente nos anos em que assumiu a direção da *Revista do Brasil*, entre 1918 e 1924, pela qual publicou *Problema Vital*, uma série de artigos de sua autoria sobre as questões sanitárias, inicialmente divulgados no jornal *O Estado de São Paulo*. A apresentação da edição de 1918 indicava na capa que esses artigos tinham sido “enfeixados em volume por decisão da Sociedade Eugênica de São Paulo e da Liga Pró-Saneamento do Brasil” (LOBATO, 1918).

Seja por incorporar esse ideário ou por perceber que o mercado de livros encontraria retorno em publicações que tratassem do tema, ao final da década de 1910 e durante as décadas posteriores, editoras de grande porte, do Rio de Janeiro e de São Paulo principalmente, criaram coleções específicas sobre saúde e higiene, mencionadas no capítulo anterior. Os guias maternos se incluem entre essas publicações, como parte desse nicho editorial.

Em relação aos guias tomados como objeto deste estudo, oito foram editados no Rio de Janeiro, três em São Paulo e um em Porto Alegre, indício que remete ao processo de consolidação do setor da indústria livreira brasileira a partir do sul e sudeste, em especial nas duas primeiras décadas do século XX. Embora o norte e nordeste do Brasil contassem com gráficas e uma produção autônoma de impressos variados, entre eles almanaques e livros didáticos, como demonstram estudos recentes sobre a história do livro no Amazonas e no Maranhão (respectivamente CORREA, 2009 e COSTA, 2009), o principal pólo de produção gráfica no país concentrou-se no sudeste, acompanhando o processo geral de industrialização. Conforme Hallewell,

no período de 1914-1920 a indústria de São Paulo cresceu cerca de 25% ao ano. Em seguida, até mesmo a atividade editorial brasileira iria beneficiar-se. Mas, por ocasião da morte de Francisco Alves, em 1917, ainda não havia qualquer sinal disso. Na verdade a situação do comércio de livros era extremamente desalentadora. Eram poucos os pontos de venda de varejo e praticamente limitados aos bairros mais ricos do Rio e de São Paulo; a maior parte dos negócios estava baseada na importação, principalmente de Portugal e da França. A produção editorial que ainda tinha lugar no Brasil raramente se aventurava além dos campos seguros dos livros didáticos e de livros sobre legislação brasileira, e não passava de uma atividade casual e secundária das grandes livrarias (1985, p. 235).

Comparando-se os locais de produção do conjunto de guias maternos selecionados para essa pesquisa, identificam-se quatro setores diferenciados, responsáveis pela edição desses impressos. Em primeiro lugar, temos editoras que ocuparam um espaço significativo no mercado de livros brasileiros da primeira metade do século XX. Os guias maternos produzidos por essas editoras conformaram um mercado também compartilhado por outras obras do gênero, produzidas por editoras de pequeno porte ou gráficas acionadas pelos próprios autores para a produção do livro.

Não se pode, entretanto, ignorar as edições produzidas pelos diversos setores públicos de propaganda sanitária, em nível federal ou estadual, que também circularam no país durante o período estudado, com distribuição gratuita. Uma quarta categoria de guias maternos se refere àqueles produzidos e distribuídos por setores da indústria, especificamente a de remédios e de alimentos, que acompanhavam o formato dos guias tradicionais, mas que tinham como objetivo principal a promoção dos produtos da empresa, e que também eram gratuitos.

Essa primeira classificação é um referencial importante para se pensar nas especificidades desse tipo de impresso. Associar os locais de produção à inserção no mercado e aos projetos gráficos específicos das editoras ou dos serviços públicos é um dos primeiros itens que se colocam quando do manuseio de alguns dos exemplares.

Fruto de iniciativas particulares, parte das estratégias de editoras ou dos serviços públicos de propaganda sanitária, que foram se consolidando a partir da década de 1920, o número de guias maternos brasileiros cresceu em relação ao período anterior. Na década de 1940, o médico Waldemar Lages iniciava o prefácio da primeira edição do livro *Higiene da Criança* (1941) afirmando: “quando eu referi pela primeira vez a um amigo, a minha idéia de escrever este livrinho, tive como conselho fraternal o esclarecimento razoável de que já existiam várias cartilhas, vários guias e publicações outras dentro desta mesma finalidade”.

Dos raros exemplos no século XIX a uma gama de publicações semelhantes no final da década de 1950, o crescimento na oferta dos guias maternos suscita algumas questões, que serão investigadas ao longo desse capítulo. Problematizando a inserção desses impressos em séries ou coleções classificadas como populares, discutiu-se, anteriormente, o enquadramento desses livros na categoria dos “conhecimentos úteis”, considerando as estratégias utilizadas por autores e

editores, a partir das representações do que seriam as leituras realizadas no ambiente doméstico, particularmente pelas mulheres.

Ganhando destaque em catálogos de diferentes editoras, os guias maternos necessitam ser indagados para além dos discursos dos quais são portadores. De acordo com Chartier, “compreender os princípios que governam a ‘ordem do discurso’ pressupõe decifrar, com todo o rigor, aqueles outros que fundamentam os processos de produção, de comunicação e de recepção dos livros...”. Nessa perspectiva, investigar a publicação e distribuição dos guias maternos implica em considerá-los como objetos culturais, “que só existem quando se tornam realidades físicas” (1999, p. 8).

Editando guias maternos

O livro de Figueira (1919) foi editado pela Leite Ribeiro & Maurillo editores, e impresso pela Typografia Viana e Coelho. Com algumas fotografias, um diagrama de peso da criança encartado, vinhetas e mancha textual permitindo uma margem mais ampla, o livro diferenciava-se de edições em brochura, mais baratas e menos cuidadas. Apresentando capa dura, com o símbolo dos editores, o nome do autor e título em letras douradas, *Consultas Práticas de Hygiene Infantil* possuía também páginas de guarda em papel azul trabalhado em trançado⁴³. Detalhes que indicam uma preocupação com a apresentação e capital disponível para investir nesse tipo de edição.

Sobre a editora, que passou a se chamar Freitas Bastos Editora, a partir de 1922, Hallewell afirma que:

A posição de mais importante livraria do Rio fora arrebatada à Francisco Alves pela Livraria Leite Ribeiro, fundada em 1917, cujo impressionante edifício circular de quatro pavimentos suplantou até mesmo a sede da Garnier. [...] A Leite Ribeiro especializou-se em livros jurídicos, didáticos, de ciência, medicina, espiritualismo, e livros para crianças e literatura brasileira. A Freitas Bastos, como passou a chamar-se a firma em meados da década de vinte, manteve essas linhas, acrescentando alguns trabalhos de sociologia e livros técnicos (1985, p. 333).

⁴³ Segundo Satué (2004), as guardas, formadas de dois jogos de quatro páginas, com desenhos, habitualmente em forma de mosaico, eram coladas na segunda e terceira capa dos livros de capa dura.

Mantendo-se até a atualidade como uma editora especializada na área do direito, a Freitas Bastos chegou a iniciar negociações para a fusão com a Companhia Gráfica-Editora Monteiro Lobato em 1924 (HALLEWELL, 1985). A tentativa de fusão não se efetivou em virtude da crise política de 1924, ligada ao movimento tenentista, durante o governo de Artur Bernardes (1922-1926), e do colapso de energia em São Paulo, que acabou levando a companhia de Monteiro Lobato à falência em 1925.

A inclusão do livro de Fernandes Figueira no catálogo das obras da Freitas Bastos, em 1919, e a produção de uma segunda edição, no ano seguinte, indicam que a “mais importante livraria do Rio”, conforme a caracterização de Hallewell, buscava atingir um público diferenciado do grupo de leitores vinculados ao meio acadêmico, alvo da maioria das obras disponíveis na livraria à época⁴⁴. A demanda por uma nova edição deve-se, em parte, à organização do texto em forma de dúvidas ou situações propostas pelas mães, que supostamente teriam consultado Figueira, seguidas das respostas do pediatra. Não havia divisões em capítulos e sim 103 consultas listadas no sumário (na segunda edição, ampliadas para 107), seguidas de um índice alfabético por assuntos para facilitar a busca das leitoras⁴⁵.

Aparentemente destinada a um público mais restrito, em função do custo da edição, o livro de Fernandes Figueira representa um primeiro momento de atenção dos editores a um nicho ainda ignorado pela maioria das livrarias e editoras: o dos temas mais complexos que começavam a ser propostos às mulheres. Apesar de se apresentarem associados às questões de âmbito doméstico e aos cuidados e educação das crianças, são temas que ultrapassavam as “amenidades” dos folhetins, introduzindo padrões de discursos vinculados à ciência.

⁴⁴ Conforme a lista das edições da livraria, presente no final do livro de Figueira (1919), que possuía três páginas de obras catalogadas como “medicina, direito, pedagogia, etc.”, com 47 títulos, contra 44 títulos distribuídos nas categorias história, literatura, teatro e diversos.

⁴⁵ As quatro consultas acrescentadas na segunda edição se referem à tuberculose e à alimentação infantil, com consultas sobre o emprego de ovos, a qualidade do leite de vaca e a alimentação ideal para crianças de sete anos. (FIGUEIRA, 1920, p. 325)

FERNANDES FIGUEIRA

Consultas praticas
de hygiene infantil



1919

Editores : Leite Ribeiro & Maurillo

::: 3, RUA SANTO ANTONIO, 3 :::

Rio de Janeiro

Figura 02 – Folha de rosto da primeira edição de *Consultas Práticas de Hygiene Infantil* (FIGUEIRA, 1919).

N. 15

*Como estou lutando para cumprir suas ordens!
Que incommodo o ter em casa uma ama de
leite e, ainda mais, como escolhel-a?*

Ha muito escuto esta mesma canção, com variantes no estribilho... Protestam algumas senhoras contra as amas, porque lhes repugna que seus filhos bebam o leite de outra mulher. Para fugirem ao inconveniente, que lhes apparece desairoso, propõem ministrar ás crianças, em vez de leite de outra mulher, o que fôra humilhante, o de um animal, como a vacca ou a cabra ou a jumenta. Alvitram que as pobres criancinhas são passiveis de adquirir umas tantas doenças, que alias já podem ter e passar, ao contrario, ás amas incautas..

Cifra-se numa queixa o argumento Achilles: a ama, que não se póde incluir entre pessoas de familia e nem entre os famulos, converte-se num embaraçoso e inclassificavel ser, tormento e excitante á desordem domestica. Assim ocorre effectivamente, em restrictas hypotheses.

fl. 4

Figura 03 – Organização textual e gráfica da primeira edição de *Consultas Práticas de Hygiene Infantil* (FIGUEIRA, 1919, p. 48).

Ao final da década de 1920, os médicos Leonel Gonzaga e Jorge Sant'Anna fizeram publicar *Escola de Mães Saúde de Filhos*, guia materno que apresentava características textuais diferenciadas do livro de Fernandes Figueira, adotando um modelo de organização em capítulos que se perpetuou na maioria dos guias consultados, publicados posteriormente. Apresentava-se dividido em uma primeira parte, dedicada à mulher, da puberdade à gestação e ao parto, escrita por Jorge Sant'Anna; e uma segunda parte tratando do bebê, dos cuidados e alimentação, até a educação adequada e primeiros socorros, escrita pelos dois médicos.

O prefácio da primeira edição fazia referência à obra *Manual das Jovens Mães*, do médico João José de Sant'Anna, pai de Jorge Sant'Anna, publicada em 1890, e que teria rapidamente se esgotado. Justificando a publicação do guia materno *Escola de Mães Saude de Filhos* pela “ausência de publicações no gênero”, os autores também se referiam à “frequente verificação, no exercício da clínica, do desconhecimento das regras de hygiene”. Publicado pela Casa Leuzinger, do Rio de Janeiro, em 1926, a primeira edição de dois mil exemplares teria se esgotado em dois anos, segundo os autores⁴⁶.

Criada no final do século XIX, pelo suíço Georges Leuzinger, inicialmente como papelaria, a editora tornou-se uma das principais tipografias do Rio de Janeiro “constantemente modernizada com a importação dos mais recentes equipamentos da Alemanha e dos Estados Unidos e com o recrutamento de artesãos qualificados” (HALLEWELL, 1985, p. 158). Foi também responsável pelas edições das obras do historiador Capistrano de Abreu, até 1930.

A inclusão em seu catálogo da obra dos médicos Leonel Gonzaga e Jorge Sant'Anna também pode ser considerada como uma atenção da Casa Leuzinger à temática da saúde infantil, política que produziu um retorno para autores e editora. A segunda edição (1931) anunciava, na capa, o quinto milheiro publicado, tiragem expressiva para a época. Além disso, a obra obteve menção honrosa da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, distinção também propagandeada na folha de rosto da segunda edição de *Escola de Mães Saude de Filhos*⁴⁷.

Com ilustrações de Otto Büngner, pintor alemão radicado no Brasil, e pranchas obtidas em “obras especializadas”, o livro continha também encartados ao texto o calendário obstétrico

⁴⁶ Conforme informações obtidas no prefácio da segunda edição (GONZAGA e SANT'ANNA, 1931).

⁴⁷ A compreensão de que a menção ao prêmio pela Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio cumpre a função de legitimar o trabalho dos autores apóia-se no estudo realizado por José Gondra, que inclui, como parte de sua análise, as relações estabelecidas entre o Estado e a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, fundada em 1830, convertida em 1835 em Academia Imperial do Rio de Janeiro (2004).

de Naegele, quadro para registro da temperatura e do pulso durante o sobreparto como prevenção à infecção puerperal, além do diagrama de peso de Von Pirquet. Embora se propusessem a apresentar “um livro de vulgarização [...] vazado em linguagem simples” (1931, p. 14), *Escola de Mães Saúde de Filhos*, em suas quase trezentas páginas, apresentava-se impregnado de termos e procedimentos médicos complexos, que exigiam uma leitura muito próxima da acadêmica. Apesar disso, o final do livro era composto por mais de vinte anúncios, entre medicamentos, leites e alimentos infantis, indicados em índice próprio, característica emprestada das revistas femininas e mesmo das revistas médicas, que intercalavam seus artigos com as propagandas de medicamentos e outros produtos relativos ao exercício da medicina (FREIRE, 2008; MAGALHÃES, 2005).

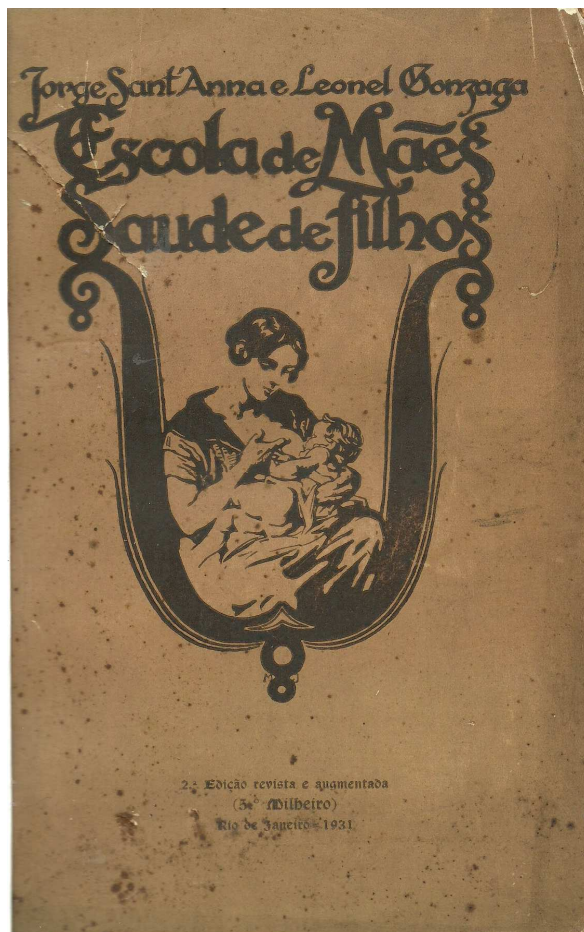


Figura 04 – Capa da segunda edição do guia materno *Escola de Mães Saúde de Filhos* (GONZAGA e SANT’ANNA, 1931).

Modo de preparar: cortar o fígado em fatias de um centímetro de espessura; conservar as fatias embebidas em água fria durante 20 minutos, antes de colocar ao fogo; fazer ferver o fígado na água durante 10 minutos, em banho-maria, virando-se as fatias de quando em quando; triturar o fígado na machina; juntar a água em que o fígado foi fervido, e o sal.

Nota — O fígado assim preparado, muito útil no tratamento de certas anemias, serve-se com puré de batatas (sem gordura).

Chá

<i>Formula:</i> Água	1000 c.c.
Chá preto	1 colher
	(das de sopa)
Assucar	50 grs.

Modo de preparar: ferver a água; adicionar o chá; deixar em repouso 5 minutos; passar no coador; juntar o assucar.



CAPITULO VIII

O desenvolvimento normal da criança

(LEONEL GONZAGA)

Na criação de um animal ou no cultivo de uma planta, não basta applicar ás cegas os preceitos inflexiveis da zootecnia ou da jardinagem: importa tambem conhecer o que é o desenvolvimento regular do ser vivo, para corrigir em tempo qualquer desvio da norma geral.

O mesmo se applica á puericultura, e aqui mais que alhures, porque se trata da criação de um ente sem duvida inferior aos outros no que diz respeito aos meios de defesa de que dispõe para luctar com o ambiente.

Com effeito, o homem nasce inteiramente desapercebido de recursos proprios, na mais absoluta dependencia de criados alheios, accrescendo que essa subordinação, apenas comparavel á dos passarinhos nos primeiros dias, se prolonga por mezes a fio, antes que o novo individuo adquira a capacidade indispensavel para viver independente e autonomo.

Figura 05 – Escola de Mães. Ilustração de Otto Büngner (GONZAGA e SANT’ANNA, 1931, p. 280-281).

Mães carinhosas!
Cuide da saúde de vossos filhos.

Um bebé de boa saúde é a alegria de sua mãe. O vosso bebé terá boa saúde se o alimentardes ao seio.

O leite materno é isento de germens e a sua composição corresponde ás necessidades do pequenino ser; elle o protege contra as perturbações nutritivas e constitue a base de sua saúde.

Nas semanas que precedem a chegada do bebé, todas as mães devem tomar OVOMALTINE para assegurar uma secreção lactea abundante.

A OVOMALTINE é muito recommendavel durante os mezes de espera, assim como na amamentação, porque, favorecendo a secreção do leite, mantém as forças da mãe e assegura um prompto restabelecimento após a delivrance.

Logo após a desmamentação, torna-se necessario fornecer ás crianças, um producto vitaminado para que seu organismo possa desenvolver-se rapidamente.

As crianças anemicas, pallidas e rachiticas, encontram na OVOMALTINE, uma alimentação scientifica — ás e leve — consistente de productos vitales indispensaveis, em estado natural e de facilissima assimilação.

Os maravilhosos componentes da OVOMALTINE, fornecidos pela natureza, são recommendados aos organismos infantís, que por se acharem em formação, requerem uma alimentação especial.

OVOMALTINE
É A SAÚDE

Figura 06 – Propaganda constante do anexo de anúncios do guia materno Escola de Mães Saúde de Filhos (GONZAGA e SANT’ANNA, 1931).

Competindo com as editoras cariocas, em 1927, a Companhia Editora Nacional de São Paulo apresentava *O Livro das Mamães* (Noções de Puericultura), de autoria dos médicos Almeida Jr. e Mario Mursa. A obra, bem recebida pelos “lares e as escolas”, segundo os autores, no prefácio da segunda edição, destinava-se tanto às mães em geral como às “alunas das escolas normais ou outros cursos de puericultura” (1933, p. 11), estratégia que assegurou uma segunda edição ampliada, seis anos mais tarde.

Denso, à semelhança do guia materno de Gonzaga e Sant’Anna, sua linguagem é justificada pelos autores:

Queremos convencer pela clareza. A muitos se afigurará que nos excedemos na parte científica. Supomos que não. Um livro apenas de regras práticas, sem consignar nunca os “porquês”, mesmo quando estes estão ao alcance da cultura leiga, não deixaria transparecer, como queremos, que cada preceito estabelecido nasce de um princípio científico, e não do capricho ou da fantasia de quem o consagrou (1933, p. 11-12).

Com ilustração apenas na capa, a publicação modesta da Companhia Editora Nacional encaixava-se no perfil do início da criação da editora, em 1925, com capital pequeno, fruto da venda de uma casa lotérica de propriedade de Monteiro Lobato e Octalles Marcondes, sócios da falida Companhia Gráfica-Editora Monteiro Lobato⁴⁸. Com experiência na edição de livros didáticos, desde a década de 1920, Marcondes imprimiu um rumo mais comercial à nova editora, que, segundo Hallewell (1985), produziu mais de um milhão de exemplares em 1933, sendo que, desse total, 80% compunha-se de livros didáticos e infantis.

Quase duas décadas depois da edição da obra de Fernandes Figueira, outro guia materno procurava estabelecer um diálogo mais ameno com as mães, incorporando, porém, a esse tipo de impresso um novo aspecto gráfico. A terceira edição da *Cartilha das Mães*, do médico Martinho da Rocha, editada pela Civilização Brasileira, em 1937, já demonstrava a influência da fusão dessa editora com a Companhia Editora Nacional, principalmente no que se refere à inserção de ilustrações de qualidade, política adotada inicialmente por Monteiro Lobato.

A associação de um pediatra renomado ao ilustrador J. Carlos, popular por sua participação em revistas como *Careta*, *O Malho*, *O Tico-Tico*, era uma estratégia editorial que fazia frente a outras publicações do gênero, nesse mesmo período, como o *Guia das Mães* do

⁴⁸ Afastado da direção da empresa, por vontade própria, no início da década de 1930, Lobato passou a colaborar com a editora como autor e tradutor.

médico Germano Wittrock⁴⁹. Fartamente ilustrado, recorrendo também a fotografias, o guia materno dividia-se em pequenos capítulos de duas a quatro páginas intercaladas com imagens. Contando com um índice alfabético de assuntos e espaços para registro de diferentes dados do bebê, a obra ainda apresentava recursos como o destaque de palavras-chave ao lado do texto, possível pela composição gráfica do texto em uma mancha menor que a usual em publicações com custo menor. São detalhes que indicam investimento e cuidado com a edição, além da intenção de facilitar a leitura.

⁴⁹ José Carlos de Brito e Cunha (1884-1950) estreou como caricaturista no semanário *O Tagarela*, em 1902. Ilustrou inúmeras publicações da primeira metade do século XX, como o semanário *A Avenida*, as revistas *O Malho*, *Fon-Fon!*, *Leitura para Todos*, *O Tico-tico*, *O Cruzeiro* e *Careta*, além da colaboração em diversos jornais cariocas. Segundo Herman Lima, “dum toque repentino e direto, livres do sfumato dos tempos da litografia, bulindo com um intenso dinamismo – o que J. Carlos trazia para a caricatura brasileira era alguma coisa de arejado e de novo [...] a ponto de se tornar o nosso mais elegante caricaturista de todos os tempos...” (1963, p.1074 e p. 1076).



Fig. n.º 2

— Doutor! Meu filhinho não
aumenta de peso:
Que devo fazer?
Será que a água
de arroz dá bom
resultado?

ordens; não se moldem ás objecções de vizinhas bem intencionadas.

*Vizinhas
bem inten-
cionadas*

Tudo é mais facil, escolhendo um mentor, cujos conselhos obedçam á risca. Informem-se como vestir o bebê, como alimentar-o, como banhal-o e põl-o ao ar livre. Nada façam por iniciativa propria, ou alvitre de “entendidas”. Tantas serão as sugges-

As entendidas

tões de amiguinhas, que fatalmente se perderão em conselhos contradictorios. D. Babéte, mãe de dez

Figura 07 – Organização textual e gráfica da *Cartilha das Mães* (ROCHA, 1937, p. 13).

A Civilização Brasileira - fundada no Rio de Janeiro em 1929 por Getúlio M. Costa - passou por uma negociação em 1932, que resultou na fusão com a Companhia Editora Nacional, transformando-se na principal livraria e filial da editora paulista no Rio de Janeiro. O editor Octalles Marcondes passou a priorizar, em São Paulo, a produção de livros didáticos e literatura infantil, deixando para a produção no Rio de Janeiro a maior parte do catálogo de livros para adultos. Segundo Hallewell, em 1937, a Civilização Brasileira foi responsável pelo lançamento de 57 títulos, chegando a 329 mil exemplares editados. A editora abriu uma filial em Lisboa em 1932, aproveitando a queda da taxa de câmbio do mil-réis. A iniciativa pioneira de Marcondes permitiu que “os livros brasileiros, ao invés de muito caros para serem bem vendidos em Portugal, [pudessem] concorrer facilmente com o produto local” (1985, p. 278-279).

Entre os guias maternos analisados, que faziam parte do catálogo de grandes editoras, há apenas um publicado no Rio Grande do Sul, pela principal editora de Porto Alegre, a Livraria do Globo. Criada em 1883, transformou-se na principal gráfica da cidade em 1909. Na década de 1930, especializou-se em traduções de livros de literatura anglo-saxônica, principalmente de novelas policiais, tornando-se a principal do país nesse setor, a partir de uma política agressiva de vendas e da diminuição de livros importados no final da década de 1920. Os arquitetos desse tipo de política foram Henrique Bertaso, filho do fundador da livraria, e Érico Veríssimo, contratado em 1930 para dirigir a revista da livraria⁵⁰.

O livro *Como devo cuidar meu filho?*, de autoria do médico Mario de Assis Brasil, editado em 1940, incorporava como subtítulo o enunciado “princípios fundamentais de puericultura”, abrindo espaço para uma utilização também em cursos sobre o tema, inclusive na educação escolar. Escrito em formato semelhante ao *Consultas Pediátricas* (FIGUEIRA, 1919), perguntas e respostas eram separadas em temas, como mortalidade infantil, puericultura obstétrica, os cuidados com o recém-nascido e outros temas vinculados aos primeiros anos de vida da criança.

Com 47 ilustrações, sem indicação de autor, inseridas ao longo do texto, o guia materno de Assis Brasil foi produzido em brochura, e papel inferior, num evidente esforço de baratear seu custo, para torná-lo competitivo, em um mercado que já dispunha à época de publicações

⁵⁰ Conforme Torresini (2004), disponível em www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/elizabethtorresini.pdf, acesso em 14/2/2010.

semelhantes e melhor divulgadas. A carta de recomendação do diretor geral do Departamento de Saúde do Rio Grande do Sul funcionava como um recurso de legitimação dessa obra junto aos clínicos do estado, que poderiam consultar ou recomendar o livro às suas pacientes, ou mesmo aos professores que porventura quisessem empregá-lo no ensino da puericultura.

maturou ou enfermos; peso superior a 4 k. 500 corresponde às crianças gigantes.

A alimentação da gestante não tem grande importância no desenvolvimento do peso, porém a raça, o tipo familiar e as enfermidades influem bastante.

As principais etapas de aumento no peso, são:

Peso ao nascimento		3 k. 200
" aos 5 meses	$3 \text{ k. } 200 \times 2 =$	6 k. 400
" " 12 "	$3 \text{ k. } 200 \times 3 =$	9 k. 600
" " 24 "	$3 \text{ k. } 200 \times 4 =$	12 k. 800

Vê-se que o peso do nascimento dobra aos 5 meses; triplica aos 12 meses; quadruplica aos 24 meses.

No 1.º quadrimestre o lactente aumenta 25 a 30 grs. por dia;

No 2.º quadrimestre 15 à 20 grs. por dia.

No 3.º quadrimestre 10 a 15 grs. por dia.

A diferença de peso entre os meninos e as meninas aumenta gradualmente, em favor dos meninos, podendo chegar a 500 grs. no final do 1.º ano.

Em tôrno destas cifras médias podem ser observadas variações grandes, mesmo tratando-se de crianças perfeitamente normais.

Para que os resultados das pesagens possam ser comparados, entre si, é preciso que elas se verifiquem sempre às mesmas horas.

O peso será anotado em quadros especiais (ver fig. 20).

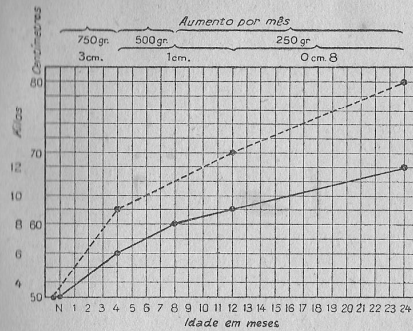


FIG. 20

Quadro para anotação do peso

Como aumenta a estatura do lactente ?

A balança é, sem dúvida, precioso meio de controle do desenvolvimento da criança, porém não se deve tomar em conta isoladamente o valor da pesagem porque crianças normais, de mesma idade, podem apresentar apreciável diferença no peso, dependente de diferença no talhe.

O crescimento, em peso e em dimensões, tem que obedecer a uma relação íntima com a idade.

O comprimento, médio do corpo inteiro, no

Figura 08 – Organização textual e gráfica do guia materno editado pela Livraria do Globo, de Porto Alegre, intitulado *Como devo cuidar meu filho?* (ASSIS BRASIL, 1940, p. 66-67).

No campo das obras que não pertenciam a catálogos das grandes editoras do país à época, dois exemplos se destacam entre os guias selecionados: o livro *Conselhos às Mães*, de autoria de Eula Long (1926), editado pela Livraria Liberdade, e o *Guia das Mães*, do médico Germano Wittrock (1939), impresso nas oficinas da revista *Vida Doméstica*.

A Livraria Liberdade de São Paulo foi a responsável pela publicação de duas obras do educador João Toledo⁵¹ e de títulos sobre a história de São Paulo, entre as décadas de 1920 e 1930, mas sequer é mencionada na pesquisa clássica de Halewwel sobre a história do livro no Brasil (1985). A partir da verificação de que a Imprensa Metodista também publicou obras de João Toledo (apud PINHEIRO, 2009), pode-se questionar se haveria um vínculo entre a Livraria Liberdade e esse grupo religioso em São Paulo, mas não foi possível apurar outras indicações mais precisas em torno desse aspecto, a não ser a indicação de que a autora dos *Conselhos às Mães*, Eula Long, também pertencia à comunidade metodista do Rio Grande do Sul.

A primeira edição de *Conselhos às Mães* (LONG, 1926) foi produzida em capa dura azul, com algumas fotografias e várias ilustrações, algumas assinadas por Belmonte⁵². Trata-se de uma edição semelhante, em vários aspectos, às analisadas, mas da qual não se possui outros dados, como edições posteriores ou tiragens. Único exemplar de autoria feminina entre os guias maternos analisados, o livro de Eula Long trazia na página de rosto as referências sobre o bacharelado em artes feito pela autora, nos Estados Unidos, e a indicação no prefácio de que o livro havia sido revisado por dois clínicos do Rio Grande do Sul. Embora a autora fizesse questão de mencionar a aprovação médica ao seu texto, não há nenhuma referência ao seu vínculo com a comunidade metodista, o que pode indicar uma intenção de atingir um público menos segmentado.

Apesar da inexistência de indicações sobre a circulação desse livro, a ausência de menções à autora e à obra em outras pesquisas sobre esse tipo de publicação, pode indicar um

⁵¹ João Toledo foi inspetor geral do ensino do estado de São Paulo, assistente técnico da Diretoria Geral do Ensino e ocupou, em 1932, o cargo de diretor geral da Instrução Pública em São Paulo. Dirigiu ainda, já aposentado, o Instituto Ana Rosa localizado na capital paulista. As obras publicadas pela Editora Liberdade foram *Didática (nas escolas primárias)*, segunda edição de 1930, *Escola Brasileira: desenvolvimento do programma de Pedagogia em vigor nas escolas normaes*, terceira edição em, 1932, *Planos de lição. Noções comuns* (1934), conforme pesquisas de Maria de Lourdes Pinheiro (2009) e Paulo Edyr Bueno de Camargo (2002).

⁵² Benedito de Barros Barreto, o Belmonte, foi um dos ilustradores do jornal *Careta* e da *Folha da Noite* na década de 1920. Ilustrou vários livros didáticos e infantis, entre eles parte das obras de Monteiro Lobato. Segundo Heloísa Rocha, foi o idealizador do personagem Juca Pato, “por meio do qual fazia críticas à elevação dos preços, arrocho salarial e corrupção na política. Em parceria com Lobato, deu corpo ao Jeca Tatu” (2003, p. 206).

alcance menor do que o das edições da *Cartilha das Mães* (ROCHA, 1937), por exemplo, o que não invalida a análise desse guia materno como um exemplo de iniciativas de diferentes setores em torno da educação das mães brasileiras, nos moldes propostos pelos pediatras, puericultores e higienistas.



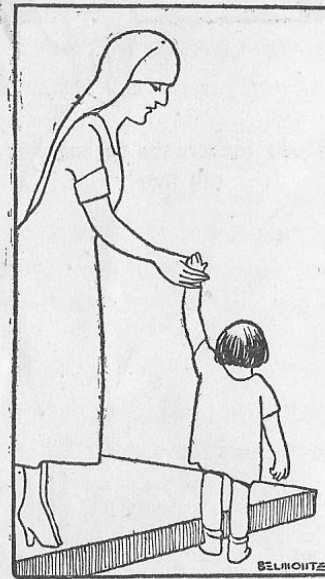
Modo incorrecto de segurar um nenê.



Modo incorrecto de levantar uma criança (pelo ante-braço).



Modo correcto de levantar uma criança, segurando-a debaixo dos braços.



Modo incorrecto de erguer uma criança (segurando somente a mão).

Figura 09 – Ilustrações de Belmonte para o livro *Conselhos às Mães* (LONG, 1926, p. 106).

Outro guia materno, publicado por iniciativa do próprio autor, teve uma trajetória diversa do livro de Eula Long (1926). O *Guia das Mães* (WITTROCK, 1939), impresso inicialmente nas Oficinas Graphics de Vida Doméstica, Revista do Lar e da Mulher, sediada na Capital Federal, chegou até a 15ª edição, em 1958, produzida pela Editora Borsoi. Apresentando-se em brochura até a 11ª edição⁵³, em 1947, o guia materno de Germano Wittrock trazia na capa uma ilustração delicada de uma mãe com seu bebê e título homônimo ao da seção presente na *Revista Vida Doméstica* (BRITES, 2000).

O *Guia das Mães* introduzia, ao final de cada edição, fotografias de crianças que foram tratadas a partir das orientações do livro. A partir da nona edição, em 1945, também havia a inserção de propagandas, principalmente de medicamentos e alimentos infantis. No prefácio da quarta edição, publicada em 1933, o autor informa que a Livraria Francisco Alves, do Rio de Janeiro, havia adquirido a edição de cinco mil exemplares antes mesmo de ser impressa. A quinta edição, de 1936, referia-se, também no prefácio, à propaganda das leitoras como um dos motivos para o esgotamento da quarta edição, em um período de três anos. São números significativos para os padrões de tiragens da época e que indicam métodos de divulgação bastante eficientes.

O *Guia das Mães* manteve, nas edições consultadas, as mesmas características gráficas preservando, inclusive, a maioria das imagens presentes na primeira edição de 1927. Destaca-se dos demais guias editados no final da década de 1920 pela quantidade de fotografias que acompanham o texto, inseridas, provavelmente, devido à especialização da gráfica, tanto na produção das revistas, como do jornal editado pela empresa jornalística para a qual Germano Wittrock colaborava. Segundo Freire,

o doutor Wittrock criou uma coluna fixa em *Vida Doméstica* e nela prometia fornecer "conselhos úteis" e, posteriormente, "ensinamentos às mães". Suas matérias versavam sobre temas variados do universo infantil - da dentição ao aleitamento - e terminavam sempre convidando as mães a buscar informação especializada: "Qualquer consulta sobre doenças, regimes alimentares, cuidados das crianças, poderá ser dirigida para as redações de *Vida Doméstica*" (n.109, abr. 1927). A partir da compilação dessas matérias, o médico publicou, em 1927, o *Guia das mães*, livro que experimentou estrondoso sucesso e esgotou-se em menos de um ano (2008, p. 167).

⁵³ Todas as edições consultadas (6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª e 15ª) reproduziram os prefácios das edições anteriores, até a 15ª edição, em 1958, único exemplar, entre os que fazem parte do acervo estudado, que foi encadernado em capa dura.

Além das imagens relacionadas às orientações que deveriam ser adotadas nos cuidados com os bebês, o *Guia das Mães* incluía vários depoimentos de pais, leitores e clientes do médico, acompanhados das fotografias das crianças, como no exemplo a seguir:

É com satisfação que ofereço o atestado fotográfico de minha filha Roselene, com 7 meses, pesando 8.200, para ser publicado no “Guia das Mães”, demonstrando desse modo os ótimos resultados colhidos com o uso da Farinha Nutritiva Wittrock. Rio, 10 de março de 1945. Herva Celso de Souza (apud WITTROCK, 1947, apêndice).

Os mesmos depoimentos comparecem até pelo menos a 15ª edição. Por meio deles, também se pode encontrar indícios de circulação do guia materno de Germano Wittrock. Boa parte desses testemunhos é do estado do Rio de Janeiro, mas há um depoimento de Manaus e dois de Minas Gerais, o que indica que a publicação chegou a vários estados do Brasil.

A inclusão dos depoimentos de leitores constituía-se em uma prática comum dos editores de almanaques de farmácia, destinados à divulgação de medicamentos de laboratórios brasileiros e estrangeiros. Distribuídos gratuitamente nas farmácias, os almanaques tinham edições anuais, entremeando diferentes seções e propagandas de produtos. Boa parte deles trazia reproduções de cartas dos leitores, denominados testemunhais, afirmando as qualidades do principal produto do laboratório, que normalmente dava nome ao impresso, como no caso do *Almanaque do Biotônico*, *Almanaque Capivarol* ou *Almanach d’A Saúde da Mulher*. “Normalmente escritos em um padrão culto e com estilo parecido, os depoimentos eram anualmente repetidos e/ou reformulados pelos editores” (ALVIM, GOMES e MAGALHÃES, 2010, p. 1). No caso dos almanaques, além da presença dos testemunhais, eram frequentes, “como força considerável de persuasão, as palavras de médicos, artistas populares e representantes da igreja católica [que] compartilhavam estrategicamente os espaços publicitários nos almanaques” (GOMES, 2006, p. 1011).

Com toda satisfação declaro, em público, que minha filhinha Norma, hoje com 3 anos de idade, aos 2 anos estava tão fraca que, além de não andar, os seus movimentos eram fraquíssimos e, tendo usado 4 vidros do CAPIVAROL, hoje se acha forte, já anda e possui maior força nas juntas.

Tenho também outra filhinha, Ruth, com 6 anos, que, a exemplo de sua irmã, tomou 2 vidros desse preparado, obtendo ótimo resultado na cor, na força e na disposição para alimentar-se, assim como na alegria de brincar e saltar nos jardins.

Aconselhando o uso do CAPIVAROL a todos os que sofram de fraqueza, autorizo a publicação desta, como prova da utilidade desse remédio e ofereço as fotografias anexas.

(Ass.) ARMANDO LAURO FERREIRA

Santos Dumont—Minas—1-2-939

Test.: (Ass.) S. Saléh (professor) — Victor Bittencourt dos Santos (Juiz de Paz) — (Firmas reconhecidas).



CAPIVAROL

<p>1 - Fazer presente</p> <p>2 - Grande navio antigo, de carga</p> <p>3 - Adivinho</p> <p>4 - Rente</p>		<p>A - Aptidão</p> <p>B - Içar</p> <p>C - Domina</p> <p>D - Contração</p>
---	--	---

PALAVRAS **OLEO DE OVO** **CRUZADAS**

(Dic. — Jayme Sequier) (Martha Augusta)

Sofre do estômago? **PANDIGESTIVO!**

Figura 10 – Depoimento presente no *Almanaque Capivarol* (1942, p. 10).

Exmo. Sr. Dr. Wittrock
Saudações.

Reconhecido, ofereço-lhe a photographia de meu filhinho Geraldo, que conta um anno de idade e só tem sido creado unicamente de accordo com os conselhos sabios de V. Excia. em seu utilissimo livro "Guia das Mães".

Amigo grato,

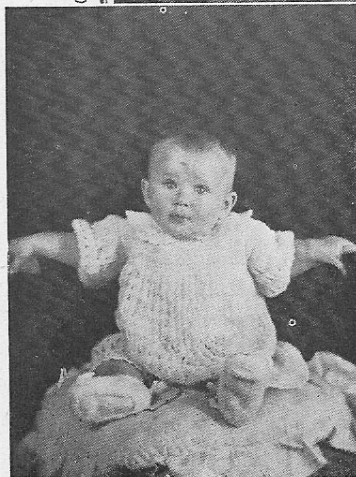
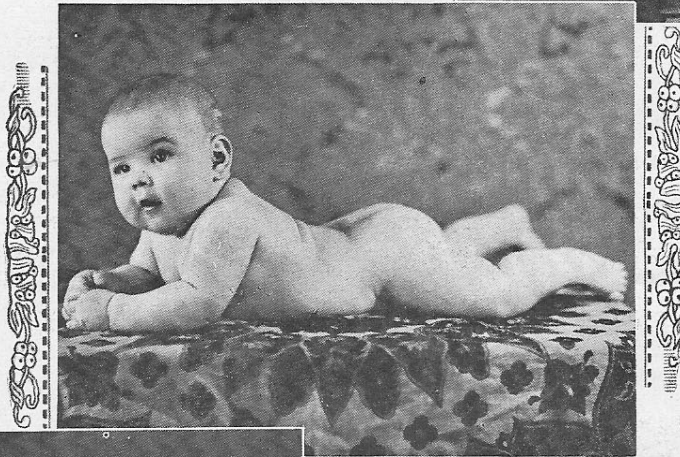
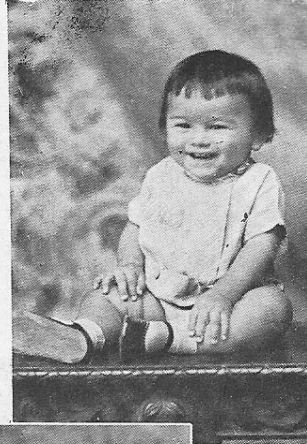
Lycurgo Bezerra

Mandós, 29 de Setembro de 1935.

Rio de Janeiro, 30 de Abril de 1936.

Exmo. Sr. Dr. Wittrock.

Seguindo escrupulosamente as indicações do seu utilissimo livro "Guia das Mães", tive a satisfação de observar magnificos resultados no desenvolvimento de



minha filhinha Regina Maria, que, com cinco mezes attingia o peso de nove kilos. Agradecendo-lhe esses bons conselhos, subscrevo-me com elevada estima e consideração.

Olavo da Fonseca Andrade

Rua do Cattete, 355.

Ao humanitario Dr. Wittrock.

Como prova de gratidão ofertamos a photographia da nossa filhinha Huldry, com 7 mezes, com 8 kls. e 900 grs., que desde os 2 mezes vem sendo creada com alimentação exclusivamente artificial, de accordo com a orientação do "Guia das Mães", gozando sempre excellente saúde.

Aos 3 mezes passava 3 kls. e 250 grs.
Os paes agradecidos

Ruth e João A. Proença

Rua da Baroneza, 35-A. Friburgo, Março, de 1936.

Figura 11 – Depoimentos que constam da sexta edição do *Guia das Mães* (apud WITTROCK, 1939, apêndice).

Outros elementos textuais presentes no *Guia das Mães* funcionavam como reforço da competência do médico: a apresentação escrita por Coelho Neto, a inclusão dos prefácios de todas as edições anteriores e, após a 5ª edição, a homenagem ao autor falecido, traduzida na carta testemunho de Bastos Tigre e na foto do médico, que antecederiam a folha de rosto do livro⁵⁴. Em todas as edições consultadas, a partir de 1945, há também inserção de propagandas de produtos para infância, de medicamentos a móveis e enxovais.

A colaboração do autor em jornais e revistas do Rio de Janeiro, como *Vida Doméstica*, cuja oficina tipográfica imprimiu o *Guia das Mães* até a 14ª edição, poderia ter facilitado o contato com empresários interessados em divulgar seus produtos em um impresso que teria consulta e permanência garantidas no ambiente doméstico. Entretanto, a inserção de propagandas ao final dos guias maternos não foi uma característica exclusiva do *Guia das Mães*. No guia escrito por Leonel Gonzaga e Jorge Sant'Anna (1931) e nas edições patrocinadas pelo Rotary Club do *Livro das Mãezinhas* (PIZA, 1937, 1956/1957), os editores reservaram um espaço para a divulgação de produtos como “o leite em pó alemão Eledon, lançado e empregado diariamente pelos doutores Langstein e Finkelstein de Berlim” (GONZAGA E SANT'ANNA, 1931, apêndice).

A relação entre pediatras, laboratórios farmacêuticos e a indústria de alimentos infantis desdobrou-se em uma série de acordos e iniciativas, entre elas o patrocínio de publicações, como o caso do livro *Introdução à História da Puericultura e Pediatria no Brasil (1500/1882)*, de Martinho da Rocha (1947), patrocinado pela Companhia Nestlé, responsável também pela publicação dos *Anais Nestlé*, fascículos de caráter acadêmico, com artigos sobre a saúde infantil. A divulgação de depoimentos recomendando determinados medicamentos também era uma

⁵⁴ De acordo com o *Dicionário Literário Brasileiro* (MENEZES, 1978, p.196, 197, 678), Coelho Neto (1864-1934) e Bastos Tigre (1882-1957) foram escritores contemporâneos. Henrique Maximiano Coelho Neto foi membro da Academia Brasileira de Letras, e seu presidente em 1926. Nascido em Caxias, no Maranhão, veio para o Rio de Janeiro na infância e iniciou sua carreira como jornalista em 1886 na *Gazeta da Tarde*, de José do Patrocínio e no *Diário de Notícias*, de Rui Barbosa, tendo colaborado também em revistas como a *Kosmos*, *Vida Moderna* e *A Semana*. Participou da chamada *boemia literária*, da qual fizeram parte Olavo Bilac, Aluísio Azevedo e Paula Nei, entre outros. Considerado como um dos escritores mais profícuos, à sua época, Coelho Neto publicou 112 obras entre romances, poemas, peças teatrais, com traduções para 11 idiomas. Manuel Bastos Tigre, nascido no Recife, diplomou-se pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1906. Foi publicitário e jornalista, tendo iniciado sua carreira no jornal carioca *Correio da Manhã*, em 1903. Também conviveu com o grupo de boêmios ao qual se vinculava Olavo Bilac, tendo escrito peças para teatro e poesias. Em 1924, com ilustrações de F. Acquarone publicou *Meu Bebê Livro das Mães*, diário destinado ao registro dos primeiros anos de vida da criança, que mereceu o prêmio da Academia Brasileira de Letras, citado na 5ª edição, em 1940 (TIGRE, 1940, folha de rosto). Colaborou com campanhas publicitárias de laboratórios farmacêuticos, principalmente a Companhia Bayer (PINTO, 1986, p.13).

prática recorrente entre clínicos e pediatras, como no exemplo do *Almanack do Laboratório Nutrotherapico*, que entre o final da década de 1920 e a década de 1930, publicou vários testemunhos de médicos sobre os seus produtos, entre eles o de Moncorvo Filho:

Ilmos. Snrs. Dr. Raul Leite & C.

Rua Gonçalves Dias, 73

Acquiescendo ao pedido de VV.SS. para ensaiar em doentinhos soccorridos no Instituto de Protecção á Infância do Rio de Janeiro o producto denominado LAXO-PURGATIVO INFANTIL, por VV.SS. enviado, cumpro o dever de communicar-lhes haver o alludido preparado sido empregado com o melhor resultado, nos casos em que houve indicação, parecendo tratar-se de um bom medicamento.

Rio de Janeiro, 14 de Novembro de 1921 - Dr. Moncorvo Filho (1926, p. 11).

O recurso ao depoimento médico, muitas vezes vinculado a instituições, como o Instituto de Protecção e Assistência à Infância (IPAI) ou a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, procurava garantir o aval científico aos medicamentos infantis, pouco disseminados nas primeiras décadas do século (MAGALHÃES, 2005, p. 59). Apropriando-se das estratégias empregadas com sucesso nos almanaques de farmácia, como o exemplo dos depoimentos, autores como Germano Wittrock poderiam ter garantido a permanência de seus guias maternos por várias edições, embora nenhuma editora de grande porte tivesse apoiado sua produção ou distribuição.

Em termos comparativos, trata-se de um fenômeno semelhante ao de publicações do mesmo tipo, tanto de iniciativa do setor público, como *O Livro das Mãezinhas* (PIZA, 1937) e o *Livro das Mães*, publicação do Departamento Nacional da Criança (1957), quanto de empresas do ramo de medicamentos e alimentos infantis, como no caso da obra *Conselhos do Glaxo para mãe e filho* (192?) e do guia materno *Para as mães*, editado pela Companhia Nestlé (1940). Esquemas de produção fora do âmbito do mercado editorial e distribuição gratuita demandam, em relação a esses dois tipos de guias maternos, uma análise diferenciada no que se refere à materialidade do impresso e à sua circulação.

**: FARINHA :
NUTRITIVA**



WITTRÖCK

PARA
CRIANÇAS
ADULTOS
E
CONVALES-
CENTES

•
A
MELHOR
PARA
ENGORDAR
E
FORTALECER
AS
CRIANÇAS

Fabricada pelo: LABORATORIO GRANADO

DISTRIBUIDORES:

Araujo Freitas & Cia.

RUA CONSELHEIRO SARAIVA, 41
RIO DE JANEIRO

227

Figura 12 – Propaganda da Farinha Wittrock - página 227 da 10ª edição do *Guia das Mães* (WITTRÖCK, 1947, p. 227).

Publicado em 1937 pelo Rotary Club, com patrocínio da Caixa Econômica Federal de São Paulo, o livro do médico Wladimir Piza teve uma trajetória bastante semelhante à do *Guia das Mães*. A política de distribuição gratuita d'*O Livro das Mãezinhas* por meio dos Cartórios de Registro Civil foi idealizada primeiramente pela Comissão de Assistência aos Menores do Rotary paulista, instituição de origem norte-americana e de orientação protestante (UHLE, 1992), da qual Piza fazia parte. Quando do ingresso do autor no Departamento de Saúde do estado de São Paulo, houve um aumento da tiragem da obra para 50 mil exemplares, na segunda edição, em 1939, sob a responsabilidade da Seção de Propaganda e Educação Sanitária, sob sua direção.

Tratando principalmente da alimentação e reservando espaço para registros sobre os dados e progressos da criança até a idade escolar, *O Livro das Mãezinhas* continha poucas ilustrações e encadernação em brochura, com exceção de três versões com capa dura – a primeira e a sexta edição, patrocinadas pelo Rotary e a segunda edição, já sob responsabilidade do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária do Departamento de Saúde do estado de São Paulo. Por meio das informações fornecidas na sétima edição pode-se averiguar que, entre 1937 e 1962, foram impressos 823 mil exemplares do *Livro das Mãezinhas*. Embora não se possa avaliar se a distribuição desse guia materno corresponde ao total publicado, o prefácio do autor, na sétima edição em 1962, informa que o livro teria atingido outros estados do país:

Editou-o, ainda, o próprio Rotary Club, para distribuição em todo o Brasil. E assim, o livrinho despretençioso foi cumprindo a sua finalidade, como cavaleiro andante da luta contra a mortalidade infantil, enquanto seu autor, levado por outros ventos, foi navegando nas águas agitadas da política. Nem por isso perdera de vista a criança brasileira, essa grande vítima dos maus políticos que, não apenas deixam de ampará-la, como até lhe dificultam os primeiros e incertos passinhos.

Eis porque a nova edição do livrinho, que as mães brasileiras, desde o Amazonas ao Rio Grande do Sul, pedem em cartas aflitas, transformando-o em milagre que só coração de mulher e mãe realiza, num verdadeiro amuleto na luta contra a doença e contra a morte (PIZA, 1962, p. 5).

Semelhante à incorporação da obra de Wladimir Piza ao catálogo das publicações da Seção de Propaganda e Educação Sanitária do estado de São Paulo, a iniciativa do Departamento Nacional da Criança foi responsável pela idealização do *Livro das Mães*, organizado por um

grupo de médicos e educadoras do Ministério da Saúde, no final da década de 1940⁵⁵. Com fotografias e ilustrações, o livro tratava, nos seis primeiros capítulos, sobre higiene mental da infância, a partir de temas como “formação de hábitos sadios”, “a verdade e a mentira”, “criar os filhos com rigor ou com mimos”. Apresentado como uma das ferramentas na “campanha de educação popular em matéria de puericultura”, o *Livro das Mães* chegava em 1962, a sua sexta edição.

A solicitação desses impressos, por meio de cartas, é um elemento comum na distribuição dos guias maternos de autoria de Wittrock e Piza, bem como dos guias editados pela Casa Glaxo e pela Companhia Nestlé, empresas fabricantes de leite em pó e outros alimentos industrializados para a primeira infância. No caso d’ *O Livro das Mãezinhas* (1937) e do *Guia das Mães* (1939), as cartas dirigiam-se aos autores ou às instituições que os projetaram, respectivamente o Rotary Club e a revista *Vida Doméstica*. Em relação aos guias maternos idealizados por indústrias de alimentos infantis, a propaganda dos produtos indicava que a solicitação da publicação deveria ser feita por carta à empresa. A Companhia Nestlé mantinha uma caixa postal exclusiva para esse fim, que pertencia ao “Serviço de colaboração familiar dos produtos Nestlé”, apresentado na introdução do guia materno *Para as Mães* como um serviço “destinado a todos os pais que queiram se dirigir por escrito à nossa Companhia, dando-nos oportunidade de colaborar no delicado mister de criar criancinhas sadias, alegres e, portanto, felizes” (195?, p. 3).

Em alguns casos, nos guias maternos, as cartas ou consultas, que propunham um contanto direto entre leitora e autor, foram empregadas como estratégia de aproximação entre exemplos do cotidiano feminino e os preceitos científicos. Um desses exemplos é o do guia materno *E agora Mamãe? Cartas sobre a criação do bebê* (TELLES, 195[?]). O autor organizou o livro em uma sequência de cartas que acompanhavam diferentes momentos da vida de Maria Luiza, personagem idealizada por Walter Telles, representando a mãe inexperiente. As cartas dirigidas a Maria Luiza, em um diálogo fictício, acompanhavam a jovem mãe, da gravidez aos primeiros anos de vida do filho. Segundo o autor, esse tipo de estrutura textual justificava-se pela compreensão de que “só o ensinamento objetivo, ou mais “humanizado” (para usar um termo

⁵⁵ A segunda edição desse guia é de 1952 e consta do acervo do Centro de Memória da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, disponível em www.medicina.ufmg.br/cememor/.../OrdemCronologica-Pediatria.PDF, acesso em 22/3/2010.

roubado à própria dietética infantil), logrará, talvez, erradicar o erro comum, ou o preconceito eviscerado” (195[?], p. 17).

Nessa obra, a relação entre médico e paciente, por meio de cartas, é um recurso que busca transformar o texto médico em aconselhamento, empregando um tom mais íntimo, paternal e que transita entre a atenção aos sentimentos da leitora e as orientações médicas.

Carta I:

À espera do bebê.

Quando os ensinamentos começam a valer.

Seria cedo para um filho?

Cuidados gerais.

Alimentação, cálcio, exames periódicos.

Os dentes e a gravidez.

Maria Luiza,

O sentimento de felicidade que ressumbra, nítido, por entre as linhas da carta que me escreves, para anunciar que muito breve um novo ser completará a ventura de teu lar, tira, inteiramente, a essas páginas o caráter que lhe emprestas de um S.O.S. lançado à experiência de velho amigo. Causa surpresa, mesmo, que ainda nesse “alvorço da primeira hora”, quando levas de pensamento rumam, continuamente, para o minucioso estudo do enxoval, tenhas já podido balancear as forças, apurando-as diminutas ante a relevância da tarefa grandiosa que é conduzir bem as fases iniciais da vida de um bebê (195[?], p. 19).

No prefácio do guia de Walter Telles, o pediatra Martinho da Rocha afirma que o autor teria criado “uma nova classe de manuais de puericultura”, conciliando a “exatidão científica” com uma “leve ironia e fino sabor literário” (In TELLES, 195[?], p. 14). Considerada por um dos representantes mais proeminentes da pediatria, à época, como uma obra que se diferenciava dos demais guias maternos, pelo estilo empregado, permanecem no livro de Walter Telles prescrições de leitura muito similares aos guias maternos de outros autores, inclusive no que foi escrito por Martinho da Rocha. A proposta de identificar-se como “amigo experiente”, ocupando o papel de mentor da jovem mãe, não deixa de incluir o destaque para as prescrições pediátricas, que buscavam combater a “influência perniciosa das comadres”. Essa tensão pode ser identificada na presença da descrição dos temas médicos no cabeçalho da carta, recurso que autor ou editores empregaram como forma de destacar os “ensinamentos” que deveriam ser apreendidos pela leitora.

Humanizar os ensinamentos e aproximar-se do cotidiano das leitoras podem ter sido também justificativas da adoção do recurso à organização do guia de Fernandes Figueira (1919) em forma de consultas. “Dando voz” aos leitores que se dirigiam ao pediatra por carta ou reproduzindo diálogos estabelecidos em consultas a pacientes, Figueira construiu uma série de situações sobre os cuidados da criança, que, fictícias ou não, permitem uma análise das representações sobre as mulheres de classes mais abastadas, que teriam acesso ao consultório do pediatra.

Outra estratégia diferenciada, que também empregava o recurso da publicação de cartas dos leitores, foi empregada por Germano Wittrock no *Guia das Mães*, que inseriu, ao final do livro, vários depoimentos de leitoras, provavelmente obtidos nas cartas endereçadas aos jornais e revistas do Rio de Janeiro, nas quais o autor colaborou com seções regulares sobre conselhos pediátricos, entre elas, a *Revista Vida Doméstica*.

A relação entre editores e leitores por meio de cartas tem sido objeto de alguns estudos, entre eles o de Margareth Brandini Park, que consultou o acervo de cartas escritas pelos leitores do Almanaque Renascim Sadol, entre 1991 a 1994. Esse almanaque de farmácia é publicado pelo Laboratório Catarinense desde 1946. A autora indica, nesse estudo, que nem todas as cartas enviadas aos editores eram arquivadas. Segundo Park, as cartas que permaneceram nos arquivos do laboratório passaram por “uma seleção prévia e as que continham sugestões interessantes para a publicação, assim como as que pediam exemplares eram selecionadas” (PARK, 1999, p. 151).

Correspondência entre empresa e leitores também foi estabelecida no caso dos guias maternos editados pela indústria de alimentos. Nesse caso, além de solicitar gratuitamente o guia materno ou outras publicações relativas à educação e saúde da gestante ou da criança, algumas cartas dos leitores serviram como testemunho da “eficácia” dos produtos anunciados nos guias dessas empresas, a partir da seleção de depoimentos e fotografias sobre os resultados do emprego do leite artificial na alimentação infantil.

Sediado em Londres, o Glaxo Laboratories, hoje denominado GSK Brasil (Glaxo Smith Kline), importante multinacional farmacêutica, afirma ter sido pioneira em relação à iniciativa de ofertar impressos destinados à orientação das mães, lançando em 1908 o seu primeiro livro de

“conselhos”. Na década de 1920, a lista de publicações foi ampliada, com os títulos *Antes de Nascer o Bêbê* e *O Cuidado com as Criações no Verão*⁵⁶.

Procurando tranquilizar suas leitoras, que eram incentivadas a realizar o aleitamento materno pela maioria dos pediatras, os editores dos *Conselhos do Glaxo para mãe e filho* incluíram fotografias dos laboratórios e de uma das fábricas da empresa, “situada mesmo nos pastos”, demonstrando que a produção do leite seguia padrões de higiene e não era “tocada por mão alguma desde o ubre da vaca até ao Bêbê” (192[?], p. 72).

Em tamanho e formato semelhantes aos almanaques e publicações oferecidas pelos laboratórios, menor que os livros anteriormente analisados, o guia materno *Conselhos do Glaxo para mãe e filho* (192?) era ilustrado com fotografias de crianças em quase todas as suas 80 páginas, selecionadas entre as “14.600 fotografias de formosas criações criadas com Glaxo, entre elas muitas de gêmeos e famílias de cinco e seis irmãos criados com Glaxo, todas elas enviadas espontaneamente por mães agradecidas” (192[?], p. 51). Além disso, apresentava ilustrações precisas sobre como abrir a lata do leite artificial e como prepará-lo. O guia indicava também a forma correta de utilizar a mamadeira ou *biberon*, aconselhando o que era produzido pela empresa londrina, descrito como o modelo mais higiênico.

Diferentemente do Glaxo Laboratories, que possuía apenas um representante no Rio de Janeiro, a Companhia Nestlé decidiu instalar-se no Brasil a partir de 1921, com uma política que buscava a adesão de pediatras e das mães ao aleitamento artificial. Essa política traduzia-se em estratégias como a publicação de trabalhos acadêmicos dos pediatras, por intermédio dos *Anais Nestlé*. Em relação à população, várias iniciativas procuravam ampliar a disseminação dos produtos da empresa.

A distribuição da “Merenda Nestlé”, doada às escolas públicas, creches e outras entidades sociais, também se constituía em uma das estratégias de propaganda, buscando, nesse caso, atingir não só as crianças em idade escolar, mas também as famílias, por meio da distribuição de um dos seus impressos. A merenda continha uma lata em miniatura do Leite Moça, um pãozinho e um exemplar do *Almanaque Nestlé*, veículo também de “conselhos” sobre a maternidade e os cuidados com a infância (MAGALHÃES, 2005). A propaganda do *Almanaque Nestlé* afirmava

⁵⁶ Informações obtidas em www.gsk.pt/quemsomos-historia.html, acesso em 18/3/2010 e no guia *Conselhos do Glaxo para Mãe e Filho* (192?, terceira capa).

que o “emprego dos produtos Nestlé nos lactários, creches e hospitais é um atestado da preferência que lhes dispensa a classe médica brasileira...” (1940, p. 5).

Além da distribuição gratuita de merendas nas escolas, doação de seus produtos para hospitais, creches e ambulatórios, a Companhia Nestlé publicou outros impressos que envolviam assuntos relacionados à saúde e educação da infância. Divulgados pela empresa como publicações de “caráter educacional e instrutivo”, eram distribuídos gratuitamente, a partir de solicitação por carta:

“ABC de João e Maria” e “Tabuada de João e Maria” de Marques Rebêlo e Santa Rosa, “Ginástica Infantil” do Dr. Adauto de Rezende, “Alguns Conselhos Psicológicos aos Pais” do Dr. Leme Lopes, “Pequeno Dicionário de Nomes de Pessoas” de Rômulo de Castro, “Nosso Amigo o Sol” (Helioterapia) do Dr. Cesar Nogueira da Gama (*Almanaque Nestlé*, 1941, p. 1).

Apropriando-se dos discursos médicos em torno da saúde infantil, a Companhia Nestlé também buscou identificar-se com as propostas educacionais da década de 1930. Na apresentação do *ABC de João e Maria*, em 1939, a empresa mencionava o apoio dos especialistas em educação em relação à qualidade do impresso:

O “ABC de João e Maria” editado pela Companhia Nestlé, mereceu o aplauso das classes cultas, do mundo oficial e todos os técnicos em pedagogia. Feito com arte e inteligência, é um brinde de utilidade sempre oportuna. Peça hoje mesmo à Companhia Nestlé, Caixa Postal - 760, um exemplar do “ABC de João e Maria” (*Almanaque Nestlé*, 1939, p. 6).

Em relação às orientações médicas para as mães, a Companhia Nestlé publicou as fichas pedagógicas, intituladas *A Alimentação do Lactente* (196?), e o guia materno *Para as Mães* (1940) que compõe o acervo analisado nesse texto.

O guia materno distribuído pela Companhia Nestlé possuía um formato semelhante ao produzido pelo Glaxo Laboratories, com o emprego de fotografias e de ilustrações, destacando bebês alimentados com os produtos Nestlé. Entretanto, na edição da década seguinte, a empresa preferiu utilizar um modelo único para todas as imagens, representado por uma funcionária com seu bebê, em diferentes situações previstas no texto: pesagem e medição da altura do bebê, no banho e na administração do leite indicado pela empresa.

Perigos a Evitar.

Numerosos são os perigos que rodeiam as creanças e muitos os objectos prejudiciaes que estão ao seu alcance. A falta de atenção da parte dos que os vigiam é a causa de muitas desgraças e aleijões que se podem evitar. Quando se deixa só uma creança deve-se ter por costume até que se torne habito, ver o que está em volta dela e pôr fóra do seu alcance tudo quanto poder prejudical-a afim de a proteger de perigos fortuitos.

Não se deve nunca deixar luzes acesas ao alcance da creança nem fosforos, nem panelas ou qualquer coisa com liquidos a ferver.

Nunca se deve empregar farchas de tecido de algodão forte porque impedem o regular funcionamento dos órgãos da creança e do normal desenvolvimento dos seus musculos.

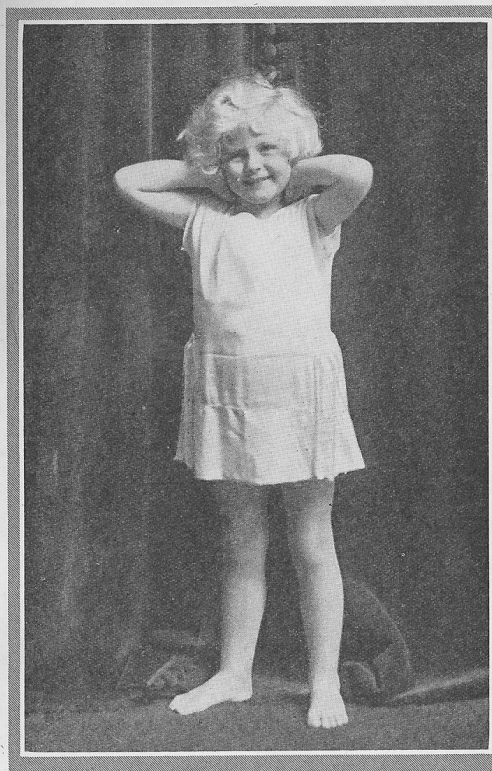


32

Entre os habitos perigosos que a irreflexão ou o costume implatou e que devemos repellar, figuram em primeiro logar, a pernicioso chucha, causa principal de muitas doencas da creança taes como a indigestão, a deformação da boca e a má dentadura.

Tambem se deve repellar energicamente o biberon com um comprido tubo de borracha por ser absolutamente impossivel laval-o. Esta borracha dá origem á flatulencia, a diarreia, etc., e dá causa a desolação de muitos lares.

É preciso destruir as moscas, o maior inimigo da creança, evitar que permaneçam no quarto do bebé e protegel-o contra as que se introduzam ali pois que estes insectos são os que transmitem a maior parte das doencas contagiosas.



A MAIS BELA CREAÇÃO DA INGLATERRA.
Creada com Glaxo, esta formosa e graciosissima creança ganhou o Primeiro Premio no Concurso de Beleza Infantil organizado em 1923 pelo jornal "Daily Mirror."
(Fotografia de Wakefield, The Mall Ealing)

33

B

Figura 13 – Temas e depoimentos dos *Conselhos do Glaxo para mãe e filho*: “Perigos a evitar”. “A mais bela creança da Inglaterra. Creada com Glaxo, esta formosa e graciosíssima creança ganhou o Primeiro Premio no concurso de Beleza infantil organizado em 1923 pelo jornal ‘Daily Mirror’”. (GLAXO, 192[?], p. 32-33).

Alguns lindos bebês
NESTLÉ

Assim como estas crianças, há milhares de outras alimentadas com os produtos Nestlé e que, por isso, tornaram-se fortes e robustas.

Maria de Lourdes, de Sorocaba, S. Paulo, alimentada com ELEDON e MOLICO.

Irene, de Curitiba, Paraná, alimentada com ELEDON.

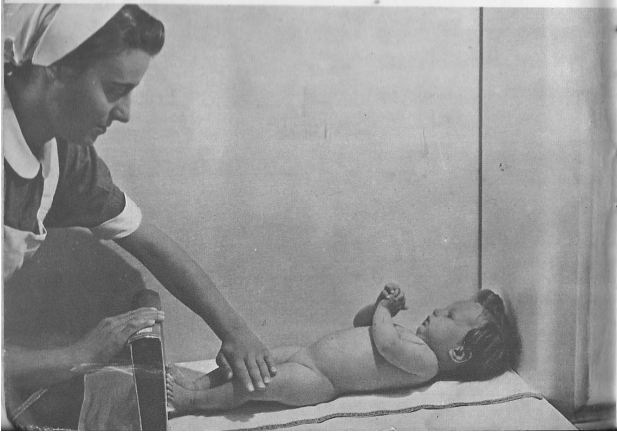
Renato Aurélio, de Curitiba, Est. do Paraná, alimentado com ELEDON MOLICO e NESTOGENO

Os três gêmeos, Haroldo Christovam, Marcello Renato e Aécio Flavio, de Campo Grande, Mato-Grosso, alimentados com ELEDON desde os primeiros dias de nascidos.

João Evangelista, de Tubarão, Sta. Catarina, alimentado com ELEDON, LÁCTOGENO e NESTOGENO.

Antonio Sergio, de S. Paulo, Capital, alimentado com LÁCTOGENO

Figura 14 – “Alguns lindos bebês Nestlé”. Terceira capa do guia materno *Para as Mães* (NESTLÉ, 1940).



Desenvolvimento do Bebê



PÊSO E ALTURA

A tomada do peso constitui um ótimo meio de apreciar os progressos do bebê.

Durante os primeiros meses, é necessário pesá-lo pelo menos uma vez por semana, e depois, todos os meses.

Para evitar erro, deve ser pesado sempre à mesma hora, nu, imediatamente antes de uma refeição, anotando cuidadosamente esse peso na folha existente na penúltima página desta brochura. Isto permitirá acompanhar o desenvolvimento da criança e ter uma indicação muito útil para o médico.

Não convém pesar diariamente o bebê, porque essas pesadas muito freqüentes não têm nenhuma vantagem e preocupam muito as mães.

Na primeira semana o bebê perde de 100 a 300 g; depois deve aumentar regularmente de peso. Este aumento é em média, por semana, de 200 g no 1º mês; 180 g no 2º; 160 g no 3º; 140 g no 4º; 125 no 5º, 6º e 7º meses; 100 no 8º e 9º e 80 g no 10º, 11º e 12º meses.

15

Figura 15 – Fotografias que acompanham o capítulo sobre o desenvolvimento do bebê no guia materno *Para as Mães* (NESTLÉ, 195[?]). Na primeira imagem, o símbolo da Companhia Nestlé se destaca na manga do uniforme da funcionária, que executa os procedimentos de pesagem e medida da estatura da criança.

O guia materno da Nestlé continha vários itens semelhantes aos guias maternos que circulavam a época, além de um espaço para o registro do desenvolvimento físico e mental do bebê e para as suas primeiras fotografias; detalhe que auxiliava na permanência prolongada desse material no ambiente doméstico. A propaganda dos produtos Nestlé inseria-se no contexto dos conselhos às mães quanto à alimentação dos filhos, adotando o discurso dos pediatras sobre a necessidade do aleitamento materno, mas oferecendo a opção da alimentação mista ou realizada exclusivamente com o leite industrializado, que seria próprio para a nutrição da primeira infância, como sugerido também no guia materno oferecido pelo Glaxo Laboratories.

A distribuição gratuita foi um mecanismo que permitiu o acesso a esse tipo de publicação por uma parcela da população que não teria sido atingida pelo discurso dos pediatras de outra forma. Apesar do limite imposto pela alfabetização, os guias maternos distribuídos pelas empresas de leite em pó, pelo Rotary ou pelos cartórios paulistas ampliaram, para outros setores sociais, o discurso médico veiculado pelas campanhas públicas de saúde sobre os cuidados higiênicos em relação à primeira infância.

Propondo novos padrões de impressão e de leitura, aproximando-se por vezes do livro didático, ao longo da primeira metade do século XX, as edições pagas ou gratuitas dos guias maternos foram ampliando sua presença no ambiente doméstico e escolar, veiculando um ideário relacionado às práticas de cuidar e educar a criança. A investigação sobre a relação entre autores e editoras, serviços de propaganda sanitária e indústria de alimentos permitiu perceber estratégias diferenciadas de apresentação e distribuição dos guias maternos, que marcaram a conformação gráfica dos textos. Os dados sobre as tiragens, informados em alguns dos exemplares analisados, também possibilitam indagar sobre os setores da população que tiveram acesso a esse tipo de publicação.

Roger Chartier destaca a importância da análise que busca contemplar tanto os procedimentos de produção do texto como os da produção dos livros, afirmando que,

reconhecer como um trabalho tipográfico inscreve no impresso a leitura que o editor-livreiro supõe para seu público é, de fato, reencontrar a inspiração da estética da recepção, mas deslocando e aumentando seu objeto. [...] Os dispositivos tipográficos têm, portanto, tanta importância, ou até mais, do que os “sinais” textuais, pois são eles que dão suportes móveis às possíveis atualizações do texto (2009, p. 99-100).

A partir desse critério, outra questão proposta para a análise dos guias maternos refere-se às características que conferem a esses impressos um lugar próprio entre as diferentes categorias de publicações. Categorias que também se relacionam às classificações em torno do conhecimento, que não devem ser naturalizadas, mas sim vistas como construções sociais e historicamente situadas.

A disseminação de um modelo

Tratando dos manuais escolares, Escolano propõe uma análise que os considere como “produtos editoriais com identidade própria”, compreendidos, de acordo com as formulações de Chartier, “como representações do mundo em que se criam e circulam” (2001, p. 14)⁵⁷. Partindo do acesso a exemplares semelhantes aos guias maternos brasileiros, editados em Portugal e na Espanha e à tradução do guia materno norte-americano *Infant Care*, procurou-se investigar sobre a possibilidade de disseminação de um modelo para impressos que tinham como objetivo aconselhar as mães em relação à saúde infantil. Investigação que se aproxima do que Escolano denominou como “modelos textuais que a tradição estabeleceu” (2001, p.19)⁵⁸.

Uma primeira semelhança pode ser identificada na análise do guia materno de autoria do médico francês A. Coriveaud (191[?]), *A Saúde dos nossos filhos, hygiene da primeira infância*, título da tradução portuguesa editada pela Livraria Popular de Francisco Franco, mencionada no primeiro capítulo.

Na folha de rosto do guia escrito por Coriveaud, destacava-se a posição do autor, que ocupou o cargo de “medico-inspector d’assistência infantil em Paris”. Na mesma folha de rosto, como forma de resumir o conteúdo do livro, propagandeando suas virtudes, os editores acrescentaram logo abaixo do título os seguintes dizeres: “Magnífica obra de medicina pratica dividida em 3 partes, utilíssima a todas as mães, sobre a hygiene da primeira infância, doenças

⁵⁷ “La textualidad en que se objetiva la estructura visible y hasta los significados no visibles que se ocultan a veces tras la trama externa de un manual se pueden analizar, conforme a la propuesta que formuló Roger Chartier para otras construcciones de la cultura, como unas representaciones del mundo en que se crean y circulan” (ESCOLANO, 2001, p. 14).

⁵⁸ “En un primer acercamiento al análisis de los géneros textuales que informan la literatura didáctica, cuestión que aún está por estudiar con rigor y sistematicidad, los tipos de libros que se enumeran en el listado podrían clasificarse según dos tipos de criterios: la función didáctica que implementan y los modelos textuales que la tradición ha establecido” (ESCOLANO, 2001, p. 19).

infantis, sua alimentação, vestuário, utilidade dos banhos e sua aplicação, preservação das moléstias contagiosas, etc., etc. Obra ilustrada com muitas gravuras elucidativas”⁵⁹.

O livro se dividia em *Higiene da primeira infância, As doenças infantis e os preconceitos populares e Hereditariedade mórbida e a Renascença física*. Nesse guia, da mesma forma que em boa parte dos guias brasileiros, autor e ou editores estruturaram o texto em parágrafos curtos que compunham os capítulos de cada parte. Na primeira parte, constam itens como a alimentação da criança prematura, a dieta nas crianças, os perigos do biberon, a pesagem das crianças de peito e o desmame, entre outros. A ilustração da capa, nesse guia, chama a atenção, pela representação da educação feminina voltada para o exercício da maternidade.

Várias publicações espanholas também se assemelham aos guias maternos brasileiros⁶⁰. *A Arte de criar a los niños*, de Rafael Ulecia y Cardona, editado em Madri em 1906, foi selecionada, neste item, como emblemática dessas características que conformavam um modelo similar aos impressos editados no Brasil. O prefácio de P. Budin, professor de partos da Faculdade de Medicina de Paris, cita o autor do guia como pioneiro no combate à mortalidade infantil na Espanha. As causas das mortes das crianças são atribuídas, por Budin, às gastroenterites e doenças pulmonares, na maioria dos casos, fruto da ignorância das mães, na opinião do médico francês. Ao final do prefácio, Budin classifica o livro como “um excelente guia, simples, claro, fácil de compreender e que acompanha as mais modernas descobertas científicas, e, portanto, sumamente útil” (1906, p. 12)⁶¹.

O texto foi organizado em forma de conversas com as mães, com exemplos de crianças que passaram pelo consultório do autor, à semelhança da obra de Fernandes Figueira (1919).

⁵⁹ Na formatação desses dizeres a expressão *utilíssima a todas as mães* foi impressa em linha separada, com letras maiúsculas, em tamanho maior que o resto da frase.

⁶⁰ A consulta às publicações espanholas foi possível em virtude da bolsa concedida pelo Centro Internacional de la Cultura Escolar (CEINCE), sob direção do Prof. Dr. Agustín Escolano Benito, localizado em Berlanga de Duero, Soria, España, em setembro de 2010. Durante a pesquisa foram consultadas várias publicações sobre os cuidados com a infância, entre elas, o *Tratado de las enfermedades de los niños hasta la pubertad*, tradução espanhola da obra francesa de J. Capuron, impresso em Madri em 1819, e o *Consejo a las madres sobre el modo de criar a los niños*, de autoria do médico francês M. Donnè, da Academia de Montpellier. A tradução espanhola desse guia é de 1870, a partir da 4ª edição da obra francesa. O índice desse último exemplar contemplava desde a higiene da mãe durante a gravidez às orientações sobre os cuidados com as crianças. Em relação a esse item, o texto tratava das diferentes formas de amamentação, do “regime geral da criança”, do desenvolvimento intelectual, da educação moral e da educação física, entre outros temas.

⁶¹ Tradução da autora: “Un excelente guia, sencillo, claro, fácil, de comprender y muy al corriente de los más modernos descubrimientos científicos, y, por lo tanto, sumamente útil” (In ULECIA Y CARDONA, 1906, p. 12).

Iniciando pela amamentação, o livro trata de temas presentes nos guias maternos brasileiros, como noções gerais de higiene, esterilização do leite, vacinação, “modo de fazer as sopas”, incluindo tabelas de crescimento de Variot e Chaumet. Editado pela *Administración de la Revista de Medicina y Cirurgia Prácticas*, esse guia materno espanhol fazia parte da coleção *Biblioteca para las madres*.

No caso da tradução brasileira do guia materno *Infant Care*, publicado pela primeira vez nos Estados Unidos em 1915, por iniciativa do Departamento da Criança, a distribuição gratuita simplificou a edição, que contém ilustrações em preto e branco de autoria de Lucile P. Marsh. Sem identificação do autor, o livro, intitulado no Brasil, *Cuidado da Criança na primeira infância* (EUA, 1942), recomendava na contracapa o registro da criança e também incluía um índice remissivo no final.

Essa publicação também priorizava questões relativas à alimentação e higiene da criança, além dos procedimentos de emergência no caso das doenças infantis. As ilustrações acompanhavam as explicações às mães, e a edição consultada apresentava uma tabela sobre o horário de alimentação dos bebês prematuros, tema presente em alguns dos guias brasileiros e espanhóis.

Considerando-se as distâncias temporais e peculiaridades de cada país, esses dados remetem a uma reflexão em torno da disseminação de um modelo para esse tipo de impresso, destinado a orientar as mães, a partir dos conceitos desenvolvidos pela pediatria francesa e pelos tratados franceses sobre higiene infantil. No caso do Brasil, várias obras de autores franceses foram adotadas como referência em algumas das faculdades de medicina, como exemplifica José Gondra (2004), a partir da análise das teses médicas defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre 1850 e 1890⁶².

Analisando a consolidação da puericultura como parte de um projeto médico-pedagógico do século XIX, Marília Bernardes Marques identifica a proeminência dos pediatras franceses

⁶² José Gondra cita especificamente os manuais escritos por Michel Levy e Becquerel. Segundo Gondra, o manual de Becquerel teria se apoiado no modelo higiênico elaborado por Royer Collard (2004, p.161). Há no acervo da biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo vários manuais de higiene infantil, entre eles *Puericulture pratique; ou, l'art d'élever les enfants du premier age*, de G. Variot, publicado em 1913 e *Hygiene de l'enfance*, de Eugene Apert, do mesmo ano. No *Centro de Memória* da Faculdade de Medicina da UFMG também há vários exemplares em francês, entre eles, *Traité pratique des maladies des enfants du premier age*, de G. Variot, publicado em 1921 pela *Librairie Octave Doin*, em Paris. Disponível em <http://medicina.ufmg.br/cememor/arquivos/OrdemCronologica-Pediatria.PDF>, acesso em 04/5/2011.

entre o final do século XIX e início do século XX na publicação de obras e organização de instituições que pudessem disseminar os preceitos médicos sobre os cuidados na primeira infância.

La Jeune Ménagère (A Jovem Dona de Casa) e outros textos do mesmo gênero, manuais escolares de ensino da economia doméstica e livros de puericultura, todos publicados entre 1885 e 1915, apareceriam impregnados do mesmo ideário que inspiraria o desenvolvimento de várias novas realizações médicas: *consultations de nourrissons* (consultas de lactentes), *gouttes de lait* (gotas de leite), *restaurants des mères nourrices* (restaurantes para mães nutrízes) (2000, p. 40).

Marília Marques cita vários pediatras franceses, como Variot, Marfan, Hutinel, Budin e Pinard, envolvidos na sistematização dos preceitos da medicina infantil nesse período. Apoiando-se nas análises das obras desses autores, feitas por Luc Boltanski, Marques destaca o papel desses médicos no estabelecimento de “uma linha de clivagem entre o que pertencia à medicina legítima e o que dela deveria ser excluído. Definiu-se, assim, o espaço, o escopo e a legalidade da medicina infantil” (2000, p. 43).

Para Junia Pereira, nos discursos presentes em impressos que circularam entre os membros da corporação médica brasileira,

a puericultura seria um saber a ser ensinado às moças nas escolas e a ser praticado pelas mães, e a pediatria seria o saber especializado, atributo do médico e daquele profissional de ciência, conselheiro da mãe e da professora. Portanto o que se vê como desdobramento social, nesse caso, é uma divisão de saberes perpassada por uma divisão de gênero (2008, p. 104).

Como parte de um discurso dirigido aos pares, essa distinção procurava consolidar o espaço de atuação clínica dos primeiros pediatras. Entretanto, para uma análise que compreende a divulgação dos preceitos pediátricos para as mães, como parte das estratégias de consolidação da pediatria no Brasil, essa divisão de saberes não se dissocia do reconhecimento da autoridade médica.

Nos guias maternos, o pediatra se coloca como mentor da mãe moderna, característica assumida pela medicina preventiva. A ação educativa por parte dos médicos previa a necessidade de “tradução” do vocabulário científico, para transformá-lo em recomendações práticas às “mães inexperientes e mal avisadas”. Por essa razão, os autores dos guias, em sua maioria médicos que

tiveram uma atuação na organização da pediatria brasileira, propuseram, em conjunto com os editores, uma série de prescrições de leitura, que tinham como intenção facilitar a consulta e permanência dos guias maternos no ambiente doméstico por várias décadas, ao longo da primeira metade do século XX.



Figura 16 – Capa do guia materno português *A saúde dos nossos filhos* (CORIVEAUD, 191[?]).

As criancinhas devem pois ser banhadas muito frequentemente. Mas as regras e precauções não são as mesmas para todas as idades. Mas se a utilidade dos banhos é por todos reconhecida, ha bem poucas pessoas que saibam escolher com conhecimento de causa o momento, a temperatura, a duração e a composição

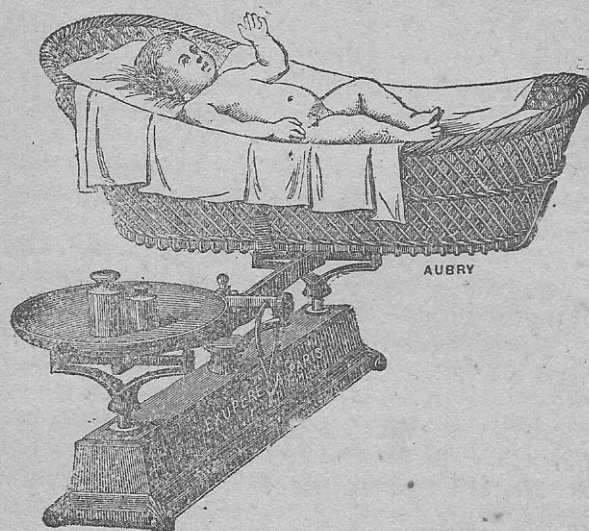


Fig. 4 — Balança Roberval com pesos e berço

de um banho segundo a idade da criança, o estado da sua saúde, e também conforme as estações.

O banho pode ser um agente anódino de higiene banal ou um medicamento de uma extrema potência. Existe uma diferença radical entre os efeitos da imersão em agua morna e os que produz na pele de um recém-nascido um

2

Figura 17 – Organização gráfica e textual do guia materno português *A saúde dos nossos filhos* (CORIVEAUD, 191[?], p. 17).



Figura 18 – Capa do guia espanhol *Arte de criar a los niños* (ULECIA Y CARDONA, 1906) – Acervo CEINCE.

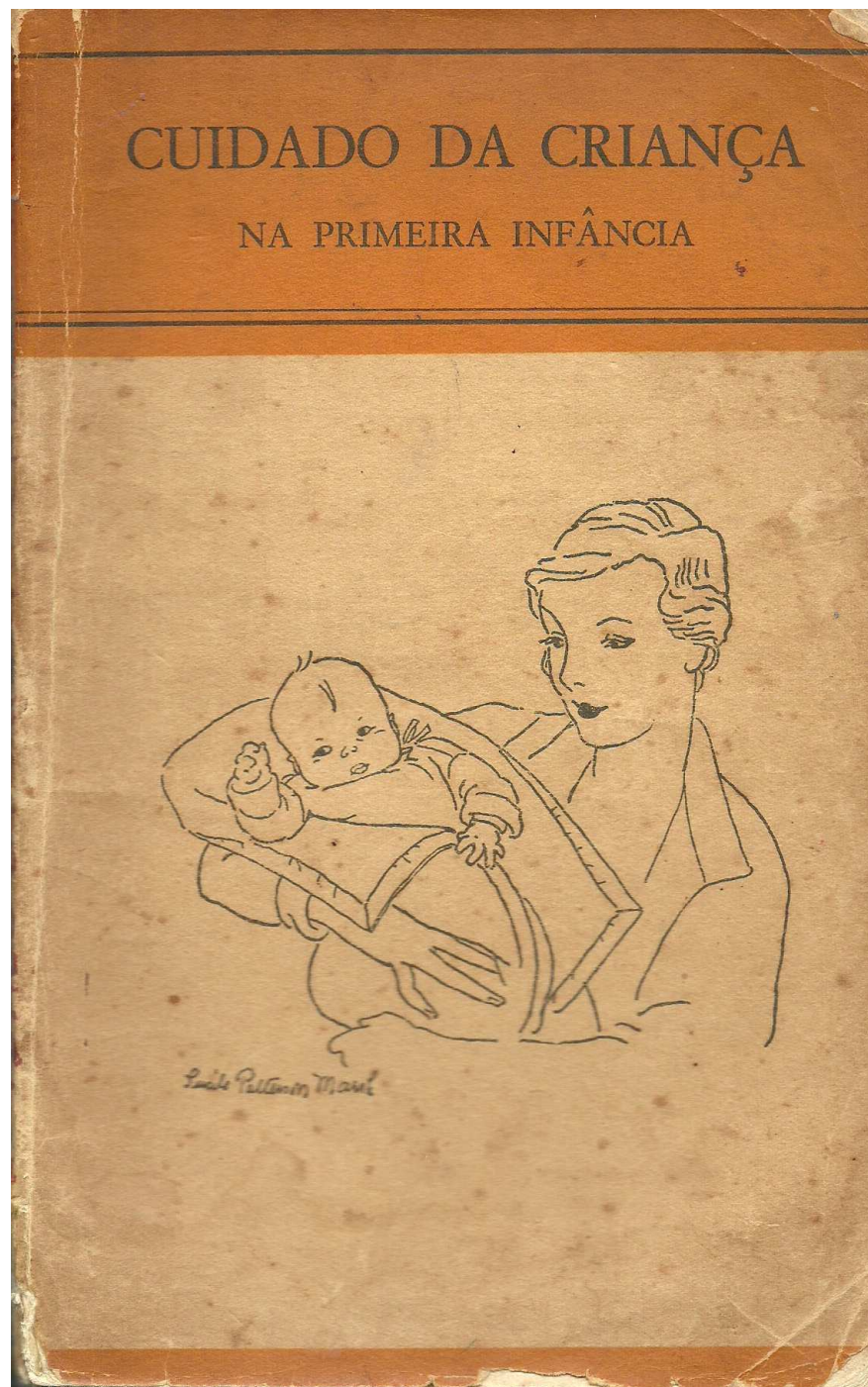


Figura 19 – Capa do guia materno *Cuidado da criança na primeira infância*, tradução portuguesa do guia norte-americano *Infant Care* (EUA, 1942).

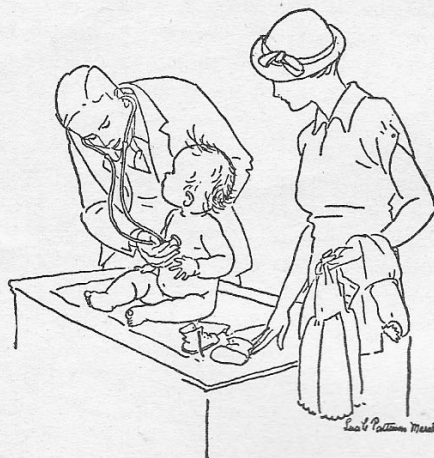
Se o quarto não estiver quente, envolva-o antes num cobertor ou pano, e subtraia êste pêso do primeiro.

Se o aumento semanal do pêso for satisfatório até o bebê ter 6 meses de idade, pese-o de duas em duas semanas daí em diante, até completar 1 ano. O aumento constante de pêso durante o primeiro ano de vida é uma das melhores provas de boa saúde.

O pêso e a altura são elementos preciosos para o médico, se êste puder compará-los com os que tinha o bebê em mais novo, pois assim poderá determinar se o crescimento e aumento de pêso são satisfatórios.

COMO O MEDICO JULGA DA CONDIÇÃO FÍSICA DO BEBÊ

A condição física do bebê é mais exatamente determinada por meio de um exame feito pelo médico, o qual tomará em consideração não



Exame periódico de saúde

sòmente a altura e pêso atuais, senão também a proporção do aumento de pêso e altura.

Ao fazer o exame físico, o médico despe o bebê completamente, pesa-o, mede a sua altura, examina a cabeça, olhos, ouvidos, nariz, pescoço, boca, gengivas, dentes, língua, garganta, glândulas, coração, pulmões, abdômen, órgãos genitais, costas, braços, pernas, pés, ossos, pele, e postura (se o bebê já tiver idade suficiente para ficar de pé). O médico também verificará a firmeza dos tecidos, a cor da pele e das membranas mucosas, bem como a atividade do bebê e a presença ou ausência de defeitos ou doenças.

O médico então chegará à conclusão se o bebê está aumentando devidamente de pêso ou não. Há variações distintas entre os pesos de

Figura 20 – Organização gráfica e textual do guia materno *Cuidado da criança na primeira infância* (EUA, 1942, p.12).

À cabeceira das mães

Ao apresentar o *Guia das Mães*, Coelho Neto indicava que a consulta a esse tipo de impresso deveria se transformar em um hábito materno: “Este livro, á cabeceira das mães, será um escudo de protecção para os filhos” (In WITTROCK, 1939).

É preciso considerar que a tensão entre o que autor e editor propõem para o leitor e as práticas de leitura tem sido objeto de debates desde a década de 1990. Segundo Bourdieu, “os textos, quaisquer que sejam, quando são interrogados não mais somente como textos, transmitem uma informação sobre o seu modo de emprego” (apud CHARTIER, 1996, p. 235). O objetivo da análise feita até agora sobre a trajetória dos autores, o perfil das editoras e o formato das diferentes edições dos guias maternos aqui apresentados foi o de identificar elementos que permitissem chegar aos processos de circulação e de prescrições de uso desses impressos, pensando no sentido plural do conceito de leitura.

Ainda segundo Bourdieu, do ponto de vista sociológico, o livro vincula-se ao consumo cultural e à produção de uma crença no seu valor como produto. Nesse sentido, como parte da constituição dessa crença, “tendo definido o que merece ser lido, trata-se de impor a boa leitura, isto é, o bom modo de apropriação, e o proprietário do livro é aquele que detém e impõe o modo de apropriação. Desde que o livro, como se disse antes, é um poder, o poder sobre o livro é evidentemente um poder” (apud CHARTIER, 1996, p. 242).

Por essa razão, nesse último item do capítulo, a análise dos aspectos vinculados à materialidade dos guias maternos caminha no sentido de identificar modelos de leitura propostos por autores e editores. Independente do porte das editoras, dos processos de composição gráfica e de distribuição, a maioria dos guias analisados apresenta dispositivos que procuravam garantir um espaço permanente de consulta no ambiente doméstico e que operavam como facilitadores da leitura, a partir do que Chartier define como “a representação espontânea, feita por seu editor, das competências de leitura do público ao qual ele os destina” (1996, p. 98).

Tratando do século XVIII, o autor analisa as representações sobre situações de leitura, referindo-se tanto àquelas que ocorriam como “ato do foro privado por excelência” como às práticas que faziam da leitura “um cerimonial coletivo, em que uma palavra mediadora é leitora para os iletrados ou mal letrados” (CHARTIER, 1996, p. 90). Os guias maternos podem ser

considerados como parte do conjunto de leituras indicadas para o ambiente privado, partindo de representações sobre a leitura feita por mulheres.

Leituras femininas foram representadas, desde o século XVIII, por meio de imagens que indicavam tanto a intimidade do ato de leitura, a partir dos objetos domésticos que acompanham as representações sobre a mulher leitora, quanto dos detalhes dos gestos, em especial, os que destacam a leitura como romanesca: “a poltrona confortável onde o corpo se enlanguesce”. A análise desse gestual é feita por Chartier, por meio das representações presentes em quadros do século XVIII, como *Cena de Interior*, de Jeurat, e *A leitura*, de Baudoin, nos quais o autor identifica sinais da intimidade feminina: “a leitora, uma mulher jovem em vestes de interior, é surpreendida no instante em que seus pensamentos se evadem do livro que lê, pousado, a página marcada pelo dedo, sobre os joelhos ou sobre o nicho do cão adormecido” (CHARTIER, 1996, p. 90). Detalhes que ainda comparecem nas representações do século XIX ou do início do século XX.

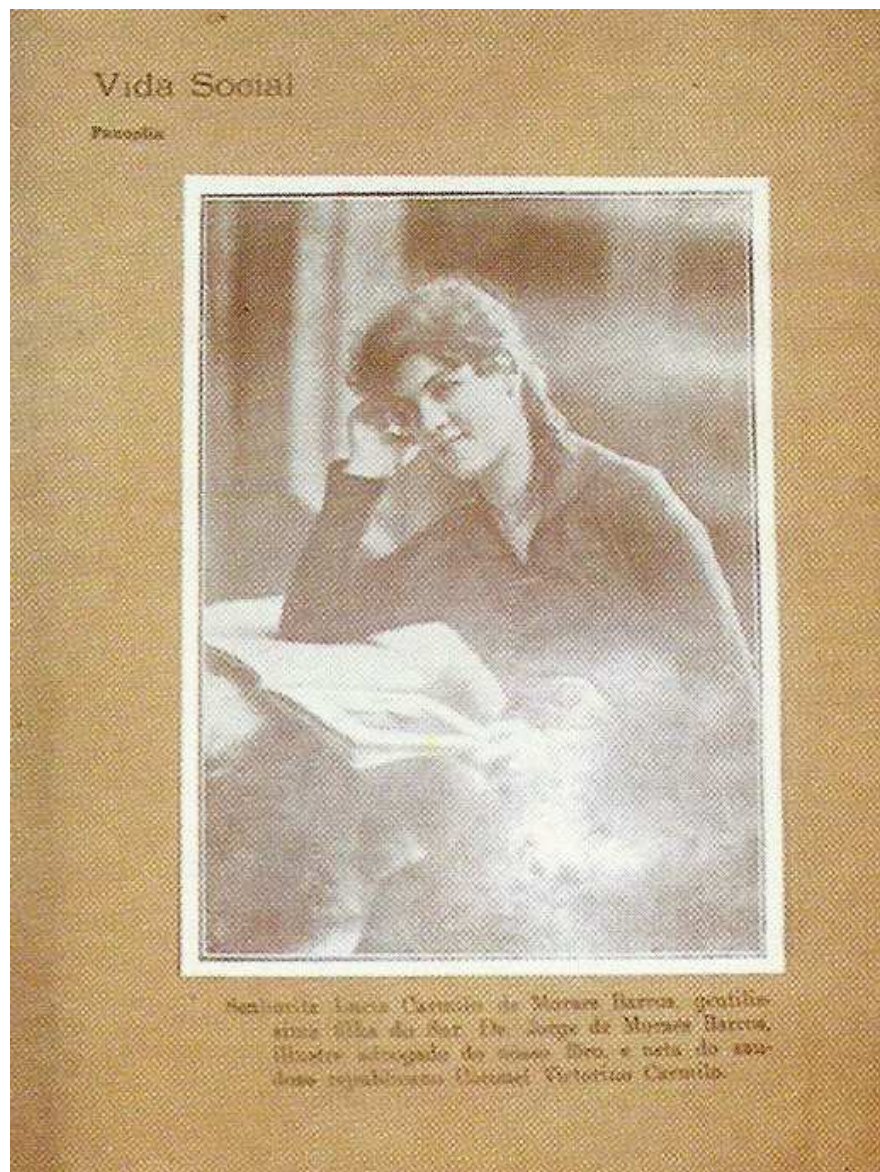


Figura 21 - “Lúcia Carmilo de Moraes Barros, gentilíssima filha do Dr. Jorge de Moraes Barros, ilustre advogado de nosso foro e neta do saudoso republicano Cel. Victorino Carmilo”. *Panóplia*, São Paulo, 1923, n.3 (apud MARTINS, 2001, p.380).

Diferenciando-se das representações de leituras femininas, que excitavam a imaginação e os sentimentos, a leitura dos guias maternos implicava em um modelo de leitora atenta às instruções. A indicação às mulheres de que seria aconselhável a leitura regular desse tipo de impresso como requisito fundamental para o exercício da maternidade é uma das primeiras recomendações da *Cartilha das Mães* (ROCHA, 1937).

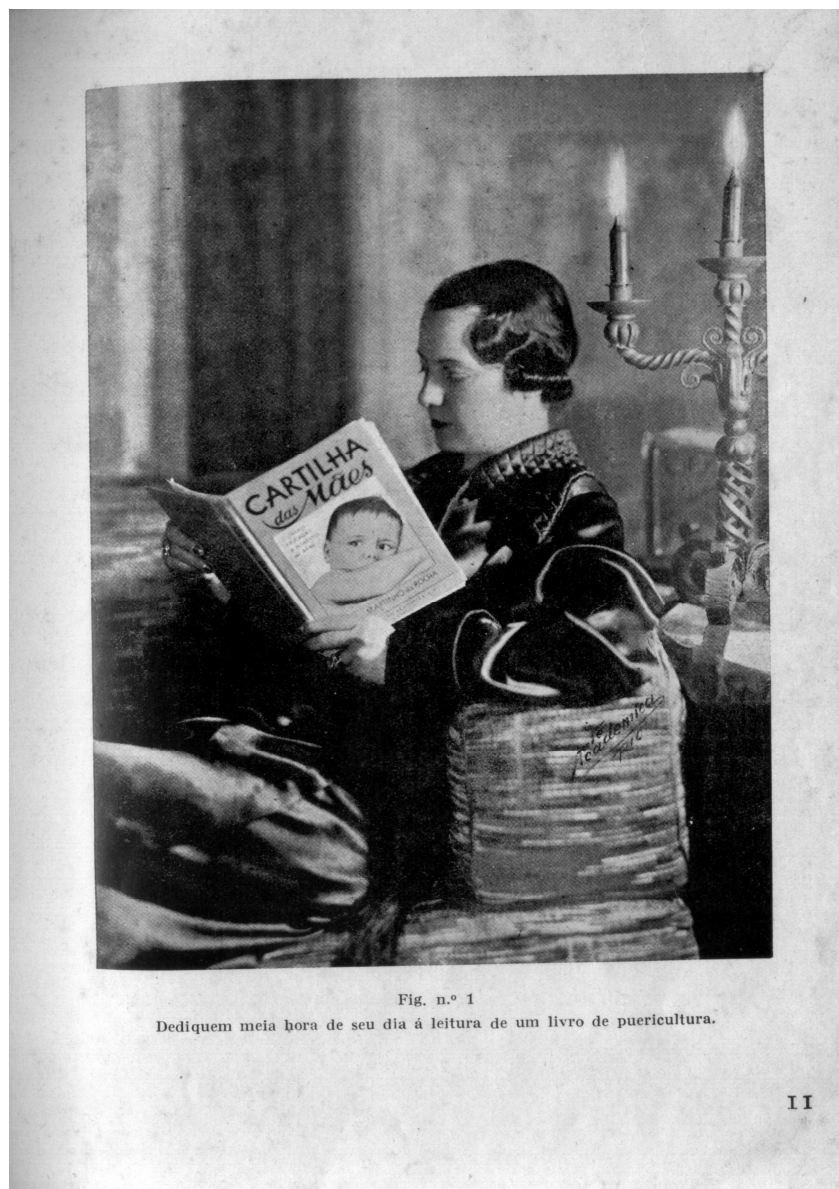


Figura 22 - Folha de rosto. *Cartilha das Mães* (ROCHA, 1937).

A imagem da mãe concentrada na leitura da *Cartilha das Mães* (ROCHA, 1937) pode ser considerada como um recurso metalinguístico bastante sugestivo do que o autor e ou editores concebiam como modelo de mãe ideal, que se preparava para o exercício da maternidade científica, como proposto pelos pediatras. Mantendo uma semelhança em relação às imagens anteriores, quanto à posição social privilegiada das figuras femininas representadas, a partir dos objetos ou referências sobre as personagens, os detalhes sobre a leitura privada também se fazem presentes nessa fotografia.

Entretanto, em relação às prescrições de leitura dos guias maternos apresentadas às leitoras, o gestual indica outra atitude, diferente do devaneio, característico das representações sobre a leitura de folhetins ou romances femininos. A concentração na leitura, característica de uma atitude relacionada ao estudo, reforça o conselho da legenda. Inserida após o prefácio, a imagem sugestiva da mulher que lia a *Cartilha das Mães*, era seguida pelo conselho: “Dediquem meia hora de seu dia á leitura de um livro de puericultura” (1937, p.11).

Da mesma forma, a ilustração de Otto Büngner para o guia materno dos médicos Leonel Gonzaga e Jorge Sant’Anna (1931, p. 23) introduz a necessidade da instrução feminina, já delineada no título da obra – *Escola de Mães Saúde de Filhos*. Retratando uma sala de aula, a figura central é a do médico que apresenta às mulheres a “disposição anatômica dos órgãos genitais internos” femininos. Nessa imagem, a mulher que se prepara para a maternidade é representada como uma *mãe-estudante*, que necessita assimilar os conhecimentos definidos pelos médicos como essenciais para o desempenho das suas funções maternas. Instrução delimitada, entretanto, pela seleção dos conteúdos e pela eliminação da “minúcia descritiva”, característica dos estudos de caráter científico.

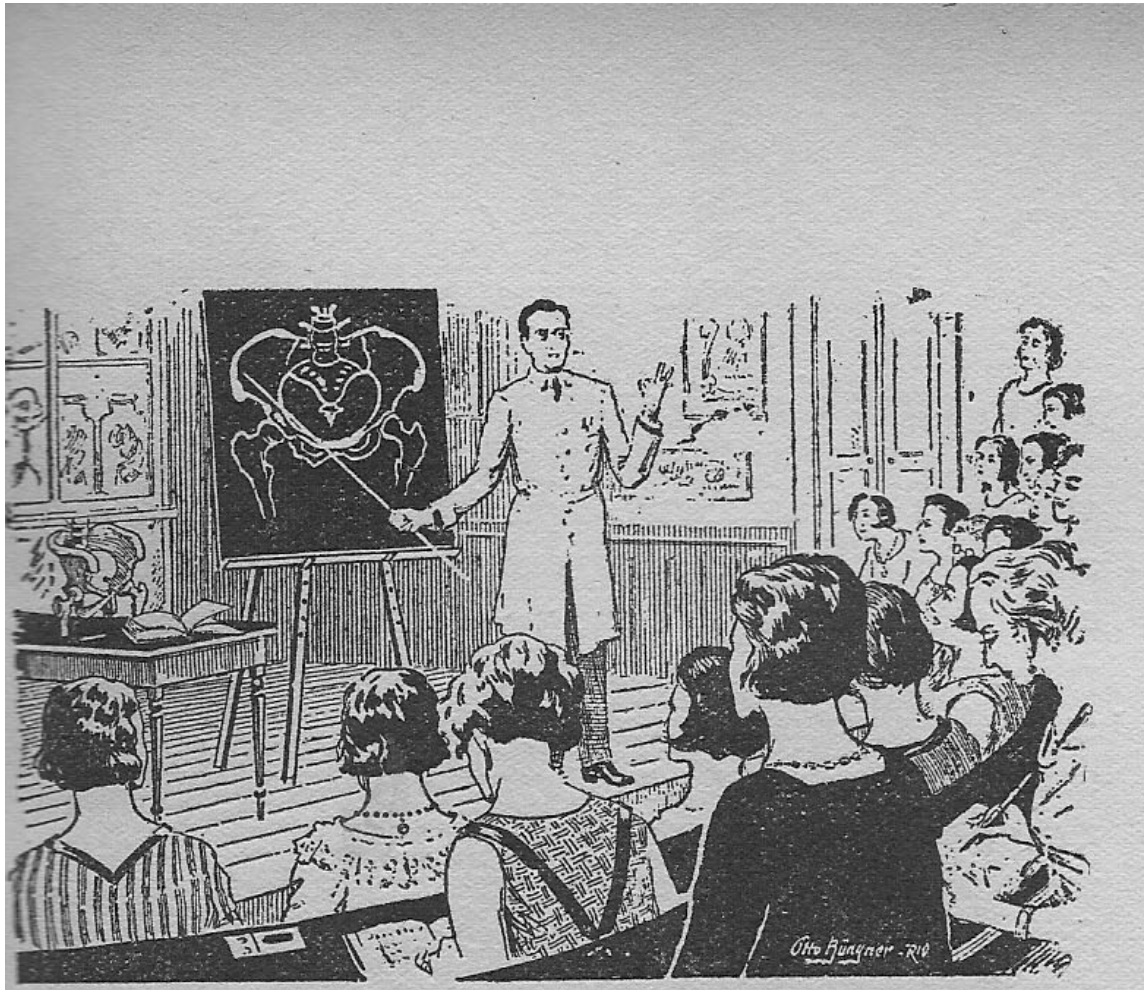


Figura 23 - Escola de Mães. Ilustração de Otto Bünzner
(GONZAGA e SANT'ANNA, 1931, p. 23).

O texto de Martinho da Rocha fornece várias indicações do tipo de leitora idealizada pelos autores médicos. Representações sobre mulheres e mães que necessitariam de outro tipo de formação, uma vez que carinho e dedicação não seriam suficientes para atingir o principal objetivo delineado para as mulheres: garantir a saúde, a disciplina das crianças.

Á mãe brasileira, toda carinho e meiguice, sobra amor para arrostar qualquer sacrificio pelo bem-estar da criancinha; foge-lhe, porém, não raro por excesso de apego ao filho, a confiança nos recursos preventivos da hygiene. O facto é devido, em parte, á educação das moças entre nós, a quem sobejam conhecimentos de línguas, musica e pintura, mas faltam noções rudimentares de hygiene infantil. Disso resulta abraçarem pressurosamente errôneas insinuações que vão recebendo de qualquer pessoa. É tempo de guiar por caminho diverso a educação das jovens, oriental-as para cursos práticos de puericultura, escolas maternas e hospitaes de crianças (ROCHA, 1937, p. 101).

A menção ao emprego de criadas e cozinheiras, as recomendações sobre a aquisição do esterilizador Gentile, no caso da adoção da alimentação artificial, a sugestão de mobiliário para o quarto do bebê (ROCHA, 1937), podem ser tomados como exemplos de que o autor se dirigia às mães com maior poder aquisitivo. Criticando a educação das jovens das camadas mais abastadas, pautada por um simulacro de erudição, a partir da representação do papel a ser desempenhado pelas mulheres nas atividades sociais, Martinho da Rocha propõe em seu lugar, a introdução de alguns preceitos sobre a higiene infantil, necessários à nova função feminina: a maternidade de acordo com os preceitos científicos. Noções que ajudariam a própria educação da natureza feminina, representada como carregada de sentimentalismo e de caráter influenciável.

No estudo já citado anteriormente sobre a introdução da Biologia Escolar na Escola Normal, Luciana Viviani, refere-se a dois dos guias maternos já analisados neste capítulo - *O Livro das Mamães* (ALMEIDA JR. e MURSA, 1933) e *O Livro das Mãezinhas* (PIZA, 1937), afirmando que

apesar dos títulos abrangentes das duas publicações, e apesar do fato de Wladimir Piza direcionar seu livro indistintamente aos que fossem registrar seus bebês nos cartórios, o texto dos manuais dialoga com os setores sociais mais favorecidos economicamente. Nota-se isto por dois motivos principais: em primeiro lugar, várias das indicações dadas pelos autores envolviam a aquisição de certos materiais, o que pressupõe um razoável poder aquisitivo da família responsável pela criança. Em segundo lugar, havia várias orientações sobre a contratação de amas de leite, o que evidentemente só poderia ser feito por aqueles que tivessem algumas posses (2006, p. 2).

Embora se considere que autores e editores se dirigiam às camadas que podiam incluir a compra de livros em seu orçamento familiar, outros critérios devem ser observados quanto à circulação e às prescrições de uso, que possibilitam indagar sobre outros setores sociais que, possivelmente, tiveram acesso aos guias maternos. A distribuição gratuita e a tiragem expressiva de alguns dos guias maternos, principalmente, os das empresas de alimentos, não podem ser ignoradas entre os indícios de que esse tipo de impresso possa ter atingido leitoras diferentes das que Viviani identifica. Além disso, devem ser considerados, nessa análise, os mecanismos de circulação e acesso aos livros, como os empréstimos, a leitura compartilhada, difíceis de serem identificados, mas que não podem ser descartados.

Alguns indícios presentes na formatação textual e tipográfica dos guias maternos indicam também a intenção de dialogar com leitoras de diferentes camadas sociais. Nesse sentido, a inserção de títulos chamativos, o esquema de cartas com perguntas e respostas, além do recurso da imagem, são elementos que demonstram uma atenção dos autores e editores para esses aspectos. Índices remissivos e inclusão de muitos subtítulos, com a descrição dos itens tratados, possibilitavam uma leitura descontínua e garantiam a permanência do livro no ambiente doméstico e, em alguns casos, também no ambiente escolar.

A publicação de um número significativo de guias maternos, nesse período, indica que uma das representações em torno do exercício da maternidade se refere à mãe que se torna uma leitora atenta; que é capaz de seguir procedimentos técnicos, baseados nos conhecimentos científicos; que expressa com clareza ao médico suas observações; que é capaz de realizar registros, de lidar com medidas e tabelas e de manifestar suas dúvidas, inclusive por escrito.

Comparando-se os sumários desses diferentes guias, percebe-se que a disposição dos índices revela a permanência de características das leituras consideradas úteis, como os exemplos citados no primeiro capítulo. A compreensão de que as orientações dos guias maternos se destinavam a promover determinadas práticas requeria uma organização textual que permitisse ao leitor ir direto ao assunto, como no caso dos manuais de profissões ou dos livros de receitas, que compuseram diversas bibliotecas de leituras úteis ou populares.

A maioria dos guias analisados contém índices analíticos empregados como mais um recurso para a consulta dos itens selecionados e que poderia se repetir em diferentes situações, de

acordo com a necessidade da leitora. No caso dos guias maternos nos quais autores e ou editores não optaram por esse recurso, a descrição detalhada dos itens constantes de cada capítulo comparecem como um recurso para facilitar essa consulta específica⁶³.

Parcela dos guias maternos repetia a mesma ordenação de temas, definidos pelas etapas de desenvolvimento da criança. Alguns consideravam a gestação, antes de incluir os cuidados com o recém-nascido, com o lactente e com a criança em idade pré-escolar, em um encadeamento progressivo das necessidades de orientação das leitoras, no que se pode considerar como uma sequência didática preparatória para a maternidade.

As letras em tamanho grande e os parágrafos curtos empregados eram, também, dispositivos gráficos que possibilitavam o uso contínuo e não descartável do impresso, permitindo uma leitura entrecortada. Dispositivo gráfico que também pode ser considerado sob dois aspectos. Essas características podem remeter a uma representação da leitura dos que tinham menor grau de instrução, o que possibilita uma indagação sobre o público alvo que os editores pretendiam atingir. Mas indicam, principalmente, uma representação sobre o que se considerava atributo das mulheres: sensibilidade exacerbada e pouca atenção opondo-se, dessa forma, às representações sobre capacidades intelectuais masculinas, que justificariam o domínio masculino no campo das atividades científicas (VIVIANI, 2003, p.216).

Poucos guias analisados não incluem imagens associadas ao texto. De duas fotografias presentes na segunda edição das *Consultas Práticas de Pediatria* (FIGUEIRA, 1920), os guias maternos das décadas seguintes, passam a incorporar pranchas médicas, desenhos e fotografias de pacientes em situações de atendimento em clínicas ou hospitais infantis, ou de crianças no ambiente doméstico, muitas vezes combinadas em um mesmo exemplar. Recurso que pode indicar tanto a importância dada pelos médicos, pediatras como higienistas, às imagens como elemento fundamental na compreensão das orientações relativas aos cuidados com a saúde (ROCHA, 2003).

Boa parte das imagens dos guias maternos tinha a função de tornar mais concretas as informações presentes no texto, a partir da inserção de detalhes sobre as práticas recomendadas

⁶³ Os índices analíticos constam da obra de Figueira (1919), do guia materno de Eula Long (1926); dos *Conselhos Glaxo para Mãe e Filho* (192[?]); do guia *Escola de Mães Saude de Filhos*, de autoria dos médicos Leonel Gonzaga e Sant'Anna (1931); do guia materno de Martinho da Rocha (1937); do *Livro das Mãezinhas* (PIZA, 1937) e do guia de autoria de Walter Telles (195[?]).

pelos autores, facilitando a aplicação das mesmas pelas leitoras. Em alguns casos, como no *Guia das Mães* (WITTROCK, 1939) ou nos guias maternos do *Glaxo Laboratories* e da Companhia Nestlé, as imagens foram empregadas como demonstração da eficácia das orientações contidas nos impressos, a partir de exemplos de crianças saudáveis.

Algumas ilustrações funcionavam como elementos auxiliares na definição de padrões de normalidade, como no caso dos exemplos de robustez e desnutrição presentes em parte dos itens sobre a alimentação infantil. No item sobre o desenvolvimento da criança, vários guias maternos incluíam tabelas de referência sobre peso e altura. Em alguns casos, havia também a inserção de gráficos com curvas de crescimento e da tabela obstétrica para o acompanhamento da gestação. Em alguns guias, à semelhança dos impressos denominados diários de bebês, os autores e ou editores reservavam um espaço para o registro dos dados da criança e inserção de fotografias, como mais um elemento que permitiria a permanência do impresso e a execução das orientações médicas.

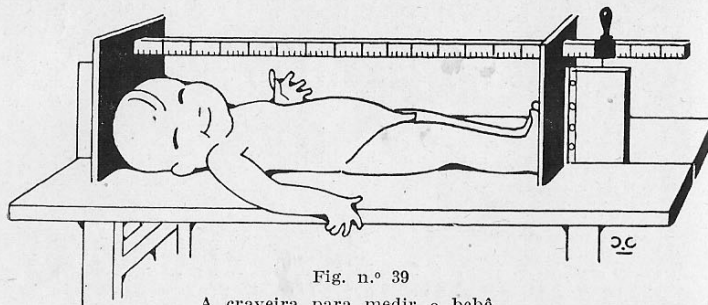


Fig. n.º 39
A craveira para medir o bebê.

Registro civil

Peso e estatura

Prefiram um nome simples, tradicional na família, e, sobretudo, nos meninos, evitem systematicamente os appellidos. Si o nome está fixado, corram á pretoria para o registro civil.

Já lhes disse : ao nascer pesa o bebê 3.500 grs. ; a estatura é de 50 cent. Aos tres mezes terá 6.200 grs. e 60 cent. ; aos seis, 7.900 grs. e 66 cent. ; aos nove, 9.200 grs. e 70 cent. ; aos doze, 10.500 grs. e 75 cent. O lucro ponderal diario é de 30 grs. no primeiro mez ; 26-28 grs. até o fim do 1.º trimestre ; 18 a 24 grs. no 2.º ; 16 a 18 no 3.º, e 10-15 no 4.º trimestre.

Duplicação e triplicação do peso

Sendo normal a progressão, *duplica-se* o peso ao findar o 5.º e *triplica-se* ao terminar o 12.º mez de idade.

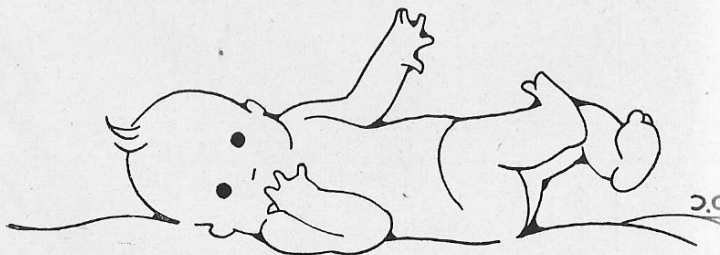


Fig. n.º 40
O bebê de 1 mez abre os olhos ao mundo que o rodea.

Figura 24 - No caso do guia materno *Cartilha das Mães*, a inserção de chamadas ao lado do texto facilita a identificação do assunto e das idéias principais. As imagens acompanham o texto, completando, no caso das ilustrações de J. Carlos, as informações do autor. (ROCHA, 1937, p.118).

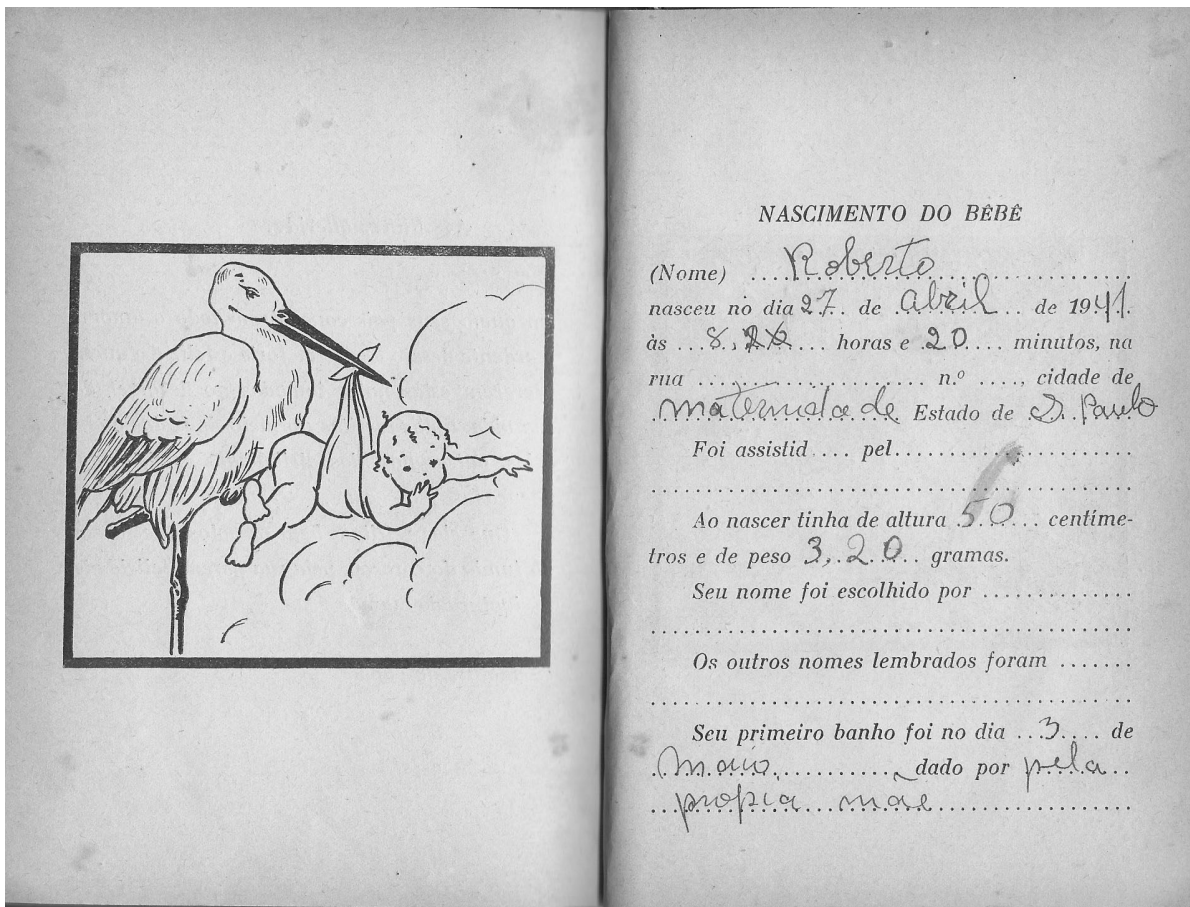


Figura 25 - Espaço para o registro dos dados sobre o bebê, presente na segunda edição do *Livro das Mãezinhas* (PIZA, 1939, p.94).

Os prefácios, dedicatórias e introduções dos autores também são elementos textuais que continham prescrições dos modos de ler e usar o guia materno. A *Cartilha das Mães* se destaca pelo diálogo paternal com as leitoras, conforme se pode observar no prefácio da terceira edição:

Editando mais uma vez os meus conselhos, procurei tornar ainda mais simples o texto, d'elle eliminando toda e qualquer discussão scientifica. Meu livrinho não visa tornar o médico de sua casa dispensável como guarda da saúde do bebê; evita, apenas, erros que mães inexperientes e mal avisadas a cada passo commettem.

Verão minhas leitoras que saliento energicamente o valor do leite materno e da medicina preventiva. O médico de crianças, mentor obrigatório da mãe moderna, é, antes de tudo, higienista (ROCHA, 1937).

A tentativa de diálogo com a mãe leitora partia da representação de que as mulheres necessitariam de uma leitura na qual a ciência médica fosse “traduzida” em orientações práticas, característica mencionada em outros prefácios, além do que foi escrito por Martinho da Rocha. Em quase todos eles, à mãe se reservava o papel de observadora da criança e seguidora dos conselhos médicos.

Os prefácios recomendavam que as leitoras seguissem atentamente as orientações médicas, sem dar ouvidos às opiniões baseadas no senso comum e em credices. Recomendação associada quase sempre ao combate à mortalidade infantil. A leitora dos guias maternos deveria seguir a sugestão dos editores dos *Conselhos Glaxo para Mãe e Filho*: “Toda mãe deve ler este livro e para maior segurança deve tornar a lê-lo e deve consultá-lo com frequencia” (192[?], p. 1).

Colocando-se como um meio de “evitar aflições das mães e sofrimentos das inocentes criancinhas” (WITTROCK, prefácio da 5ª edição, 1936), os guias maternos indicavam às mães os caminhos da ciência como imperativo na criação dos filhos. Entretanto, em todos os guias maternos consultados, os autores reafirmavam a necessidade da consulta ao pediatra, único profissional que seria capaz de orientá-la nessa missão. Recomendação que dialogava tanto com as mães como com os pares, na medida em que afirmava que esses impressos não poderiam ser empregados como substitutos da consulta ao médico especialista.

Apesar dessas prescrições, é digna de atenção a conclusão a que chega Coelho Neto na apresentação ao *Guia das Mães*: “As mães que lerem e aplicarem todas as lições deste livro, terão um talismã para defesa dos filhos” (In WITTROCK, 1939). O mesmo argumento foi empregado por Wladimir Piza na 7ª edição de *O livro das mãezinhas*, ao justificar a nova edição em virtude

das solicitações das mães, em “cartas aflitas”, que, segundo o autor, seriam as responsáveis por transformar o guia “num verdadeiro amuleto na luta contra a doença e contra a morte” (1962, p. 5).

O emprego de termos relacionados a procedimentos que os médicos consideravam como credices populares, como o uso de amuletos, de simpatias e de benzeduras, indica a permanência de outras práticas relativas aos cuidados com a saúde, que ainda se faziam presentes no período estudado. Ao mesmo tempo, a recomendação da manutenção e consulta frequente aos conselhos do guia materno propõe, indiretamente, que as mães poderiam dispensar a consulta médica em boa parte dos casos.

Contradição identificada por Walter Telles, que, no prefácio do livro *“E agora Mamãe? Cartas sobre a criação do bebê”*, propõe considerar o guia materno como “um mero colaborador do especialista”, resguardando a criança da “nefasta interferência das comadres entendidas”. Para o autor, boa parte dos guias anteriores ao seu seriam “verdadeiros dicionários de diagnósticos”, característica considerada pouco proveitosa e arriscada, uma vez que as mães poderiam encontrar analogias “entre a doença dos filhos e a narração dos livros” (195[?], p. 16-17). Crítica que implica em uma censura às mulheres, que, a partir dos conselhos dos guias, agiriam nesses casos por conta própria. A tensão entre a educação feminina, o acesso às informações científicas e o controle médico faz-se presente nesse discurso e reproduz uma série de representações sobre a mulher, o exercício da maternidade e as práticas que permitiriam a constituição de uma infância saudável.

Compreender os guias maternos como um tipo de leitura direcionada a transformar essas práticas, implica em uma análise que parte da compreensão de que as formas do livro “comandam os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis” (CHARTIER, 1999, p. 8). Partindo dessas considerações, o quarto capítulo se dedica a investigar as representações em torno da maternidade, presentes nessas publicações, apoiando-se não somente nos textos, como também no diálogo estabelecido com os diferentes elementos textuais e tipográficos que constituíram as características dos guias maternos como uma leitura destinada às mulheres.

CAPÍTULO 4 – *Ouvir os conselhos da hygiene é conservar a saúde dos filhos*⁶⁴

Ao final da década de 1940, Martinho da Rocha, chamava a atenção para a tiragem de 40 mil exemplares, distribuídos entre as oito edições da *Cartilha das Mães*, publicada desde 1935. O número significativo de exemplares do seu guia maternal, destacado no prefácio da oitava edição, foi considerado pelo autor como uma prova de que a “mãe brasileira procura criar seus filhos segundo os preceitos da bôa técnica, fugindo das noções tradicionais, cheias de erros e abusões” (ROCHA, 194?).

A primeira questão que aflora em relação a esses impressos, quando se procura refletir sobre as representações por eles disseminadas, se refere aos requisitos necessários à *mãe moderna*, do ponto de vista da ciência. Nesse sentido, a afirmação de Martinho da Rocha atua como um elemento de persuasão para a leitora da *Cartilha das Mães*, na medida em que faz referência ao próprio processo de legitimação da pediatria. A representação do autor sobre os “progressos” da mãe brasileira, na década de 1940, respaldava-se na relação entre a disseminação dos conselhos médicos e o abandono dos “erros e abusões” praticados pelas mulheres, substituídos pelo emprego da “bôa técnica” na criação dos filhos. Entretanto, inúmeros procedimentos adotados pelas mães que, na opinião dos médicos, seriam fruto da ignorância popular, continuaram a ser citados nos guias maternos da década de 1950, indício de que a disputa pelo “aconselhamento” das mães não chegara ao final, apesar do “otimismo” de Martinho da Rocha.

Não se pode ignorar, em relação a essa questão, que as práticas propostas pela corporação médica disputaram espaço com as práticas transmitidas de forma oral, no convívio familiar, em relação à criação dos filhos. Em um processo gradativo, que envolveu diferentes estratégias médicas, passando pela ampliação dos serviços públicos de pediatria; por campanhas de divulgação que empregaram vários tipos de veículos, de cartazes a programas de rádio; e pela inserção dos temas de higiene e puericultura nas escolas, os médicos buscaram afirmar sua autoridade em relação às mães.

A “boa técnica”, na expressão empregada por Martinho da Rocha, ao se referir aos procedimentos indicados pelos pediatras no cuidado com a saúde e educação dos filhos, foi

⁶⁴ Expressão empregada por Fernandes Figueira no livro *Consultas Práticas de Hygiene Infantil* (1919).

disseminada, durante a primeira metade do século XX, a partir dessas diferentes estratégias de orientação médica. Introduzir novos padrões em relação à criação dos filhos exigiu por parte da corporação médica investimentos diferenciados de difusão desse modelo maternal, conformado de acordo com os princípios higiênicos. Entre elas, a formação por meio da leitura dos guias maternos, o que implicava na expansão da escolarização feminina.

Mortalidade infantil e *maternidade científica*

A divulgação das altas taxas de mortalidade infantil, associadas ao atraso econômico do país, foi um dos elementos desse processo de legitimação da necessidade da intervenção médica no âmbito familiar. Nos discursos médicos, o número elevado de mortes antes do primeiro ano de vida surge quase sempre associado à representação das mães como ignorantes em relação aos procedimentos higiênicos, propostos como forma de garantir a saúde e educação infantis, independente de posição social ou do grau de instrução das mulheres.

A defesa da incorporação dos preceitos médicos em relação ao cuidado e educação das crianças partia do argumento de que uma infância saudável e disciplinada seria um dos principais elementos de fortalecimento da nação e de progresso econômico. Relação que se fez representar, por exemplo, na frase divulgada na revista publicada pela Cruzada Pró-Infância, “Nação forte é quem tem filhos fortes” (*Infância*, outubro de 1936 apud BRITES, 1999).

Segundo Badinter (1985), os estudos demográficos no século XVII foram impulsionados pelo fortalecimento dos Estados Nacionais. Estudos que originariam representações sobre a estagnação, decréscimo ou degeneração da população. Nesse século, os discursos dos fisiocratas são os primeiros a defender a mudança do sistema jurídico-disciplinar, propondo o que Foucault denominou como dispositivos de segurança: “comportamentos que fazem que cada um dos indivíduos funcione como membro, como elemento dessa coisa que se quer administrar da melhor maneira possível, a saber, a população” (2008, p. 56).

Esse é um aspecto importante no que Foucault considera a razão de Estado delineada a partir do século XVIII, calcada não mais no exercício do Estado de polícia ou no direito, mas na economia política, no que ela se propõe: “o enriquecimento do Estado. Ela se propõe como objetivo o crescimento simultâneo, correlativo e convenientemente ajustado da população, de um lado, e dos meios de subsistência, do outro” (2008, p. 19). Para o autor, nessa nova razão de

Estado, os indivíduos fazem parte de uma “naturalidade” das práticas de governo, não como súditos, “mas na medida em que eles próprios estão ligados a essa naturalidade econômica [...] uma *população* que um governo deve administrar. É aí que a linha de organização de uma ‘biopolítica’ encontra seu ponto de partida” (2008, p. 30).

Segundo Marília Bernardes Marques, durante o século XIX, “o crescimento populacional tornar-se-ia questão de segurança nacional e cada uma das principais nações européias, avaliando os próprios riscos demográficos, desenvolveria uma legislação pró-natalista específica” (2000, p. 51). Preocupação expressa, por exemplo, na década de 1870, na interpretação que considerava a degenerescência da população francesa como causadora da derrota na guerra contra os alemães, reconhecida por meio de vários dados: “o número de recrutas dispensados por estatura insuficiente e por enfermidades, o número de alienados internados nos hospitais, o número de crianças ilegítimas ou mortas no berço” (VIGARELLO, 2001, p. 182).

Nesse sentido, o combate à mortalidade infantil desloca-se da corporação médica, para tornar-se motivo de atenção de toda a sociedade. Para Badinter, “a criança, especialmente em fins do século XVIII, adquire um valor mercantil. Percebe-se que ela é, potencialmente, uma riqueza econômica” (1985, p. 153). Por essa razão, as mulheres passariam a ser representadas como as responsáveis diretas pela solução desse problema, a partir da assimilação de novas práticas propostas pelo higienismo e pela pediatria, no âmbito doméstico, especialmente a amamentação dos filhos.

Um item que chama a atenção na leitura dos guias maternos é a apresentação de índices de mortalidade infantil e a análise das causas que respondiam por esse problema. Aspecto presente em todos os exemplares estudados, seja como parte da introdução, seja como argumento em favor do aleitamento materno ou como um capítulo específico. A partir desses dados, boa parte dos impressos propõe um novo papel para a família, em especial para a mãe, que, a partir do uso sistemático do guia, deveria modificar a forma de cuidar da criança, aumentando as possibilidades de sobrevivência.

Diferentes argumentos e dados foram empregados nos impressos estudados em relação a esse problema. Um dos recursos foi comparar índices de cidades brasileiras com os de cidades de outros países, principalmente nos guias maternos publicados entre as décadas de 1920 a 1930. Os dados apresentados por Eula Long, para reforçar a situação precária da cidade de Porto Alegre,

local de sua atuação, permitiam, por exemplo, comparar os números de três capitais brasileiras e duas capitais européias, no caso da mortalidade de zero a um ano.

Mortalidade de zero a um ano

P. Alegre	1924	210 por mil
S. Paulo	1920	176
Berlim	1920	161
Rio de Janeiro	1920	154
Paris	1920	98

(DORNELLES apud LONG, 1926, p. 5).

Chama a atenção, nessa tabela, a proximidade dos índices da capital alemã com os das cidades brasileiras, distanciando-se do índice de mortalidade apurado em 1920 em Paris, mas que também chegava a quase 100 mortes por mil nascimentos. Nesse caso, a comparação que a autora procurou estabelecer funcionaria como uma forma de identificar um padrão aceitável para o que seria um país que se adequasse aos critérios propostos pela modernidade.

Tratando das estatísticas relativas aos surtos de varíola no século XVIII, Foucault analisa as modificações introduzidas pela quantificação, que aplicada de forma racional, teria permitido coletivizar os fenômenos em relação à doença, passando a considerá-la “como uma distribuição de casos numa população que será circunscrita no tempo ou no espaço” (2008, p. 79). Para o autor, foi por meio do processo de extensão dos dispositivos de segurança que teria sido delineada a idéia de uma taxa de “mortalidade normal”. Esse deslocamento identificado por Foucault favoreceu a atuação da medicina preventiva, a partir do século XVIII, conferindo aos médicos autoridade em relação ao conjunto da população.

Temos portanto um sistema que é, creio, exatamente o inverso do que podíamos observar a propósito das disciplinas. Nas disciplinas, partia-se de uma norma e era em relação ao adestramento efetuado pela norma que era possível distinguir depois o normal do anormal. Aqui, ao contrário, vamos ter uma identificação do normal e do anormal, vamos ter uma identificação das diferentes curvas de normalidade, e a operação de normalização vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras e [em] fazer de sorte que as mais desfavoráveis sejam trazidas às que são mais favoráveis (2008, p. 82-83).

A forma como Eula Long fundamentaria a necessidade da adoção dos hábitos higiênicos como uma questão que extrapolava a organização do ambiente doméstico é um exemplo significativo desse aspecto do controle sobre as condições de vida da população. Nesse sentido, os números elevados de mortes no primeiro ano de vida são usados pela autora para destacar o “atraso” da capital gaúcha, em comparação com cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo, que passaram por reformas sanitárias nas duas primeiras décadas do século XX.

Considerando a situação de Porto Alegre como um recorde vergonhoso, a autora recorre à opinião do médico gaúcho A. Dornelles, colunista do jornal *O Correio do Povo*, que, em relação à mortalidade infantil, afirmava que:

como vedes, não se trata de um simples problema de hygiene preventiva, prisma pelo qual vulgarmente são vistas estas questões. Não é, apenas, a conservação do individuo, que está em debate, é o crescimento em número e, sobretudo, em qualidade, da população, que está em jogo (DORNELLES, apud LONG, p. 6).

Da mesma forma, a comparação entre grandes cidades se manifesta nos dados apresentados nas *Consultas Práticas de Pediatria* de Fernandes Figueira. Reproduzindo informações do médico Clemente Ferreira, o autor incluiu em seu guia materno uma tabela que trazia as porcentagens de mortalidade infantil por problemas alimentares. Sem referências ao ano ou ao total de mortes, os dados selecionados por Figueira procuravam demonstrar que o clima não seria um fator preponderante na elevação dos índices de mortalidade, ao inserir os dados sobre três cidades do norte europeu, que, apesar do clima semelhante, diferiam bastante entre si:

Mortalidade infantil por doenças gastrointestinais

São Paulo	48%
Rio de Janeiro	37%
Paris	26,24%
Londres	20,65%
Christiania ⁶⁵	14,57%
Copenhagen	8,67%
Stockholmo	1,77%

(FIGUEIRA, 1919, p. 227).

Embora as porcentagens fossem bem menores do que as verificadas nas cidades brasileiras, esse exemplo buscava desautorizar os que responsabilizam o clima tropical pelo elevado número de mortes infantis. Eliminando o fator climático, Figueira também não

⁶⁵ Atual Oslo.

considerava como causa principal das mortes a insalubridade das moradias na então capital federal. Empregava como exemplo os dados divulgados pela Policlínica de Crianças, vinculada à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, sob sua direção: “entre os seus socorridos, que são os pobres, se conclue que apenas 27% dos meninos dormem em alcovas que, ainda assim abrem para salas arejadas” (1919, p.228).

O autor identificava como fatores da mortalidade várias questões relativas à amamentação das crianças. Denunciava tanto o Estado, ao mencionar a falta de inspetores da primeira infância para fiscalizar as criadeiras, como parcela dos médicos, que não defendiam, segundo o autor, a amamentação natural. Além disso, é um dos únicos autores consultados a mencionar a inexistência de uma política para o cuidado dos filhos das mulheres trabalhadoras, tanto as operárias, como as empregadas domésticas. As poucas e mal organizadas creches existentes, a falta de consultório de lactentes, de açúcar, leite e farinhas nacionais de melhor qualidade também contribuíam, na opinião do autor, para o problema.

Entretanto, para Fernandes Figueira, o motivo principal do “descuido com a infância no Brasil” ocorria porque “imaginamos que hygiene infantil é sciencia das mulheres velhas, e não a ensinamos siquer aos que, por obrigação, devem conhecel-a” (1919, p. 229). Ou seja, a ignorância das mães ascendia ao principal posto entre os fatores da mortalidade infantil brasileira e, para o autor, seria a principal competência dos médicos e das instituições governamentais assumir a responsabilidade por sua educação.

Ampliando as taxas de mortalidade para 13 cidades brasileiras, incluindo capitais e três cidades do interior de São Paulo, e estendendo a comparação a outros continentes, além do americano e europeu, Almeida Jr. e Mario Mursa tratam, no último capítulo d’*O Livro das Mamães* (1933), do método empregado no cálculo do coeficiente de mortalidade infantil. Vários exemplos sobre sua aplicação foram introduzidos na obra, provavelmente como recurso para o ensino de puericultura no curso normal, um dos objetivos dessa publicação. Um desses exemplos se refere ao ano de 1922 em São Paulo, quando “nasceram 21.767 crianças e, no mesmo período, morreram 3902 entre 0 e 1 ano. Temos pois: $3902 \times 1000 : 21.767 = 179$ ” (1933, p. 218).

Ao exporem os índices de cidades menores do que capitais como São Paulo e Rio de Janeiro, os autores também possibilitam indiretamente vincular a mortalidade à insalubridade das cidades, refutando em parte os argumentos apresentados em 1919 por Fernandes Figueira, que

minimizava os efeitos do clima ou das condições de moradia em relação a essa questão. Porém, os dois últimos tópicos do capítulo - *Erros alimentares* e *A ignorância* - reforçam a responsabilidade materna frente a esse problema.

Essa mesma responsabilização pode ser encontrada em outros guias, como o do médico gaúcho Assis Brasil, que embora não apresentasse tabelas, como as dos impressos anteriormente mencionados, afirmava que, para crianças amamentadas ao seio, a mortalidade é de 3%, enquanto “entre aquelas que são alimentadas artificialmente, a cifra do obituário é **dez vezes maior**, isto é, alcança 30%” (1940, p. 19). Com o mesmo tipo de argumento, Martinho da Rocha introduz a questão no seu livro *Cartilha das Mães*, ao indicar que na Alemanha, a mortalidade de bebês alimentados com mamadeira seria cinco vezes maior do que a dos criados ao seio. Considerando que no Brasil essa proporção seria ainda maior, o autor inicia o capítulo sobre amamentação e desmame indicando às mães o seu dever: “Á mãe cumpre [...] amamentar o bebê: ‘seu coração e seu leite são insubstituíveis’” (1937, p. 45).

A questão da responsabilidade das mães, embora atenuada por diferentes argumentos, como a falta de acesso a informações; a pobreza, que implicava no trabalho feminino fora do lar; ou a falta de assistência, adquire em alguns guias um aspecto vinculado ao discurso nacionalista e civilizatório, recorrente na primeira metade do século XX. O cálculo feito por Germano Wittrock, em capítulo específico sobre as causas da mortalidade infantil, é um exemplo desse tipo de discurso. O autor refere-se inicialmente ao Rio de Janeiro, onde possuía uma clínica infantil e participava como articulista de revistas e jornais, mas estende seu raciocínio ao país, como se pode perceber neste excerto:

O Rio tem, seguramente, uma população bem mais culta, em assumptos de hygiene, do que os Estados; além disto, possui uma optima organização, a Inspectoria de Hygiene Infantil, que tem o concurso das esforçadas visitadoras de Saúde Pública, e apesar disto, perde, annualmente, 6000 lactentes ou 12000 crianças de menos de 10 annos, para uma população de 1500000 habitantes. O Brasil tendo 40.000.000 de habitantes, perderá, fazendo o cálculo o mais favorável, 150.000 lactentes ou 300.000 creanças de menos de 10 annos. Encarando apenas pelo lado material, que prejuízo não causa ao paiz a perda de tantos filhos! (1939, p. 53).

Os argumentos de Wittrock filiam-se ao ideário que se difundiu desde o século XVIII, que vinculava a riqueza da nação à sua população. A advertência do autor para os prejuízos materiais

que os índices elevados de mortalidade causavam ao Brasil apresenta a questão como um problema que afetava a economia nacional e que exigia uma política relacionada ao controle da população, definidos por Foucault como biopoder, ou seja,

o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder (2008, p. 3).

Segundo Viviani, esse processo também teria contribuído para a “particularização da criança como objeto de estudo, de intervenção médica e educativa”, como um dos aspectos da medicina social (2003, p. 84). Para Badinter (1985), o impulso dado à obstetrícia e às escolas de parteiras se inscreve nessa conjuntura na qual a mortalidade infantil passou a ser uma preocupação do Estado.

O ideário que incluía os cuidados com a saúde infantil, como característica de um país moderno, também assume espaço no texto de Almeida Jr. e Mario Mursa. Tratada como parte do último capítulo do *Livro das Mamães*, que explica como calcular os índices das “estatísticas vitais”⁶⁶, a taxa de mortalidade infantil, em 1929, é apresentada às leitoras como inadequada aos padrões dos países “civilizados”:

Confrontados os nossos coeficientes com os das cidades estrangeiras, vê-se logo que, em matéria de mortalidade infantil, não estamos ainda muito civilizados. Ficamos próximos de Alexandria e do Cairo, afamadas pela alta cifra do obituário infantil, o qual é assim mesmo excedido pelo de várias cidades nossas. O prof. Smith, da Universidade de Harvard, costuma dizer que “todo país que tem uma organização de saúde pública moderna, apresenta mortalidade infantil abaixo de 100” (Arnaldo Moraes). Nova York, Londres, Chicago, Roma, Paris, Buenos Aires, Estocolmo, Amsterdão, etc., estão nesse caso. Nova York, por exemplo, apesar das condições adversas do meio e da promiscuidade de raças, conseguiu baixar gradativamente a sua mortalidade infantil, de mais de 160 em 1900, para 57 em 1930 (1933, p. 219-220).

Dos guias maternos analisados, a ênfase de Almeida Jr. em relação à necessidade de políticas públicas voltadas para a saúde da infância é uma das raras exceções, matizando as

⁶⁶ Os autores definem como componentes das estatísticas vitais as taxas de nupcialidade, natalidade e mortalidade infantil.

críticas relativas à ignorância das mães. Posição que pode ser compreendida a partir do espaço ocupado pelo autor no Instituto de Hygiene e de sua atuação junto ao curso normal em São Paulo. O atraso econômico do país, que além da perda de um grande contingente populacional ainda na infância, aparece associado no texto de Almeida Jr. à “promiscuidade de raças”, poderia ser superado, como no exemplo de Nova York empregado pelo autor, a partir de uma intervenção conjunta dos diferentes agentes sociais, da filantropia aos serviços de saúde.

Inúmeras estratégias buscaram consolidar um novo padrão de organização familiar, mais útil aos interesses nacionais. Diferentes agentes, que passaram a atuar como intermediários do Estado – médicos, moralistas, filantropos, administradores e pedagogos, chefes de polícia – transformaram as mulheres em interlocutoras privilegiadas desses agentes, “objeto de súplica e de acusação” (BADINTER, 1985, p. 181). Ignorando os diferentes setores sociais e suas especificidades, difundiu-se, a partir da segunda metade do século XIX, um discurso centrado em uma figura materna universal, acima das diferenciações de classe.

No caso da obra de Almeida Jr., a crítica à falta de políticas públicas voltadas para a educação higiênica se amplia, pois, para o autor, as mortes prematuras das crianças não significariam apenas uma perda familiar, mas também afetariam a nação: “E assim, anualmente, as famílias e a nação vão inscrevendo um prejuízo incalculável, com esse morticínio que despovoa os berços e rouba, aos milhares, a vida ainda em botão” (ALMEIDA JR e MURSA, 1933, p. 221).

Apesar da crítica de Almeida Jr. às deficiências das políticas públicas para a maternidade e a infância, na maioria dos guias maternos, a tônica adotada, em relação à mortalidade infantil, acentuava a questão da formação das mães. O “diálogo” estabelecido por Wladimir Piza e as leitoras do *Livro das Mãezinhas* simplifica ao extremo o problema. Trata-se de um livro distribuído de forma gratuita nos cartórios, como já mencionado anteriormente, por iniciativa do Rotary Club e, posteriormente, pela Secretaria de Saúde de São Paulo.

A distribuição gratuita, já prevista na elaboração da obra, certamente determinou, em parte, a organização do guia, considerando que o acesso ao livro por mães com pouca instrução exigiria um texto direto e com orientações práticas para o dia-a-dia, em especial em relação à alimentação infantil. Entretanto, o tratamento dado à mulher extrapola o limite de classe, para expressar uma visão médica e principalmente masculina, sobre a mentalidade feminina, que

necessitaria de comparações tão drásticas para se obter algum grau de compreensão, quanto as que o autor utiliza ao tratar do tema:

Se para casar, cada jovem precisasse prestar um exame, em que lhe fosse pedida apenas a matéria constante deste livrinho, e se se exigisse um exame médico de todos os noivos, as estatísticas de mortalidade infantil estariam, em um ano, reduzidas à metade.

Sabes quantas crianças morrem, em nossa terra, antes de atingir um ano de vida? Em média 30%. Quer dizer, de cada 100 lares, alegres pelo nascimento de um herdeiro, antes de 1 ano, 30 já trocaram as galas festivas pelos crepes negros. Calcula o que é isso. Calcula que no teu bairro, na tua cidade, em cada 100 casas, 30 tivessem à porta um laço de crepe negro. A tua cidade teria o aspecto de um cemitério em dia de finados.

Em um exército quando 10% da tropa foi dizimada, deve o comandante retirá-la para posição mais estratégica, a menos que defenda um lugar de capital importância. Na tua cidade, no teu país, sem guerra, 30% das crianças sucumbem antes de um ano. Sabes o que isso representa? Talvez meio milhão de homens, a menos, cada ano.

E dos que vingam, quantos sadios? Quantos poderão lutar, com vantagem, contra as dificuldades da vida? (1937, p.58-59).

À maternidade responsável e orientada se atribuía, no discurso médico, a garantia dos recursos da nação. Novamente os mecanismos reguladores da vida identificados por Foucault (2008) assumem um espaço importante no discurso médico: os exames pré-nupciais e o conhecimento das orientações pediátricas pela família são medidas propostas pelo autor para evitar o desastre, em termos populacionais, anunciado pelo autor na comparação com a estratégia militar. Economia e segurança de Estado se mesclam no discurso de Wladimir Piza, tanto em relação à mortalidade quanto aos aspectos vinculados à degenerescência: “e dos que vingam, quantos sadios?” (PIZA, 1937, p. 59)⁶⁷.

A conscientização das mulheres da importância da função materna passa pela argumentação de que essa seria uma atividade que deveria superar o gesto intuitivo e a tradição para se adequar aos novos padrões definidos pela pediatria. Somente a educação das mulheres, de acordo com esses padrões, poderia reverter a quantidade significativa de mortes entre crianças na primeira infância.

Aspecto reforçado nos títulos dos guias maternos do período analisado, que remetem à necessidade da formação pela leitura e consulta permanente dos impressos. Procurando atingir

⁶⁷ A teoria da degenerescência formulada por Morel, “parte da concepção de que a herança que se transmite através das gerações não se restringe ao plano biológico, mas inclui dimensões morais e de comportamentos – virtuosos ou viciados” (PEREIRA, 2008, p.492).

todo tipo de leitora, alguns títulos já anunciavam, de antemão, uma leitura menos complexa, por meio de propostas mais simplificadoras de formação⁶⁸. Os termos *consultas práticas*, *cartas* e *conselhos*, empregados em alguns títulos, antecipavam às leitoras essa intenção, a partir da indicação de gêneros textuais familiares ao que seria a representação da leitura feminina.

O tratamento diminutivo em relação às leitoras – *mãezinhas* – também é um dos aspectos das representações sobre as mulheres, as quais necessitariam da tutela masculina para os aspectos primordiais da vida, nesse caso, para assimilação dos conselhos médicos sobre a criação dos filhos. Sob o ponto de vista do higienismo, essa tarefa se transformaria no principal sentido da existência feminina.

A educação feminina também se fez representar nos títulos dos guias maternos em relação à instituição escolar, seus métodos, disciplinas e materiais, em termos como *livro*, *cartilha*, *guia*. A inclusão de expressões como *noções* e *princípios de puericultura* procura dialogar também com o processo de inserção feminina na educação formal, tanto no papel de alunas como no de professoras. Remetem a uma intencionalidade dos autores e editores de permitir o emprego da obra como material para o ensino da puericultura, reafirmando o cuidado com os filhos como eixo principal de uma disciplina que desejava ser reconhecida também no âmbito escolar.

A representação sobre a ignorância das mães funcionava não só como um atenuante em relação à culpa das mulheres pela mortalidade elevada, mas também como uma maneira de descredenciar toda uma “rede social” feminina que perpetuava práticas consideradas pelos autores como credices populares. Alguns dos exemplares consultados criticavam inclusive a atuação das avós, por transmitirem e empregarem práticas ultrapassadas e perigosas para a saúde do bebê – seja pela falta de higiene ou pelo excesso de mimos. Germano Wittrock, por exemplo, reforçava a autoridade médica, orientando “que jamais os Paes se deixem suggestionar pelos conselhos que avós, tios, amigos, entendidos, dêem a respeito da alimentação e cuidados da creança, e que acreditem sómente no que diz o seu médico” (1939, p. 98).

⁶⁸ Os títulos, já mencionados anteriormente, são: *Consultas Práticas de Pediatria: Livro das Mães* (FIGUEIRA, 1920); *Conselhos às Mães* (LONG, 1926); *Conselhos do Glaxo para mãe e filho* (192?); *Escola de mães Saúde de Filhos* (GONZAGA E SANT’ANNA, 1931); *Livro das Mamães – Noções de puericultura* (ALMEIDA JR e MURSA, 1933); *Cartilha das mães* (ROCHA, 1937); *O livro das Mãezinhas* (PIZA, 1937); *Guia das Mães* (WITTRUCK, 1939); *Para as Mães* (NESTLÉ, 1940); *Como devo cuidar meu filho? Princípios fundamentais de puericultura* (ASSIS BRASIL, 1940); *Livro das Mães* (BRASIL, 1957); e *agora Mamãe? Cartas sobre a criação do bebê* (TELLES, 195?).

Dialogando com as leitoras, a partir da construção de um texto mais cordial e menos impositivo, Martinho da Rocha justificava a permissão da intromissão dos curiosos: “Em face do pobrezito, mollenga e chorão, os paes jovens e inexperientes, entregam-se a sugestões de qualquer *comadre*” (1937, p. 12) . Crítica mais incisiva foi adotada em *O Livro das Mamães*:

Diante da comadre, o médico é o “inimigo”, quasi vampiro, sedento de vidas infantis. Mas a tia velha, a vizinha, a benzedeira asquerosa – a comadre – afinal, esta sim, é a bôa amiga da criança e dos pais, a quem inspira a mais cega confiança. Pois não é a “comadre” uma *senhora velha e cheia de experiência? Não teve ela onze filhos?*(dos quais geralmente morreram dez). *Não aprendeu com a própria mãe, ou avó, aquilo que ensina, naqueles tempos antigos, em que as crianças sempre nasciam fortes, e ninguém morria?*

E com essas falsas noções sobre a ciência e a experiência dos antigos, sobre a robustez e a longevidade de outrora, vão se abeberando as mães incipientes, para depois transmitirem os mesmos erros, as mesmas crendices, os mesmos ameaçadores conselhos, ás filhas, ás netas e ás futuras vizinhas. Precisamos todos nós opôr um dique á esta avalanche (ALMEIDA JR e MURSA, 1933, p.156-157).

Presente em boa parte dos guias maternos, o descredenciamento do conhecimento não especializado em torno da saúde infantil é um elemento que indica, pela negação, a existência de múltiplos modelos de organização familiar que diferiam do padrão proposto pelos impressos médicos. Segundo Claudia Fonseca,

para melhor entender o que significava ser mãe para as mulheres pobres do início do século é necessário tirar a experiência materna da família conjugal e situá-la dentro de redes sociais que perpassam a unidade doméstica. [...] Para fazermos considerações sobre a maternidade em grupos populares, temos, portanto, de levar em consideração também avós, criadeiras e mães de criação (2000, p. 535).

A autora aponta o modelo familiar burguês disseminado pelo aparato médico-higienista como conflitante com a “natureza aberta da unidade doméstica” nas famílias pobres. A circulação de crianças entre as casas dos parentes e mesmo a doação informal de filhos faziam parte do cotidiano dessas famílias, criando o que Fonseca denomina de redes consaguíneas e outras redes que se estabeleciam na tentativa de garantir a sobrevivência frente à miséria e às doenças.

A crítica médica não delineava os contornos de classe dessa rede feminina de transmissão de conhecimentos, que seria uma prática comum tanto nos meios mais abastados como entre as mulheres das camadas mais pobres. Mas a presença nos guias maternos desse tipo de crítica, pelo menos até a década de 1950, pode ser lida como uma persistência do costume de consultar

familiares, vizinhas e amigas próximas, especialmente em caso de dúvidas em relação às doenças infantis.

Tratamentos semelhantes foram empregados nos guias para desqualificar as relações estabelecidas entre mulheres, de diferentes camadas sociais, no que concerne à gestação e à criação dos filhos. Nos guias estudados, foram encontradas algumas formas pejorativas de retratar esse tipo de vínculo. De maneira depreciativa, foram empregados termos como “amigas entendidas” (GONZAGA E SANT’ANNA, 1931; PIZA, 1937; WITTROCK, 1939), “amigas supersticiosas”, “fontes suspeitas” (LONG, 1926). Tratadas ironicamente como “comadre ou vizinha experiente”, as “palpiteiras” seriam responsáveis pelas credices e “abusões” praticados pelas mães inexperientes e vítimas desses maus conselhos (TELLES, 195?).

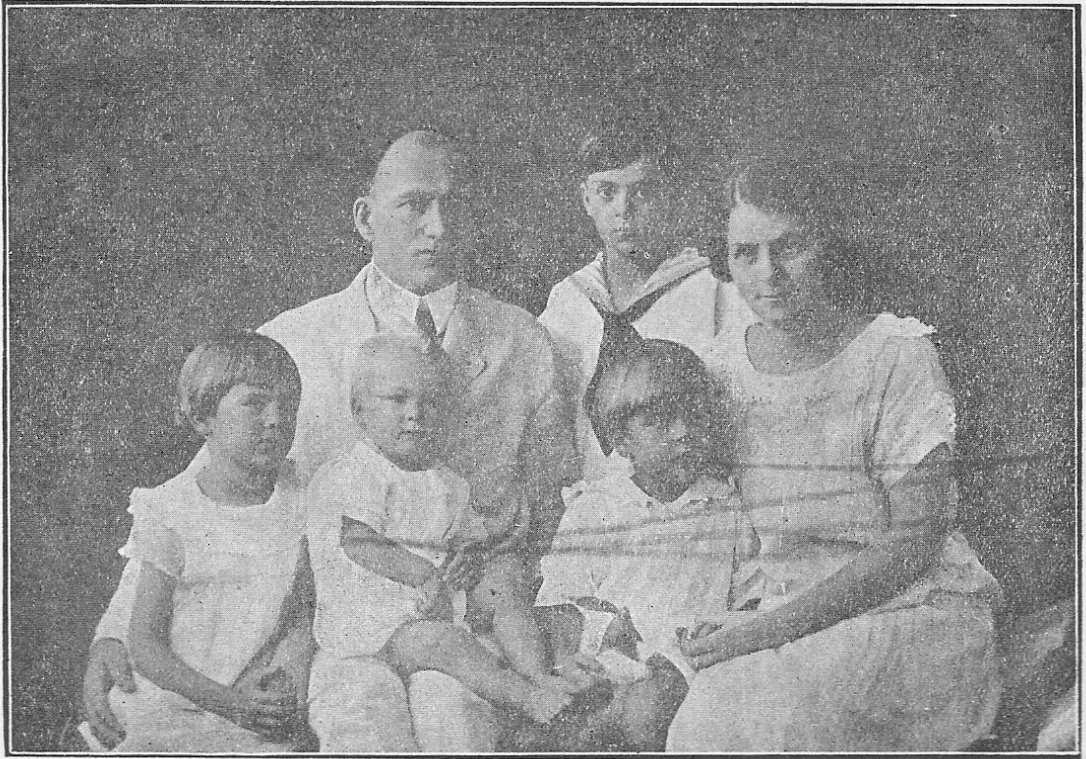
Nesse caso a juventude e inexperiência surgem como atenuantes em relação à responsabilização da mulher pelos “erros” cometidos na criação dos filhos, passíveis de solução, pela adoção dos procedimentos recomendados pelos médicos nos guias maternos. Todas essas formas depreciativas articulam-se na construção de representações sobre a mulher, incluindo da parenta ou vizinha intrometida às benzedadeiras, que, baseadas em práticas de cura advindas da tradição oral, disputavam espaço com as orientações médicas, pelo emprego de orações e administração de medicamentos à base de ervas. Os autores do guia materno produzem uma separação entre a representação da mãe jovem e inexperiente e a das mulheres mais velhas, menos suscetíveis a adotar os procedimentos propostos pelos pediatras. A interrogação feita à leitora de *O Livro das Mamães* é um exemplo dessa distinção: “Pois não é a “comadre” uma *senhora velha e cheia de experiência?*” (ALMEIDA JR. e MURSA, 1933, p. 156). A experiência adquirida na própria prática compartilhada entre mulheres, transmitidas de geração em geração, é criticada de forma mais contundente, por concorrer diretamente com a autoridade médica, a partir das relações pessoais e de parentesco.

A advertência aos pais, presente na *Cartilha das Mães* (ROCHA, 1937), para que evitassem essa influência “perniciosa” para a saúde da criança é um dos poucos exemplos no qual a figura do casal é citada pelos autores. Advertência essa que pressupõe que seria necessário o recurso à autoridade masculina, representada na figura do pai, como forma de contenção desse tipo de prática considerada abusiva pelos médicos, reforçando, em relação à figura materna, além da ignorância, o caráter suscetível às influências, como um dos atributos femininos.

Única mãe autora, Eula Long, partilha dessa representação, ao mencionar em seu texto o seu despreparo inicial em relação às tarefas maternas, consideradas por ela como “tremendas responsabilidades”:

Lembrando-me de quão pouco sabia antes de nascer o meu primeiro filhinho, e de quanto queria aprender para criá-lo o melhor possível, procurei escrever sobre as coisas que me parecem mais importantes, e de maneira tão simples e clara, que qualquer mãe possa compreender e aplicar os ensinamentos aqui contidos. (1926, prefácio).

Identificando-se com as leitoras de seu guia, a partir da menção à sua inexperiência, quando do nascimento do primeiro filho, a autora ao mesmo tempo produz uma representação sobre a necessidade do estudo das recomendações médicas, para aprender a criar os filhos “o melhor possível”. Destacando a importância dessas recomendações, a autora menciona ao longo do texto, várias obras pediátricas, que serviram como respaldo para seus conselhos. Entretanto, como mãe, também se apresenta como capaz de escrever de “maneira clara e simples”, permitindo que qualquer mulher pudesse compreender os ensinamentos higiênicos. Essa associação entre a figura materna e a da escritora destoa do descredenciamento que os médicos procuravam produzir em relação às práticas femininas relacionadas à gestação e cuidado dos filhos. Emblemático dessa combinação entre conselhos médicos e experiência feminina é a imagem da autora, que antecede a dedicatória do livro.



A autora e sua família.

Figura 26 - Fotografia de Eula Long e sua família, inserida antes da dedicatória do guia materno de sua autoria – *Conselhos às mães* (1926).

A fotografia selecionada para o livro mostra a autora com o marido e os quatro filhos, atestando, pelo exemplo, que os conselhos contidos no guia possibilitariam a construção de uma família saudável, na qual os “filhos robustos e prazenteiros” seriam “a alegria do lar e o orgulho da pátria” (LONG, 1926, dedicatória).

A obra de Eula Long é o único impresso consultado que divulga também o índice de mortalidade, como forma de valorizar os cuidados relativos aos primeiros dias de vida da criança, proposta que condizia com as políticas do U. S. Children’s Bureau⁶⁹. Apoiando-se nesses dados, a autora inicia os *Conselhos às Mães*, propondo que o exercício da maternidade não seria um dom natural, mas exigia preparo, uma vez que, segundo o Children’s Bureau, nos primeiros dias de vida a morte de crianças se devia a “accidentes ou ferimentos por ocasião do nascimento ou, o resultado de condições preexistentes” (1926, p. 4).

A referência à atuação do órgão do governo norte-americano no combate à mortalidade infantil pode ser um indício que remete à explicação da iniciativa da autora de publicar esse guia materno. Tendo se formado em artes nos Estados Unidos, Long provavelmente acompanhou a experiência da atuação feminina norte-americana em relação à saúde infantil. Segundo Morantz-Sanchez,

o “Childens Bureau” era um órgão basicamente feminino e era diferente de todos os outros existentes no governo federal. Nascido do voluntariado feminino reproduzia em escala nacional as técnicas dos centros comunitários. Grande parte do seu sucesso, no período seguinte, adveio da sua capacidade de manter uma estreita relação com as organizações locais de mulheres e contar com a ajuda delas. Nas campanhas nacionais – por exemplo, a “Semana do bebê” – o órgão recebeu a cooperação e o apoio entusiasmado dos clubes regionais de mulheres (2005, p. 148).

Embora ainda marcado por representações que atribuem à mulher a função de auxiliar do médico, única figura com autoridade para opinar sobre a saúde da criança, o olhar feminino se destaca em relação a alguns detalhes, nas orientações propostas por Eula Long. No tratamento dado ao parto, a autora sugeria adotar, além dos procedimentos técnicos em torno do nascimento da criança, práticas que visavam ao conforto feminino:

⁶⁹ Essa instituição foi criada em 1912, vinculada ao Ministério do Interior dos Estados Unidos. Segundo Regina Morantz-Sanchez, o *The Federal Children’s Bureau* “recebeu como encargo do Congresso tornar-se o primeiro órgão de previdência social do governo, com a intenção clara de ajudar a combater a mortalidade infantil e materna” (2005, p. 147).

§18. Será acertado dividir-se o cabelo em duas tranças, para depois penteal-o mais facilmente sem cansar a paciente. (E aqui desejo dizer que é pura superstição a lenda de que se não póde pentear o cabelo por muitos dias. A única coisa que póde inhibil-o é o abatimento ou febre da paciente, pois nem é necessário que se sente para ser penteada). Até que venham as dores mais fortes, deve-se permanecer de pé, fazendo alguma coisa para distrahir-se. É preciso ter paciência e coragem, não acreditando, entretanto, que vae passar por muito soffrimento, especialmente sendo o primeiro parto. É um erro enganar a parturiente, dizendo-lhe que não é nada o que ella está sofrendo; ao mesmo tempo é perigoso impressional-a ou assustal-a com historias de partos laboriosos, difficeis ou fataes.

Depois do parto a mãe deve ficar em completo repouso, para dormir e descansar (sic). (LONG, 1926, p.14).

Dos guias maternos que tratam do parto⁷⁰, à exceção da obra produzida por Eula Long, apenas *Escola de Mães Saude de Filhos* (GONZAGA e SANT'ANNA, 1937) dedica um capítulo ao tema, composto por itens, como os sinais precursores do início do trabalho de parto, a alimentação adequada a esse momento, a organização do quarto e a própria descrição do parto, com os procedimentos necessários para se evitar infecções. Em contraponto ao texto de Eula Long, que simplifica e humaniza as orientações, no guia materno de Leonel Gonzaga e Jorge Sant'Anna predominam os termos médicos e a descrição das modificações anatômicas do corpo feminino durante o parto, inclusive com o recurso a pranchas médicas, mantendo-se, na maior parte do tempo, uma linguagem caracterizada pelo distanciamento:

Pouco antes do trabalho de parto, essas contracções manifestam-se como estiramentos, dolorosos ou não, fugazes, irregular e longamente distanciados, localizados no baixo ventre e nas regiões lombares. A sucessão de distensões precursoras ás vezes é gradual, de modo que a gestante entra em trabalho de parto, sem transição abrupta, em progressão lenta e crescente. O mais commum é que as contracções precursoras sejam pouco notadas. O trabalho de parto se anuncia, então, pela repetição regular, progressiva e dolorosa das contracções uterinas (GONZAGA e SANT'ANNA, 1937, p.90).

Ao contrário dos demais guias maternos mencionados, no guia *Conselhos às Mães*, Eula Long inclui, no capítulo sobre o parto, o cuidado do recém-nascido. Nos demais guias maternos estudados que abordaram esse tema, o tratamento dado ao parto traduz muito mais uma

⁷⁰ Seis dos doze guias maternos analisados o fazem: o *Conselhos às Mães* (LONG, 1926); *Escola de mães Saúde de Filhos* (GONZAGA E SANT'ANNA, 1931); *Para as Mães* (NESTLÉ, 1940); *Como devo cuidar meu filho?* *Princípios fundamentais de puericultura* (ASSIS BRASIL, 1940); *Livro das Mães* (BRASIL, 1957); e *agora Mamãe? Cartas sobre a criação do bebê* (TELLES, 1957).

preocupação com a gestação e os procedimentos a serem adotados durante o ato de dar à luz, para assegurar que a criança fosse sadia ao nascer. Dessa forma, os guias maternos, à exceção do que foi escrito por Long, dedicam um capítulo à parte para descrever as características do recém-nascido e os cuidados necessários a esse período da vida da criança.

A forma como Long constrói essa relação entre o parto e os cuidados com o recém-nascido parte da compreensão de que a atenção ao bebê, nas primeiras semanas de vida, marcadas pela adaptação ao ato de amamentar ou banhar a criança, se fazia acompanhar da necessidade feminina de recuperar-se fisicamente do esforço do trabalho de parto. É nesse sentido que a advertência da autora aos pais acentua a responsabilidade masculina nesse momento:

Peço, com razão, que os paes não deixem cahir inteiramente sobre os hombros das mães, responsabilidades que lhes são communs. Quem, por nove mezes levou sozinha o peso do entezinho querido, merece agora a cooperação sincera de todos, por um ou dois mezes, pois é durante este tempo que a criança se firmará em bons ou maus costumes, quanto ao seu regimen alimentar e de somno (LONG, 1926, p. 22).

A inclusão das responsabilidades paternas nos cuidados relativos ao recém-nascido é bastante incomum, nos textos médicos, que em geral, reservavam às mulheres todos os cuidados com os filhos. Na análise das representações em torno do papel materno, que deveria ser desempenhado pelas mulheres, deve-se considerar que elas teriam se construído em função das representações masculinas, em um processo de polarização, como analisado por Luciana Viviani. Segundo a autora, nessas polarizações, expressas nos textos médicos dirigidos às mulheres, “por meio de oposições binárias interdependentes – conhecimento científico/senso comum, masculino/feminino, espaço público/espaço privado – verificou-se uma hierarquização, em que o primeiro termo seria sempre o mais valoroso” (2003, p. 216).

Nesse sentido, nos guias maternos, se ressalta a ignorância e suscetibilidade femininas em oposição à autoridade e discernimento masculinas, tanto do pai, em situações relativas ao ambiente doméstico, como do médico, quando se tratava da saúde e da higiene da criança. Ao mesmo tempo em que o exercício da maternidade adquire importância nos discursos nacionalistas e higienistas, aumentam as críticas às práticas relacionadas à criação dos filhos, compartilhadas entre as mulheres, reforçando-se os argumentos em torno da obediência estrita às orientações médicas.

O despreparo das mães é representado como um problema comum às mães de qualquer classe social, tanto por Long como por Almeida Jr. e Mario Mursa, que definiriam o cuidado com os filhos como “melindrosa tarefa”, mal executada, apesar das boas intenções: “Dizer que as mães, em geral, mau grado a sua instintiva ternura e o cultivo da civilização, ignoram a arte de criar os filhos, não é nenhum exagero, e sim o repisar de afirmação universal” (1933, prefácio da 1ª edição).

Amenizando o tom severo, o médico Assis Brasil apresentava às mães os “múltiplos cuidados e atenções que exige a vida dos pequenos seres” (1940, p. 12). Alguns autores aproximavam a maternidade do dever religioso, representando-a, ao mesmo tempo, como uma tarefa simples, desde que desempenhada segundo os princípios médicos. A apresentação do livro *Escola de Mães Saúde de Filhos*, de Leonel Gonzaga e Jorge Sant’Anna, ressaltava esse aspecto, ao afirmar “não serem muitas e nem difíceis” as noções que uma mãe deveria ter em relação à criação dos filhos:

Criar o bebê sadio é tarefa suavíssima, contanto que não se esqueça desde o primeiro dia nenhuma das regras da sã puericultura. [...] Por muito compensados nos daremos si contribuirmos um nada que seja para a aprendizagem das mães no sagrado mister de obter e conservar a saúde dos filhos (1931, prefácio da 1ª ed., p.14 e p.16)

Partilhando de uma representação da maternidade que a identifica a um dever sagrado, o texto de Gonzaga e Sant’Anna associa o desempenho dessa missão ao cumprimento das recomendações médicas, responsáveis pela garantia da saúde infantil. A representação da maternidade como uma missão feminina foi uma representação que se constituiu desde o século XVIII, a partir dos discursos iluministas sobre a igualdade e felicidade. Para Badinter, esses discursos foram responsáveis por uma transformação nas representações sobre o casamento e a mulher. Nesse sentido, a mulher deixa de ser associada à criatura diabólica e astuta, representada por Eva, para assumir uma função em relação à família – “Eva cede lugar, docemente, a Maria” (1985, p. 176). Para a autora:

Desse ponto de vista, exaltam-se interminavelmente as doçuras da maternidade, que deixa de ser um dever imposto para se converter na atividade mais invejável e mais doce que uma mulher possa esperar. Afirma-se, como fato incontestável, que a nova mãe amamentará o filho pelo seu próprio prazer e que receberá como prenda uma ternura infinita (BADINTER, 1985, p. 179).

A partir desse redimensionamento do papel da família, “obter e conservar a saúde dos filhos” passou a ser um problema nacional, discutido não só no âmbito da medicina. Atuando em diferentes frentes, os médicos assumiram o papel de protagonistas na definição das práticas consideradas ideais para a geração e criação dos filhos. Segundo Maria Marta de Luna Freire,

entre outros agentes que participaram desse processo, os médicos consolidaram seu papel por meio da enunciação de um discurso que condenava o exercício tradicional da maternidade, redefinindo-a em novas bases. Signo máximo da modernidade e ferramenta propulsora privilegiada no processo de transformação social em curso, a ciência foi acionada na conformação de um determinado modelo de maternidade, configurando-se, através da maternidade científica, um novo papel feminino: a mãe moderna (2008, p. 154).

A necessidade das orientações médicas e a responsabilização feminina pela saúde das crianças são os elementos centrais desses textos, que orientavam as mulheres a acolherem as indicações do guia materno, como decisivas na sobrevivência dos filhos, desconsiderando os saberes adquiridos pela tradição oral e pela experiência, apoiando-se em representações sobre o papel feminino em relação à família e à nação.

A “mãe moderna” amamenta o filho de acordo com a “boa técnica”

A representação de que a criança saudável seria garantia de um futuro auspicioso para o país vinculava-se à necessidade de diminuir as mortes prematuras. Por essa razão, amamentar o próprio filho se destaca entre os conselhos médicos, como uma forma de combater as doenças gastrointestinais, fator identificado pelos médicos à época como o principal motivo de morte nos primeiros meses de vida, associado à falta de higiene no trato com as crianças.

Segundo Badinter (1985), no discurso médico, a amamentação, assim como o abandono do emprego de faixas e a aquisição de hábitos higiênicos, foi sendo construída como uma prática vinculada à demonstração do amor materno. Nos guias estudados, dever e afeto somavam-se aos argumentos científicos sobre as vantagens do aleitamento natural, para compor uma representação sobre a mãe moderna. O *Livro das Mãezinhas* veiculava esses dois aspectos:

A mãe que nega o seio ao filho não merece a estima de ninguém, nem o nome de MÃE.

Um grande médico dizia já há muitos anos: “O seio e o coração da mãe não se substituem”, e hoje, muito tempo passado, a medicina ainda não conseguiu um alimento superior ao leite de peito (PIZA, 1937, p. 12).

Apelo emocional e ciência articulavam-se no texto de Wladimir Piza. A condenação da mulher que se recusava a amamentar o filho levava, na opinião do autor, à perda do estatuto de mãe, a partir da representação de que a amamentação e a maternidade seriam indissociáveis. Amamentar o filho seria um gesto insubstituível, tanto como demonstração de amor da mãe pela criança, como pela comprovação científica das vantagens do leite materno.

Considerado como primeiro dever da mulher que seguia as orientações médicas, na luta contra a mortalidade infantil, a prática da amamentação era descrita minuciosamente, tanto nos textos quanto por meio das imagens presentes nos guias. Recurso por meio do qual se procurava substituir as orientações consideradas equivocadas e as dificuldades das mães inexperientes.

A associação entre maternidade e amamentação se inicia em alguns guias pela imagem da capa. É o caso das ilustrações dos livros de Gonzaga e Sant’Anna (1931) e Almeida Jr e Mario Mursa (1933), que procuram representar gestos vinculados ao ato de amamentar: a postura e a atenção, em um ambiente tranquilo e reservado. Ambas são complementares em relação à abordagem que foi sendo desenvolvida nos textos pediátricos desde o final do século XIX em relação ao aleitamento materno. Enquanto prevalece na ilustração da capa de *Escola de Mães Saúde de Filhos* a ênfase na atenção e na técnica correta de dar o seio à criança, na ilustração do *Livro das Mamães* o que se manifesta é a alegria e o prazer do contato entre mãe e filho.

A. DE ALMEIDA JUNIOR E MARIO MURSA

O
LIVRO DAS MAMÃES

NOÇÕES DE PUERICULTURA

SEGUNDA EDIÇÃO
Revista e Aumentada



Companhia Editora Nacional, São Paulo
1933

Figura 27 - Capa – *O Livro das Mamães* (ALMEIDA JR. e MURSA, 1933).



Figura 28 – Ilustração da capa – *Escola de Mães Saúde de Filhos* (GONZAGA e SANT'ANNA, 1931).

A representação do ato de amamentar, vinculada ao prazer, não é uma inovação da pediatria do século XX. Já no século XVIII, segundo Badinter, a amamentação adquiriu importância nos discursos de alguns filósofos iluministas, vinculada à naturalização da maternidade como atributo feminino. O ato de amamentar o filho, nessa perspectiva, era concebido como instinto natural e representado como uma das “doçuras da maternidade” (1985, p. 179).

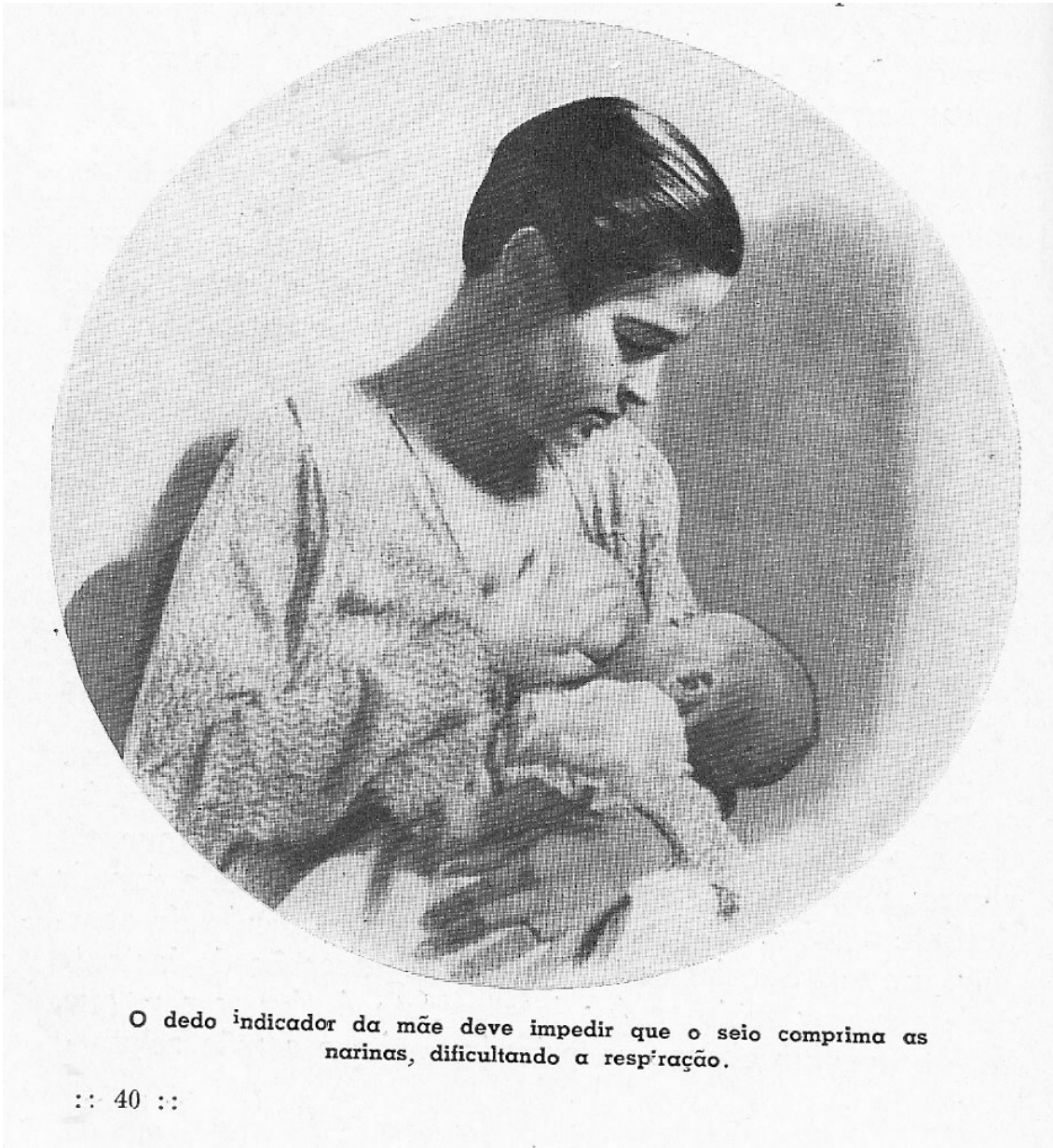
Ao dar destaque a essa prática na capa dos guias maternos mencionados, autores e editores acabaram dimensionando a amamentação como a mais importante entre as tarefas maternas, identificada como responsável pelo fortalecimento dos vínculos afetivos e como garantia de preservação da vida da criança. Temática recorrente em todos os guias estudados, a explicação médica sobre questões como a importância do colostro, a higienização e cuidado com os seios, a forma como a criança deveria sugar o leite, a regularidade das mamadas, foram tratadas em detalhes. Conformavam uma representação sobre a amamentação como um conjunto de procedimentos técnicos, em oposição à idéia de ato instintivo ou conhecimento a ser disseminado entre mulheres, a partir da tradição popular. Amamentar corretamente o filho dependia, de acordo com os textos dos guias maternos, do cumprimento das orientações médicas.

Representada no início do século XX como uma técnica, fruto do conhecimento médico, à qual se contrapunham a intuição ou o senso comum, as orientações sobre a amamentação se atinham a detalhes práticos, como o modo correto de segurar a criança ou como dar-lhe o seio, mas também procuravam difundir os aspectos científicos dessa tarefa. No guia *Escola de Mães Saude de Filhos*, por exemplo, afirmava-se que o leite materno teria, em 1000 gramas, “aproximadamente 870 grs. de água, 10 grs. de albuminas, 40 a 50 grs. de manteiga ou gordura, 70 grs. de lactose e 2,1 grs. de saes”, quantidades superiores ao leite de vaca, considerado inadequado às crianças, por ter menos açúcar e menos manteiga que o leite humano (GONZAGA e SANT’ANNA, 1931, p.203) ⁷¹.

Orientações que procuravam combater concepções errôneas, entre as quais a crença na existência de leite materno “fraco”, e fornecer indicações sobre como superar as dificuldades das

⁷¹ Na organização do guia materno *Escola de Mães Saude de Filhos*, os autores dividiram os capítulos entre si, identificando a autoria de cada item. Dessa forma o capítulo intitulado *A alimentação da criança normal* foi escrito por Leonel Gonzaga.

mães inexperientes ou daquelas cuja anatomia do seio dificultava o aleitamento. Técnicas de higienização, massagens, compressas e aparelhos como bombas sugadoras para retirar o leite, no caso de “mamillas retrahidas, umbilicadas ou planas”, eram indicadas como recursos para esses problemas, evitando-se dessa forma o aleitamento mercenário ou artificial (GONZAGA e SANT’ANNA, 1931, p.215)



O dedo indicador da mãe deve impedir que o seio comprima as
narinas, dificultando a respiração.

:: 40 ::

Figura 29 – Fotografia presente no capítulo sobre o aleitamento natural do *Guia das Mães*, acompanhada da legenda “O dedo indicador da mãe deve impedir que o seio comprima as narinas, dificultando a respiração” (WITTROCK, 1939, p.40).

A aplicação de dispositivos protectores (Fig. 21) sobre a areola do seio, impedindo o contacto directo dos labios do bebê com a mamilla sensível, deve ser feita temporariamente, enquanto não cessa o incommodo, o qual costuma desaparecer por si mesmo em poucos dias. Si a dor é excessiva, o uso

das compressas quentes ou geladas tem indicação e efficacia.

Muito mais importantes na pratica são certas lesões da mamilla ou mesmo de todo o seio, as quaes, por vezes, si não cuidadas com o devido carinho, chegam até o impedimento completo da amamentação.

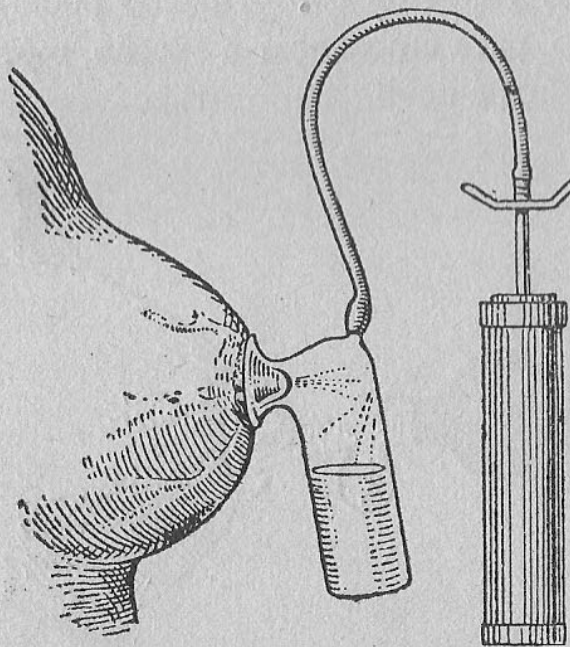


FIG. 20

Bomba tira-leite para subsequente administração

Figura 30 – Bomba tira-leite. *Escola de Mães Saude de Filhos* (GONZAGA e SANT'ANNA, 1931, p. 216).

Os motivos citados pelos autores dos guias maternos, que seriam usados pelas mulheres como justificativa para a não amamentação dos filhos, eram considerados como fúteis. Em boa parte dos casos, na opinião dos médicos, estariam relacionadas à preocupação com a beleza ou com a vida social, como elementos constituintes de uma representação sobre as mulheres das classes mais favorecidas, que resistiriam a abandonar seus interesses pessoais para dedicarem seu tempo à amamentação da criança.

Somente os impedimentos físicos, como a presença de algumas doenças transmissíveis, como tuberculose e lepra, eram considerados motivos para que a mãe não amamentasse o filho. Doenças nervosas, epilepsia, diabetes foram citadas também como motivo de impedimento por alguns autores (WITTRICK, 1939; GONZAGA e SANT'ANNA, 1931). Segundo Leonel Gonzaga:

Assim, as doenças consumptivas, como o diabete e os tumores malignos, contraindicam o aleitamento.

Igualmente as perturbações mentaes (hysteria, epilepsia, idiotia, etc.) impõem o afastamento da criança dos braços maternos, pelo perigo a que ella se expõe, sujeita que ficaria ao descuido por parte de taes mães, incapazes de se governarem convenientemente (1931, p. 223)⁷².

Quanto à sífilis, doença endêmica no início do século XX, os conselhos são unânimes em recomendar a amamentação pela mãe. Almeida Jr. afirmava que a “mulher atacada de sífilis deve amamentar o seu filho, sendo-lhe rigorosamente vedado fazer este mamar em outra mulher, e não podendo ela, por sua vez, amamentar criança alheia” (1933, p. 54). Segundo Leonel Gonzaga, “sendo syphilitica a criança, necessita por isso mesmo de maiores cuidados com a alimentação para poder vingar, e esses cuidados se consubstanciam principalmente na amamentação natural” (1931, p. 225).

Além dos impedimentos físicos, outros motivos figuram nos guias maternos como justificativas para o abandono do aleitamento natural. No começo do século XX, o trabalho feminino era considerado, por Fernandes Figueira, como um mal, na medida em que

⁷² Segundo Fabíola Rohden, que estudou a constituição da ginecologia como “medicina da mulher”, as teses médicas brasileiras entre o final do século XIX e a década de 1940, representavam a fisiologia feminina como “eminente patológica”. Para a autora, “na produção médica editada no Brasil, a associação entre os órgãos genitais femininos e as perturbações mentais aparece, sob diversas formas, desde a histeria até a loucura puerperal” (2001, p. 127). Nos textos médicos, a fragilidade feminina tem como base a representação do corpo feminino como um corpo perturbado pela menstruação ou pelas disfunções do útero, que, para alguns médicos do final do século XIX, produziram a histeria (ROHDEN, 2001).

comprometia a saúde e o desenvolvimento da criança, por impedir as mães de amamentarem os filhos. Referindo-se a duas instituições que tinham como objetivo o atendimento às mulheres trabalhadoras – as *Gotas de Leite*⁷³ e as creches - considerava-as responsáveis pelo “afastamento da mulher de junto de seu filho” (1919, p. 161). Para o autor, as mães que deixavam seus filhos aos cuidados alheios nas creches, para se “entregar a melhores negócios”, eram condenáveis.

As creches se justificariam apenas na criação “dos abandonados, dos órfãos, dos expostos” e seriam toleráveis no caso das empregadas domésticas, desde que pudessem vir amamentar os filhos em horários regulares. Para Fernandes Figueira, no caso dos filhos das empregadas domésticas, a creche seria útil por evitar o emprego das criadeiras, “mulheres ignorantes que, mediante uma pequena quantia, se esforçam com todas as probabilidades para a morte das inocentes...” (1919, p. 162).

Da mesma forma, Figueira criticava a existência das instituições denominadas *Gotas de Leite*, uma vez que “tacitamente se insinua á operária que ella pode prescindir de criar o filho: os doutores encontraram um meio de substituí-la enquanto cuida ella de outras coisas” (1919, p. 159). Críticas que atribuem às mulheres pobres características como ignorância, ganância e pouca atenção com os filhos, a partir da preferência por “melhores negócios”, na expressão empregada pelo autor para designar o trabalho feminino. Afirmando, à época, que “no Brasil as fábricas são em pequeno numero”, Figueira defendia que as mulheres pobres poderiam amamentar seus filhos, desde que lhes fossem proporcionadas “umas tantas facilidades”. Respondendo à consulta sobre a utilidade de se fundar uma *Gota de Leite*, o autor aconselha o leitor a empenhar-se de outra forma em relação ao atendimento às crianças pobres:

Quer V. Ex. admitir uma sugestão minha? Pague a um rapaz, que conheça pediatria para tomar a seu cargo a fiscalização em casas pobres de umas tantas criancinhas. Elle as pesará semanalmente, ensinará as mães o que devam fazer em beneficio dos meninos e V. Ex. auxiliará com os amigos esses lares necessitados (FIGUEIRA, 1919, p. 160).

Nas considerações do autor, o trabalho feminino é representado como uma “triste necessidade social”, que poderia ser resolvida a partir da benemerência associada à intervenção

⁷³ *Gotas de Leite* era um programa de assistência à infância de origem européia, implantado pela primeira vez no Brasil por Moncorvo filho, junto ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) (KUHLMANN JR., 1998). O programa promovia a distribuição para as mães de leite esterilizado, como forma de diminuir as infecções intestinais infantis causadas pela administração do leite de vaca não higienizado.

médica, configurando o que Moysés Kuhlmann Jr. denominou como assistência científica (1998, p.59)⁷⁴. Intervenção que se vincula à iniciativa masculina, no texto de Figueira, que emprega um tom diferenciado, caracterizado pela deferência no tratamento dado ao leitor e na argumentação, produzida sem recursos a exemplos simplistas, diferente das respostas dadas às questões supostamente formuladas por mulheres nas *Consultas Práticas de Hygiene Infantil* (1919).

Mais de uma década depois da publicação do livro de Fernandes Figueira, *O Livro das Mamães* (ALMEIDA JR. e MURSA, 1933) integrava, no que os autores consideravam como obstáculos sociais à amamentação, representações distintas sobre mulheres de camadas sociais mais abastadas e mulheres trabalhadoras. A “senhora de sociedade” que se recusava a amamentar “para não interromper a frequência às recepções mundanas, às festas, às estações de inverno ou de verão”, era definida pelos autores como portadora de “espírito fútil, inteligência curta, coração árido” (1933, p. 55). A mãe trabalhadora recebe, por parte dos autores, outro tratamento, diferente do que Fernandes Figueira empregara em 1919:

Outras, e essas infelizmente com razão, deixam de amamentar por causa de seus trabalhos: professoras, que não podem interromper as aulas, empregadas de repartições públicas ou de casas comerciais, obrigadas á rigidez dos horários; e, especialmente, por serem mais numerosas, operárias que saem de casa pela manhã, só regressando á noite (1933, p. 55-56).

O trabalho feminino - embora ainda representado como um impedimento social à amamentação - deixa de ser tratado como um “ato condenável”. Em seu guia materno, Almeida Jr e Mario Mursa defendiam a elaboração de legislação que garantisse às mulheres o direito a amamentarem os filhos no ambiente de trabalho e o aumento da oferta de creches pelos empregadores.

A discussão sobre as mulheres trabalhadoras, da forma como se apresenta no guia materno *O livro das Mamães*, é um indício de que os autores consideravam importante que os preceitos higiênicos relacionados à saúde infantil fossem disseminados em todos os setores sociais. *O Livro das Mamães*, como já mencionado anteriormente, além de distribuído pela

⁷⁴ Para Kuhlmann Jr., no final do século XIX e início do século XX, “as instituições jurídicas, sanitárias e de educação popular substituíam a tradição hospitalar e carcerária do Antigo Regime. São iniciativas que expressam uma concepção assistencial a que denominamos *assistência científica* – por se sustentarem na fé no progresso e na ciência característica daquela época” (1998, p.60). Na análise que o autor faz desse processo, surgem como protagonistas dessas iniciativas, nas duas primeiras décadas do século XX, figuras masculinas de destaque na sociedade brasileira como o jurista Ataulpho de Paiva; o higienista Carlos Sá e o pediatra Moncorvo Filho.

Companhia Editora Nacional para venda em livrarias, foi adotado nas escolas normais paulistas, como manual para a disciplina de puericultura.

Ao estudar esse impresso, Luciana Viviani afirma que “a clientela da escola normal paulista de 1933, caracterizada por Almeida Jr., pertencente aos setores sociais mais favorecidos, parecia ser o público preferencial da publicação em questão” (2003, p. 186). Entretanto, não se pode ignorar que parcela das futuras professoras exerceria seus cargos em escolas públicas que, nessa década, já atingiam filhos de trabalhadores, tanto na zona rural quanto nas cidades.

Além disso, o prefácio da primeira edição desse guia materno indicava que, em 1926, por intervenção da Inspetoria de Educação Sanitária de São Paulo, havia sido introduzido o ensino de puericultura “a meninas de grupo escolar” (ALMEIDA JR. e MURSA, 1933, p. 11). A importância dada a essa iniciativa por parte dos envolvidos na reforma educacional no estado de São Paulo, sob a liderança de Fernando de Azevedo, foi discutida por Heloísa Rocha. Analisando os artigos publicados pela Revista de Educação, entre 1933 e 1934, Rocha destaca o papel atribuído à escola primária, por esses intelectuais, na difusão dos princípios higiênicos, processo que também permitiria “alcançar as suas famílias, reorientando as suas práticas cotidianas” (2007, p. 13).

Independente do tratamento dado ao trabalho feminino, tanto Figueira, como Almeida Jr. e Mario Mursa, são unânimes na defesa do aleitamento materno e nas críticas às mulheres que se esquivavam dessa tarefa sem uma justificativa aceitável do ponto de vista da pediatria. As perguntas selecionadas por Fernandes Figueira em suas *Consultas Práticas de Pediatria* explicitam as representações médicas sobre a ignorância ou acomodação feminina, traduzida pela recusa em amamentar os filhos:

[Consulta] 3. Minha pobre filha! E o Sr. ainda exige que Ella amamente! Soffre dores horríveis quando a criança tenta mamar. O bico do seio está fendido, sangra, e é sangue o que engole meu netinho! Não, não póde ser!

[...]

[Consulta] 26. Hontem me transmittiu meu marido a inflexível sentença do doutor: terei que amamentar o filhinho, que aguardo. Perderei então os divertimentos? persistirei atada á bocca do meu algozinho? Mande-me uma palavra... (1919, índice, p. 307, p. 311).

No primeiro caso, o autor procura destacar os problemas causados pela falta de orientação sobre o tratamento correto para evitar problemas típicos como as rachaduras e inflamações nos

seios. Entretanto, a opção do autor por um depoimento onde a figura da avó é que se manifesta, veicula ao mesmo tempo uma representação sobre a condescendência e intromissão femininas, responsáveis pelos erros das “mães ignorantes”, que desistiriam facilmente de amamentar os filhos, a partir dessas interferências. Nesse caso, a representação da avó, associada a práticas ultrapassadas e prejudiciais ao desenvolvimento da criança, busca ressaltar a autoridade médica, no que Chartier denomina como luta de representações:

As representações do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por eles menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (1990, p. 17).

Da mesma forma, no segundo exemplo citado por Figueira, diferentes representações se interpõem: o casamento como relação na qual a autoridade masculina seria inquestionável; a mulher abastada como displicente em relação aos deveres maternos; a compreensão da maternidade como um sacrifício. A representação que identificava as mulheres mais ricas como fúteis e mimadas e, por essa razão, negligentes quanto aos deveres maternos reduz a discussão à questão moral.

Outras questões poderiam interferir na decisão de não amamentar os filhos, no caso das mulheres dessas camadas sociais. As constantes atividades sociais, que as mulheres burguesas deveriam cumprir, eram vistas como uma das exigências do papel de esposa, auxiliares na composição do status familiar. Além disso, a crença disseminada à época de que manter relações sexuais durante o período de amamentação seria prejudicial à criança também comparece em algumas análises como uma das justificativas para o não aleitamento da criança pela mãe (BADINTER, 1985; FERREIRA, 2000).

Dirigido a uma parcela da sociedade que podia, por exemplo, comprar um guia médico em Paris ou contratar uma ama-de-leite alemã⁷⁵, *Consultas Práticas de Pediatria* faz da defesa da amamentação materna um dos seus elementos principais. Tratando-se do final da segunda década do século XX, quando o emprego de amas-de-leite no ambiente doméstico ainda era

⁷⁵ Conforme consultas 16 e 19, respectivamente: “Estou desesperada com a alimentação da ama alleman do Carlinhos. Creio que o repolho e a salsicha que ás vezes come, são capazes de prejudicar o menino...”; “Comprei em Paris o livro de Budin. Por elle acompanhei o desenvolvimento do meu filho. Tudo corria soffrivelmente. Noto agora aos oito mezes, oscillações na linha do peso, o que me inquieta muito” (FIGUEIRA, 1919, p. 313-314).

bastante comum, entre camadas sociais com maior poder aquisitivo, o diálogo estabelecido pelo pediatra procura convencer a leitora, empregando um tom conciliador:

E depois, não leva a amamentação a contratempos desesperadores... não. Levante-se a Senhora às 7 horas, vae até ao aposento da criança e dá-lhe o seio. Ao cabo de um quarto d' hora se encontra livre até ás 10 horas. Torna para junto do bercinho, a que se dirige regularmente de 3 em 3 horas. Nos intervallos diverte-se, lê, toca piano, dá um pulinho de automóvel á Avenida ou á costureira (FIGUEIRA, 1919, p. 24).

Apesar de aconselhar suas leitoras a exercerem os deveres maternos, o emprego das amas era tolerado por Figueira, na obra publicada em 1919, como uma alternativa à alimentação artificial, execrada pelo médico em todas as consultas que se referiram a esse tema na edição consultada. Como último recurso ao impedimento da mãe, o emprego da ama também deveria seguir os critérios científicos, por meio de exames para averiguação de doenças infecciosas, como a sífilis, e pelo controle dos seus hábitos e da alimentação.

Defensor de que o filho da ama ficasse junto com a mãe, por uma questão humanitária, mas também de controle⁷⁶, o pediatra procurava negociar com as mulheres que resistiam a essa alternativa e preferiam empregar o leite animal ou artificial. Os argumentos utilizados por Figueira são emblemáticos das representações médicas sobre a capacidade de discernimento feminina:

E deante do invencível, resignemo-nos. Considere a senhora a ama não como uma pessoa, e sim como um móvel que dá leite. Lustre-o, espane-o, trate-o para o fim a que é destinado, e apenas nessa directriz exija o que não nos é permitido menosprezar. A salvação da criança está connexa á ama. (FIGUEIRA, 1919, p. 50).

O tratamento que deveria ser dispensado à ama, aconselhado pelo médico, indica que às mulheres pobres, que se sujeitavam a esse trabalho, devia-se apenas a tolerância, aliada à vigilância, em função da “salvação da criança”. Mal necessário para Fernandes Figueira no final da década de 1910, a representação sobre as amas ganhou novos contornos ao final da década de 1930, no capítulo dedicado ao aleitamento mercenário, no *Livro das Mãezinhas*:

⁷⁶ Figueira, assim como os demais autores dos guias consultados, indicavam às leitoras observar a saúde do filho da ama, pois, na possibilidade de que a ama não apresentasse sinais visíveis de sífilis, seria possível identificar a presença da doença pelas condições de saúde da criança.

As amas são, em geral, recrutadas entre a gente mais humilde da sociedade, dentre mulheres que, pelos azares da vida, se vêm até obrigadas a sacrificar o último filho para sustentar os demais.

Nestas condições é bem de julgar que toda ama é, no fundo, uma revoltada. Revoltada contra a vida, que a obriga a abandonar o próprio filho, para ir, com o leite que de fato lhe pertence, alimentar outra criança, de mais sorte que ela, pois nasceu cercada pela proteção da fortuna.

Revoltada contra a criança, que inconscientemente lhe rouba o leite que Deus destinou a seu filho.

Revolta íntima, cruel, dolorosa, mas sobretudo, profundamente justa (PIZA, 1937, p. 24).

Na representação sobre a ama, Wladimir Piza não a dissocia de sua condição de mãe. O sacrifício em favor dos filhos, como justificativa ao ato de comercializar o leite materno, se associa à idéia da revolta social, capaz de prejudicar a criança para cujo cuidado a ama foi contratada. É a partir dessa argumentação que o médico recomenda, da mesma maneira que Fernandes Figueira, a permissão para que o filho da ama, que ainda fosse lactente, pudesse ser criado pela mãe no ambiente de trabalho.

Da mesma forma, o médico Leonel Gonzaga, no início da década de 1930, defendia o emprego da ama como principal alternativa frente à impossibilidade de amamentação da criança pela mãe, recomendando os mesmos procedimentos indicados por Fernandes Figueira. Entretanto, ressaltava um aspecto omitido em outros guias maternos: “os casos em que, não o desejo de ganho, mas o altruísmo bemfazejo tem levado muitas mães a darem o próprio peito a filhos alheios, trazendo-lhes saúde e muita vez reconduzindo-os à vida” (1931, p. 208). Em oposição à representação da mãe fútil e irresponsável, que recorre ao aleitamento mercenário ou artificial, Gonzaga contrapõe a figura da mãe altruísta, que além de amamentar o filho, se solidariza com a situação da mulher incapaz de amamentar.

São representações que atribuem à maternidade a qualidade do altruísmo e do sacrifício pessoal, que seriam extensivas às amas ou “mães de leite”. Entretanto, podem ser considerados como exceções, em um conjunto de publicações que em geral teciam críticas a essas mulheres. O aleitamento mercenário foi considerado, na maior parte dos guias maternos, uma forma de alimentação superior ao aleitamento artificial. Entretanto, a maioria dos autores consultados fazia advertências em relação ao emprego das amas-de-leite.

Além dos problemas ligados à higiene e à transmissão de doenças, alguns argumentos referem-se também às questões morais. Os discursos eugênicos do início do século atribuíam ao

leite da ama a possibilidade de transmissão dos vícios de grupos sociais degenerados. Na década de 1930, a questão dos maus hábitos das amas se manteria, sob outra argumentação:

Encarando o aleitamento materno pelo lado moral, devemos dizer que a mãe ditosa que acaba de amamentar, tem a suprema ventura de observar o primeiro sorriso do pequenino agradecido e de, mais tarde, ver reproduzidos os seus hábitos e costumes, pois o lactante, bem como a criança nova, têm o instinto da imitação, procurando executar aquilo que faz a pessoa a cujos cuidados está entregue.

Pelo que acabamos de enunciar, verifica-se, ao lado de outros inconvenientes, o mal do aleitamento mercenário, pois a criança se torna mais afeiçãoada á ama, toma os hábitos desta, enfim, torna-se mais filha daquela que a amamenta, do que da própria mãe que a gerou (WITTROCK, 1939, p.37).

Para Germano Wittrock, o emprego do aleitamento mercenário também seria um risco em relação à educação dos filhos. Abordando essa questão, no mesmo período, o pediatra Martinho da Rocha dedicaria um capítulo às amas de leite na *Cartilha das Mães*, diferenciando-se de pediatras como Fernandes Figueira, Leonel Gonzaga e Wladimir Piza, ao reduzir ao mínimo as possibilidades de recorrer aos serviços das amas. O autor procurava argumentar em relação aos problemas ocasionados pela presença das amas no ambiente doméstico, empregando diferentes recursos: a associação deste hábito com a escravidão, através da menção à “mãe preta”; a menção ao conflito entre os hábitos da ama, “recrutada nas mais baixas camadas sociais”, e os da família, desencadeando o que autor denominou como uma “lucta em torno do berço”; a imitação da ama pela criança, que passaria a tratar a mãe como uma estranha (ROCHA, 1937, p. 26-29).

Em quase todos os impressos repetiam-se as referências sobre os três tipos de alimentação para os cinco primeiros meses da criança: a alimentação “natural”, que incluía também o aleitamento mercenário; a alimentação “mista”, que adotava o leite de vaca em conjunto com a administração do leite materno e a alimentação “artificial”, indicada apenas na impossibilidade da amamentação pela mãe ou na ausência da ama-de-leite.

Mesmo nos guias que tinham como principal objetivo divulgar os alimentos infantis industrializados, como no caso dos impressos *Conselhos do Glaxo para mãe e filho* e *Para as Mães*, oferecido como brinde pela Cia. Nestlé, fazia-se presente a recomendação de que as mães deveriam amamentar os filhos nos primeiros meses de vida. Mas esses impressos diferenciavam-se na questão do emprego das amas de leite, omitindo essa prática, entre as opções para a alimentação da criança. Na falta do leite materno, recomendava-se o leite em pó, que seria

superior ao leite animal não industrializado, em virtude das vantagens do leite preparado em grandes usinas, “acompanhando de perto todos os progressos da sciencia...” (*Para as Mães*, 1940, p.12). Diferentes argumentos eram acionados com vistas a provar a eficiência do leite em pó, inclusive com o recurso a tabelas comparativas entre o leite materno e o leite industrializado.

Com o aumento da industrialização, e o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, o que se percebe, a partir da década de 1930, é a intensificação da propaganda dos leites e farinhas industrializadas. Segundo Marília Marques

Ainda nos anos 20 do século XX, a alimentação infantil empregando leite animal, em essência, era um processo realizado na cozinha do lar, quando a indústria de alimentos iniciou a oferta de fórmulas lácteas infantis. Ao final dos anos 30, sobretudo nos Estados Unidos e Europa, o preparo das fórmulas já havia se deslocado totalmente para as fábricas de leite em pó, resultando na crescente sofisticação do mercado. O mercado de fórmulas de leite animal gradualmente tornou-se mundial (2000, p. 48).

Um exemplo desse processo é a edição, na década de 1950, do guia materno *Para as Mães*, oferecido como brinde pela Companhia Nestlé. A capa dessa edição trazia no centro uma figura feminina, que invocava a sensualidade das atrizes norte-americanas das décadas de 1940 e 1950. Ao mesmo tempo, o ilustrador fazia uma referência a um novo modelo de maternidade, que opta pela praticidade do emprego do leite industrializado.

Essa proposta pode ser considerada como uma inflexão nas representações femininas presentes em outras publicações do mesmo tipo, de décadas anteriores, cuja centralidade estava na criança e na relação mãe e filho, como na primeira edição do mesmo guia da Companhia Nestlé ou na capa do *Guia das Mães* (WITTROCK, 1937).



Figura 31 – Capa do guia materno *Para as Mães* (NESTLÉ, 195[?]).



Figura 32 – Capa da 1ª edição do guia materno *Para as Mães* (NESTLÉ, 1940).

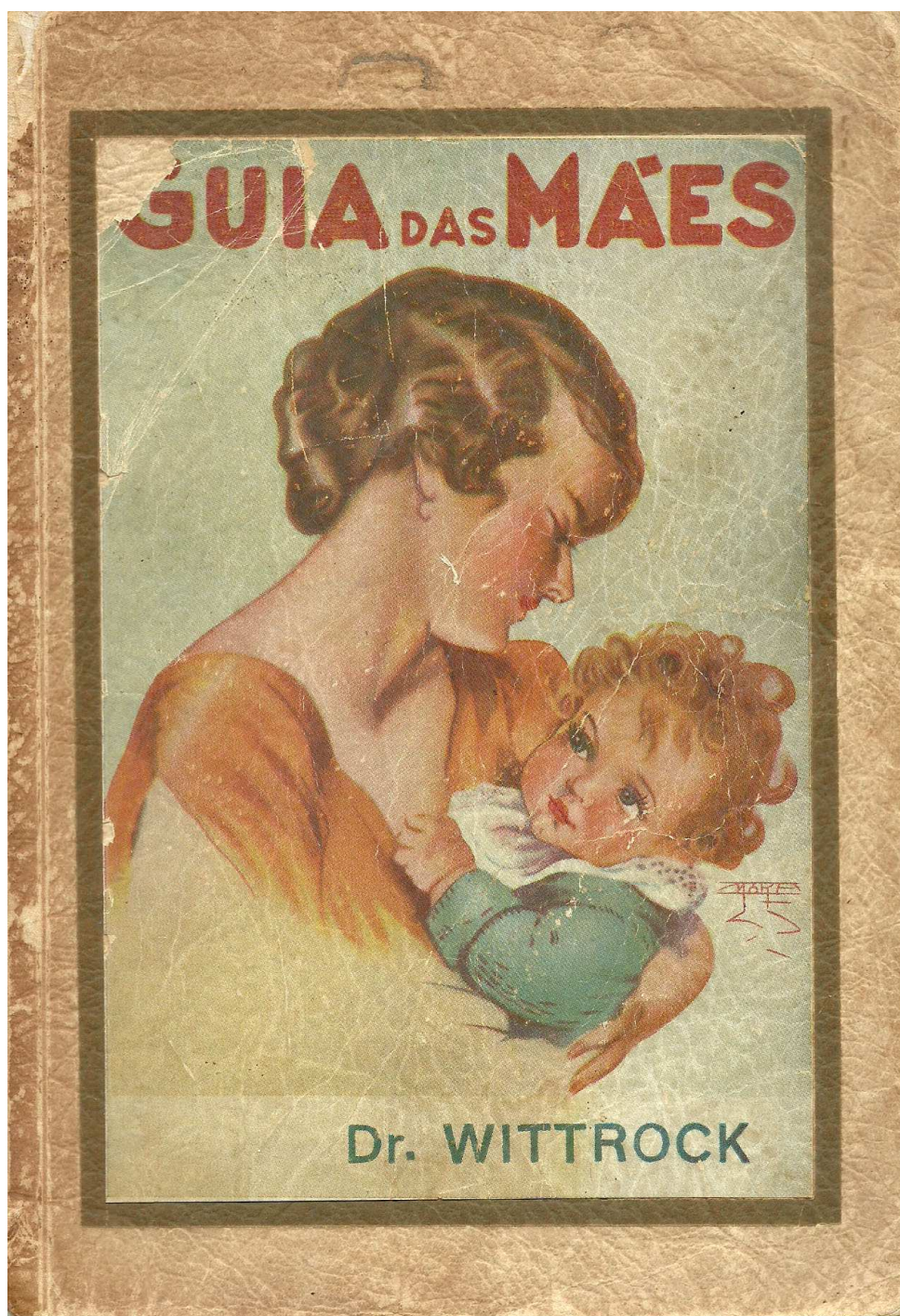


Figura 33 – Capa da 6ª edição do guia materno *Guia das Mães* (WITTRÖCK, 1939).

O sucesso da campanha contra o emprego de amas de leite, auxiliada pelo aumento da oferta de leites industrializados no Brasil, produziu mudanças nos discursos médicos relacionados à amamentação, já a partir do final de década de 1930. Alimentos infantis industrializados foram divulgados por meio das propagandas em revistas médicas e por materiais de orientação pediátrica produzidos pelas empresas. A indicação desses produtos se estendeu, em alguns casos, aos guias maternos. Segundo Almeida, “a corporação médica passou, progressivamente, da condenação do desmame ao estímulo ao aleitamento artificial. Os médicos (...) passaram a estimular de forma subliminar a alimentação com a mamadeira...” (1999, p. 39).

Um caso típico do interesse em promover o alimento industrializado é o do médico Germano Wittrock. Em seu guia materno, há três capítulos que tratam da alimentação da primeira infância – um sobre o aleitamento materno, outro sobre a alimentação artificial e um terceiro sobre a preparação de alimentos. Tanto nos artigos publicados na *Vida Doméstica* e em alguns jornais cariocas, como no *Guia das Mães* (1937 e edições posteriores), Wittrock propunha que a questão da alimentação fosse assumida pelas mães como um procedimento científico. Analisando os artigos médicos sobre a maternidade em revistas femininas da década de 1920, Maria Martha de Luna Freire (2008) afirma que Germano Wittrock:

[...] propunha transformar a culinária em atividade científica, medicamente orientada, alçando as mulheres à condição de nutricionistas da família: “Convido às exmas. leitoras a passar agora para o **laboratório** que, neste caso, será a cozinha e onde, em lugar de poções, veremos a maneira de preparar chás, mingaus, cozimentos, sopas, etc.” (*Vida Doméstica*, n.108, fev.-mar. 1927; grifo meu). A tese da complexidade da alimentação infantil - transformada em novo “objeto de saúde” - era compartilhada por médicos, educadores e feministas, e justificava um projeto pedagógico específico (p. 162).

Defensor do aleitamento materno até os seis meses, o médico indicava alternativas para quando isso não fosse possível, divulgando no *Guia das Mães* o alimento infantil, com fórmula de sua autoria, que era fabricado pela Drogaria Granado. A Farinha Bubi passou a se chamar Farinha Nutritiva Wittrock, após 1945, recomendada após os cinco meses de vida da criança. O item que orientava o uso da farinha era precedido de instruções sobre o emprego dos leites em pó industrializados, no capítulo intitulado “Preparação de alimentos”.

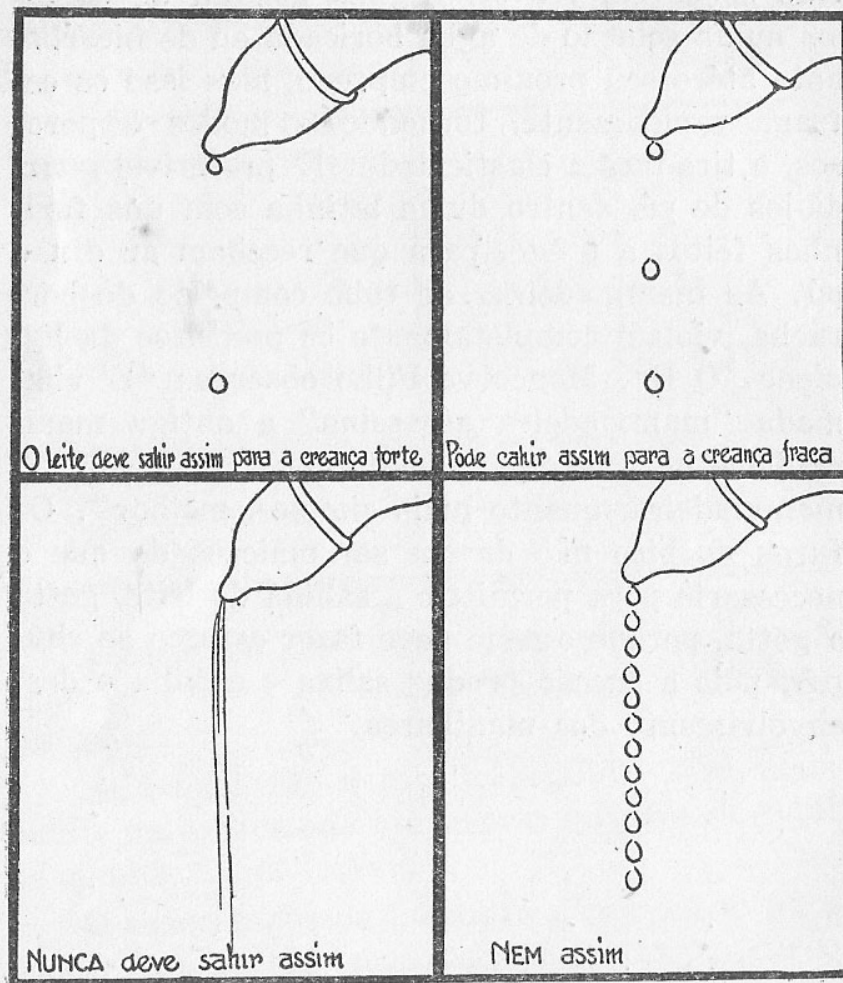
Acompanhando-se as várias edições desse guia materno, pode-se identificar como a indústria de alimentos passou a oferecer leites específicos para o primeiro ano de vida da criança,

inclusive para os recém-nascidos. Assim, na edição do *Guia das Mães*, de 1939, o autor citava como substitutos do leite materno o “leite albuminoso; Plasmon, Larosan, Extramalt e o Eledon”, além do leite em pó Molico, produzido pela Cia. Nestlé, aconselhando seu uso “durante as viagens e nos logares em que não houver leite fresco, ou este não merecer a confiança para alimentação de lactentes” (p. 65, p. 177-179). Já na última edição consultada, de 1958, a sugestão do uso do leite Molico cedia lugar à recomendação do Lactogeno, fabricado no Brasil, desde o final da década de 1930, pela Companhia Nestlé.

No capítulo dedicado à alimentação artificial, Wittrock apoiava-se num dos principais nomes da pediatria alemã para justificar as suas indicações:

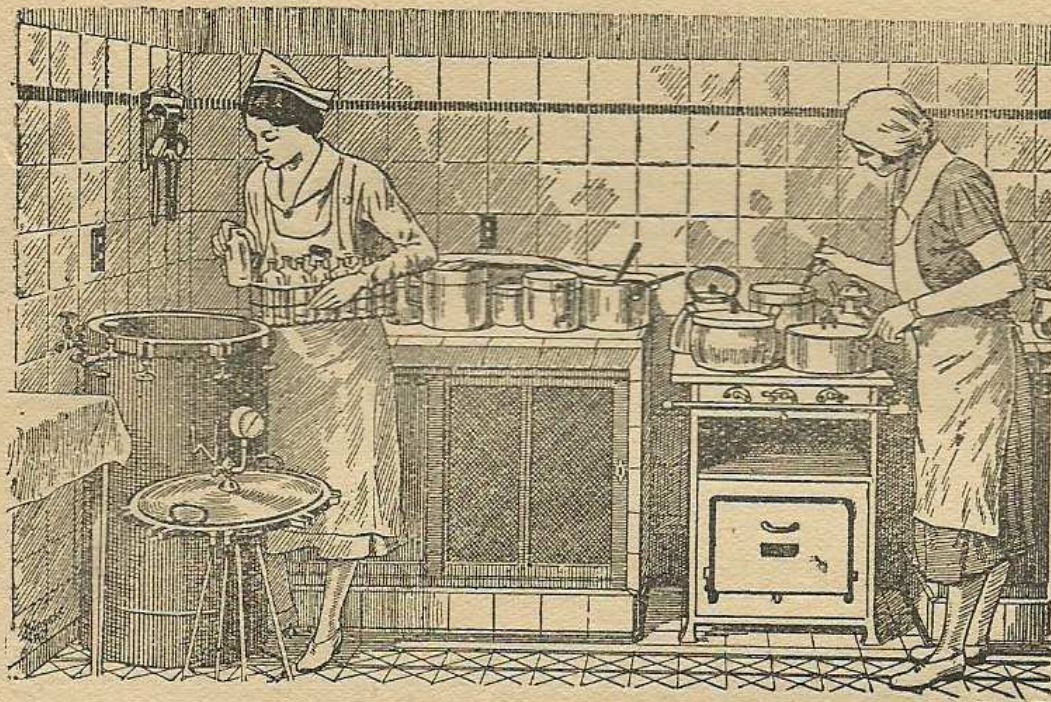
Lembro-me das palavras do meu mestre, o professor Czerny, director do hospital de creanças da Universidade de Berlim: “O crear um lactente com leite de mulher não é sciencia; o papel importante do especialista, consiste em triumphar das difficuldades e obter, com meios artificiaes, uma creança sadia e que mais se assemelhe daquella de peito” (1939, p. 67).

A partir da intensificação da propaganda das empresas de alimentos infantis, nos guias maternos, pode-se perceber uma mudança sutil em relação ao aleitamento. Gradualmente, por meio de recomendações sobre a escolha e uso de mamadeiras e pela recomendação de produtos, os discursos médicos presentes nos guias maternos vão produzindo uma equiparação entre a amamentação natural e o emprego da alimentação artificial. Inflexão que não alteraria substancialmente o conteúdo de um modelo de maternidade, que era respaldado pela representação da necessidade de tutela sobre a mulher na criação dos filhos. Empregando o leite materno ou o industrializado a mãe, nesse sentido, ocuparia a função de auxiliar do médico.



(Os bicos ilustrados são os *Hygeia*, uma das mais higienicas e praticas que ha)

Figura 34 – Orientação sobre o uso da mamadeira. “(Os bicos ilustrados são os *Hygeia*, uma das mais higienicas e praticas que há)”. Ilustração de Belmonte para guia materno *Conselhos às mães* (LONG, 1926, p. 38).



CAPITULO VII

O preparo dos diversos alimentos da criança

(LEONEL GONZAGA)

Figura 35 – Procedimentos para a esterilização do leite. Ilustração que introduz o capítulo VII do guia materno *Escola de Mães Saúde de Filhos* (GONZAGA e SANT'ANNA, 1931, p.263).

“Enfermeira e mãe”

A construção da representação da figura materna calcada no discurso da necessidade de instrução e da observância absoluta dos procedimentos sugeridos pelo médico se aproxima das representações sobre a constituição da enfermagem como uma profissão feminina. Para Marta Lopes e Sandra Leal, nas relações entre médicos e enfermeiras, ocorreu um processo similar às relações que os médicos procuraram estabelecer com as mães. As autoras partem das representações que foram se firmando em torno dos papéis masculinos e femininos nas carreiras vinculadas à saúde, que teriam conformado “o exercício da medicina tal qual o conhecemos”:

Portanto, diferentes esferas de competência, visíveis entre o tratar e o cuidar, repousam na hierarquia social homem-mulher. Nesse sentido é importante ressaltar que o caráter sexuado das práticas formais e ou informais de saúde e sua hierarquização não resultam unicamente do fato de que elas se vinculam ao exercício da medicina, mas também de que elas fazem parte de um sistema mais geral que associa o sexo (gênero) e classe social para conformar o poder masculino (2005, p. 113).

Em relação aos procedimentos para higienização do ambiente hospitalar, a partir do final do século XIX, Lopes e Leal indicam o estabelecimento de duas práticas diferenciadas no que concerne à atuação de médicos e enfermeiras. Os procedimentos científicos como “anti-sepsia, assepsia e proteção imunológica” eram representados como atributos da autoridade médica masculina, enquanto que se associava às tarefas das enfermeiras às práticas do universo feminino, “simbolizadas por instrumentos próprios do cotidiano doméstico: a vassoura, a bacia, o urinol, entre outros” (2005, p. 113).

A associação entre o exercício da maternidade e as funções da enfermeira comparece nos guias maternos estudados, sob diferentes aspectos. No guia *Para as Mães*, as práticas sugeridas são referendadas a partir da menção ao curso de enfermagem oficializado pelo Departamento Nacional de Saúde Pública, na década de 1940. A associação entre as imagens das mães e as das enfermeiras auxiliava na construção da representação sobre a maternidade, como um conjunto de práticas que deveriam ser tratadas como uma técnica, estabelecida a partir dos critérios médicos.

Amamentação ao seio



Amamentação a mamadeira
(usando a mamadeira NESTLÉ)

A pesagem



As photographias aqui reproduzidas obedecem á technica da

ESCOLA D. ANNA NERY

Curso Official do D. N. S. P.

Hospital S. Francisco de Assis

Rua Visconde de Itaúna, 375

• e Avenida Ruy Barbosa, 12 •

Rio de Janeiro

Figura 36 – Imagens de enfermeiras e mães presentes no guia *Para as Mães*. Segundo os editores, essas figuras obedeciam “á technica da Escola D. Anna Nery, curso official do D.N.S.P., Hospital S. Francisco de Assis” (NESTLÉ, 1940, encarte, p.24-25).

Outro aspecto da associação entre as representações sobre as mães e enfermeiras é o da *Cartilha das Mães*, editada pela Civilização Brasileira. No capítulo 27 desse guia materno, intitulado “enfermeira e mãe”, o autor defende que a “boa enfermeira é a mãe que narra honestamente o que viu, sem fantasias, sem interpretações” ((ROCHA, 1937, p. 159).



Figura 37 – Ilustração de J. Carlos. A legenda da imagem traz os dizeres: “Avental branco de mangas curtas – Para lidar com o bebê doente a mãe-enfermeira prima pelo asseio” (ROCHA, 1937, p. 159).

Em relação às representações sobre o papel materno há, nessa obra, um diálogo entre texto e ilustração, que vai conformando um modelo de educação e cuidado com os filhos, a partir da contraposição entre as atitudes corretas e as inadequadas. No caso da imagem da mãe-enfermeira, a roupa e a postura - idealizadas por J. Carlos - contribuem para a representação da característica que seria natural às mulheres: a abnegação necessária no cuidado com o enfermo.

As ilustrações de J. Carlos, que acompanham o texto de Martinho da Rocha, acrescentam detalhes marcantes da sua contribuição em diversos periódicos⁷⁷. Assim, as mães idealizadas pelo ilustrador surgem com traços delicados e simples, em preto e branco, nunca estáticos, e com um toque de humor, característica dos seus trabalhos com charges.

Discretas e elegantes, as figuras femininas que ilustram essa publicação consultam o médico e atuam como enfermeiras de seus filhos, mantendo sempre a vigilância, sob o risco de as peraltices converterem-se em acidentes ou de as concessões à criança transformarem-se em maus hábitos. A leitora deveria ser capaz de compreender as tabelas de peso e altura presentes na *Cartilha das Mães* e efetuar o registro dos filhos em espaços destinados a esse fim.

Além disso, seria capaz de compreender que a disciplina e o cumprimento dos preceitos higiênicos não condiziam com os castigos físicos, atitude definida como um “methodo antiquado”. A figura da mãe que castiga destoa das imagens das mulheres elegantes e bem vestidas que ilustram o texto de Martinho da Rocha, funcionando como mais um recurso ao repúdio a essa prática, associando o castigo físico à representação da mãe pobre e ignorante.

⁷⁷ J. Carlos (1884-1950) iniciou suas atividades na imprensa brasileira no periódico *O Tagarela*, em 1902 e, a partir dessa data, suas ilustrações estiveram presentes nas principais publicações cariocas como *Avenida*, *Malho* e *Fon-Fon!* Dirigiu a revista *Careta* a partir de 1908 e, de 1922 a 1930, assumiu a parte artística das publicações da empresa *O Malho*, como *O Tico-Tico* e *Para Todos* (LIMA, 1963).



Figura 38 – Ilustração de J. Carlos. A legenda afirma que “No pré-escolar controlo mensal de peso é suficiente”. *Cartilha das Mães* (ROCHA, 1937, p. 179).



Figura 39 – Ilustração de J. Carlos, com os seguintes dizeres: “As traquinices devem ser evitadas e não corrigidas pelo methodo antiquado do castigo corporal”.
Cartilha das Mães (ROCHA, 1937, p. 240)

A afirmação de que a leitura do guia não deveria substituir a consulta ao pediatra se repete em todos os impressos analisados. A ênfase nessa advertência indica, pela insistência, que nem sempre as leitoras seguiam essa recomendação, fosse pela dificuldade de acesso aos serviços médicos; fosse pela própria estrutura do livro, que propiciava elementos para o diagnóstico e a medicação da criança pela mãe. A carta reproduzida a seguir é um exemplo da intervenção materna em relação às doenças infantis, sem a consulta ao pediatra, a partir das orientações presentes no *Guia das Mães*:

Resplendor, 25 de julho de 1933.

Ilmo. Sr. Dr. Wittrock

Envio-lhe o retrato de minha filhinha, de quem há tempo lhe dei notícias em carta que o senhor fez publicar em “O Jornal”.

Seu livro me foi de grande utilidade na criação de Célia. Porem muito mais precioso me tem sido agora, pois meu segundo filho – Synvalzinho – que está com seis meses, tem sido criado com alimentação inteiramente artificial, seguida á risca, e com o melhor aproveitamento pelo “Guia das Mães”.

Synvalzinho teve um desarranjo intestinal repentino e bem forte. Curei-o sem consultar medico, sem usar remédios – apenas pelas lições que encontrei nas páginas 104 a 107.

Muito satisfeitos ficamos, pae e mãe de Célia e Synvalzinho, pelo seu novo consultório no “Correio da Manhã”.

Que muitas creanças possam gozar os benefícios de seus ensinamentos.

Muito agradecida.

Evangelina Magalhães Lima Moraes (apud WITTROCK, 1939, apêndice).

Introduzido como propaganda da eficácia do guia em questão, alguns elementos chamam a atenção no depoimento da leitora, ressaltando-se as interferências que poderiam ter ocorrido por parte do autor e ou dos editores em relação a esse tipo de texto. Em primeiro lugar, uma indicação de que esses depoimentos também buscavam algum tipo de promoção pessoal, por meio da publicação da carta na imprensa ou, melhor ainda, da fotografia dos filhos. O espaço dado aos conselhos médicos nos jornais brasileiros é também digno de nota, a partir dos comentários da leitora, que demonstra acompanhar a atuação de Germano Wittrock na imprensa, mencionando a mudança de seu “consultório” para o jornal *Correio da Manhã*.

Outro elemento que merece destaque se refere aos indícios de que o guia materno permanecia no ambiente doméstico, como uma obra para consulta constante, a partir da indicação que a leitora faz em relação ao emprego do livro na criação dos dois filhos. A possibilidade de cura, com procedimentos simples e sem gastos, como ressaltado no texto de Evangelina Moraes,

inclusive com a indicação de páginas, também é uma referência à utilidade atribuída a esse guia materno pela leitora. Reproduz, ao mesmo tempo, uma tensão entre os usos desse tipo de impresso e a recomendação da consulta ao especialista, na medida em que tornaria dispensável recorrer ao médico nas doenças infantis, descritas nos guias, que incluíam desde os sintomas e tratamento para uma simples gripe até indicações de procedimento nos casos mais complexos, como as convulsões.

No caso da *Cartilha das Mães*, a mãe poderia consultar dois tópicos diferentes: *medicina caseira*, para as moléstias infantis e *medicina de urgência*, para acidentes. No primeiro caso, as orientações referiam-se a práticas que deveriam ser adotadas pelas mães- enfermeiras, como a aplicação de envoltórios e cataplasmas, aplicação de clisteres e procedimentos de lavagem intestinal ((ROCHA, 1937).

Tarefas que exigiam da mãe atenção à dosagem da medicação, como indicava o *Guia das Mães*, para o tratamento das gripes:

Conservar a criança no leito até o desaparecimento da febre. O suador é muito conveniente, no início. A febre será combatida por envoltório ou banhos; caso ela persista, poder-se-á tratá-la com aspirina (1/4 até 1/2 pastilha por dia, conforme a idade, de 4 em 4 horas). Nas narinas deitar-se-á algumas gotas de Solargol. Caso a tosse se torne muito rebelde, deve-se administrar Codylose (WITTROCK, 1939, p. 158).

Prescrevendo medicamentos e procedimentos para o alívio dos sintomas e cura das doenças infantis, alguns autores de guias maternos delegavam às mulheres tarefas pautadas em representações do que seriam as tarefas da enfermeira. Além da intervenção sobre a doença, às mães também se atribuía a garantia da saúde dos filhos, a partir do acompanhamento do desenvolvimento infantil.

A partir da adoção da alimentação adequada à criança, orientada de acordo com os princípios científicos, considerada como um dos elementos essenciais no combate à mortalidade infantil, o acompanhamento do peso e da medida da criança surge nos guias sempre associado às representações sobre a robustez infantil. Todas as publicações consultadas incluíam tabelas de peso e altura e, em alguns casos, gráficos de curva de crescimento, como parâmetros para a verificação do sucesso da adoção dos critérios médicos.

Os guias maternos apresentavam uma variedade de autores quando se referiam aos padrões de normalidade a serem observados no desenvolvimento da criança. A tabela criada por

Von Pirquet foi citada nos guias maternos de autoria de Leonel Gonzaga, Martinho da Rocha e Germano Wittrock. Já nos *Conselhos às Mães*, Eula Long preferiu basear seus parâmetros na tabela puerimétrica desenvolvida por Moncorvo Filho, mais adaptada, segundo ela, aos padrões nacionais. A tabela proposta pelo pediatra brasileiro previa um peso médio de três quilos no nascimento e a incorporação de 700 gramas no primeiro mês, com acompanhamento semanal, chegando a nove quilos e 200 gramas no 15º mês, com 71 centímetros de altura. Na tabela de Von Pirquet, esses números seriam atingidos no nono mês⁷⁸.

Um recurso de simplificação era utilizado na orientação dada às mães de que o peso do nascimento deveria ser multiplicado por dois aos cinco meses; por três aos 12 meses e por quatro aos dois anos, considerando-se sempre uma diferença de 200 gramas a mais para os meninos (LONG, 1926; GONZAGA e SANT'ANNA, 1931; ALMEIDA JR. e MURSA, 1933; ROCHA; 1937; ASSIS, 1940). A condição de prematuro era associada à criança que ao nascer pesasse menos de dois quilos.

Os exageros cometidos na busca da propagandeada robustez, que deveria ser o objetivo das mães, foram denunciados por médicos como Leonel Gonzaga:

Mas o peso e a estatura só terão valor no julgamento, quando bem interpretados. Nem sempre é o mais forte a criança mais pesada, nem sempre é o mais fraco o indivíduo de estatura pequena.

Em relação ao peso então, cumpre deixar bem claro que as cifras que excedem muito a média normal, não devem constituir motivo de orgulho para as mães (sic), que na maior parte muito se preocupam ainda com o peso do bebê e tudo fazem para mantel-o muito elevado. Com isso costumam obter obesos, indivíduos de nenhuma resistência, comquanto aparentemente robustos (1931, p. 282).

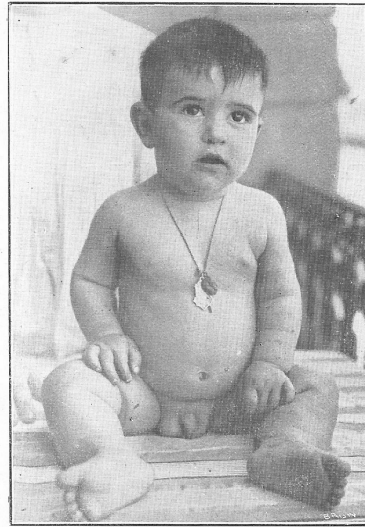
O *Guia das Mães do Dr. Wittrock* também era categórico nessa advertência, ao descrever as consequências da “atrofia farinácea” que poderia causar a “adiposidade” ou a atrofia acentuada da criança, devido à administração de papas feitas com água, farinha e sal (1939). Segundo Junia Pereira, o ideário médico brasileiro, do início do século XX, tomava “elementos como

⁷⁸ Clemens Von Pirquet (1874-1929), pediatra austríaco, se destacou por suas pesquisas no campo da bacteriologia e imunologia, importantes para o diagnóstico da tuberculose. As referências à sua atuação como pediatra são escassas, sendo reconhecido na história da medicina como introdutor do conceito de alergia, em 1906 (SILVA, SCHNEIDER e STEIN, 2009).

crescimento e robustez como sinônimos de saúde da criança” (2008, p.142)⁷⁹. Procurava-se fixar padrões e médias, que indicariam os critérios de normalidade, cujos desvios indicariam a necessidade de intervenção médica.

Apesar de se repetirem nos guias maternos da primeira metade do século XX, os padrões de robustez desse período não eram os mesmos do final do século XIX. No jornal *A mãe de família*, em 1879, o médico Carlos Costa afirmava que: “Com efeito sabem V.V.E.Ex. que é fato vulgarmente conhecido que é considerada bem criada uma criança quando, tomando-se nos braços, se sente que ela é pesada.” (apud PEREIRA, 2008, p. 145). Esse mesmo jornal estabelecia o peso médio ideal do recém-nascido depois de vestido como sendo de “3k e mais 200 e tantas gramas”, que aumentaria progressivamente com o aleitamento materno. Nas primeiras décadas do século XX, o ideal de robustez foi se modificando, na medida em que a pediatria se consolidava como especialidade médica, como os guias maternos demonstram, fazendo a diferenciação entre a criança obesa e a robusta.

⁷⁹ Os índices empregados para definir os padrões de normalidade à época eram baseados em tabelas, em sua maioria, propostas por pediatras alemães e franceses. Embora nos guias maternos predominasse a relação entre peso e estatura, alguns guias incluíam os perímetros craniano e torácico da criança como dados significativos a serem acompanhados. Segundo artigo do pediatra Heitor Silveira, de 1944 (apud PEREIRA, 2008, p. 145), as principais tabelas para se avaliar o desenvolvimento infantil seriam as de Sneller (vitalidade); Mayet (robustez); Von Pirquet (nutrição); Dubois (superfície corporal).

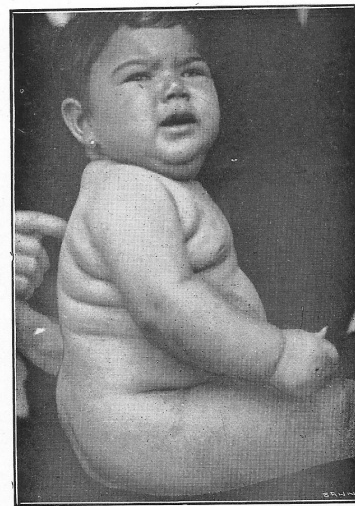


CRIANÇA NORMAL, muito desenvolvida
6 mezes:

Peso — 9.600 gr.

Estatura — 66 cm.

Figura 40 - Fotografia de criança normal. *Consultas práticas de hygiene infantil* (FIGUEIRA, 1919, encartada entre as páginas 98 e 99).



CRIANÇA OBESA
6 mezes:

Peso — 11.300 gr.

Estatura — 63 cm.

Figura 41 - Fotografia de criança obesa. *Consultas práticas de hygiene infantil* (FIGUEIRA, 1919, encartada entre as páginas 98 e 99).

Entretanto, o controle regular, por meio do registro dos dados de pesagem da criança e das medições da estatura, perímetros craniano e torácico foi sistematicamente cobrado como tarefa materna, como maneira de separar o normal do patológico. A verificação mensal desses dados pretendia promover, pela comparação entre os resultados da criança e os que as tabelas apresentavam como ideais, a incorporação pelas mães dos procedimentos necessários para se obter a robustez, a partir de uma prática que conduziria à auto-regulação. Segundo Foucault,

graças a todo esse aparelho de escrita que o acompanha, o exame abre duas possibilidades que são correlatas: a constituição do indivíduo como um objeto descritível, analisável [...] e por outro lado a constituição de um sistema comparativo que permite a medida de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa ‘população’ (1977, p. 158).

ESTATURA E PESO

DATA	IDADE	PESO NORMAL	PESO DO BEBÊ	ESTATURA NORMAL	ESTATURA DO BEBÊ
22-11-37	nascimento	3.500	2.895	50 cent.	
30-12-37	1 mez	4.250	3.475	54 "	
11-05-1-38	2-mezes	5.200	3.525	57 "	
	3 "	6.050		60 "	
	4 "	6.750		62 "	
	5 "	7.360		64 "	
	6 "	7.900		66 "	
	7 "	8.350		68 "	
	8 "	8.750		70 "	
	9 "	9.200		71 "	
	10 "	9.500		72 "	
	11 "	9.900		73 "	
	12 "	10.200		74 "	
	2 annos	12.700		85 "	

NOTA — Para a mãe cautelosamente anotar os dados referentes a seu bebê.

24

Figura 42 – Anotações em tabela de estatura e peso. *Cartilha das Mães* (ROCHA, 1937, p. 24)

Os atributos da mãe-enfermeira, na execução de tarefas auxiliares da função médica, se incorporam na representação do que seria a mãe competente, estimulando a disseminação dos concursos de robustez infantil. Os resultados obtidos em relação ao desenvolvimento da criança revertiam-se como reconhecimento do esforço e adequação materna aos critérios médicos. Por outro lado, a assimilação desses padrões poderia produzir, pela identificação da *anormalidade*, elementos de crítica e desqualificação da ação materna, chegando a situações extremas, como a que foi estudada por Rita Couto (1994), que analisou diferentes casos de internação feminina no Sanatório Pinel de Pirituba:

L.G.B., de 30 anos, começou a apresentar perturbações dois dias antes de ser internada: “contou-nos o marido que a paciente ficara muito chocada por ter sido desclassificado seu filhinho que estava inscrito em um concurso de robustez infantil. Não se conformando com a decisão dos juizes, começou a pedir aos clínicos da cidade onde reside que lhe atestassem as qualidades do filho, demonstrando, nessas atividades, grande excitação nervosa” (caso 1854, 1937-1939, lata 51, ordem 9626 apud COUTO, 1994, p. 57).

O caso citado é uma exceção à regra, mas, nos discursos médicos, a responsabilização das mães pelo desenvolvimento ideal das crianças aparecia vinculada ao combate à ignorância das mulheres e raras vezes se associava à necessidade de melhoria das condições de vida da população. Denotando uma inflexão no foco dado à questão alimentar na década de 1950, o pediatra Walter Telles fazia uma crítica severa aos guias maternos que, em sua opinião, transformavam os índices de crescimento e robustez em uma camisa de força para as mães, e incentivavam à automedicação:

E já que as próprias mães excepcionalmente encontram analogia entre a doença dos filhos e a narração dos livros, não será, acaso, pouco proveitoso, senão arriscado, fazer deles alentados repositórios de sintomas, verdadeiros dicionários de diagnósticos, ou, mesmo, recheá-los de receitas de mingaus e tipos de geléias, num arremedo dos livros de arte culinária, apenas para atender à aptidão das diletantes, ou ao paladar requintado de bebês inapetentes? ([195?], p.16-17).

Organizado em forma de cartas, retomando um recurso de um dos primeiros guias maternos brasileiros do século XX (FIGUEIRA, 1919), o livro de Telles - *...e agora Mamãe? Cartas sobre a criação do bebê* - foi considerado por essa razão um diferencial por Martinho da Rocha, que afirmava que o autor “Criou, por assim dizer, em nosso meio, uma nova classe de manuais de puericultura, situada entre os livrinhos já um tanto monótonos que compilam noções

gerais, e os manuais mais desenvolvidos para enfermeiras ou médicos não pediatras” (in TELLES, [195?], prefácio).

O que pode justificar a crítica de Telles aos guias maternos anteriores aos seus? Uma conjuntura distinta das duas primeiras décadas do século XX, na qual a consolidação dos serviços pediátricos e o aumento da oferta de leites industrializados colocaram em cheque a divulgação de fórmulas caseiras de papas e diferentes qualidades de mingaus. A queda nas taxas de mortalidade infantil, ao longo da primeira metade do século XX, no Brasil, também poderia ser responsável pela condenação feita pelo médico à inserção de um verdadeiro catálogo de doenças infantis em vários impressos dirigidos às mães, inclusive no elaborado anteriormente por Martinho da Rocha (1937), de quem o médico era assistente na Faculdade Nacional de Medicina.

Apesar das críticas de Telles, muitas mulheres continuaram a utilizar os guias maternos “tradicionais”, como o de Germano Wittrock, em sua 15ª edição em 1958, que lhes permitiam diagnosticar e combater os sintomas, descartando em alguns casos a intervenção do médico, apesar das advertências dos autores. Além disso, a incorporação das recomendações feitas pelos pediatras não ocorria de forma linear, passando automaticamente da leitura para a prática. Resistências e apropriações caminhavam paralelamente à disseminação das propostas médica. Maria Martha de Luna Freire, em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, afirma que:

Essas mudanças, porém, não foram absorvidas imediatamente. “Elas não aceitavam tudo acriticamente. Era uma relação negociada. Os médicos não conseguiram, por exemplo, acabar com a crença de que diarreia era doença da dentição”.

Outro exemplo foi a distribuição de leite esterilizado. Os médicos defendiam o aleitamento materno, mas faziam concessão, pois sabiam que ele já era consumido pelas crianças.⁸⁰

Segundo Freire, o destaque dado à maternidade, no início do século XX, não pode ser reduzido a “mera questão de dominação de gênero”, mas deve ser compreendido em sua complexidade, a partir da atuação de diferentes agentes sociais. Entre eles, as mulheres, que, segundo a autora, “através de estratégias ativas como resistência, seleção, negociação, aliança e parceria aproveitaram o momento de valorização da função maternal para transformá-la em instrumento de poder feminino (2008, p. 168).

⁸⁰ Entrevista concedida em 2/1/2010, disponível em http://www.estadao.com.br/noticias/impresso_medico-famoso-era-articulista,489611.0.htm, acesso em 21/08/2011.

As várias edições e tiragens significativas de alguns dos guias maternos, apresentados neste estudo, podem ser consideradas como indício de que muitas mães substituíram os conselhos das “comadres” pelos conselhos médicos, conforme sugeria Martinho da Rocha na oitava edição da *Cartilha das Mães*, na década de 1950. Entretanto, nos prefácios dos guias maternos, nos depoimentos e cartas dirigidas aos autores e ou editores, encontram-se vestígios de que muitas delas se recusaram a serem simplesmente “os olhos e ouvidos” do pediatra, ou mesmo enfermeiras prestativas e obedientes. Assumindo os cuidados dos filhos, muitas mulheres apropriaram-se desses novos conhecimentos, de forma a remediar a dificuldade na obtenção do atendimento médico, ou mesmo, continuaram combinando essas recomendações a chás e benzeduras, permanências de um Brasil menos urbanizado.

CAPÍTULO 5 – *A criança perfectível*⁸¹

As representações sobre a infância, presentes nos guias maternos, também foram responsáveis pela configuração de um modelo de família que propunha colocar a criança como centro da atenção. O emprego de denominações como “vida ainda em botão” (ALMEIDA JR. e MURSA, 1933), “entezinho querido”, “alegria do lar e orgulho da pátria” (LONG, 1926), entre outras, indicam uma distinção para essa etapa da vida, caracterizada pela necessidade de cuidados especiais, que poderiam garantir um futuro promissor, não só em termos pessoais, mas para o conjunto da nação. Segundo Kuhlmann Jr.,

o final do século XIX e o início do século XX demarcam uma segunda fase, um período em que a infância e a sua educação integraram os discursos sobre a edificação da sociedade moderna. São parte do modelo geral referencial das instituições e da estrutura do Estado para uma nação *avançada*, que se difunde no processo de transformação mundial ocorrido durante a *Era dos Impérios*, assim denominada por Eric Hobsbawn, para o período de 1870 a 1914 (2004, p. 19).

Para Philippe Ariès (1981), no clássico estudo sobre a história social da criança e da família, o termo infância teria derivado da expressão que designava o não falante (*enfant*). Nas representações medievais, a infância duraria até os sete anos, idade na qual se iniciaria a *pueritia*. Essa segunda fase da vida duraria até os 14 anos e precederia as outras fases de maior importância: adolescência, juventude, senectude e velhice. Segundo o autor, ao longo da Idade Moderna e início da Contemporânea, foram empregadas diferentes periodizações relativas à duração da vida humana, correspondendo aos ciclos da natureza ou à organização da sociedade. Apoiando-se em diferentes fontes, como o diário da educação de Luís XIII e acervos iconográficos europeus, o autor concluiu que somente no século XVIII a criança passaria a assumir um lugar central na família, a partir da representação da infância como uma etapa da vida que deveria ser preservada e disciplinada.

⁸¹ Expressão empregada por Fernandes Figueira: “A criança será julgada tanto mais perfectível, quanto mais cedo se tornar assejada” (1919, p. 196).

Discordando de Ariès, Jacques Gélis (1997) afirma que o interesse pela infância manifestou-se em diferentes momentos históricos, sem que houvesse uma progressão linear da indiferença para uma atenção a essa etapa da vida. O que teria ocorrido, segundo Gélis, é que, no final da Idade Moderna, o *sentimento de infância* teria se tornado mais próximo do atual, sintoma de uma profunda convulsão de crenças e das estruturas de pensamento, da mudança de atitude com relação à vida e ao corpo, do desenvolvimento da família nuclear, da ampliação dos direitos da mãe e, sobretudo, dos do pai sobre o filho.

Para Kuhlman Jr., “infância tem um significado genérico e, como qualquer outra fase da vida, esse significado é função das transformações sociais: toda sociedade tem seu sistemas de classes de idade e a cada uma delas é associado um sistema de status e de papel” (1998, p. 16). Para o autor, no caso do Brasil, a atenção que se manifestou em relação à infância, no século XIX, foi resultado de um processo que se disseminou por todo o mundo ocidental, “especialmente após a década de 1870” (1998, p. 22).

Entre os médicos, desde o final do século XIX era recorrente a representação de que esses profissionais seriam os únicos “com formação para uma intervenção científica sobre a infância” (FERREIRA, 2003, p. 14). No Brasil, nesse período, essa representação se fez presente, em diferentes textos médicos, associada à identificação da infância como um período de imperfeição e fragilidade, em oposição à vida adulta, que deveria corresponder a um “tempo de saúde, de completude e de perfectibilidade” (PEREIRA, 2008, p. 17).

Segundo Junia Pereira (2008), os estudos sobre a fisiologia infantil possibilitaram a consolidação da pediatria como uma especialidade médica, na medida em que o organismo da criança, por se diferenciar do organismo adulto, exigiria uma forma distinta de prevenção e tratamento das doenças. Concepção que se traduziu nos guias maternos, por meio de uma divisão da infância em períodos definidos, do nascimento ao ingresso na escola, em função dos procedimentos que deveriam ser adotados para o desenvolvimento saudável da criança. Boa parte dos sumários presentes nesses impressos se orientava por esse critério, dividindo-se entre as recomendações para os recém-nascidos, os lactentes e os pré-escolares.

Dirigindo-se aos professores primários na década de 1940, Carlos Sá⁸² apresentava quatro versões sobre as fases da vida, a partir das noções da biotipologia⁸³. Para o autor,

as fases da vida dividem-se de vários modos. Para uns, os sanitaristas entre êles, a *infância* é primeiro ano de vida; a *puerícia* vai do primeiro aniversário ao início da puberdade (doze a dezesseis anos), dividida em *pré-escolaridade*, até o sétimo aniversário, e *escolaridade*, daí à adolescência; esta principia no Brasil dos doze aos quatorze na mulher, dos quatorze aos dezesseis anos no homem, completando-se em cinco anos, com a *maturidade*, que aparece dos dezessete anos aos vinte e um (1944, p. 36).

As denominações empregadas por Carlos Sá chamam a atenção por apoiarem-se em uma combinação de critérios, que contemplam desde representações sobre o corpo infantil à valorização do papel da escola, elemento divisor do período denominado como puerícia pelo autor. A aplicação da designação infância somente para o primeiro ano de vida pode indicar uma permanência, na década de 1940, da concepção médica, que se disseminou entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, sobre a incompletude do organismo infantil, que seria mais suscetível às doenças (PEREIRA, 2008).

Nesse sentido, não há de fato uma diferenciação de conteúdo em relação à divisão dos guias maternos. As diferentes denominações empregadas para definir etapas do desenvolvimento infantil não escapam ao consenso médico, que destacava o primeiro ano de vida da criança como essencial à sua sobrevivência. Para o pediatra Mario de Assis Brasil (1940), por exemplo, após as primeiras semanas de vida, o desenvolvimento da criança se dividia em primeira infância, segunda infância e período prepúbere, em função dos estágios de crescimento, definidos por padrões de estatura e peso, além do ritmo das modificações em relação a esses padrões.

⁸² Carlos Sá foi médico-higienista, membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Educação (ABE), na década de 1940. Por meio da ABE, o médico organizou um curso destinado a professores primários de várias regiões do país, nas férias de 1941-1942, sobre a saúde infantil, que resultou na publicação do livro *Higiene e educação da Saúde*, pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária, em 1943. Idealizador do Pelotão de Saúde, implantado inicialmente no posto de higiene rural de São Gonçalo, no Rio de Janeiro em 1924, o projeto ganhou adesões em outras localidades, a partir da publicação do livro referido (SÁ, 1944).

⁸³ Para a biotipologia deveriam ser observados, por exemplo, a dentição e como se dava o crescimento do corpo da criança. Essa disciplina médica consta como um dos itens do curso ministrado na ABE por Carlos Sá. Com base na idéia de que o crescimento leva à diferença dos tipos humanos, a partir das alterações do “germe” (genotípicas) e das decorrentes de outras modificações do corpo (fenotípicas), a biotipologia é apresentada como um dos critérios médicos a serem adotados pela instituição escolar: “na educação importa o conhecimento das noções de biotipologia, inclusive a forma da mão, para dosar a aprendizagem, os exercícios, os estímulos, de acordo com as possibilidades e reações de cada indivíduo” (SÁ, 1944, p. 47).

Outros autores de guias maternos empregaram o termo *recém-nascido*, para as primeiras semanas de vida, e *lactente*, para o período de amamentação, compondo o que seria a primeira infância, na visão de Assis Brasil⁸⁴. Denominações que tomam por base a descrição das funções do organismo humano, a partir da adoção de termos científicos.

Segundo Junia Pereira, nos primórdios da pediatria brasileira, a especialidade se definiria, nos textos médicos acadêmicos, como a medicina das *moléstias da infância*. Apesar dessa opção inicial pela clínica de doenças, a autora afirma que,

o surgimento da especialidade pediatria exatamente no contexto em que ocorre e com os contornos assumidos, no caso do Brasil, também veio atender aos apelos sociais pela redução da mortalidade infantil (em todas as classes sociais), pela institucionalização de formas de cuidar de crianças e de formas de idealizar padrões comportamentais a serem perseguidos pelas famílias, nos quais não estavam ausentes representações ligadas à robustez, aos dotes morais dos pais e à suposta superioridade eugênica de crianças sem doença (2008, p. 100).

Os guias maternos brasileiros, escritos em sua maioria por pediatras, se inserem nesse contexto de disseminação de conselhos médicos às mães, com o objetivo de promover o desenvolvimento da criança, administrando-lhe “inteligentes cuidados” (FIGUEIRA, 1919, p. 195). Estabelecendo padrões de normalidade, os autores produziram, ao mesmo tempo, representações sobre os desvios dos critérios que definiam a criança normal.

Em alguns casos, esses desvios seriam incontornáveis, como as deficiências mentais, que exigiriam uma *educação emendatória*, terminologia proposta pela *pedagogia científica* no início do século XX (CARVALHO, 1997). É nesse sentido que, nas *Consultas práticas de pediatria*, Fernandes Figueira, tratando do asseio infantil, indicava a diferença entre o tratamento a ser dado à criança que não se enquadrava nos padrões de normalidade e a conduta em relação à criança considerada normal:

Tenho visto lactentes de oito mezes que, a favor de inteligentes cuidados, quasi não necessitavam de fraldas. Depende o fato de iterativo espírito disciplinador. Nos idiotas immundos se methodiza o sentido, levando-os a horas certas aos recipientes adequados... Mais fácil com a criança normal a obtenção do que se deseja: n’ella dia a dia mais desabrocha a intelligencia, que guiamos com relativa tranquillidade, ao contrario do que succede com o morto das facultades mentaes (1919, p. 195-196).

⁸⁴ Entre eles, Fernandes Figueira (1919), Leonel Gonzaga e Jorge Sant’Anna (1931), Almeida Jr. e Mario Mursa (1933), Martinho da Rocha (1937) e Germano Wittrock (1939).

À criança normal atribuía-se a capacidade de desenvolver-se progressivamente, desde que guiada com “espírito disciplinador”. Para Figueira, os pais deveriam estar atentos às dificuldades da criança em controlar a satisfação de suas necessidades, uma vez que os “defeitos da inteligência” seriam identificáveis “no que se figura menos digno de meditação”. Na opinião do pediatra, a “criança assejada promette. Aquella que largo prazo não dispensou no leito o panno esponja e oleado, ai d’ella se não a encaminhare[m] bem!” (FIGUEIRA, 1919, p. 197).

O pediatra enumerava algumas características de crianças, que sem “nenhuma lesão local”, não se enquadrariam nos parâmetros considerados normais. Referia-se àquelas que seriam “desatentas” e “volúveis”. Assim como Fernandes Figueira, outros pediatras identificaram o nervosismo e debilidade física como características da criança anormal, a partir da comparação estabelecida com o modelo ideal de desenvolvimento da criança.

Segundo Marta Carvalho, nas primeiras décadas do século XX, tomando a infância como objeto de intervenção disciplinar, a pedagogia científica, apoiando-se em conceitos médicos, se configurou como ortopedia – “arte da prevenção ou da correção da deformação”. Nesse sentido, para a autora as práticas em relação à criança se resumiam em “observar, medir, classificar, prevenir, corrigir. Em todas essas operações, a remissão à norma é uma constante” (1997, p. 278).

Em oposição ao modelo da criança “perfectível”⁸⁵, expressão empregada por Fernandes Figueira (1919), os autores dos guias maternos contrapunham exemplos de anormalidade, que, pelo destaque aos aspectos negativos, também auxiliavam a compor a representação da criança sadia. As deficiências da criança anormal, prematura ou não, estariam vinculadas às doenças hereditárias, as adquiridas durante a gestação ou aos problemas advindos da execução do parto. Para Martinho da Rocha, o nascimento prematuro ou da criança débil poderia ser de “causa obviável (syphilis, moléstia accidental da mãe)” e, nesse caso, a criança poderia se recuperar. Porém, na opinião do autor, “si do parto resultarem lesões cerebraes definitivas, o futuro da criança é duvidoso (ROCHA, 1937, p. 116).

⁸⁵ A concepção sobre a perfectibilidade humana remonta ao século XVIII, a partir das discussões propostas por Rousseau, no *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1989). Para o autor, a possibilidade de aperfeiçoamento é a condição principal que distinguiria o ser humano do animal, idéia que inclui a discussão sobre a educabilidade da criança, desenvolvida pelo autor na obra *Emílio ou da educação* (2004).

As crianças “neuropathas”, também seriam fruto de fatores hereditários e influência de “pais nervosos”, o que remete às propostas eugênicas. Segundo Vera Beltrão Marques (1994), a propaganda eugênica privilegiou, no Brasil, as recomendações do exame pré-nupcial e o combate às doenças venéreas, como forma de combater a degeneração da população brasileira. Nesse sentido, a regeneração da família passaria pelo controle físico e moral dos futuros pais.

Outros elementos se constituíram, nos guias maternos, em critérios para detectar a anormalidade infantil, entre eles, as deficiências alimentares, que redundariam tanto na “atrofia” quanto na “adiposidade” (WITTROCK, 1939, p. 134-135), distanciando-se em ambos os casos dos critérios tidos como ideais para o desenvolvimento da criança. Nesse caso, os pais, e em especial, a mãe, seriam responsáveis pelos desvios.

As representações sobre a criança normal apoiavam-se, nos impressos estudados, na descrição do desenvolvimento do corpo infantil, a partir da adequação aos padrões apresentados em tabelas de peso e altura, que deveriam ser observados pelas mães. Dados que produziam uma naturalização do que seriam os padrões de desenvolvimento de uma criança saudável. Garantir a adequação a esses padrões dependia do emprego da alimentação adequada e da adoção de hábitos higiênicos, principais temas dos guias maternos.

Além da robustez, a criança normal deveria ser acompanhada em relação ao seu desenvolvimento motor. Os avanços em relação à locomoção, à fala e à expressão dos sentimentos seriam considerados como parâmetros do processo progressivo do “desabrochar” da inteligência da criança. Critérios a serem observados pelos pais e que compunham, nesse sentido, a representação sobre a *criança perfectível*.

O corpo infantil: “grande porta escancarada aos germes”

A atenção redobrada que a criança deveria receber nas primeiras semanas de vida, foi enfatizada pelos autores estudados, a partir do destaque dado à sua condição de recém-nascida, momento que seria decisivo para a sobrevivência da criança. Todos os guias maternos dedicaram um capítulo específico a esse período, sendo que em alguns casos, a descrição anatômica do recém-nascido precedia as orientações sobre os cuidados necessários à primeira semana de vida.

Partindo da análise de manuais pediátricos e guias maternos, Ana Laura Godinho Lima destaca o efeito de distanciamento produzido por essa abordagem médica, a partir da

representação da criança nessa fase como um organismo ainda em formação, deslocando-a da condição de novo membro da família:

A descrição, nesse tom didático, transformava o recém-nascido num objeto a ser observado e conhecido cientificamente, cuja descrição se fazia por meio de uma nomenclatura especializada, que a mãe era convidada a aprender. Informava-se a seguir o peso e o comprimento do bebê normal e explicava-se que o peso diminuía um pouco logo após o nascimento, antes de voltar a aumentar progressivamente. Frequentemente nessa parte incluía-se uma tabela que registrava o peso e a altura de meninos e de meninas, mês a mês. Depois das informações sobre o aspecto geral e as medidas normais, passava-se a um exame mais minucioso do bebê, focalizando-se cada parte do corpo e descrevendo-se suas características e funções. Também essa análise pretendia demonstrar que o recém-nascido realizava de modo imperfeito ou incompleto suas funções, não estando ainda completamente adaptado à vida (2008)⁸⁶.

Nos guias maternos analisados, o período no qual a criança seria considerada recém-nascida correspondia, para a maioria dos autores, às duas primeiras semanas de vida (ALMEIDA JR. e MURSA, 1933; ROCHA, 1937; WITTRICK, 1939), tempo necessário à cicatrização do coto umbilical. Segundo Almeida Jr., esse seria um critério higiênico, uma vez que a lei brasileira, à época, definiria como recém-nascido “o infante nos sete primeiros dias do seu nascimento” (1933, p. 15)⁸⁷.

A vulnerabilidade da criança nesse período é um dos elementos ressaltados pelos pediatras, que indicavam um conjunto de procedimentos específicos para um corpo que ainda deveria se adaptar às funções respiratórias e digestivas e era representado como “uma grande porta escancarada aos germes” (ALMEIDA JR. e MURSA, 1933, p. 29). O destaque para a possibilidade de contaminação da ferida umbilical e a descrição do corpo do recém-nascido como

⁸⁶ Disponível nos anais eletrônicos do Colóquio do LEPSI/USP, no seguinte endereço: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032008000100015&lng=pt&nr m=abn>. Acesso em 19/5/2011.

⁸⁷ Definição que indicava outra prioridade, diferente das prescrições médicas em relação à infância: o registro do nascimento, instrumento criado após a instauração do governo republicano no Brasil, como uma das formas de separação entre o Estado e a Igreja. Vários guias maternos incluíram essa questão como um aspecto importante a ser incorporado pela família brasileira, vinculado não só à identidade civil da criança como aos mecanismos de controle sobre a população. No guia materno norte-americano *Infant Care*, traduzido para distribuição no Brasil com o nome *Cuidados da criança na primeira infância* (1942), a recomendação do registro civil vinha na contracapa, antes mesmo da apresentação da obra, indício de que esta questão foi proposta como parte de uma política de organização do Estado Moderno, aplicada nos países ocidentais a partir do século XIX. Almeida Jr. e Mario Mursa afirmavam, no segundo capítulo do livro, que tratava dos cuidados com o recém-nascido, que “o registro civil constitui obrigação a que ninguém deve se furtar, porque é exigência legal, e o seu não cumprimento acarretará, mais tarde, dissabores consideráveis ao futuro cidadão” (1933, p. 31).

ainda em formação e, portanto, em seu momento mais frágil, são elementos essenciais a essa representação.

Fragilidade que pode ser identificada na definição de Almeida Jr., que se referia ao recém-nascido como um “ser áparte” (sic), no guia materno *O livro das mães* (1933). No primeiro capítulo desse guia, foram introduzidos pelo autor detalhes das particularidades da criança nas primeiras semanas de vida. A “lanugem” que recobria a pele do recém-nascido, de cor avermelhada, o intestino proporcionalmente maior do que o do adulto e a cabeça volumosa, “à custa do crânio”, mais delicado ainda pela presença das fontanelas, são itens que se articulavam na produção da representação da criança, nas primeiras semanas de vida, como “desamparada”, em função das próprias condições naturais:

Em nenhuma outra época da vida, o organismo humano sofre tantas e tão fundas modificações, como durante o nascimento e nas duas primeiras semanas seguintes. Abrigado até então no ventre materno, dispensado de exercer diversas funções vitais, passa, repentinamente, a criança, a viver por si, a respirar, a digerir, a sentir, a defender-se do frio. Nestas novas condições, desamparado, forçado a lutar, nem sempre o recém-nascido resiste, mórmente se não o socorre uma esclarecida proteção (1933, p. 15).

A ênfase na adoção das regras de assepsia, que deveriam ser observadas rigorosamente, como garantia de sobrevivência da criança nesse período, se ancorava nessa representação, que acentuava a sua fragilidade. Por essa razão, nas primeiras semanas de vida, banhar a criança demandaria, por parte das mulheres, a aquisição de conhecimentos sobre a limpeza adequada das mãos, sobre os procedimentos necessários à esterilização da banheira e da água e sobre o uso de termômetro. As ilustrações, fotografias e legendas dialogavam com as recomendações médicas, acrescentando às prescrições dos autores uma série de detalhes práticos, como a posição do termômetro e a forma de segurar o bebê.

O banho

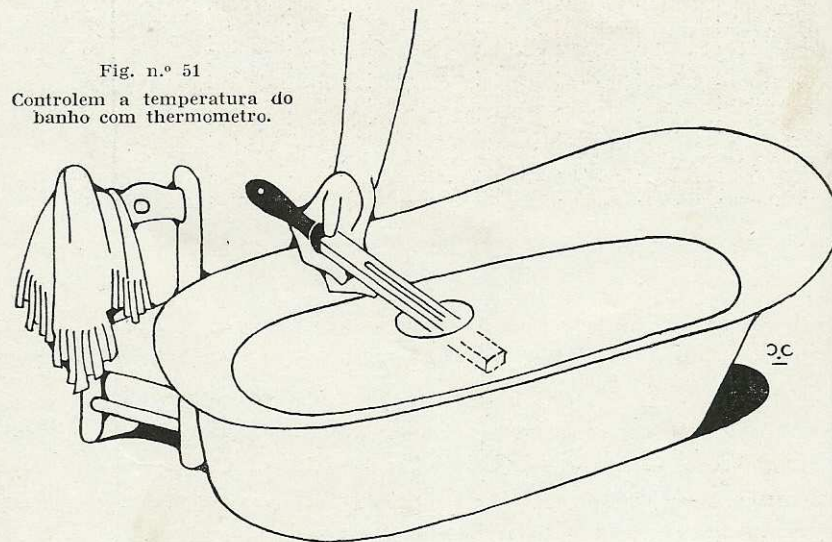
Empreguem agua fervida para o banho do recém-nascido.

Superstições

A primeira vista, o banho depois do parto parece medida inadiável. Entretanto, encostados em tradições de épocas immemoriaes, ou cingidos a motivos religiosos, ha quem o considere prejudicial.

Banhos aromatizados

Ha povos que á agua do banho juntam substancias aromaticas, para fins curativos, ou por simples razões de bom gosto. Nos faustosos tempos romanos os patricios não se contentavam de lançar perfumes ao banho ; chegaram a substituir a agua pelo vinho. Após o banho procuram certos selvagens amaciar a pelle do bebê friccionando-lhe oleo ; outros, para



130

Figura 43 – Uso do termômetro para o banho do recém-nascido.
Ilustração de J. Carlos para a *Cartilha das Mães* (ROCHA, 1937, p. 130).



Figura 44 – Orientação sobre como segurar a criança durante o banho. Ilustração de Otto Büngner para o guia *Escola de Mães Saúde de Filhos* (GONZAGA e SANT'ANNA, 1931, p. 161).

No *Guia das Mães* (WITTROCK, 1939), indicava-se desde a temperatura da água (35 graus) ao tempo de duração do banho (três a cinco minutos), além da desinfecção da banheira e das mãos da enfermeira ou da mãe que deveria banhar o bebê. No caso do guia materno *Escola de Mães Saúde de Filhos*, a temperatura morna (entre 36 a 37 graus) também era indicada para os recém-nascidos, devendo-se diminuí-la aos poucos, a partir da segunda semana de vida da criança.

Como parte do processo civilizatório (ELIAS, 1994) as práticas higiênicas sofreram transformações ao longo da Idade Moderna, transitando da atenção à aparência para a incorporação de hábitos de limpeza corporal e do ambiente doméstico, com um dos padrões de civilidade. Segundo Vigarello (1996), na Europa, desde a peste negra e durante boa parte da Idade Moderna, a rejeição aos banhos regulares devia-se à compreensão de que o corpo humano possuía como característica a porosidade, que tornaria prejudicial o contato prolongado com a água, capaz de afetar os órgãos internos.

Para o autor, no século XVIII, o banho assumiu um novo status, ainda como ostentação e menos como higiene, vinculado às diferentes representações em relação aos efeitos da água sobre o corpo, da lassidão ao revigoramento. O abandono gradual da teoria dos humores pela ciência médica criou uma associação do banho não só com a questão higiênica, mas com o fortalecimento físico e moral (VIGARELLO, 1996). As teses médicas voltaram sua atenção à mecânica da água, a partir da concepção de que as contrações da pele, em contato com a água fria, favoreceriam a aquisição da robustez. Essa representação persistiria em diferentes textos médicos brasileiros da primeira metade do século XX e também nas recomendações dos guias maternos.

O banho morno, nas orientações médicas às mães brasileiras, deveria ser administrado como medida terapêutica. À exceção do recém-nascido, esse tipo de banho seria indicado apenas em casos de algumas doenças ou no caso das crianças consideradas anormais, por apresentarem sinais de debilidade física ou demonstrações de nervosismo. Para Leonel Gonzaga e Jorge Sant'Anna, “si a criança é normal e não se mostra nervosa com o banho frio, este é preferível” (1931, p. 194).

Além da recomendação do aleitamento materno e da assepsia em relação ao banho, ao vestuário e ao espaço de permanência do recém-nascido, a garantia do sono surge como uma das

exigências para o bom desenvolvimento da criança. Para Germano Wittrock, “nesta idade, o mammar e o sono devem ser as únicas ocupações (vida vegetativa) [...] Este estado lethargico é normal, devendo ser favorecido por um ambiente silencioso” (1939, p. 20 e p. 23).

As indicações para o banho do recém-nascido; as orientações sobre a higiene rigorosa e a descrição detalhada das debilidades do corpo infantil ao nascer aproximam os cuidados destinados a esta fase da vida das representações sobre a fragilidade do corpo doente. Nos conselhos médicos destinados às mães dos recém-nascidos, predominava a tônica que reproduzia, na casa, as regras do hospital, como método de prevenção das doenças e garantia da saúde, para um corpo considerado frágil: assepsia em relação à criança e ao ambiente; silêncio, horários regulares de alimentação e sono, e observação constante das reações do recém-nascido.

Indicações médicas que não impediram a permanência de outros métodos que buscavam garantir a saúde, a beleza e o bom comportamento dos filhos, para escândalo dos pediatras. Os autores dos guias maternos condenaram, ao longo de várias décadas, práticas associadas às credices populares, como administrar à criança um pouco da água do banho, “sob o pretexto de tornar-a *mansinha*” (ROCHA, 1937, p. 133) ou a manutenção das crostas que se formam na cabeça dos recém-nascidos, consideradas, segundo o pediatra Walter Telles, “mercê de abstruso preconceito, como guardiãs da saúde e fonte primária da beleza do bebê” (195[?], p.68).

Uma forma de dialogar com as mães, que se diferenciava, em parte, das orientações em relação aos cuidados com a criança nas primeiras semanas, foi adotada no guia materno *Conselhos às Mães* (LONG, 1926). A adaptação às prescrições sobre a assepsia rigorosa é uma das características das recomendações presentes nessa publicação. A autora mantinha a recomendação dos pediatras em relação à temperatura de 37 graus para a água dos primeiros banhos. Porém, também apresentava outras possibilidades para as famílias pobres: na falta da banheira, poder-se-ia usar uma bacia exclusiva para esse fim; na ausência do termômetro, a autora recomendava às mães tomar a temperatura mergulhando o cotovelo na água.

Como escritora “leiga”, Eula Long (1926) buscou legitimar seu livro por meio da referência à leitura dos originais por dois clínicos gaúchos e a citação de trechos de outros guias maternos como o de Fernandes Figueira (1919). Mas a perspectiva materna se destaca nesses detalhes mencionados, que permitem entrever táticas diferenciadas de adaptação às

recomendações médicas, em circunstâncias distantes do padrão considerado ideal nos guias elaborados por pediatras.

No caso dos guias maternos de distribuição gratuita, a ênfase se encontra no detalhamento dos cuidados com o recém-nascido e não na descrição das características anatômicas e orgânicas, como citado por Ana Laura Godinho Lima (2008). Da mesma forma, nesses guias, a expressão “lactente” foi substituída pelos termos *bebê* e *criança*, como no caso do *Livro das Mãezinhas*, de Wladimir Piza (1937) e nos guias editados pelas empresas de leite em pó, como os *Conselhos do Glaxo para mãe e filho* (192[?]) e o *Para as Mães*, editado pela Companhia Nestlé (1940). Estratégias como essas são um indício da tentativa de superar o descompasso entre a linguagem médica e a compreensão feminina dessas etapas, ao menos nos guias que em tese dialogariam com mães das camadas populares e nos que tinham como objetivo principal a divulgação do emprego dos leites industrializados.

***O espírito da creança é muito malleavel*⁸⁸**

Vulnerável ao nascer, a criança, nos guias maternos analisados, após as duas primeiras semanas de vida, se tornaria objeto de práticas que pretendiam promover a aquisição da higiene e da disciplina. A construção de um modelo ideal de criança, desde o nascimento, se delinaria a partir da recomendação das regras de limpeza do ambiente e do corpo infantil, mais suscetível às enfermidades nessa fase da vida. Após esse período inicial, a administração de uma alimentação adequada e a educação de acordo com os princípios higiênicos, permitiria alcançar os padrões de normalidade estabelecidos pela pediatria, compondo o que seria a representação de uma criança sadia em oposição à criança doente ou anormal.

Os dispositivos de disciplinarização, identificados por Foucault (1977), não se restringiram à educação institucionalizada, mas abarcaram o conjunto da sociedade. O conselho do pediatra Martinho da Rocha, “Educae e disciplinae desde o primeiro dia de vida” (1937, p. 38), sintetiza a idéia de que se deveria educar a vontade infantil, desde o ambiente doméstico. Educação que se daria tanto em relação aos hábitos higiênicos como aos preceitos morais. Dessa forma, além da representação da criança saudável como criança aseada, os guias maternos delinearão outros contornos do que seria a criança modelo, de acordo com os padrões de

⁸⁸ Frase do capítulo sobre o Jardim de Infância, no *Guia das Mães* (WITTROCK, 1939, p. 138).

medicina da época: resistente fisicamente, com pleno domínio da coordenação motora e emocionalmente equilibrada; alegre, mas sem mimos.

Segundo Ariès, a ascensão social da burguesia foi responsável pelo que o autor denominou como “reforma moral”, baseada nos princípios cristãos e nos valores burgueses, durante o século XVII. Como parte desse processo, a inocência passou a ser considerada como um atributo da infância, que deveria ser preservada do contato com os adultos. A associação entre a fragilidade e a inocência infantis “colocava a educação na primeira fila das obrigações humanas” (1981, p. 140). Para o autor, essa concepção dominou a literatura pedagógica da Idade Moderna, calcada em princípios que aconselhavam aos adultos não deixarem a criança sozinha. Além disso, dever-se-ia evitar mimar a criança, valorizando as atitudes relacionadas ao recato, à modéstia e a discrição no comportamento e na linguagem.

A permanência dessas concepções sobre a educação da infância pode ser identificada nas afirmações de Germano Wittrock sobre a importância dos jardins de infância. Para o pediatra, essas instituições fariam “a criança dócil, social, obediente, educada, [em] contraste com o menino caprichoso, desobediente, criado em meio dos adultos” (1939, p. 138).

Para que a criança se tornasse robusta e disciplinada, as orientações médicas, presentes nos guias maternos, prescreviam que o asseio corporal deveria se consolidar como um hábito infantil. Segundo Fernandes Figueira, “na criança, com a progressão da idade, despertam no organismo os pontos de inibição e frenadores. [...] Aos paes compete, não esquecer que as ordens para o organismo partem da intelligencia” (1919, p. 195 e p. 197).

Na década de 1920, no Brasil, as discussões em torno da saúde e da educação da infância adquiriram importância nacional, em função do papel que a escola assumiu nos discursos dos intelectuais identificados com o movimento de renovação educacional. Segundo Marta Carvalho, “opera-se uma mutação sutil no discurso pedagógico. Uma aposta otimista na natureza infantil e na educabilidade da criança insinua-se como o enunciado principal a regular as articulações discursivas”. Esse discurso seria responsável pelas propostas que visavam a “introjeção nos sujeitos sociais, de hábitos higiênicos, por meio da educação. No movimento educacional da mesma década a saúde é um dos pilares da grande campanha de regeneração nacional pela educação” (1997, p. 283).

Regeneração que se articulava com as representações da natureza infantil. Definindo a educabilidade da criança a partir de um fundamento fisiológico, Almeida Jr. e Mario Mursa afirmavam que, na criança, o “sistema nervoso ainda virgem, cede, como a cêra, às influências estranhas, é *plástico*” (1933, p. 145). Nesse sentido impor a disciplina em relação aos hábitos higiênicos e ao comportamento da criança seria uma tarefa que deveria ser iniciada pela família.

A diferenciação dos significados atribuídos ao banho infantil nos guias maternos apoiava-se nessa concepção. Indicado como prática terapêutica para o recém-nascido, o banho, para as crianças, após essa fase, teria outras funções. Nas décadas de 1920 e 1930, as recomendações sobre essa prática, em relação aos lactentes e pré-escolares, podem se resumir na indicação de Leonel Gonzaga: “banhos mornos cada vez mais frescos no 1º ano; depois frios, de imersão ou de chuveiro para a criança normal; mornos sempre para os nevropatas, devendo, entretanto, em relação a estes ser consultado o especialista” (GONZAGA E SANT’ANNA, 1931, p. 195).

Além do asseio, o banho frio reproduzia a idéia do revigoramento do corpo pelo contato com a água, tornando a criança capaz de “melhor supportar as intempéries”, na opinião de Leonel Gonzaga (1931). Concepções sobre o enrijecimento do corpo infantil, que foram sendo consolidadas desde o final do século XVIII. Referindo-se ao status que a água fria adquiriu nesse período, para Vigarello, “a transformação do banho das crianças é a mais reveladora: é ela que dá todo o sentido ao novo código” (1996, p. 142). A recomendação do banho frio apoiava-se na representação de um corpo “dotado de um poder prévio, não mais matéria inerte. Já de início o corpo resiste. [...] São as contrações renovadas que fortificam, e não mais as manipulações externas. É do próprio “fundo” do organismo que cresce a energia” (1996, p. 144).

Além do banho, outras práticas deveriam ser adotadas pelas mães como hábito higiênico e medida de fortalecimento do corpo infantil. Segundo Badinter, Rousseau foi o “grande propugnador do banho cotidiano para o bebê” e do abandono da prática de se envolver a criança com faixas:

Nada de toucas, nada de faixas, nada de cintas. [...] Quando a criança começa a se fortalecer, deixai-a engatinhar pelo aposento; deixai-a desenvolver-se, estender os pequenos membros, e vereis como se fortalece a cada dia. Comparai com uma criança enfaixada, da mesma idade, e ficareis espantada com a diferença em seus progressos (ROUSSEAU apud BADINTER, 1985, p. 208).

O corpo infantil, nesse sentido, apesar de representado como frágil, seria suscetível à aquisição da robustez, desde que submetido às regras higiênicas mencionadas. Uma “vida regrada” seria constituída, nos conselhos pediátricos, pelo impedimento da criança às excitações e contatos prolongados com os adultos, pelos horários regulares de sono, banho e alimentação, além da exposição ao ar livre e dos exercícios físicos.

Para Germano Wittrock, as diferenças sociais não seriam impedimento para a adoção dessas recomendações. Referindo-se ao Rio de Janeiro, o autor aconselhava que,

o lactante, desde as primeiras semanas, deve ser conservado o maior tempo, ao ar livre. Os jardins dos ricos e as “terrasses”, ao abrigo do pó das ruas, serão o lugar de escolha para o carrinho da criança, nos dias de bom tempo. [...] A nossa cidade tem admiráveis jardins e lindas praias onde a classe menos provida de recursos póde levar a passear, pela manhã, os seus filhinhos (WITTROCK, 1939, p. 98-99).

A criança robusta, adaptada às mudanças climáticas, seria fruto do regime disciplinar adotado pelos pais. Exemplar, nesse sentido, é o *Guia das Mães* (1939), de autoria de Germano Wittrock, pediatra que se declarava adepto da “escola alemã”. Considerando a Alemanha como referência da pediatria moderna, Wittrock fazia menção a leis, autores e situações específicas da realidade daquele país⁸⁹. Além disso, no guia materno de sua autoria, depoimentos de leitores eram precedidos das fotografias do filho do médico, Fernando Antonio, “praticando gymnastica”. O recurso ao exemplo familiar que, segundo os versos de Bastos Tigre, representava “a victoria da Hygiene, o esplendor da Eugenia” (apud WITTROCK, 1939), procurava assegurar a correção das orientações dadas pelo autor e os bons resultados da disciplina germânica em relação à educação das crianças.

⁸⁹ É o caso dos cuidados em relação aos olhos dos recém-nascidos: “A medida preventiva das gottas de nitrato de prata é tão importante, que uma lei prussiana (Alemanha) manda punir todo parteiro que, por negligencia, não o fizer” (1939, p.26). Wittrock, além de Czerny, cita os estudos do professor Lust, de Heidelberg, sobre as funções motoras da criança (1939). Expressões em alemão, como “Speikinder Gedeikinder” (“criança que regorgita prospera”), também foram empregadas pelo autor (1939, p.121).

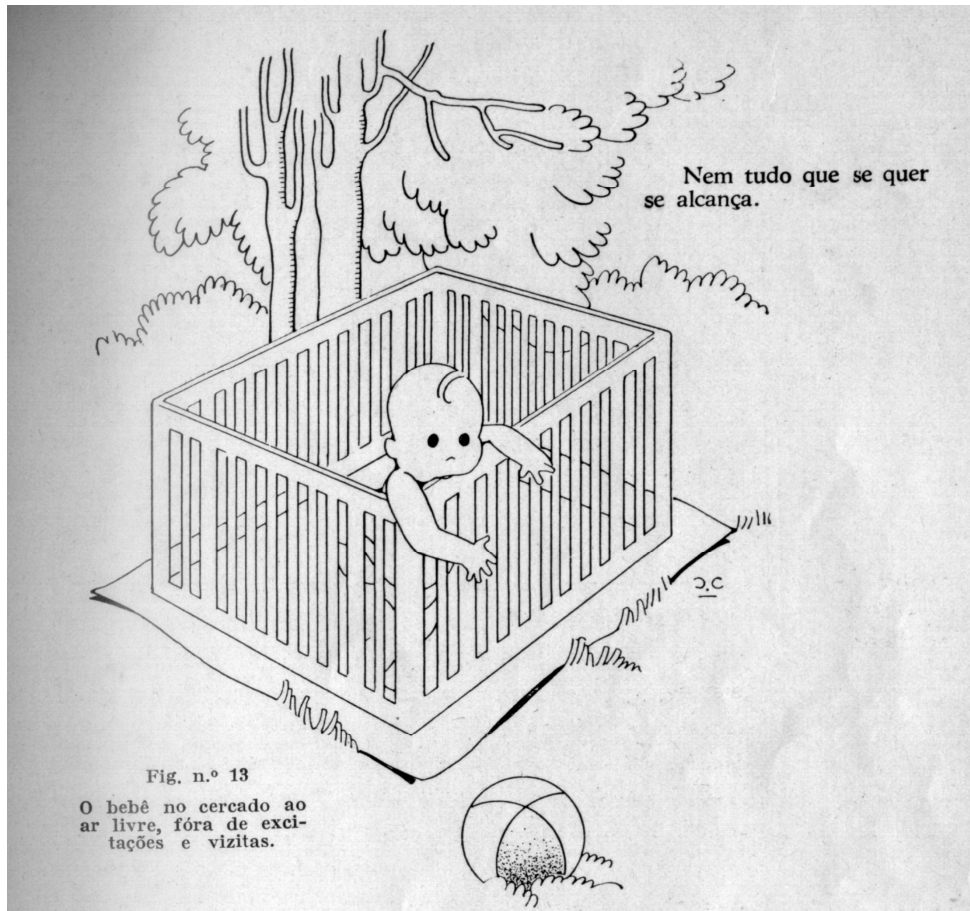


Figura 45 – “O bebê no cercado ao ar livre, fóra de excitações e visitas. Nem tudo que se quer se alcança”. Ilustração de J. Carlos para a *Cartilha das Mães* (Rocha, 1937, p. 39)



O lactante deve tomar as mammadeiras ao ar livre, estando deitado no berço ou carrinho; não convem botá-lo no collo. As toucas e meias, assim como os cinteiros, são desnecessários.

planta collocada ao abrigo da luz perde a sua bella côr verde para tornar-se amarella, dest'arte o lactante conservado sempre em aposentos fechados, ficará sem a sua linda côr rosea.

A nossa cidade tem admiraveis jardins e lindas praias, onde a classe menos provida de recursos póde levar a passear, pela manhã, os seus filhinhos. E' digno de lembrar que se deve fugir da poeira e que as horas de maior calôr no verão, isto é, das 11 das manhã, ás 4 da tarde, são impro-

:: 99 ::

Figura 46 – “O lactante deve tomar as mammadeiras ao ar livre, estando deitado no berço ou carrinho; não convem botá-lo no collo. As toucas e meias, assim como os cinteiros, são desnecessários”. *Guia das Mães* (WITTRÖCK, 1939, p. 99).



Eis um bello fructo da pediatria moderna (escola allemã). Typo ideal de creança de 6 annos, que não carece de commentários e que pôde servir de modelo. Creada de accordo com os nossos ensinamentos, desde os primeiros dias de nascimento.

:: 192 ::

Figura 47 – “Eis um bello fructo da pediatria moderna (escola allemã). Typo ideal de creança de 6 annos, que não carece de commentários e que pôde servir de modelo. Creada de accordo com os nossos ensinamentos, desde os primeiros dias de nascimento.
Guia das Mães (WITTROCK 1939, p. 192).



Fernando Antonio Wittrock, aos 6 anos, pesando 36 quilos.

Figura 48 – Fotografia do filho de Germano Wittrock, Fernando Antonio, “aos 6 anos, pesando 36 kilos”. *Guia das Mães* (WITTROCK, 1939, apêndice).

Em outros guias maternos, temas como choro, as restrições ao embalo no berço e ao costume de beijar a criança, tratados pelo pediatra alemão Adalbert Czerny, no livro *O médico e a educação da criança* (1934)⁹⁰, foram incorporados, de forma similar à que se apresenta no *Guia das Mães* (WITTROCK, 1939). Acatando os conselhos do pediatra alemão, os autores dos guias maternos brasileiros defendiam que o afeto não poderia ser traduzido em gestos, como acalantar a criança, ou na satisfação de seus caprichos, mas se manifestaria na atenção constante e na firmeza das orientações dadas pelos pais.

A compreensão de que a disciplina seria auxiliar não só do desenvolvimento físico como também da educação moral da criança responderia pela reprovação das demonstrações de tolerância para com as vontades infantis. Para Almeida Jr. e Mario Mursa, “o costume de, para aquietar a criança, carregá-la ao colo, tentação a que cedem logo em começo, as mães e as tias, é condenável” (1933, p. 150). Segundo os autores,

Entendida a educação moral em sentido amplo, é realizável, no primeiro ano de vida, alguma coisa em seu favor.

A regularidade das funções, a verdadeira disciplina a que se submete o organismo, significa já um passo nessa direção.

Mas o hábito moral mais valioso da primeira infância é a obediência, que os pais só obtêm á custa de firmeza e igualdade nas suas decisões. [...] E a influência materna é decisiva na formação moral do indivíduo (1933, p. 154).

Disciplinar a criança desde o início era um quesito que adquiriu destaque nos guias maternos, a partir da representação da “maleabilidade da alma da criança”, na definição de Wittrock (1939). Característica que desapareceria na idade adulta, segundo Almeida Jr. e Mario Mursa. Por essa razão, os autores justificavam “a urgência em aproveitar desde logo a favorável circunstância” (1933, p. 141). A educação da criança exigiria, portanto, por parte das *mães modernas*, o conhecimento das diferentes etapas da sua evolução psíquica e motora, introduzidas,

⁹⁰ Martinho da Rocha, autor da *Cartilha das Mães* e tradutor dessa obra para o português, apresenta o pediatra alemão como professor catedrático aposentado de clínica de crianças da Universidade de Berlim, “grande observador e, talvez, a maior figura actual da Pediatria alemã” (prefácio da primeira edição brasileira, 1927). A presença, na segunda edição brasileira (1934), dos prefácios da terceira, quinta, sexta e sétima edições alemãs (1911, 1919, 1921, 1925, respectivamente) propicia o acompanhamento da trajetória do livro na Alemanha e nas traduções para outras línguas. Dividido em sete lições, que dialogam tanto com médicos como com os pais, as orientações de Czerny foram citadas por vários autores dos guias maternos estudados, entre eles, Germano Wittrock e Martinho da Rocha. A ênfase na disciplina é a principal orientação em relação a esses aspectos: “A primeira regra importante de educação consiste em habituar a criança a vida regrada. A alimentação constitui optima oportunidade para este fim” (CZERNY, 1934, p. 41).

em boa parte dos guias maternos, como mais um dos quesitos que compunham a representação da criança saudável.

Integrando o capítulo sobre o desenvolvimento normal da criança, no *Guia das Mães* (WITTROCK, 1939), itens como o humor da criança, o desenvolvimento da inteligência e das funções motoras foram também considerados pelo autor como indicadores de saúde. A criança que não acompanhasse esses padrões deveria ser investigada com cuidado pelos pais, uma vez que a inadequação às etapas motoras definidas pela pediatria poderia ser indício de doença ou deficiência mental. Para Germano Wittrock, por exemplo, “petizes que tardam muito em sentar-se, pôr-se de pé ou andar podem ter syphilis hereditária” (1939, p. 82).

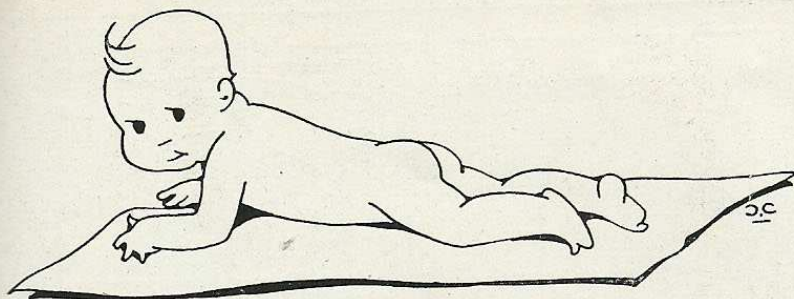


Fig. n.º 41

O bebê de dois meses já levanta a cabeça.

Aconselho adquirir balança para fiscalizar os progressos do bebê. Quem não puder fazel-o, recorra á balança da pharmacia mais proxima ou do armazem, mas não deixem de pesar o bebê. No primeiro mez serão feitas duas pesagens semanaes ; dahi por dean-

*O valor da
balança*

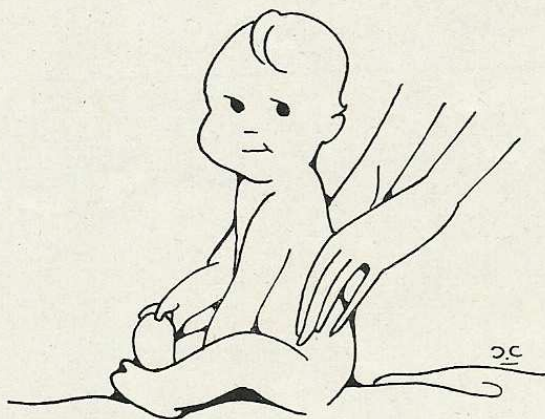


Fig. n.º 42

O bebê de quatro mezes já se senta amparado.

Figura 49 – “O bebê de dois mezes já levanta a cabeça. O bebê de quatro mezes já se senta amparado”. Funções motoras do bebê. Ilustrações de J. Carlos para a *Cartilha das Mães* (ROCHA, 1937, p. 119).

Ignorância e pobreza foram associadas às representações sobre as mulheres que perpetuavam os “erros e abusões” repudiados pelos pediatras. Em especial em relação às amas-de-leite, os autores dos guias maternos frisavam esse aspecto. Para Martinho da Rocha, a “entrada da ama para o seio da família marca uma época turbulenta na vida do casal. A ama é recrutada nas mais baixas camadas sociais. [...] Analphabetas, cheias de abusões e preconceitos, cedo revela profundo egoísmo” (1937, p. 27).

Analisando o emprego das amas-de-leite pela Santa Casa de Misericórdia de São Paulo entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, José Fernando Teles da Rocha destaca as representações médicas sobre essas mulheres, assinalando que:

pobreza, vícios, doenças, péssima alimentação, insalubridade, falta de asseio, rusticidade, ingenuidade, incultura, entre outros, foram alguns dos elementos que compuseram as representações produzidas pelos médicos sobre a figura das amas; representações essas que englobavam os mais distintos aspectos de sua vida, dentre eles, o lugar da cidade onde viviam. São representações alicerçadas sobre estigmas contra as classes mais empobrecidas, numa redução a aspectos negativos sobre o modo de vida das amas e dos bairros em que moravam, pois ambos estavam afastados dos padrões socialmente desejáveis pelos médicos e outros setores dominantes (2010, p. 180).

Entretanto, em relação às representações sobre a infância, a pobreza seria abordada sob outra perspectiva. Na *Cartilha das Mães* (1937), a comparação com o “filho do pobre” é um recurso empregado por Martinho da Rocha para criticar a indisciplina e caprichos das crianças de famílias em melhores condições econômicas ou daquelas que optaram pelo filho único:

nas classes abastadas tenho innumerables consulentes com anorexia. Aqui o tratamento é antes um problema educativo. [...] A inapetência, rara em filho de gente pobre, é habitual nos temporões, caçulas, nos nervosos, franzinos, animados pelos pais, mórmente nos filhos únicos de gente rica. (1937, p. 248, p. 250)

No diálogo estabelecido entre as ilustrações de J. Carlos e o texto do pediatra, a *Cartilha das Mães* acaba por acentuar uma representação da criança pobre como portadora de iniciativa e mais apta a adquirir a rigidez física. Embora Martinho da Rocha empregue fotografias, pranchas

médicas, tabelas e desenhos⁹¹, são as imagens criadas por J. Carlos que se fazem presentes em boa parte dos capítulos⁹².

Além de elegantes figuras femininas, J. Carlos retratou, de forma crítica e bem humorada, as situações do cotidiano urbano e os personagens que compunham a população pobre da capital federal, características que se mantiveram nas ilustrações feitas para a *Cartilha das Mães* (1937). O humor dos desenhos e a introdução de frases do próprio ilustrador, nas legendas das ilustrações desse guia materno, agiam, em alguns casos, como contraponto aos conselhos de Martinho da Rocha. Além de colaborar com as orientações do texto, em alguns casos, o ilustrador acrescentava detalhes de maior apelo junto às leitoras.

Esse efeito se manifesta especialmente no capítulo intitulado *Medicina de urgência*, que orienta a ação das mães em diferentes situações, como hemorragia nasal, convulsões, queimaduras. A advertência feita pelo autor, de que a maioria dos acidentes seria fruto da negligência da mãe desordeira e desatenta ou da vida irregular do casal, permitiu ao ilustrador, reforçar, pelo exagero e uso do humor, o alerta do pediatra.

⁹¹ O único desses desenhos que contém assinatura indica a autoria de N. Leal Filho, autor também da ilustração da capa. São desenhos trabalhados a partir de fotografias e de imagens de livros médicos. Nos compêndios sobre os ilustradores brasileiros, como a *História da Caricatura no Brasil* (LIMA, 1963), não foi possível encontrar nenhuma menção a Leal Filho.

⁹² J. Carlos ou José Carlos de Brito e Cunha (1884- 1950) – o J. Carlos – consta entre os ilustradores de maior destaque na primeira metade do século XX. “Arguto observador da vida brasileira, mais destacadamente da gente carioca, de maneira maliciosa e sutil mostrou-lhe seus defeitos, suas manias, suas mazelas, assim como suas puras e descontraídas virtudes” (COTRIM, 1985, p. 82).

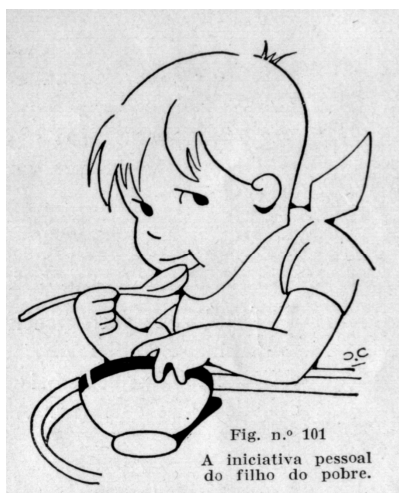


Fig. n.º 101
A iniciativa pessoal
do filho do pobre.

Figura 50 – “A iniciativa pessoal do filho do pobre”. Ilustração de J. Carlos para a *Cartilha das Mães* (ROCHA, 1937, p. 253).



Fig. n.º 93
Os guryys ficaram entregues á criada.

Figura 51 – “Os guryys ficaram entregues á criada”. Ilustração de J. Carlos para a *Cartilha das Mães* (ROCHA, 1937, p. 238).

Transitando entre as orientações da pediatria francesa e a disciplina da escola pediátrica alemã⁹³, a obra de Martinho da Rocha introduz representações sobre a infância que oscilam entre o comportamento disciplinado e as que indicam desvios. Além disso, as representações sobre o gênero feminino nesse período se manifestam em expressões como “angelical e encantadora; boneca viva – encanto das avós; candidata a ama secca” (1937, p. 172, p. 174 e p. 255, respectivamente), legendas de algumas de fotografias e ilustrações sobre meninas.

Na *Cartilha das Mães*, a atenção ao desenvolvimento motor da criança e a menção aos jogos e brincadeiras que deveriam caracterizar o pré-escolar, na representação do autor, ganham, na relação entre o texto e a ilustração de J. Carlos, um aspecto que acaba por escapar ao controle disciplinar: a alegria e vivacidade da infância, traduzidas na expressão “Menino sadio é sempre alegre” (ROCHA, 1937, p. 43), representação raramente encontrada nos guias maternos da primeira metade do século XX.

O ingresso no universo escolar, em boa parte dos guias maternos, é representado como um divisor de águas para a educação da criança, na medida em que entra em cena a influência da professora. Temas como “*alimentação acima de um anno, inappetencia, brinquedos e jardins de infância*” (ROCHA, 1937, índice, p. 270), são exemplos das preocupações maternas nessa fase de preparação da criança para uma etapa na qual o controle familiar seria dividido com a instituição escolar. Superados os obstáculos quanto à amamentação e a prevenção das doenças, às quais a criança seria mais suscetível, cumpria à mãe moderna garantir o desenvolvimento físico, motor e o equilíbrio psicológico, além da disciplina, necessários à criança que se tornaria estudante.

Segundo Faria Filho,

ao longo do século XIX, a instituição escolar vai lenta, mas inexoravelmente, se fortalecendo como o *locus* fundamental e privilegiado de formação das novas gerações, estando diretamente relacionadas a isto a expansão da escolarização, o processo de profissionalização do magistério primário, dentre outros fatores (2002, p. 81).

⁹³ A inserção no meio acadêmico e a participação do autor na direção da Sociedade Brasileira de Pediatria podem ser uma das justificativas para a afirmação da “personalidade” própria dessa especialidade médica no Brasil, que se destacaria, em alguns aspectos, das propostas européias. É o caso da posição de Martinho da Rocha sobre a disciplina alimentar das crianças: “Certos pediatras franceses dão ao bebê 7 a 8 refeições diárias; os alemães com Czerny á frente, preferem 5; adopto 6 refeições nos primeiros tres mezes de vida e 5 até um anno de idade; dahi por deante 4 refeições diárias” (1937, p. 37).

A infância escolarizada, espaço privilegiado da higiene escolar, quase não aparece nos impressos estudados. Quando os guias maternos tratam desse momento, na maioria das vezes, se referem apenas à alimentação adequada aos escolares. Para a infância em idade escolar, outro tipo de publicação se impôs nesse período: as cartilhas de Higiene, que dialogavam de forma direta com professores e alunos e, indiretamente, por meio das crianças, com as famílias dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Disseminando prescrições médicas, os guias maternos brasileiros compuseram um conjunto de leituras consideradas como úteis à educação da população. Neste texto, procurou-se analisar esses impressos, a partir de uma perspectiva que extrapolasse a análise dos discursos médicos, considerando-se também os aspectos que se relacionam à sua materialidade. A atenção aos indícios de sua circulação e as prescrições de uso se constituiu em uma possibilidade de aproximação das apropriações que os leitores teriam feito desses materiais.

Os guias maternos foram compreendidos enquanto uma das estratégias de consolidação de um projeto médico-pedagógico, voltado para a educação das mulheres, em relação à inserção de práticas recomendadas pela pediatria, no âmbito doméstico. Entretanto, este trabalho buscou também refletir sobre o outro lado dessas ações – as possibilidades abertas pela disseminação desses impressos, em relação ao conjunto de leituras proposto para as mulheres à época, e a tensão entre a dependência da supervisão médica e a iniciativa feminina para lidar com as dificuldades do cotidiano, buscando garantir a saúde e educação das crianças.

A divulgação das recomendações médicas sobre o exercício da maternidade tem sido analisada em diferentes trabalhos, a partir de abordagens que destacam os mecanismos de controle e a sujeição feminina aos aspectos morais e autoritários, responsáveis pela representação da mulher como a “rainha do lar”. Nesta pesquisa, os referenciais teóricos, vinculados à história cultural e à história da leitura, foram empregados no sentido de abrir um leque de possibilidades, que permitisse uma análise mais matizada sobre a disseminação de um modelo de educação feminina, destinado a modificar as práticas de criação dos filhos, a partir da perspectiva médica.

Por essa razão, o caminho percorrido para analisar um acervo significativo desses impressos, produzido na primeira metade do século XX, passou por uma reflexão inicial sobre o espaço ocupado pelos guias maternos em relação a um mercado editorial em expansão. Diferentes setores desse mercado se apropriaram dos discursos que defendiam a educação como uma forma de regeneração nacional (CARVALHO, 1997), formulando propostas de coleções e bibliotecas populares, que associavam ciência e utilidade.

A análise dessas coleções indicou que a questão da saúde da infância ganhou espaço próprio entre os impressos destinados à educação da população, dialogando com o crescente

número de leitoras. A constituição de uma *biblioteca da mulher* partiu das representações de autores e editores sobre as leituras femininas, responsáveis pelas características textuais e tipográficas dos guias maternos. Esses dispositivos, que se destinavam a mobilizar as mulheres a adquirir, manter e consultar o guia materno, foram responsáveis pela conformação de um modelo de impresso com características próprias, que permaneceu, por um longo período, entre as publicações que deveriam estar presentes “à cabeceira das mães”, independente da classe social.

A investigação da trajetória dos autores, dos vínculos estabelecidos por eles com os editores, além da análise da organização gráfica dos textos, permitiu também identificar uma série de prescrições de leitura. Prescrições que visavam à inserção, no ambiente doméstico, de procedimentos definidos pelos médicos como os mais adequados no combate à mortalidade infantil e que se vinculavam à representação de que uma infância saudável e disciplinada seria a garantia do futuro do país.

Como afirma Chartier, “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do “mundo social”, os valores que são os seus, o seu domínio” (1990, p. 17). Nesse sentido, as representações em torno do papel que as mulheres deveriam ocupar nessa “missão cívica” delimitaram os contornos da *maternidade científica*. Calcada no combate ao aleitamento mercenário, na introdução de práticas higiênicas próximas aos procedimentos hospitalares, a disseminação desse modelo de maternidade seria responsável pela associação entre a figura materna e a figura da enfermeira.

Constituindo, como atributos da natureza infantil, a fragilidade física e a “maleabilidade do espírito”, as representações sobre a infância, presentes nos guias maternos, possibilitaram aos médicos afirmarem-se como a principal autoridade no que concerne aos cuidados e educação das crianças. Robustez, disciplina e docilidade seriam aquisições da criança que fosse submetida a uma “vida regrada”, de acordo com os princípios da higiene. Para serem bem sucedidas, as mães deveriam seguir os conselhos médicos, como exemplifica Wladimir Piza:

Escolhe entre os conselhos das amigas que, embora com boa intenção, te ensinam o que não sabem, porque não estudaram, e as recomendações dos especialistas que passam a vida tratando de crianças, do hospital para o laboratório, e toma o caminho que tua inteligência te indicar.
Mas pensa bem antes! Teu filho será amanhã o prêmio dos teus esforços, ou o castigo de tua desorientação; tudo dependerá do modo pelo qual o criares (1937, p. 10).

Advertência que desqualificava os conhecimentos e práticas compartilhados entre as mulheres, no que concerne aos cuidados com a infância. A demanda pelos guias maternos permitiu com que esse tipo de publicação se mantivesse como parte dos catálogos de importantes editoras, ao longo do período estudado, com reedições de diversos dos impressos analisados, por várias décadas. Indício de que as mães teriam substituído os conselhos das “comadres” pelas orientações dos guias maternos? A tensão entre a leitura idealizada pelos autores e editores e os vestígios de outros usos desses impressos não permite uma resposta simples a essa pergunta.

Entre as questões que ainda se colocam no estudo deste acervo, as representações sobre a leitura feminina, a partir da circulação de guias maternos no ambiente escolar, como no caso do guia materno *O Livro das Mamães* (ALMEIDA JR. e MURSA, 1933), demandariam uma investigação que incorporasse outras fontes, como as cartilhas de higiene e os conteúdos relativos aos cuidados com a saúde, presentes nos livros de leitura adotados na primeira metade do século XX nas escolas primárias. Análise que deve levar em conta o processo internacional de difusão de impressos, na segunda metade do século XIX (OLIVEIRA, 2006), do qual fazem parte os livros escolares.

As possibilidades que a leitura dos guias maternos teria aberto à educação feminina ainda permanecem como uma questão que demanda maiores estudos. O cotejamento com as representações presentes nas revistas femininas que circularam no período analisado poderia abrir novas perspectivas de abordagem em relação a esse tema. Entretanto, ao longo desta investigação, foi possível vislumbrar diferentes mulheres – autora, no caso de Eula Long, e leitoras – apropriando-se do ideário médico-higienista e buscando adequá-lo ao seu cotidiano, conformando processos mais complexos do que a simples oposição entre médicos autoritários e mães submetidas a processos disciplinares poderia deixar entrever.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Guias Maternos Brasileiros

ALMEIDA JUNIOR, A. e MURSA, Mario. **O livro das mães**. Noções de Puericultura. 2ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1933.

ASSIS BRASIL, Mario de. **Como devo cuidar meu filho?** Princípios Fundamentais da Puericultura. Porto Alegre, RS: Livraria do Globo, 1940.

BRASIL. Departamento Nacional da Criança. VASCONCELOS, J. Freire e LOPES, Carlos Augusto. **Livro das Mães**. 3 ed. Rio de Janeiro: Depto. Nacional da Criança, 1957. Coleção D. N. Cr. nº 143.

Conselhos do Glaxo para mãe e filho. Londres e Rio de Janeiro: Glaxo, [192?].

FIGUEIRA, Fernandes. **Consultas Práticas de Higiene Infantil**. Rio de Janeiro: Editores Leite Ribeiro & Maurillo, 1919. (2 ed. 1920).

LONG, Eula Lee Kennedy. **Conselhos às mães**. São Paulo: Livraria Liberdade, 1926.

Para as Mães. Rio de Janeiro: Companhia Nestlé, 1940 e [195?].

PIZA, Wladimir. **O livro das Mãezinhas**. 1 ed. São Paulo : Rotary Club, 1937. (2 ed. São Paulo: Seção de Educação e Propaganda Sanitária, 1939; 5 ed. São Paulo: Seção de Educação e Propaganda Sanitária 1953; 6 ed. São Paulo : Rotary Club, 1956/1957; 7 ed. São Paulo: Departamento de Saúde, 1962).

ROCHA, Dr. Martinho da. **Cartilha das Mães**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937 (ilustrações de J. Carlos). (8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [194?]).

SANT'ANNA, Jorge e GONZAGA, Leonel. **Escola de Mães Saúde de Filhos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Casa Leuzinger, 1931.

TELLES, Walter. **...e agora, Mamãe? Cartas sobre a criação do bebê**. Rio de Janeiro: Livraria Victor Editora, [195?].

WITROCK, Germano. **Guia das Mães**. 6 ed Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas de "Vida Domestica", 1939. (7 ed.; 9 ed.; 10 ed., 11 ed. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas de "Vida Domestica"; 15 ed. Rio de Janeiro: Editora Borsoi).

Outras publicações

A alimentação do lactente. Fichas pedagógicas. [S.l]: publicações Nestlé, [196?].

A maior das Maravilhas. [S.l]: publicações Nestlé, [196?].

ABC Ilustrado. Oferecido gratuitamente pelos proprietários da Farinha Lactea Nestlé. [S.l.]: Cia. Nestlé, 1928.

- ALCANTARA, Pedro de. **Hygiene da Primeira Infância**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936. (Biblioteca Médica Brasileira, série V, cultura médica, volume II).
- ALDRICH, Charles Anderson. **Como desenvolver o apetite da criança**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935 (Biblioteca de Medicina e Hygiene para todos, vol.1).
- Almanack do Laboratório Nutrotherapico**. Rio de Janeiro: Dr. Raul Leite & Cia., 1926.
- Almanaque Nestlé**. Rio de Janeiro: Cia. Nestlé, 1939, 1940 e 1941.
- Almanak do Capivarol**. Rio de Janeiro: Laboratório Capivarol Ltda., 1942.
- AZEVEDO, Fernando. **A educação e seus problemas**. 2 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1946 Série 3ª Atualidades Pedagógicas, volume 22. Biblioteca Pedagógica Brasileira
- BARROSO, Sebastião. **Vícios e doenças que as crianças apanham umas das outras**. São Paulo: Melhoramentos [193?]. Bibliotheca Popular de Hygiene. Livro 17.
- BRASIL. Serviço Nacional de Educação Sanitária. SÁ, Carlos. **Higiene e educação da Saúde**. Rio de Janeiro: SNES, 1944.
- CZERNY, Adalbert. **O médico e a educação da criança**. Erros de disciplina e educação. 2 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1934. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Actualidades Pedagógicas, série III, vol.VII. Traduzido do alemão pelos Drs. Martinho da Rocha e José M. da Rocha.
- CLARK, Oscar. **O século da criança**. Rio de Janeiro, [s.l.], 1940.
- CONEGUNDES, João de Souza. **Trovador de esquina ou repertorio do capadocio**. 15 ed. Rio de Janeiro: Quaresma & C. Livreiros-Editores, 1901.
- CORIVEAUD, A. **A saúde dos nossos filhos**. Hygiene da primeira infância. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, [191?].
- D'AVILA. Carmem. **Boas Maneiras**. Manual de Civilidade. São Paulo: Cia. Editora Nacional, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.
- ESTADOS UNIDOS. **Cuidado da Criança na Primeira Infância**. Departamento da Criança. Washington, 1942. (Tradução para o português, impressa nos Estados Unidos da obra *Infant Care*).
- FRAGA, Clementino. **Médicos Educadores**. Rio de Janeiro: A Noite Editora, 1941(?).
- KEHL, R. **Cartilha de Higiene**: alfabeto da saúde. 1ª ed Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, s.d. (2ª ed., 1985).
- GONZAGA, Leonel. Como se pode fazer a assistência médica aos alunos pobres das escolas primárias. In **Primeira Conferência Nacional de Educação (1927)**: Brasília: INEP, 1997.
- KLEINSCHMIDT, Prof. Dr. H. **Formulario Pratico de Therapeutica Infantil**. Tradução do Dr. Martinho da Rocha Jr e colaboração do Dr. José Martinho da Rocha. 5 ed. alemã e 1 ed. brasileira. Rio de Janeiro : Empreza Graphica Editora, 1925.

KNEIPP, Sebastião. **O cuidado das crianças quando sãs e quando doentes ou avisos e conselhos a respeito da hygiene e medicina da infância.** 4ª ed. Porto Alegre, RS: João Mayer Junior & Comp., 1897.

LAGES, Waldemar. **Higiene da criança:** noções elementares de puericultura. Bahia: [s.l.], 1941.

LOBATO, Monteiro. **Problema Vital.** São Paulo: Editora da Revista do Brasil, 1918.

MACEDO, José de. **O poderio da Inglaterra.** Lisboa: Livraria Guimarães, Libanio & Cia., [191?]. Coleção do Povo Scientifica Artistica, vol.4.

MIELNIK, Isaac. **“Doutor, meu filho não come”.** São Paulo: Edições Melhoramentos, [195?] (Série saúde para todos, com ilustrações de Oswaldo Storni).

MOREIRA, Dr. A. A. Santos. **Formulario e Therapeutica Infantil.** Prefácio de Fernandes Figueira. 3 ed. Rio de Janeiro : Editores Bernard Freres, 1920.

O Museu Portuense. Jornal de Historia, Arte, Sciencias Industriaes e Bellas Letras. Lisboa, Portugal, nº1, de 1/8/1838. Exemplar digitalizado e disponível para consulta no seguinte endereço eletrônico: <http://books.google.com.br/books>, acesso em 29/4/2011

O Panorama: jornal literário e instrutivo da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis. Lisboa, Portugal: nº 1 de 6/05/1837. Exemplar digitalizado e disponível em <http://.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/.../Panorama/Panorama.htm>

Pediatria Prática. Revista Bimensal de Clínica e Puericultura. São Paulo: [s.n.], volume XX, set/out/1949, fase 5.

PEIXOTO, Afrânio. **Noções de Higiene.** 6 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1935.

POTOCKA, Selda. **Como nos devemos alimentar.** Paris: Livraria Aillaud; Lisboa: Livraria Bertrand; Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1912.

QUEIROZ, Leôncio de. **Moléstias dos lactentes e seu tratamento.** 2 ed. São Paulo: São Paulo Editora Ltda., 1927.

REBELO, M. **ABC de João e Maria.** Rio de Janeiro: Cia Nestlé, [1935]. Ilustrações de Santa Rosa.

ROCHA, Prof. José Martinho da. **Introdução à História da Puericultura e Pediatria no Brasil (1500/1882).** Rio de Janeiro: publicações Nestlé, 1947.

SCHATF, William. **Gravidez e Parto.** 7 ed. Lisboa: Empresa Literária Universal, [191?]

SILVA, Vicente Baptista. **Elementos de Dietética Infantil.** São Paulo: Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1927.

STALL, Sykvanus. **Tudo que o homem casado deve saber.** Livro pratico e scientifico da vida conjugal. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, [191?].

ULECIA Y CARDONA, Rafael. **A arte de criar a los niños.** 2 ed. Madri: Administración de la Revista de Medicina y Cirugía Prácticas, 1906.

Bibliografia consultada

ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: ALB; FAPESP; Mercado de Letras, 2000.

_____, O rei e o Sujeito. Considerações sobre a leitura no Brasil Colonial. Originalmente publicado em Brasil e Portugal: 500 anos de enlaces e desenlaces. In **Revista Convergência Lusíada**, nº 17, Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro, 2000, pág. 189-201. Disponível em www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/rei.pdf, acesso em 22/05/2010.

ALMEIDA, João A. Guerra de. Prefácio. In MARQUES, Marília Bernardes. **Discursos médicos sobre seres frágeis**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

_____. **Amamentação: um híbrido natureza-cultura**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Circulação de livros em São Paulo, 1800-1860. In **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom, disponível em www.anpuhsp.org.br/.../Maria%20Lucilia%20viveiros%20Araujo.pdf, acesso em 10/4/2010.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ARROYO, Leonardo. **Literatura infantil brasileira**. São Paulo, Melhoramentos, 1990.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARRETO, Paulo. (João do Rio). **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

BASTOS, Maria Helena Câmara e STEPHANOU, Maria. Infância, Higiene & Educação. In **Anais da 28ª Reunião anual da ANPED**. Caxambú, MG: ANPED, 2005. Disponível em www.anped.org.br/reunioes/28/inicio.htm

BERTUCCI-MARTINS, Liane Maria. Informar para formar: educação e ciência da saúde no início do século XX. In **Anais da 27ª Reunião anual da ANPED**. Caxambú, MG: ANPED, 2004. Disponível em www.anped.org.br/reunioes/27/gt02/t025.pdf (2004)

BOLLÈME, Geniève. **O povo por escrito**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

BOTO, Carlota. Educação: de direito de cidadania a mercadoria. Novas leituras sobre o público e o privado mercantil. In **Educação & Sociedade**. N.24, vol.84, Campinas: CEDES, 2003.

BRITES, Olga. Crianças de revistas (1930/1950). In **Educação e Pesquisa**. 2000, vol.26, n.1 pp. 161-176. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022000000100011&lng=en&nrm=iso

_____. **Imagens da Infância - São Paulo e Rio de Janeiro, 1930 a 1950**. Tese (doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1999.

- BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- _____. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003.
- CAMARGO, Paulo Edyr Bueno de. João Toledo: o educador paulista segundo a historiografia da educação brasileira. In **Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação**. Natal: SBHE, 2002. p. 1-10. CD ROM
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. O território do consenso e a demarcação do perigo: política e memória do debate educacional dos anos 30. In FREITAS, Marcos Cesar de (org.). **Memória Intelectual da Educação Brasileira**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2000.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde Nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.
- _____. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In FREITAS, M.C. (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: Edusf, 1997.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. A coleção como estratégia editorial de difusão de modelos pedagógicos: o caso da Biblioteca de Educação organizada por Lourenço Filho. In **I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.
- CASTANHEIRA, Maria Elvira Rodrigues. **A “imprensa industrial”. Do liberalismo à crise econômica de 1876**. Portugal. Disponível em www.ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5298.pdf, acesso em 20.9.2009.
- CATANI, D. Bárbara & FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da Anped (1985-2000). In **Revista Brasileira de Educação**. Campinas: jan./abr. 2001, p. 113-128.
- CERTEAU, Michel de. **Invenção do Cotidiano**. Artes do Fazer. Vol.1. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia. das Letras, 1996
- CHARTIER, Roger. **Formas e sentido**. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas, SP: Mercado de Letras; ALB, 2003.
- _____. **A ordem dos livros**. Brasília: Editora da UNB, 1999.
- _____. (org.) **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- _____. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. Nota crítica. In **Cadernos Pagu**. São Paulo: 1995, volume 4, pp.37-47.
- _____. **A história Cultural** - entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CORRÊA, Carlos Humberto Alves. Política de produção do livro didático no Amazonas no final do século XIX: o patrocínio e as condições técnicas para sua produção. In **Anais do 17º Congresso de Leitura**. Campinas, SP, 2009. Disponível em www.alb.com.br/anais17/txtcompletos/sem12/COLE_1050.pdf, acesso em 08/6/2010.

COSTA, Odaleia Alves. Índícios de circulação do “Livro do Povo” de Antonio Marques. In **Anais do 17º Congresso de Leitura**. Campinas, SP, 2009. Disponível em www.alb.com.br/anais17/txtcompletos/sem12/COLE_2038.pdf, acesso em 08/6/2010.

COTRIM, Álvaro. **J. Carlos**. Época, vida, obra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

COUTO, Rita Cristina C. de Medeiros. Eugenia, loucura e condição feminina. In **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 90, p. 52-61, ago. 1994.

DARTON, Robert. A leitura rousseauista e um leitor “comum” do século XVIII. In CHARTIER, R. (sob a direção). **Práticas da Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

DAVIS, Natalie Z. **Culturas do Povo**. Sociedade e cultura no início da França moderna - oito ensaios. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1990.

DUMONT, Lígia M. Moreira e ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Leitura Feminina: motivação, contexto e conhecimento. In **Ciências & Cognição**. Rio de Janeiro: ICC, Universidade Federal do Rio de Janeiro, mar/2007, vol.10: 28-37.

EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938. 1º volume.

EL FAR, Alessandra. **Páginas de Sensação**. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, vol.1.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Sobre la construcción histórica de la manualística en España. In **Revista Educación y Pedagogía**, vol.XIII, nº 29-30, janeiro-setembro, 2001, pp.13-14.

FARIA, Lina Rodrigues de. A Fundação Rockefeller e os serviços de saúde em São Paulo (1920-30): perspectivas históricas. In **História, ciências e saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, Dez. 2002.

FARIA FILHO, Luciano M. de (org.). **A infância e sua educação** - materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Instrução elementar no século XIX. In FARIA FILHO, L M; LOPES, E. M. T; VEIGA, C. G. (org). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Representações da escola e do analfabetismo no século XIX. In: BATISTA, Antonio A. G. e GALVÃO, Ana Maria de O. (orgs.). **Leitura: práticas, impressos, letramentos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

FERNANDES, Rogério e KUHLMANN JR., Moysés. Sobre a história da infância. In FARIA FILHO, Luciano M. (org.). **A infância e sua educação** - materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FERREIRA, Antonio Gomes. Higiene e controlo médico da infância e da escola. In **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 23, n. 59, p. 9-24, abril 2003.

_____. **Gerar, criar e educar**: a criança no Portugal do Antigo Regime. Coimbra: Quarteto, 2000.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, pobre e mãe. In DEL PRIORE, Mary (org.). **Leituras sobre gênero**. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis : Vozes, 1977.

FREIRE, Maria Martha de Luna. Médico famoso era articulista. **Jornal O Estado de São Paulo**, Notícias, 2/1/2010. Entrevista concedida a Clarissa Thomé. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,medico-famoso-era-articulista,489611,0.htm> acesso em 21/08/2011.

_____. “Ser mãe é uma ciência”: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. In **História, Ciências e Saúde-Manguinhos**. 2008, vol.15, suplemento, pp. 153-171.

GÈLIS, Jacques. A individualização da criança. In ARIÈS, P.; CHARTIER, R. **História da vida privada**: da renascença ao século das luzes. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GOMES, Mario Luiz. Vendendo Saúde! Revisitando os antigos almanaques de farmácia. In **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.13, n.4, p.1007-18, out.-dez. 2006.

GONÇALVES, A. J. **Sociabilidade e construção das subjetividades através dos Guias e Manuais Médicos de São Paulo (1860-1940)**. Museu Iconográfico de São Paulo - MISP, 2004. Disponível em <http://www.misp/puc.br/museu/artigos.html>. Acesso em 23 de janeiro de 2008.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo; DOBRANSKY, Enid Abreu e LAPLANE, Adriana Lia Frizman. Mídia impressa e educação científica: uma análise das marcas do funcionamento discursivo em três publicações. In **Cadernos Cedex**, Campinas, vol.24, n.63, maio/ago.2004.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-fantasma**: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

HÉBRARD, Jean, O autodidatismo exemplar. Como Valentin Jamerey-Duval aprendeu a ler? In CHARTIER, R. (sob a direção). **Práticas da Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

_____. Os livros escolares da Bibliothéque Bleue: arcaísmo ou modernidade? In **Revista brasileira de história da educação**. Campinas: Editora Autores Associados, nº4 jul./dez. 2002, pp.9 a 46.

HELLER, Bárbara. Vossas filhas sabem ler? In **XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação**. Campo Grande, setembro/ 2001.

HOCHMANN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento sanitaria da Primeira República. In **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. suplemento, p. 217-235, 1998.

KUHLMANN Jr., Moysés. História da Infância: Brasil e Modernidade. In **Escola e Modernidade: saberes, instituições e práticas**. ALMEIDA, Malú (org.). Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

_____. **As grandes festas didáticas - A educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

_____. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1992.

LIMA, Ana Laura Godinho. A educação da mãe-enfermeira e o futuro da nação: um estudo a partir de manuais de puericultura (1919-1968). In **IX Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-americana**, 2009, Rio de Janeiro. IX Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-Americana: Educação, Autonomia e Identidades na América Latina. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

_____. Os saberes especializados da pediatria e a adaptação das mães às necessidades de seus bebês: um estudo de manuais de puericultura publicados no Brasil. In **Anais da 31ª reunião da Anped**. Caxambú, MG: ANPED, 2008.

Disponível em www.anped.org.br/reunioes/31/inicio.htm. Acesso em 30/3/ 2011

_____. A recepção higiênica do bebê: um estudo a partir de manuais de puericultura publicados no Brasil entre 1918 e 1968. In **7º Colóquio do Lepsí IP/FE-USP em 2008**. Disponível

em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032008000100015&lng=pt&nrm=abn>. Acesso em 19/5/ 2011.

_____. A maternidade entre a natureza e a ciência: um estudo histórico de manuais de puericultura. In **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero**. Florianópolis, SC: UFSC, 2006. Disponível em www.fazendogenero7.ufsc.br/.../Ana_Laura_Godinho_Lima_26.pdf. Acesso em 30/3/ 2011.

LIMA, A. L. G. S. de e PINTO, M. M. S. Fontes para a história dos 50 anos do Ministério da Saúde. In **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, vol. 10(3): 1037-51, set.-dez. 2003.

LIMA, Herman. **História da Caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963, 3º volume.

LIMA, Yone Soares de. **A ilustração na produção literária**. São Paulo – década de vinte. São Paulo: IEB; USP, 1985.

LOPES, Marta Júlia Marques; LEAL, Sandra Maria Cezar. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. In **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 24, jun/2005.

LOPES, Sonia de Castro. Formação de professores no Rio de Janeiro durante o Estado Novo. In **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 137, agosto/ 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In DEL PRIORE, Mary (org.). **Leituras sobre gênero**. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.

MACHADO, Roberto (org.). **Danação da norma**: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MAGALHÃES, Maria das Graças Sandi. **A infância nos almanaques de farmácia** (1920 a 1940). Dissertação (mestrado em educação). Universidade São Francisco - USF: Itatiba, SP, 2005.

MAGALHÃES, Maria das Graças Sandi; ALVIM, Silvana e GOMES, Mario Luiz. Saúde e alegria: uma releitura dos depoimentos dos almanaques de farmácia. In **Anais do 17º Congresso de Leitura** – COLE. Campinas, SP: ALB, 2010. Disponível em http://www.alb.com.br/anais17/txtcompletos/sem12/COLE_935.pdf, acesso em 26/05/2010.

MANDROU, Robert. **De la culture populaire aux 17e. et 18e. siècles**. Paris, Imago, 1964.

MARINHO, Maria Gabriela S.M.C. **Norte-americanos no Brasil**: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952). Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: EDUSF, 2001.

MARQUES, Marília Bernardes. **Discursos médicos sobre seres frágeis**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Educar para a saúde em manuais domésticos do setecentos. In **Anais da 28ª Reunião anual da ANPED**. Caxambú, MG: ANPED, 2005. Disponível em www.anped.org.br/reunioes/28/inicio.htm.

_____. **A medicalização da raça**: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista**. Imprensa e práticas culturais em tempos de república, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MENEZES, Raimundo de. **Dicionário Literário Brasileiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

Momentos do Livro. Edição comemorativa. São Paulo: Editora Ática, 1996.

MONARCHA, Carlos (org.). **Educação da Infância Brasileira**: 1875-1983. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MORANTZ-SANCHEZ, Regina. A contribuição feminina à teoria e prática da saúde nos Estados Unidos nos séculos XIX e XX. In **Revista Gênero**. Niterói, v. 6, n. 1, p. 141-156, 2. Sem./2005.

- MOREIRA, I. de C. e MASSARANI, L.: A divulgação científica no Rio de Janeiro: algumas reflexões sobre a década de 1920. In **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, vol. VII(3): 627-651, nov. 2000-fev. 2001.
- MOTT, Maria Lucia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). In **Cadernos Pagu**, vol.16, São Paulo: 2001.
- NADAI, Elza. **Ideologia do progresso e ensino superior**: São Paulo 1891-1934. São Paulo: Loyola, 1987.
- NASCIMENTO. Jorge Carvalho. História de Portugal para estudantes brasileiros: a biblioteca do povo e das escolas. In **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**: Uberlândia, MG, 2006. Disponível em www.faced.ufu.br/colubhe06/.../251JorgeCarvalhoNascimento.pdf, acesso em 12/04/2010.
- NUNES, Maria de Fátima. O publicismo e a difusão dos conhecimentos úteis. In REIS, António (org.) **Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, volume 1.
- OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. Divulgação e educação científica em meados do século XX: uma análise comparativa dos seus veículos e suas abordagens. In: **IV Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2006, Goiânia. Anais A educação e seus sujeitos na História. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2006.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Educação das massas: uma “sombra” no século das luzes. In GONÇALVES, Diana e HISLDORF, Maria Lúcia. **Brasil 500 anos: tópicos em história da educação**. São Paulo: Edusp, 2001
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. In **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. nº 104, jul/1998, pp.144-161.
- PARK, Margareth Brandini. **História e Leitura de Almanques no Brasil**. Campinas, SP: Mercado de Letras Editora, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.
- PEREIRA, Júnia Sales. **História, Ciência e Infância**. Narrativas profissionais no processo de singularização da pediatria como especialidade. Brasília, DF: CAPES; Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008.
- PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Morel e a questão da degenerescência. In **Revista Latino Americana Psicopatologia Fundamental**. São Paulo, v. 11, n. 3, p. 490-496, setembro 2008.
- PINHEIRO, Maria de Lourdes. Trajetória e interlocuções do educador João Toledo no período 1900 a 1939. In **Revista Conteúdo**, Vol. 1, Nº 2, 2009. Disponível em <http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/view/18>.
- PINTO, Zélio Alves. Pesquisa. In **Si é Bayer é bom**. [S.l] Bayer do Brasil, 1986.
- RAGO, Margareth L. **Do cabaré ao lar**: utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- REVEL, Jacques. **Proposições**: ensaios de história e historiografia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

RIBEIRO, M. A. R. Lições para a história das ciências no Brasil: Instituto Pasteur de São Paulo. In **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, III (3):467-484, nov. 1996-fev. 1997.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Higienismo e renovação educacional em São Paulo. In **Anais do VIII Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana**, 2007, Buenos Aires. CD Rom VIII Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Historia de la Educación, 2007.

_____. **A Higienização dos costumes**: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2003 a.

_____. Educação escolar e higienização da infância. In **Cadernos Cedex**, Campinas, v.23, p. 39-56, abril/2003 b.

_____. Prescrevendo regras de bem viver: cultura escolar e racionalidade científica. In **Cadernos Cedex**, ano XX, n. 52, p. 55-73, novembro/2000.

ROCHA, H. H. P.; GONDRA, J. G. A escola e a produção de sujeitos higienizados. In **Perspectiva**, v. 20, n. 2, p. 493-512, jul./dez. 2002.

ROCHA, José Fernando Teles da. **Do Asilo dos Expostos ao Berçário**: assistência e proteção à criança abandonada na cidade de São Paulo (1896-1936). Tese (doutorado em educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença**: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2001.

ROSEN, George. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Hucitec. Editora da Universidade de São Paulo; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Carta a D'Alembert**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SANTOS, Danilo Assumpção. **Alegrete 150 anos** ("Alegrete em Fatos"). Alegrete, RS: CEPAL, 2007.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro; FARIA, Lina Rodrigues de. **A reforma sanitária no Brasil**: ecos da Primeira República. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

SATUÉ, Enric. **Aldo Manuzio**. Editor. Tipógrafo. Livreiro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

SCOTT, J. História das mulheres. In BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**. Novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

SILVA, Denise R.N, SCHNEIDER, Aline P. e STEIN, Renato T. O papel do aleitamento materno no desenvolvimento de alergias respiratórias. In **Scientia Medica**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 35-42, jan./mar. 2009.

SOIHET, R. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In AGUIAR, N. **Desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

STEPHANOU, Maria. Álbums de Bebê: discursos médicos, religiosos e educação das crianças (Brasil, 1930-1960). In **VIII Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana**, 2007, Buenos Aires. VIII Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana: Contactos, cruces y luchas en la historia da educación latinoamericana. Buenos Aires : SAHE - Sociedad Argentina de Historia de la Educación, 2007. v. 1. p. 0-0

_____. **Tratar e Educar**. Discursos médicos nas primeiras décadas do século XX. Tese (doutorado em educação). PPGEduc. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)**. Tese (doutorado em educação). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2001.

TORRESINI, Elizabeth. As coleções da Livraria O Globo de Porto Alegre. In **Anais do I Seminário Brasileiro sobre livro e história editorial**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/elizabethtorresini.pdf, acesso em 14/02/2010.

UHLE, Águeda Bernadete. A filantropia na educação. In **Educação & Sociedade**. CEDES. Ano XIII, agosto, 1982, nº 42. Campinas: Papius, 1982.

VEIGA, Cynthia Greive. Pensando com Elias as relações entre Sociologia e História da Educação. In FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Pensadores Sociais e História da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VEIGA, Cynthia Greive. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). **A infância e sua educação** - materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. A escolarização como projeto de civilização. In **Revista Brasileira de Educação**, setembro a novembro de 2002, nº. 21.

VIGARELLO, Georges. **História das práticas de saúde**. A saúde e a doença desde a Idade Média. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.

_____. **O limpo e o sujo**: uma história da higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VIVIANI, L. M. Puericultura e produção de perfis de atuação feminina: dois manuais em análise. In **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero**. Florianópolis, SC: UFSC, 2006. Disponível em www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/V/Viviani-Marchan_57.pdf, acesso em 26/05/2010.

_____. **Formação de professoras e Escola Normal**: a biologia necessária. Tese (doutorado em educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.